



# Relatório de Gestão Integrado

Parte 1

**Luciana Santos**

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Luís Manuel Rebelo Fernandes**

Secretário-Executivo

**Sergio Cruz**

Secretário-Executivo Adjunto

**Lélio Trida Sene**

Subsecretário de Planejamento Orçamento e Gestão

**Isa Assef dos Santos**

Subsecretária de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

**Dorival da Costa dos Santos**

Subsecretário de Ciência e Tecnologia para a Amazônia

**Andrea Brito Latgé**

Secretária de Políticas e Programas Estratégicos

**Inácio Arruda**

Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social

**Daniel Gomes de Almeida Filho**

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

**Henrique de Oliveira Miguel**

Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital

## RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO MCTI PARTE 1

**Exercício 2025**

**Brasília**

**Março 2026**

©2026 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) /Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

ISBN: 978-65-87432-94-6

## Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### Assessoria de Estratégia e Governança

Verônica Thelm Fialho Goulart

### Coordenação de Avaliação e Análise Prospectiva

Aline Regina Fernandes

Marcus Alves Crispim

Nadja Maria Lepsch da Cunha Nascimento

Saulo Guerreiro Lacerda

### Colaborador

Isaac Ranyel Sousa Prado

### Ilustração capa e entre capas

ASCOM/MCTI

B823r

Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Relatório de gestão integrado MCTI, parte 1: exercício 2025 /  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. -- Brasília: Ministério da  
Ciência, Tecnologia e Inovação, 2026.

147 p.: il.

ISBN: 978-65-87432-94-6

1. Relatório de gestão – Brasil. 2. Prestação de contas. 3. Transparência.  
4. Desempenho organizacional. 5. Governança. I. Título.

CDU 657.3

Ficha catalográfica elaborada por: Lorena Nelza F. Silva – CRB-1/2474

# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| SUMÁRIO .....   | 4  |
| MENSAGEM DA MINISTRA .....  | 6  |
| MCTI EM NÚMEROS 2025 .....  | 8  |
| 1. VISÃO GERAL DO MINISTÉRIO .....  | 9  |
| 1.1. Identificação e contexto de atuação .....                                    | 10 |
| 1.2. Estrutura Organizacional .....   | 12 |
| 1.2.1. Modelo de Negócios do MCTI .....   | 14 |
| 1.2.2. Modelo de Negócios do FNDCT .....  | 14 |
| 1.2.3. Cadeia de Valor Integrada da Rede MCTI .....                               | 15 |
| 1.3. Políticas e Programas de Governo .....                                       | 16 |
| 1.3.1. CT&I no Plano Plurianual - PPA 2024-2027 .....                             | 16 |
| 1.4. Ambiente externo .....   | 18 |
| 2. GOVERNANÇA & ESTRATÉGIA .....  | 24 |
| 2.1. Estrutura de Governança .....  | 25 |
| 2.1.1. Governança do FNDCT .....  | 26 |
| 2.2. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2024 - 2034..  | 27 |
| 2.3. Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2024-2027 .....                 | 27 |
| 2.4. Plano Anual de Investimentos do FNDCT .....                                  | 29 |
| 2.4.1. FNDCT 2025 – Recursos Não Reembolsáveis .....                              | 30 |
| 2.4.2. FNDCT 2025 – Recursos Reembolsáveis .....                                  | 30 |
| 2.5. Riscos e oportunidades no MCTI .....   | 31 |
| 2.5.1. Gestão de Riscos do FNDCT/FINEP .....                                      | 32 |
| 2.6. Controle e Integridade .....   | 32 |
| 2.6.1. Controle no MCTI .....   | 32 |
| 2.6.2. Programa de Integridade do MCTI .....                                      | 33 |
| 2.6.3. Gestão da Integridade – FNDCT/FINEP .....                                  | 33 |
| 2.7. Governança de Dados e Transformação Digital .....                            | 34 |
| 2.7.1. Política de dados abertos .....  | 35 |
| 2.8. Acesso à Informação e Canais de Comunicação com a Sociedade .....            | 35 |
| 2.8.1. Promoção da Participação Social e da Igualdade de Gênero, Étnica e Racial  | 36 |
| 2.8.2. Ouvidoria: Pesquisa de Satisfação e Canais de Atendimento .....            | 37 |
| 3. RESULTADOS DAS POLÍTICAS E PROGRAMAS EM CT&I .....                             | 39 |
| 3.1. Programas Estratégicos e Áreas Especiais da Gestão .....                     | 40 |
| 3.1.1. Programas Temáticos .....  | 40 |
| 3.1.2. Clima e Sustentabilidade .....   | 44 |
| 3.1.3. Biossegurança – CTNBio .....   | 47 |
| 3.1.4. Controle de Experimentação Animal – CONCEA .....                           | 47 |
| 3.1.5. Amazônia Legal e o Programa Pró-Amazônia .....                             | 48 |
| 3.1.6. Prevenção e controle do desmatamento e queimadas .....                     | 50 |
| 3.1.7. Gestão de riscos de desastres naturais .....                               | 51 |
| 3.1.8. CT&I no Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade .....                  | 53 |
| 3.2. CT&I para o Desenvolvimento Social .....                                     | 55 |
| 3.2.1. Educação científica e popularização da ciência: diálogos dos saberes ..... | 55 |
| 3.2.2. Tecnologia Social e Economia Solidária .....                               | 56 |
| 3.2.3. P&D em Tecnologia Assistiva .....  | 58 |
| 3.2.4. P&D para Soberania e Segurança Alimentar .....                             | 59 |
| 3.3. Desenvolvimento Tecnológico e Inovação .....                                 | 60 |
| 3.3.1. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Habilitadoras .....              | 60 |
| 3.3.2. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Estratégicas .....               | 60 |
| 3.3.3. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Setoriais .....                  | 61 |
| 3.3.4. Promoção do Empreendedorismo e Inovação .....                              | 62 |
| 3.4. CT&I para a Transformação Digital .....                                      | 62 |
| 3.4.1. Tecnologia e Inovação Digital .....  | 63 |
| 3.4.2. Incentivos às Tecnologias Digitais .....                                   | 63 |

|                                    |  |        |  |  |     |
|------------------------------------|--|--------|--|--|-----|
| 3.5.                               | Principais resultados das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais .....                        | 64     | 4.2.2.                                     | Recursos orçamentários e financeiros do FNDCT .....                                      | 103 |
| UP EM NÚMEROS .....                | 65   | 4.3.   | Gestão da Tecnologia da Informação.....    | 108  |     |
| OS EM NÚMEROS .....                | 65   | 4.3.1. | Modelo de Governança de TI .....           | 108  |     |
| DESTAQUES DO ANO NAS UP e OS ..... | 66   | 4.3.2. | Montante de recursos aplicados em TI ..... | 108  |     |
| 3.5.1.                             | Atuação das Unidades de Pesquisa do MCTI .....   | 67     | 4.3.3.                                     | Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor .....              | 108 |
| 3.5.2.                             | Atuação das Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI .....                                   | 76     | 4.3.4.                                     | Segurança da Informação.....   | 109 |
| 3.6.                               | Avanços da Cooperação Internacional em CT&I.....   | 80     | 4.4.                                       | GESTÃO DE CUSTOS, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE .....                                     | 110 |
| 3.6.1.                             | Cooperação Bilateral em CT&I .....   | 80     | 4.4.1.                                     | Patrimônio e Infraestrutura .....  | 110 |
| 3.6.2.                             | Cooperação Multilateral em CT&I.....   | 80     | 4.4.2.                                     | Licitações e Contratos .....   | 110 |
| 3.6.3.                             | Bens Sensíveis .....   | 81     | 4.4.3.                                     | Prática de sustentabilidade ambiental e racionalização dos gastos .....                  | 116 |
| 3.7.                               | Resultados da aplicação de recursos do FNDCT e Avaliação .....                                     | 82     | 4.4.4.                                     | GESTÃO DE CUSTOS .....   | 116 |
| 3.7.1.                             | Resultados do FNDCT em financiamentos não reembolsáveis a ICT .....                                | 83     | 4.4.5.                                     | Transferências Voluntárias.....  | 118 |
| 3.7.2.                             | Resultados do FNDCT em financiamentos não reembolsáveis para empresas - Subvenção Econômica .....  | 84     | 4.5.                                       | Notas sobre as demonstrações contábeis do MCTI e FNDCT (PARTE II).....                   | 120 |
| 3.7.3.                             | Resultados do FNDCT em investimentos em empresas inovadoras .....                                  | 86     | 5.   | ANEXOS.....  | 121 |
| 3.7.4.                             | Desempenho e Modelo de Avaliação Global do FNDCT (MAG-FNDCT).....                                  | 87     | 5.1.                                       | PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO MCTI .....                                | 122 |
| 3.8.                               | Indicadores de desempenho dos Macroprocessos Finalísticos do MCTI.....                             | 88     | 5.1.1.                                     | Organização e Estrutura Regimental do MCTI .....   | 123 |
| 4.                                 | DESEMPENHO DA GESTÃO DOS MACROPROCESSOS DE SUPORTE.....  | 92     | 5.1.2.                                     | Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa do MCTI .....                               | 123 |
| 4.1.                               | Gestão de Pessoas .....  | 93     | 5.1.3.                                     | Principais atos administrativos e normativos orientadores da atuação do Ministério ..... | 123 |
| 4.1.1.                             | Força de Trabalho .....  | 93     | 5.1.4.                                     | Relação dos principais normativos sobre licitações e contratos.....                      | 126 |
| 4.1.2.                             | Conformidade Legal - Legislação Aplicada.....  | 95     | 5.1.5.                                     | Principais normativos sobre gestão patrimonial e infraestrutura.....                     | 126 |
| 4.1.3.                             | Detalhamento das despesas com pessoal .....  | 95     | 5.2.                                       | Fundamento Legais do FNDCT .....   | 127 |
| 4.1.4.                             | Capacitação e desenvolvimento .....  | 96     | 5.3.                                       | FNDCT - Programas de investimentos, linhas de atuação e iniciativas aprovadas 129        |     |
| 4.1.5.                             | Avaliação de desempenho, gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório..... | 97     | 5.4.                                       | Dados das UP utilizados nos infográficos (item 3.5.1) .....                              | 134 |
| 4.1.6.                             | Estratégia de recrutamento .....   | 97     | 5.5.                                       | Dados das OS utilizados nos infográficos (item 3.5) .....                                | 136 |
| 4.1.7.                             | Principais desafios.....   | 97     | 5.6.                                       | Rol de Responsáveis.....   | 138 |
| 4.1.8.                             | Ações futuras .....  | 97     | 5.7.                                       | Lista de siglas e abreviações.....   | 140 |
| 4.2.                               | GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....   | 98     | 5.8.                                       | Lista de quadros, figuras, tabelas e gráficos .....                                      | 144 |
| 4.2.1.                             | Recursos orçamentários e financeiros da Administração direta .....                                 | 98     |  |  |     |



# Carta da Ministra

Em um cenário global marcado por rápidas transformações tecnológicas e por desafios complexos como a emergência climática, a transformação digital e a reconfiguração das cadeias produtivas; a ciência, a tecnologia e a inovação assumem papel central na promoção da soberania nacional, na redução das desigualdades e na melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem atuado para consolidar a ciência como eixo estruturante do desenvolvimento nacional.

Em articulação com órgãos públicos, setor produtivo, comunidade científica e sociedade civil, tem fortalecido sua atuação transversal e consolidado seu papel estratégico como indutor do desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do Brasil.

Ao longo de 2025, o Ministério avançou na implementação de estratégias estruturantes, com destaque para a consolidação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2024–2034), o fortalecimento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2024–2027) e a execução do Plano Anual de Investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Esses instrumentos orientam a ação governamental e ampliam a capacidade de resposta do Estado frente aos desafios contemporâneos.

Os resultados apresentados neste volume evidenciam o esforço contínuo de recomposição e ampliação dos investimentos em CT&I, bem como o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Destacam-se os avanços no apoio à pesquisa científica, no estímulo à inovação empresarial, na promoção da transformação digital e no desenvolvimento de tecnologias voltadas às demandas sociais, ambientais e econômicas do país.

Além disso, o MCTI manteve seu compromisso com a promoção da educação científica, da popularização da ciência e da inclusão de públicos historicamente sub-representados, contribuindo para a formação de recursos humanos qualificados e para o fortalecimento da cultura científica nacional.

Este relatório consolida, de forma transparente e estruturada, os principais resultados, indicadores e iniciativas do Ministério, constituindo-se como instrumento fundamental de prestação de contas, governança e geração de valor público. Sua elaboração reflete o compromisso institucional com a integridade, a confiabilidade e a clareza das informações apresentadas, em conformidade com as normas e orientações dos órgãos de controle.

Diante da centralidade da ciência, tecnologia e inovação para o futuro do país, reafirmamos a necessidade de continuidade e ampliação dos investimentos no setor, de modo a assegurar a sustentabilidade das políticas públicas e a consolidação de um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento.

Assim, DECLARO que as informações constantes neste Relatório de Gestão Integrado do exercício de 2025 refletem, com fidedignidade, precisão e completude, as ações e resultados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Luciana Santos**

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

# MCTI EM NÚMEROS 2025



Legendas: (a, b, c, d, e, g, h, i, j) Valores empenhados extraídos de [Dados Abertos do MCTI – Execução Orçamentária](#) e do [Painel do Orçamento Federal](#). (f) Item 2.4 do RGI integrado – Plano Anual de Investimentos do FNDCT. (k, l, m, p, q) Item 3.3.4 do RGI integrado – Lei do Bem. (n, s) Item 3.1.6 do RGI integrado – Programa Queimadas/INPE. (o, r, t) Item 3.1.7 do RGI integrado – CEMADEN. (u) Anexo 5.4 do RGI integrado – dados das Unidades de Pesquisa. (v) Anexo 5.5 do RGI integrado – dados das Organizações Sociais. (w, x) Item 3.2.1 do RGI integrado – Mais Ciência na Escola. (y) Item 3.1.5 do RGI integrado – Programa Pró-Amazônia.



# Visão geral do Ministério

Foto: Edifício  
Sede MCTI

Neste capítulo inicial, apresenta-se uma visão geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI abordando como e em quais circunstâncias a Unidade Prestadora de Contas (UPC) atua, levando em consideração a legislação que a instituiu e a delimitação de suas competências.

## 1.1. Identificação e contexto de atuação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, órgão da administração federal direta, vem se renovando desde 1985, seguindo preceitos constitucionais (C.F.: art. 5º dos Direitos e Garantias Fundamentais e art. 218 e 219, da ordem social), além de outros normativos de constituição, competências e regulamentação do órgão listados em anexo (Seção 5.1).

São áreas de competência do MCTI, conforme o art. 22, da [Lei nº 14.600/2023](#):

- I - Políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação;
- II - Planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação;
- III - Política de transformação digital e de desenvolvimento da automação;
- IV - Política nacional de biossegurança;
- V - Política espacial;
- VI - Política nuclear;
- VII - Controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e
- VIII - Articulação com os governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a sociedade e com órgãos do Governo Federal, com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.”




**MISSÃO**

Impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Brasil, em bases soberanas e sustentáveis, por meio da promoção da capacidade Científica, Tecnológica e de Inovação nacional.

**VISÃO**

Posicionar o Brasil como referência Global de desenvolvimento justo, soberano e sustentável capaz de mobilizar competências Científica, Tecnológica e de Inovação para gerar bem estar para a sua população e planeta.

**VALORES**

- Visão estratégica Nacional,
- Compromisso público,
- Eficiência Ética,
- Transparência,
- Cooperação,
- Postura transformadora

A missão, a visão e os valores assumidos pelo órgão são os elementos basilares da sua atuação, orientando a geração e entrega de valor à sociedade. O MCTI se empenha na coordenação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I para um maior dinamismo do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - SNCTI (C.F., art. 219-B). O SNCTI se organiza em regime de colaboração entre os setores público e privado com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação (C.F., Art. 219-B; incluído pela [EC nº 85/2015](#)).

Além de múltiplas instituições (Quadro 1), o SNCTI engloba processos e instrumentos necessários à promoção da CT&I no País.

Quadro 1: Principais atores do SNCTI (Descrição das Siglas: Anexo 5.7)



Adaptado da [ENCTI 2016-2022](#) □□□□

As políticas gerais e estratégias dinamizadoras do SNCTI foram historicamente estabelecidas pelo [Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT](#). O CCT é órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e a implementação da política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Ele foi criado por meio do [Decreto nº 75.241/1975](#), teve estrutura aprovada pela [Lei nº 9.25/1996](#), e foi regulamentado pelo ([Decreto nº 11.474/2023](#)). A presidência do CCT é exercida pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a vice-Presidência pela ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. O colegiado é composto por 71 membros (titulares e suplentes): presidente da República; 17 ministros de Estado; oito membros entre produtores e usuários de ciência e tecnologia; e dez membros representantes de entidades dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia.

O compromisso do CCT é tornar a ciência, tecnologia e inovação um dos principais eixos estruturantes do desenvolvimento econômico e social do país, permitindo articular e planejar a política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico e inovação. O CCT promove a coordenação e cooperação entre os diversos entes do Governo Federal e demais atores do SNCTI.

Em 2025, o MCTI manteve o apoio técnico-administrativo e operacional às Comissões Temáticas Setoriais do CCT com foco em agendas estratégicas de alto impacto e complexidade. As principais realizações e entregas em 2025:

- Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) – organização de subsídios e informações para o acompanhamento da execução do plano “IA para o Bem de todos”, com vistas à prestação de informações e relatórios ao Presidente da República.

- Projeto Memória do CCT (CCT 50 anos) – entrega do livro comemorativo “50 anos do CCT: por um Conselho forte, inclusivo e transformador” e continuidade do desenvolvimento de plataforma digital (acervo, repositório de documentos e e-book), reforçando a transparência ativa e a preservação institucional. Informações adicionais podem ser obtidas na [página específica do Projeto](#).

- Comissões Temáticas Setoriais – consolidação do levantamento temático em CT&I (mais de 40 documentos, 200 temas e 22 temas prioritários), com subsídios para debates estratégicos no Pleno do CCT sob a presidência do Presidente da República.

- COP 30 – participação dos membros do CCT na programação da COP 30, com a captação de subsídios para a elaboração de notas técnicas de suporte aos debates sobre CT&I e mudanças climáticas.

A cooperação e a interação entre os entes públicos, e destes com as empresas, encontram amparo no [Marco Legal de CT&I \(EC nº 85/2015, Lei nº 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018\)](#), que estruturam um arcabouço legal favorável às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no país.

O SNCTI vem se consolidando em complexidade e funcionalidade, colocando o Brasil numa posição relevante no mapa da produção mundial de conhecimento. O SNCTI se organiza em diversas camadas reunindo pesquisadores em torno de grupos e redes de pesquisa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs)<sup>1</sup>, laboratórios nacionais multiusuários, projetos temáticos de grande envergadura, plataformas digitais, empresas, órgãos financiadores e outros atores da sociedade civil.

As ilustrações a seguir são apresentadas para exemplificar a dimensão dos esforços contínuos do MCTI no sentido de ampliar o dinamismo e expandir a abrangência do SNCTI.

Figura 1: Rede MCTI

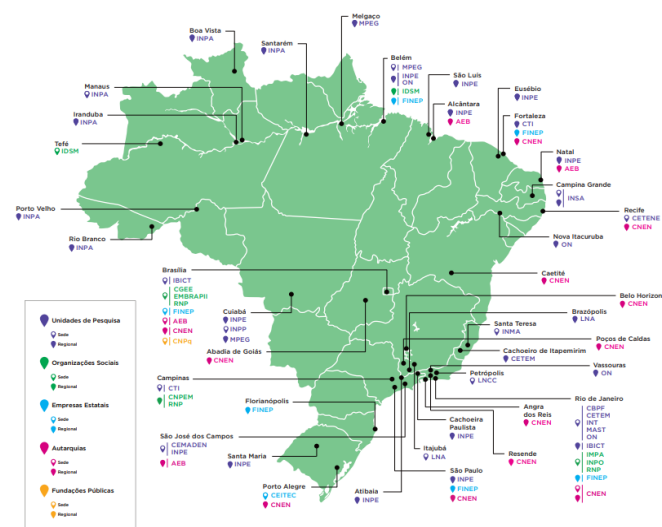
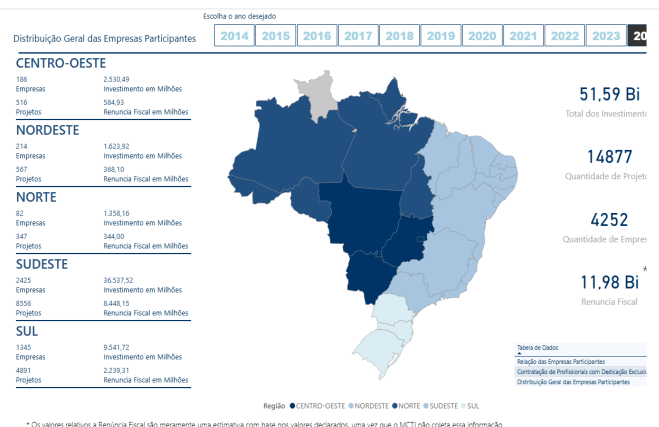
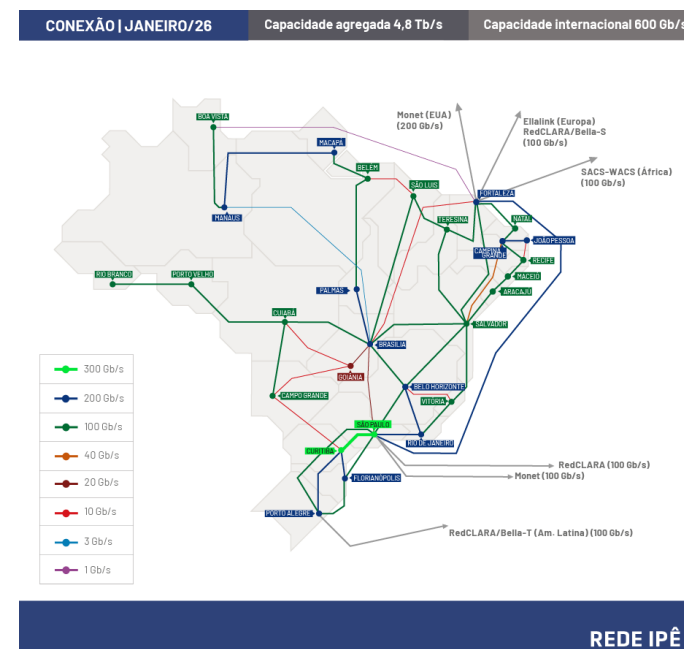


Figura 2: Distribuição das Empresas participantes na Lei do Bem



Fonte: MCTI. [Informações Estatísticas da Lei do Bem](#)

Figura 3: Evolução da Rede IPÊ/RNP (2025)



<sup>1</sup> Definição dada pela Lei 13.243/2016.

A Figura 1 apresenta a [Rede MCTI](#) com as sedes e unidades regionais das seguintes Unidades de Pesquisa (UP) distribuídas no território nacional: [CBPF](#), [CTI](#), [CETEM](#), [CETENE](#), [CEMADEN](#), [IBICT](#), [INMA](#), [INPP](#), [INPA](#), [INPE](#), [INT](#), [INSA](#), [LNA](#), [LNCC](#), [MAST](#), [MPEG](#) e [ON](#). A Figura 1 inclui as seguintes Organizações Sociais: [CGEE](#), [CNPEN](#), [EMBRAPII](#), [ISDM](#), [IMPA](#), [RNP](#) e [INPO](#); bem como as duas autarquias [AEB](#) e [CNEN](#); a fundação [CNPq](#); e, as empresas públicas [CEITEC](#) e [FINEP](#). Descrição das siglas no item 1.2 e organograma (Figura 4).

A Figura 2, extraída do painel de informações estatísticas da Lei do Bem, apresenta a distribuição de 3.878 empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais desta Lei que fomenta o investimento das empresas em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, em todas as regiões, totalizando 13.638 projetos beneficiados em todo território nacional.

A Figura 3 apresenta a Rede Ipê, presente em todo o território nacional, que é a infraestrutura base de internet que conecta mais de 500 instituições de ensino e pesquisa. A Rede Ipê é a primeira rede de internet no Brasil que evoluiu das linhas telefônicas para conexões em fibra óptica de altíssima capacidade, de 64 Kb/s para mais de 100 Gb/s.

As fontes de financiamento e os instrumentos de apoio à PD&I são elementos essenciais que determinam o dinamismo do SNCTI. O [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT](#) destaca-se como a principal fonte de financiamento a projetos de CT&I no País. Os fundos que não estiverem listados como Unidades Prestadoras de Contas - UPC individual ([Portaria-TCU nº 58/2025](#)) devem ter as informações de sua gestão integradas à prestação de contas do Ministério, em cuja política de governo estejam inseridos e/ou pelo qual sejam supervisionados ([DN nº 198/2022](#)); art. 4º, § 3º).

O FNDCT foi criado pelo [Decreto-Lei nº 719/1969](#), com o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico. A partir de 1997 foi estabelecido um conjunto de ações programáticas setoriais com receitas vinculadas – os [Fundos Setoriais](#). As principais disposições sobre o Fundo, seu modelo de gestão e governança, a origem das receitas e a aplicação dos recursos, foram estabelecidas pela [Lei nº 11.540/2007](#) e pelo [Decreto nº 6.938/2009](#) que o regulamenta. A administração do FNDCT é feita por um Conselho Diretor, presidido pelo MCTI, tendo a Finep como sua secretaria-executiva. Mais informações nos Anexos (5.2 e 5.3) e nos portais do [MCTI](#) e [FINEP](#).

## 1.2. Estrutura Organizacional

A estrutura regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), definida pelo [Decreto nº 11.493/2023](#), estabeleceu as seguintes unidades: Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos ([SEPPE](#)), Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social ([SEDES](#)), Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ([SETEC](#)), Secretaria

de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital ([SETAD](#)), a Secretaria-Executiva ([SEXEC](#)), e, ainda, 18 (dezoito) Unidades de Pesquisa, que são:

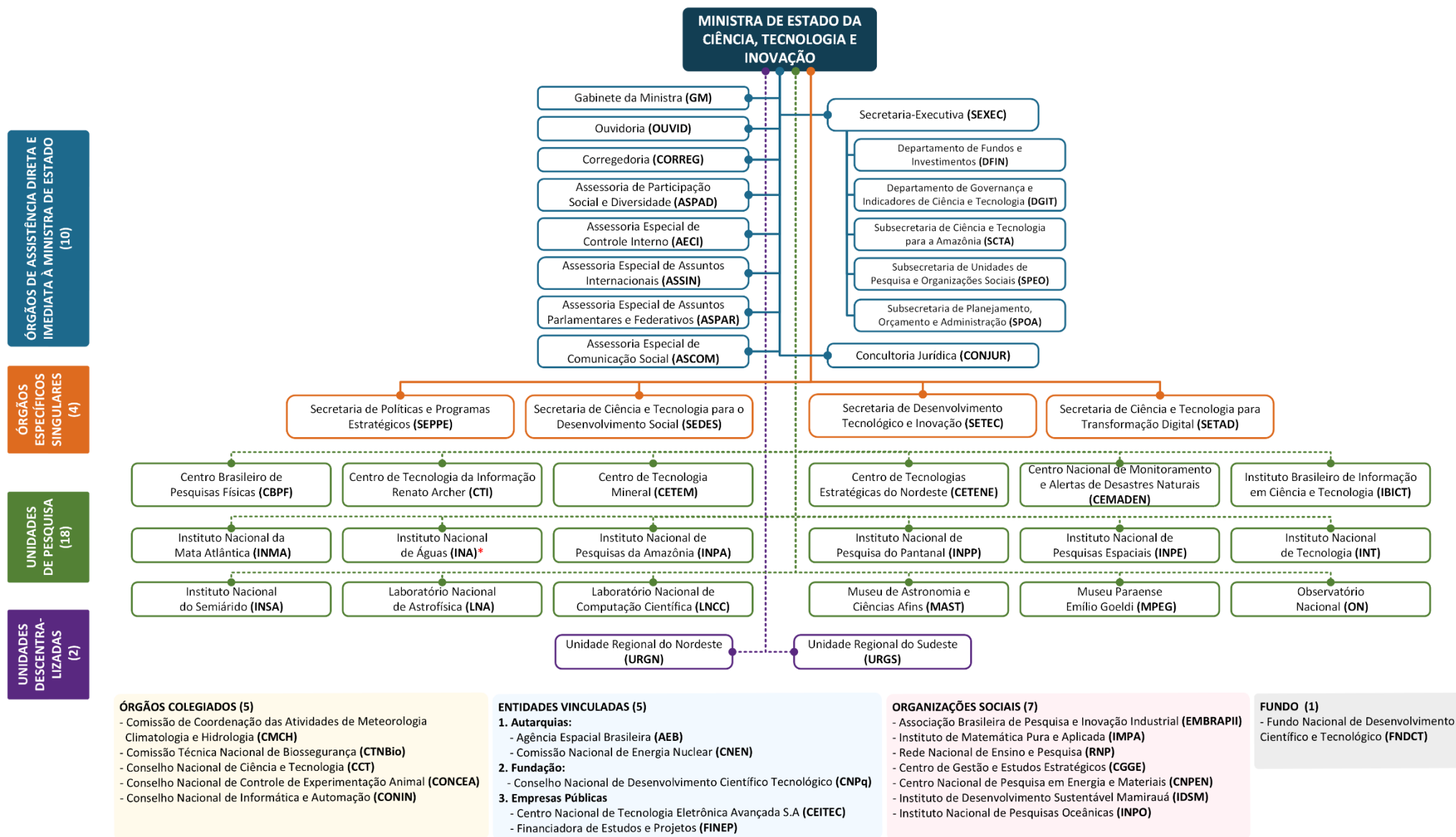
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI;
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF;
- Centro de Tecnologia Mineral - CETEM;
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE;
- Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN;
- Instituto Nacional de Águas – INA;
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA;
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- Instituto Nacional de Pesquisa no Pantanal - INPP
- Instituto Nacional de Tecnologia - INT;
- Instituto Nacional do Semiárido - INSA;
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT;
- Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA;
- Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA;
- Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC;
- Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST;
- Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG; e
- Observatório Nacional – ON.

Além disso, ao MCTI vinculam-se duas autarquias (Agência Espacial Brasileira - AEB e Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN); uma fundação (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq); e duas empresas públicas (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec e Financiadora de Estudos e Projetos - Finep). Tem-se ainda o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, fundo setorial ligado à FINEP.

Também fazem parte da [Rede MCTI](#) as Organizações Sociais que contribuem na implementação de políticas em CT&I: Centro Nacional de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE; Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais – CNPEM; Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM; Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA; Rede Nacional de Pesquisa – RNP; e Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas - INPO.

O organograma do MCTI apresentado na Figura 4 a seguir mostra a organização de forma ampla, apresentando os órgãos de assistência direta e imediata à Ministra; os órgãos específicos singulares; as unidades de pesquisa; os órgãos colegiados; as entidades vinculadas; as organizações sociais e o FNDCT. O desenho da estrutura organizacional do MCTI representa um sistema formal de hierarquização funcional em conformidade com a estrutura regimental.

Figura 4: Estrutura Organizacional do MCTI Art. 2º, Anexo I do Decreto nº 11.493/2023



\* O INA (Instituto Nacional de Águas) é uma UP ainda em estruturação

### 1.2.1. Modelo de Negócios do MCTI

O modelo de negócios expressa a maneira como os insumos são utilizados nos macroprocessos da organização para gerar serviços, produtos, resultados e efeitos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, bem como o desenvolvimento do ponto de vista econômico, social e ambiental. O Quadro 2 a seguir exemplifica como o MCTI alocou seus recursos em busca de resultados orientados por seus objetivos estratégicos:

Quadro 2: Modelo de Negócios do MCTI

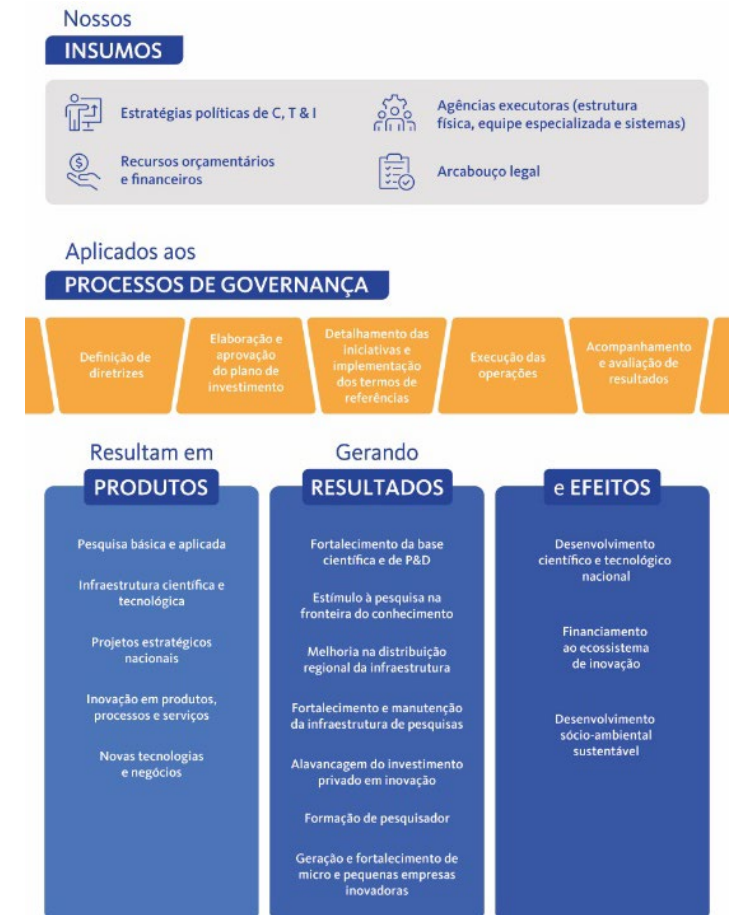


Os recursos apresentados na primeira coluna são detalhados no Capítulo 4 que versa sobre a gestão de pessoas (item 4.1) e sobre a gestão orçamentária e financeira (item 4.2; Tabela 20 e Gráfico 25). Para a coluna de resultados foram extraídas informações do item 3.7 (Resultados de aplicação de recursos do FNDCT) e dos respectivos itens do Capítulo 3: 3.1.1; 3.1.8; 3.2.1; 3.3.4; 3.4.1; e, 4.1.4.

### 1.2.2. Modelo de Negócios do FNDCT

O FNDCT é um fundo contábil e financeiro e não dispõe de uma estrutura físico-organizacional, todavia, adota um modelo de negócios sistematizado, conforme diagrama a seguir.

Quadro 3: Modelo de Negócios do FNDCT



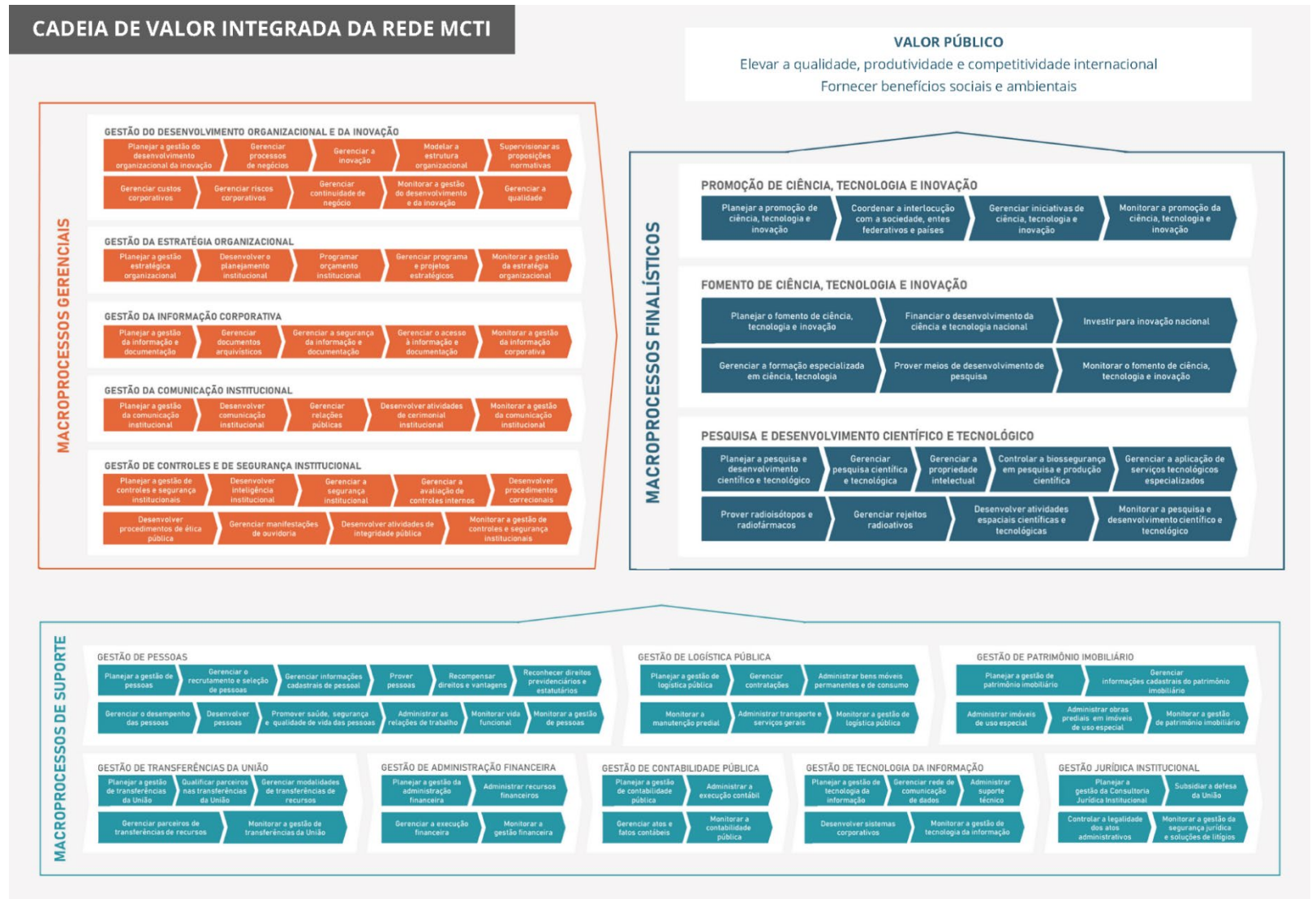
### 1.2.3. Cadeia de Valor Integrada da Rede MCTI

A atuação institucional do MCTI está estruturada a partir de uma cadeia de valor integrada, composta por macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte, que, de forma articulada, viabilizam a geração de valor público.

Essa cadeia organiza as atividades institucionais de modo a assegurar coerência entre recursos empregados, ações desenvolvidas, produtos entregues e impactos produzidos para a sociedade.

Essa estrutura integrada da cadeia de valor reforça o papel do MCTI como indutor do progresso científico e tecnológico, assegurando a geração contínua de valor público e a entrega de resultados relevantes para a sociedade brasileira.

Quadro 4: Cadeia de Valor Integrada da Rede MCTI



Fonte: MCTI

## 1.3. Políticas e Programas de Governo

As políticas nacionais de CT&I evoluem *pari passu* ao desenvolvimento do SNCTI. Algumas políticas possuem amplo escopo e abrangência, como é o caso da Política Nacional de Inovação - PNI, instituída pelo [Decreto nº 10.534/2020](#). Outras circunscrevem domínios do conhecimento mais específicos envolvendo outros setores além do MCTI, como por exemplo, o caso da Política Nacional de Biossegurança ([Lei nº 11.105/2005](#)) ou da Política Nuclear que tem suas diretrizes consolidadas no [Decreto nº 9.600/2018](#).

### 1.3.1. CT&I no Plano Plurianual - PPA 2024-2027

O PPA 2024-2027, instituído pela [Lei nº 14.802/2024](#), é o instrumento central de planejamento de médio prazo do Governo Federal. Com vigência de quatro anos, ele define prioridades nacionais e orienta as entregas, investimentos e ações que visam promover o desenvolvimento sustentável do país.

Sendo responsável por cinco Programas Finalísticos nesse PPA, o MCTI reafirma o compromisso governamental na busca do atendimento às necessidades da sociedade no âmbito das políticas de Desenvolvimento Tecnológico e Social, Inovação nas Empresas, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além das políticas Nuclear e Espacial.

Os cinco programas finalísticos sob responsabilidade do MCTI são os seguintes:

- 2304 - CT&I para o Desenvolvimento Social;
- 2306 - Política Nuclear;
- 2307 - Programa Espacial Brasileiro;
- 2308 - Consolidação do Sistema SNCTI; e
- 2324 Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização.

O MCTI contribui, ainda, nos programas transversais coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Ministério da Defesa (MD), a saber:

- 1158 – Enfrentamento da Emergência Climática (MMA);
- 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade (MMA);
- 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios (MMA);

- 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres (MIDR),
- 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica – 6113 (MD).

A construção deste plano permitiu a construção de Agendas Transversais que são políticas públicas direcionadas a temas e públicos que requerem a atuação integrada de diferentes áreas do governo. Por enfrentarem desafios multidimensionais, essas agendas demandam uma abordagem intersetorial, capaz de superar limites setoriais tradicionais, promover maior coordenação, otimizar recursos e ampliar a efetividade das ações governamentais.

O MCTI participa das cinco agendas, contribuindo por meio de diferentes programas e ações:

- Criança e Adolescente: Programas 2304 e 2308
- Mulheres: Programas 2304, 2308 e 2324
- Igualdade Racial: Programas 2304, 2308 e 2324
- Povos Indígenas: Programas 2304, 2308 e 2324
- Agenda Ambiental: Programas 1158, 2304, 2306, 2307, 2318, 2324, 6113 e 6114

Informações sobre os atributos dos programas e os resultados do monitoramento, em 2025, estão disponíveis no [Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento \(SIOP\)](#) e na [página sobre o PPA no site do MCTI](#). O [Painel do Orçamento](#) permite a consulta livre às ações orçamentárias e o [Painel do PPA Aberto](#) permite consultar as entregas de cada programa.

A gestão do Plano envolve a implementação de políticas públicas relacionadas a cada programa finalístico, bem como o monitoramento, avaliação e a revisão periódica dos objetivos específicos, entregas, indicadores e metas estimadas e medidas institucionais, com vistas ao acompanhamento constante das políticas com o intuito de garantir a entrega dos resultados esperados pela sociedade. Os valores apurados em 2024 são apresentados no capítulo de resultados (item 3.8).

Em 2025 o plano passou por um processo de autoavaliação que teve a finalidade de identificar pontos de aprimoramento no desenho, na governança e no processo de implementação dos programas, e pela primeira revisão ordinária para na atualização dos programas, com vistas a proporcionar alinhamento às evidências oriundas do monitoramento e avaliação da programação e aderência à realidade de implementação das políticas públicas. As informações sobre estes processos estão disponíveis na página do [PPA 2024-2027](#).

Os dados apresentados neste Relatório se referem aos Programas 2304, 2308 e 2324, apresentados nos quadros a seguir:

**Quadro 5: Atributos do Programa PPA 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

| <b>Objetivo Geral (1310):</b> Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população. |   | <b>2025</b>           |
|--|---|-----------------------|
| <b>Objetivo Específico</b>   | <b>Indicador</b>  | <b>Valor Esperado</b> |
| 0213 - Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados à solução de problemas socialmente relevantes                      | 10612 - Número de produtos resultantes da coprodução de conhecimento nos projetos de P&D colaborativa apoiados            | 10                    |
| 0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais   | 10649 - Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população  | 20                    |
| 0215 - Promover as iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica no país  | 10569 - Número de iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica disponibilizadas à população | 386                   |
| 0216 - Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas  | 10714 - Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas e certificadas   | 10                    |
| 0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.                       | 10730 - Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome                          | 10                    |

**Quadro 6: Atributos do Programa PPA 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI**

| <b>Objetivo Geral (1309):</b> Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias. |   | <b>2025</b>           |
|--|---|-----------------------|
| <b>Objetivo Específico</b>   | <b>Indicador</b>  | <b>Valor Esperado</b> |
| 0411 - Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)  | 10214 - Evolução anual da disponibilização de infraestrutura de P&D   | 5.400                 |
| 0412 - Ampliar o impacto da Ciência & Tecnologia (C&T) nacional, fomentando a geração de conhecimento através do apoio a projetos  | 10230 - Proporção entre as citações das publicações brasileiras e o total mundial de citações   | 0,76                  |
| 0415 - Promover a formação, capacitação, atração, fixação e ampliação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias  | 10286 - Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes   | 1,30                  |
| 0417 - Expandir as parcerias estratégicas de cooperação nacional e internacional em CT&I   | 10301 - Número de programas, atividades, instrumentos e projetos resultantes de parcerias formais com instituições nacionais e internacionais | 684                   |
| 0425 - Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional   | *12854 – Volume de Recursos Aplicados em Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Capacitação em Segurança Cibernética               | *13.025.810,93        |
| 0428 - Contribuir com fomento à Infraestrutura Nacional da Qualidade   | 10423 - Número de laboratórios voltados à padronização, metrologia, acreditação e avaliação da conformidade fomentados                        | *44                   |

\* Atributos dos indicadores que foram alterados durante revisão ordinária.

**Quadro 7: Atributos do Programa PPA 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização**

| <b>Objetivo Geral (1311):</b> Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavanquem a industrialização do País por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional  |  | <b>2025</b>           |
|---|--|-----------------------|
| <b>Objetivo Específico</b>  | <b>Indicador</b>   | <b>Valor Esperado</b> |
| 0209 - Incentivar a colaboração entre ICT e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional  | *12846 – Percentual do valor da subvenção direta repassado a ICTs  | *10                   |
| 0210 - Ampliação dos investimentos em P&D.  | *12835 – Incremento dos investimentos em P&D nos Setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial   | *5                    |
| 0211 - Ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à PD&I (geridos pelo MCTI) nas empresas nacionais   | 11022 - Evolução do valor de investimentos em PD&I relacionados aos instrumentos de incentivos fiscais geridos pelo MCTI   | 35,57                 |
| 0212 - Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador   | *12853 – Valor total investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador   | *922.540.000,00       |
| 0524 - Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional  | 11323 - Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com bens incentivados, no âmbito da Lei de TICs | 12                    |
| 0547 - Fomentar o desenvolvimento e a autonomia na produção de semicondutores, com ênfase na redução da dependência externa tecnológica e na redução do desequilíbrio da balança comercial, visando o fortalecimento da capacidade tecnológica nacional, mediante investimentos em pesquisa, infraestrutura e formação de profissionais qualificados. | 12551 - Quantidade de componentes semicondutores produzidos  | 12.000.000,00         |

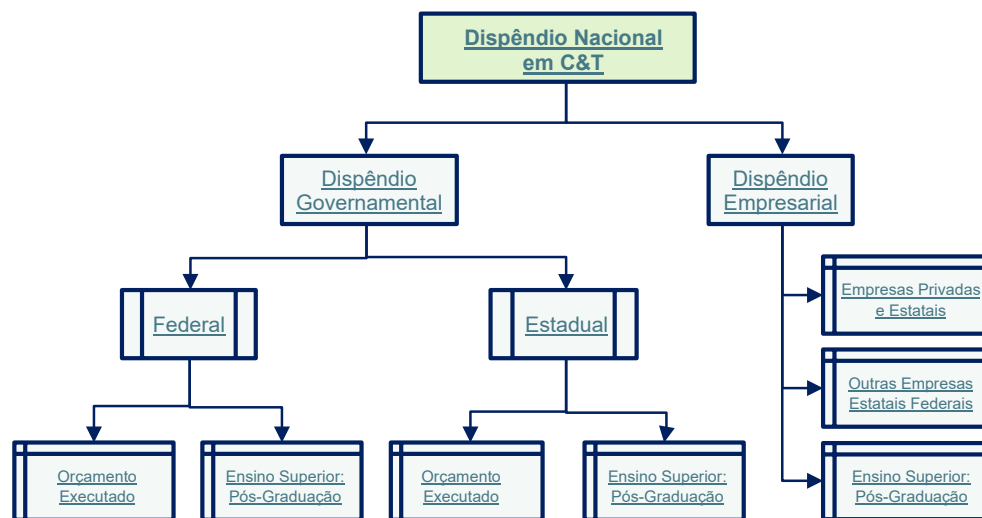
\* Atributos dos indicadores que foram alterados durante revisão ordinária.

## 1.4. Ambiente externo

Os Indicadores Nacionais de CT&I (IND-CT&I) constituem uma ferramenta central para compreender a dinâmica do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Ao integrar informações de múltiplas fontes, públicas e privadas, esses indicadores oferecem uma visão abrangente dos atores, investimentos, capacidades e resultados que estruturam o sistema de CT&I no país.

Os IND-CT&I contemplam dimensões essenciais para o acompanhamento do esforço científico e tecnológico brasileiro: dispêndios governamentais e empresariais; formação e qualificação de recursos humanos estratégicos; produção científica; pedidos e concessões de patentes; entre outros elementos que expressam a capacidade nacional de transformar conhecimento em inovação e propriedade intelectual. Esses indicadores também evidenciam a adaptação do país às demandas sociais e econômicas, bem como ao ambiente internacional marcado por rápidas mudanças tecnológicas. A composição do dispêndio nacional em C&T é apresentada na Figura 5.

Figura 5: Componentes do dispêndio nacional em C&T (C&T = P&D + ACTC) \*.



Fonte: COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI. \*Ciência e Tecnologia (C&T) = pesquisa e desenvolvimento (P&D) + atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC).

O link de cada elemento da figura acima dá acessos às respectivas [Notas Metodológicas](#).

O diagrama apresentado na Figura 5, detalha a participação dos investimentos públicos (federais e estaduais) e empresariais, bem como dos respectivos endereços eletrônicos para notas metodológicas específicas. Os dados estão disponíveis no [site do MCTI](#) e, além disso, foram consolidadas na publicação [Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação - Edição 2025](#), lançada em julho de 2025. As estatísticas apresentadas seguem o [Manual Frascati](#) (2015)<sup>2</sup>, principal referência metodológica internacional para mensuração de P&D.

É importante notar que, tanto no caso dos IND-CT&I quanto nos bancos de dados de organismos internacionais, as estatísticas usualmente são disponibilizadas com aproximadamente dois anos de defasagem. Apesar da defasagem, decorrentes dos processos de produção dos indicadores, eles são fundamentais para análises comparativas e para orientar políticas de CT&I.

Dentre os indicadores amplamente usados em comparações internacionais, destaca-se a intensidade em pesquisa e desenvolvimento (P&D), medida pela razão entre os dispêndios totais em P&D e o Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de um parâmetro chave para contextualizar o posicionamento do Brasil no ambiente externo, refletindo o esforço nacional em P&D e sua resiliência frente aos desafios tecnológicos contemporâneos.

No âmbito internacional, os Principais Indicadores de Ciência e Tecnologia (*Main Science and Technology Indicators* - MSTI), da OCDE, permitem comparar o desempenho dos países membros e economias parceiras em áreas-chave de C&T, complementando a interpretação dos resultados apresentados no contexto nacional.

De acordo com dados publicados pela OCDE em 2025<sup>3</sup>, os investimentos de P&D nos países da área da OCDE cresceram 2,4% em 2023. Em termos ajustados pela inflação — houve uma desaceleração relevante em comparação aos 3,6% observados em 2022. O setor empresarial permaneceu como o principal motor desse crescimento, com expansão de 2,7%, mantendo sua predominância no esforço de pesquisa e desenvolvimento: as empresas responderam por 73,6% do gasto interno bruto em P&D (GERD), proporção significativamente superior aos 66% registrados em 2010, o que evidencia um movimento de longo prazo de concentração da P&D no setor privado.

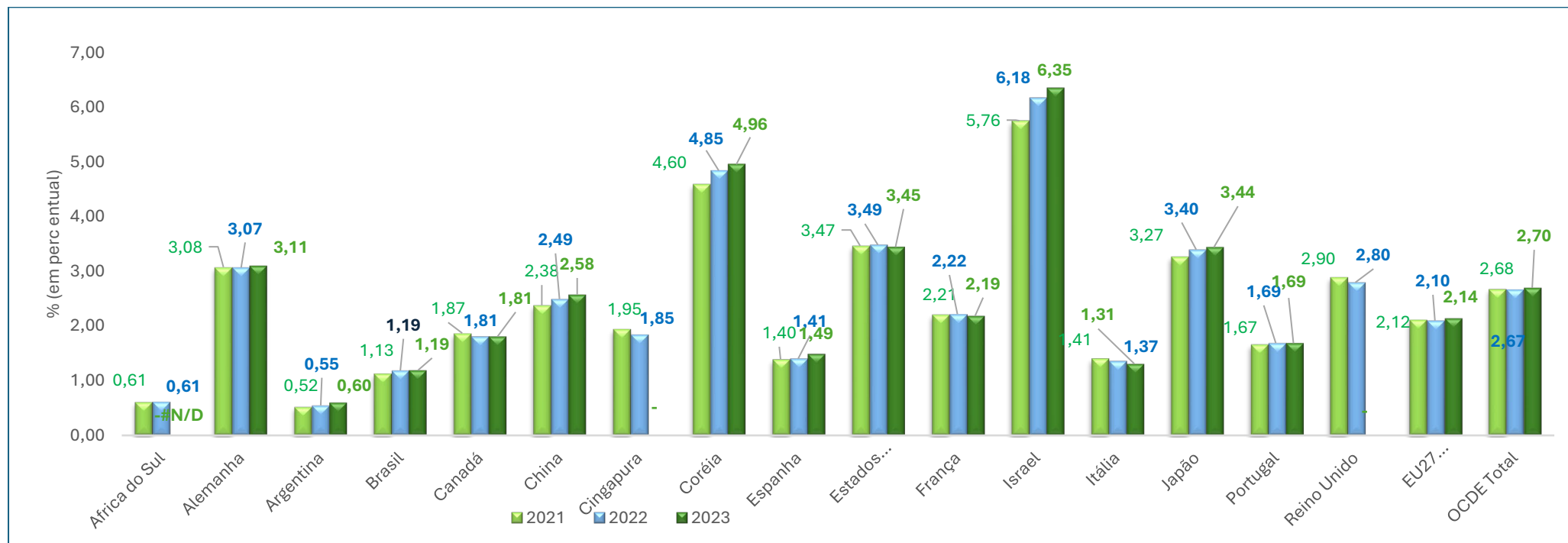
No mesmo período (2022-2023), a P&D realizada em instituições governamentais cresceu 2,5%, enquanto o setor de ensino superior registrou avanço mais moderado, de 1,7% — tendência coerente com a pressão orçamentária sobre universidades e institutos públicos em diversos países. Em termos comparativos, a participação das empresas no financiamento da P&D alcançou 77,7% na China em 2023, acima da média de 66% do grupo de 27 países da União Europeia (UE27) e próxima ao patamar dos Estados Unidos (78,4%), consolidando a ascensão chinesa como uma das economias com maior protagonismo empresarial no esforço global em Pesquisa e Desenvolvimento.

<sup>2</sup> OECD. 2015. *Frascati Manual 2015: Guidelines for Collecting and Reporting Data on Research and Experimental Development, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities*, OECD Publishing, Paris.

<sup>3</sup> OCDE (2025). *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2025 Driving Change in a Shifting Landscape*

O Gráfico 1 apresenta a trajetória recente dos dispêndios nacionais em P&D como proporção do PIB em países e blocos selecionados entre 2020-2023. As séries revelam trajetórias distintas: enquanto economias como Coreia, Israel e Estados Unidos mantêm patamares elevados e relativamente estáveis, outros países exibem oscilações associadas ao ciclo econômico, à inflação e às variações nas prioridades de política científica. A média da OCDE mostra ligeiro incremento, mas permanece distante dos níveis observados nas economias líderes. No caso do Brasil, que integra o MSTI como economia parceira, observa-se estabilidade em torno de 1,2% do PIB, nível inferior ao dos países da OCDE, mas alinhado ao comportamento de outras economias emergentes.

Gráfico 1: Dispêndios Nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de países e blocos selecionados (2020-2023).



Fonte: MCTI; OCDE MSTI. Elaboração: COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI.

O relatório da OCDE ressalta ainda que, embora os gastos com P&D tenham crescido de forma expressiva nas últimas duas décadas, há riscos emergentes de redução dos investimentos em P&D. O aumento do endividamento público e privado, somado à persistência de pressões inflacionárias, pode reduzir a capacidade de manutenção desse ritmo de investimento nos próximos anos.

A conjuntura internacional — marcada por incerteza política, tensões geopolíticas e sinais de desaceleração da atividade econômica — amplia o risco de estagnação ou até de queda real dos dispêndios em P&D, especialmente nos países com menor margem fiscal ou maior dependência de financiamento externo.

No tocante ao relatório da *United Nations Department of Economic and Social Affairs* (UN DESA) (2025)<sup>4</sup>, o progresso econômico associado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permanece lento e marcado por fortes desigualdades regionais.

<sup>4</sup> UN DESA (2025). [United Nations Department of Economic and Social Affairs. 2025. The Sustainable Development Goals Report 2025: Special Edition. The Sustainable Development Goals Report. United Nations.](#)

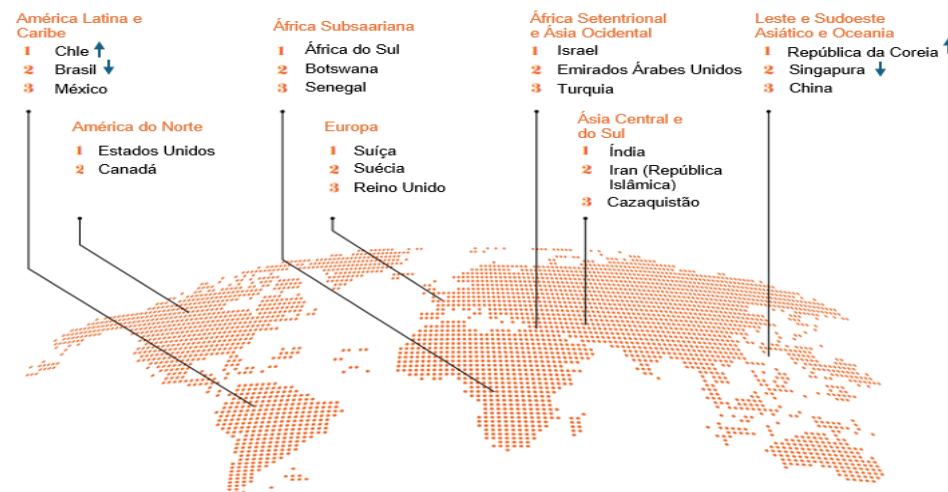
O relatório da UN DESA destaca que pequenas empresas continuam enfrentando sérias restrições de financiamento: apenas 31% das manufatureiras de pequeno porte têm acesso a crédito globalmente, percentual que cai para 18% na África Subsaariana. Paralelamente, enquanto o incremento de algumas tecnologias limpas evitou a emissão de 2,6 gigatoneladas (Gt) anuais de CO<sub>2</sub>, entre 2019 e 2024, as emissões globais de combustíveis fósseis e processos industriais atingiram novo recorde de 37,6 Gt em 2024, impulsionadas pelo consumo crescente de combustíveis fósseis. O avanço tecnológico também é desigual: a banda larga 5G já cobre 51% da população mundial, mas 4% não possui acesso a nenhuma forma de banda larga móvel, chegando a 15% da população nos países de baixa renda.

Outro ponto apontado pelo relatório da UN DESA refere-se ao crescimento da capacidade de pesquisa global numa taxa de 4,3%, desde 2015, variando de 1.137 a 1.420 pesquisadores por milhão em 2022. O relatório reforça que avançar na industrialização sustentável exige fortalecer sistemas de financiamento, ampliar infraestrutura digital acessível e promover investimentos consistentes em P&D, sobretudo em economias mais vulneráveis.

Outro indicador relevante na comparação internacional é o Índice Global de Inovação (2025)<sup>5</sup> que avalia o desempenho dos ecossistemas de inovação em 139 economias e identifica as principais tendências globais nos ambientes, investimentos, produção e difusão da inovação. O índice continua estruturado em 78 indicadores distribuídos em 7 pilares, sendo cinco pilares de insumos da inovação (Instituições, Capital Humano e Pesquisa, Infraestrutura, Sofisticação de Mercado e Sofisticação Empresarial) e dois pilares de produtos da inovação (Conhecimento e Tecnologia; Produtos Criativos). A edição de 2025 destaca um ponto de inflexão nos ecossistemas globais de inovação, no qual avanços tecnológicos acelerados convivem com a desaceleração dos investimentos tradicionais em P&D e com um cenário internacional marcado por maior fragmentação geopolítica.

A Figura 6 apresenta os líderes mundiais em inovação de 2025, com destaque para as 3 economias mais inovadoras de cada região. Considerando a classificação das economias por nível de renda, em 2025, a liderança global permanece estável entre economias de alta renda, com a Suíça (1ª) mantendo-se na primeira posição do ranking geral, seguida por Suécia (2ª) e Estados Unidos (3ª). A Coreia do Sul alcança sua melhor posição histórica (4ª), enquanto Cingapura ocupa a 5ª colocação, liderando em diversos indicadores específicos. A China permanece como a economia de renda média mais bem posicionada, ocupando o 10º lugar, impulsionada por forte desempenho em P&D, liderança global em depósitos de patentes e elevada produção científica. Entre as regiões, Israel lidera no Norte da África e Ásia Ocidental (14ª), enquanto no hemisfério Sul destacam-se Chile (51ª), Brasil (52ª) e México (58ª) na América Latina, e Maurício (53ª) e África do Sul (61ª) na África Subsaariana.

Figura 6: Índice Global de Inovação (IGI, 2025): 3 primeiras economias de inovação, por região



Fonte: World Intellectual Property Organization (2025). Global Innovation Index 2025: Innovation at a Crossroads, adaptado pela COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI. Exclui economias insulares da África Subsaariana.

A edição de 2025 também traz mudanças significativas no ranking dos 100 maiores clusters de inovação do mundo, incluindo pela primeira vez dados de venture capital para identificar ecossistemas mais dinâmicos. O maior cluster global é Shenzhen–Hong Kong–Guangzhou (China/Hong Kong SAR, China), seguido por Tóquio–Yokohama (Japão) e San Jose–San Francisco (EUA). A China lidera novamente em número de clusters (24), seguida pelos EUA (22). Entre economias de renda média, destacam-se clusters como São Paulo (Brasil), Cairo (Egito), Bengaluru e Delhi (Índia), Teerã (Irã), Cidade do México (México) e Kuala Lumpur (Malásia). O relatório enfatiza que os principais clusters concentram cerca de 70% das patentes no Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e dos investimentos globais em venture capital, evidenciando a polarização geográfica da inovação.

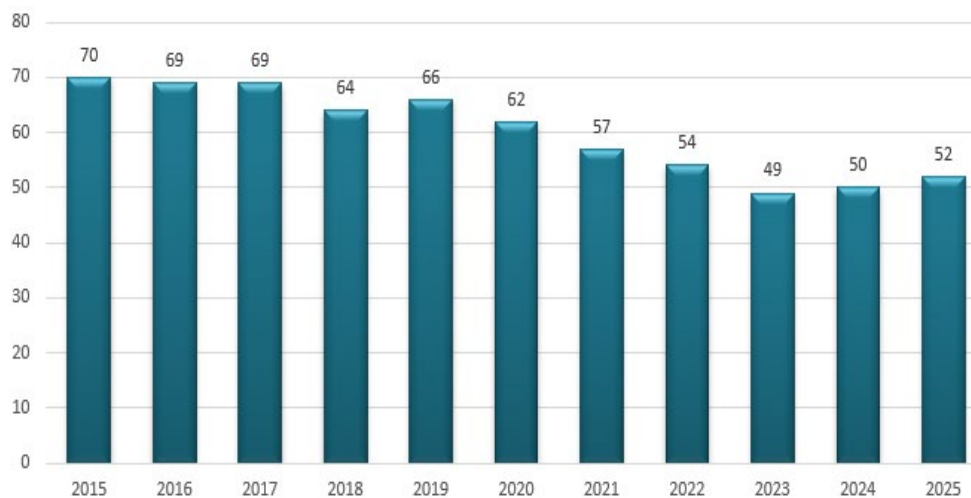
Em síntese, o IGI 2025 revela um cenário global em que a inovação continua avançando, especialmente em tecnologias digitais, inteligência artificial, supercomputação e energias limpas. Entretanto, o ritmo de crescimento dos investimentos em P&D desacelerou, o venture capital permanece retraído fora do eixo EUA/Inteligência Artificial (IA), e a adoção tecnológica perde velocidade em diversos mercados.

<sup>5</sup> IGI (2025). [World Intellectual Property Organization. Global Innovation Index 2025 Innovation at a Crossroads 18th Edition](#)

O Brasil mantém sua posição relativa na região e segue como economia que supera o desempenho esperado para seu nível de desenvolvimento, apresentando trajetória ascendente na última década. O país consolida São Paulo como o principal cluster latino-americano entre os Top 100 globais (São Paulo encontra-se na posição 49, enquanto a Cidade do México está em 79ª posição) e registra avanços notáveis em sofisticação de mercado e produção de conhecimento. Apesar disso, permanece limitado por gargalos estruturais em capital humano avançado, P&D empresarial e ambiente regulatório, além da necessidade de consolidar seus clusters emergentes de inovação.

Essa trajetória pode ser observada no Gráfico 2, que apresenta a evolução da posição do Brasil no ranking do IGI entre 2015 e 2025. Em 2025, o país ocupa a 52ª posição, uma leve queda em relação à 50ª posição em 2024, mas permanece como segunda economia mais inovadora da América Latina, atrás apenas do Chile.

Gráfico 2: Brasil: Posição no ranking do Índice Global de Inovação (2015-2025) (quanto menor o valor, mais bem posicionado)



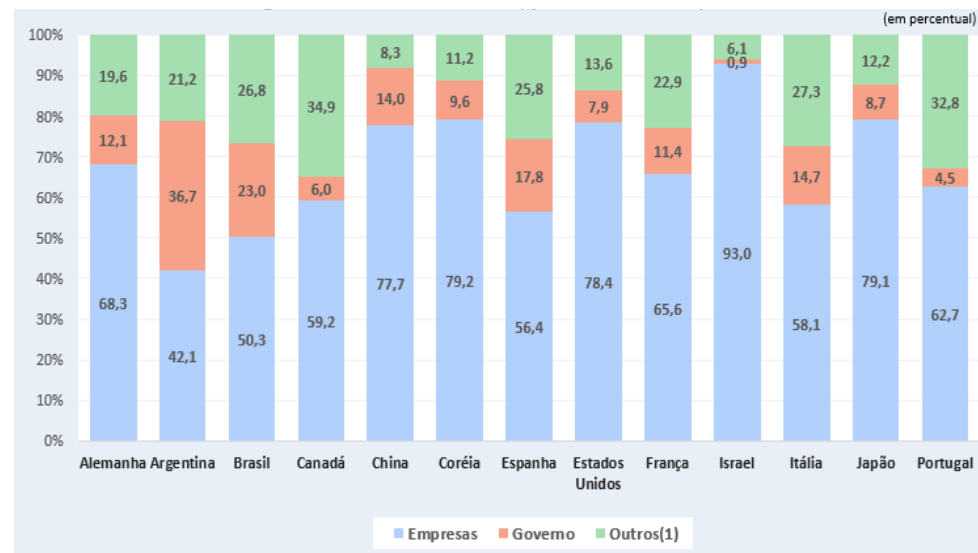
Fonte: World Intellectual Property Organization (2025). Global Innovation Index 2025: Unlocking the Promise of Social Entrepreneurship, adaptado pela COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI.

Ancorado por uma infraestrutura de pesquisa robusta, investimentos contínuos em P&D e fortes capacidades de pesquisa acadêmica e empresarial, o país figura novamente como uma economia que supera o desempenho esperado para seu nível de desenvolvimento, ao lado de China, Tailândia, Indonésia, África do Sul e Ucrânia. O relatório do IGI destaca o avanço do Brasil em sofisticação de mercado, ativos intangíveis e produção de tecnologia e conhecimento — embora persistam limitações estruturais em capital humano avançado, burocracia institucional e investimentos privados em inovação.

Quanto ao dispêndio nacional em P&D, conforme exposto anteriormente na Figura 5, considera-se todos os dispêndios realizados em P&D pelo setor empresarial (estatal e privado), além daqueles realizados pelo governo (federal e estadual), pelas universidades e instituições de pesquisa.

Em comparação internacional, no Gráfico 3, observa-se que enquanto economias avançadas apresentam forte predominância do P&D empresarial — como Alemanha (68,8%), Coreia (79,2%) e Japão (79,1%) — no Brasil, a participação do setor privado é menor (50,3%), evidenciando a janela de oportunidade para ampliar a P&D empresarial e aproximar o país dos padrões observados nas nações mais inovadoras.

Gráfico 3: Distribuição percentual dos dispêndios nacionais em P&D, segundo setor de financiamento, países selecionados, em 2023.



Fonte: MCTI. Elaboração: COICT/CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI. (1) inclui os setores ensino superior e instituições privadas sem fins de lucro e estrangeiro.

Na composição dos dispêndios públicos, destacam-se os dispêndios do Governo Federal no Gráfico 4. Observa-se que, enquanto os principais indicadores internacionais mostram desaceleração dos investimentos globais em P&D, retração do venture capital fora do eixo EUA-IA e perda de fôlego na adoção tecnológica, o Brasil apresenta trajetória distinta: o dispêndio federal e estadual em C&T mantém recuperação recente, com retomada dos investimentos públicos e estabilidade relativa no longo prazo, ainda que em patamar inferior ao observado nas economias líderes e aos picos observados em 2013 e 2014.

Gráfico 4: Brasil: Dispendio do governo federal em C&T, por atividade, 2000-2023 (em valores de 2023).



Fonte: MCTI. Elaboração: COICT/MCTI. Nota (1) Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

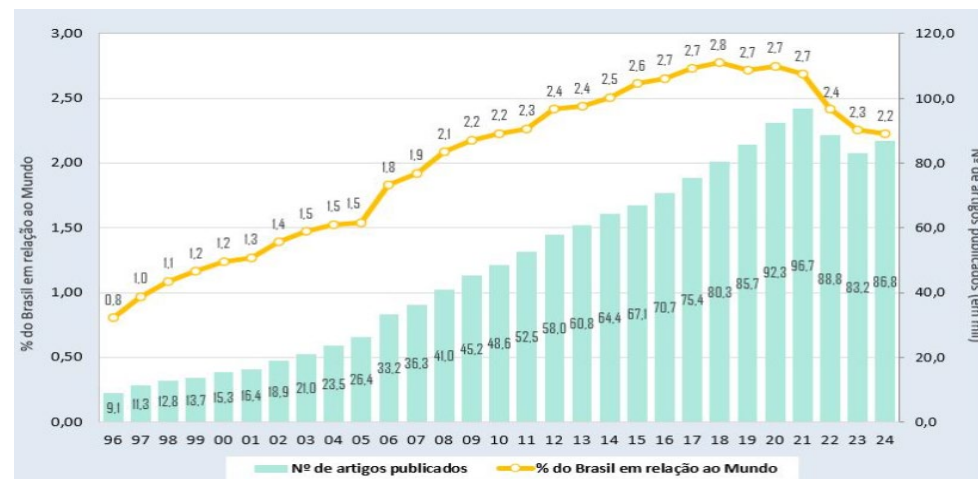
Gráfico 1: Brasil - Dispendios dos governos estaduais em C&T, por atividade, 2000-2023 (em valores de 2023).



Fonte: MCTI. Elaboração: COICT/MCTI. Nota (1) Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

Em termos de produção científica, o número de artigos brasileiros indexados na Scopus manteve trajetória ascendente até 2021, quando atingiu aproximadamente 96,7 mil publicações, mas passou a recuar nos anos seguintes, chegando a 83,2 mil em 2023 e 86,8 mil em 2024, conforme o Gráfico 6.

Gráfico 5: Número de artigos brasileiros indexados pela Scopus e Percentual em relação ao mundo, 1996-2024



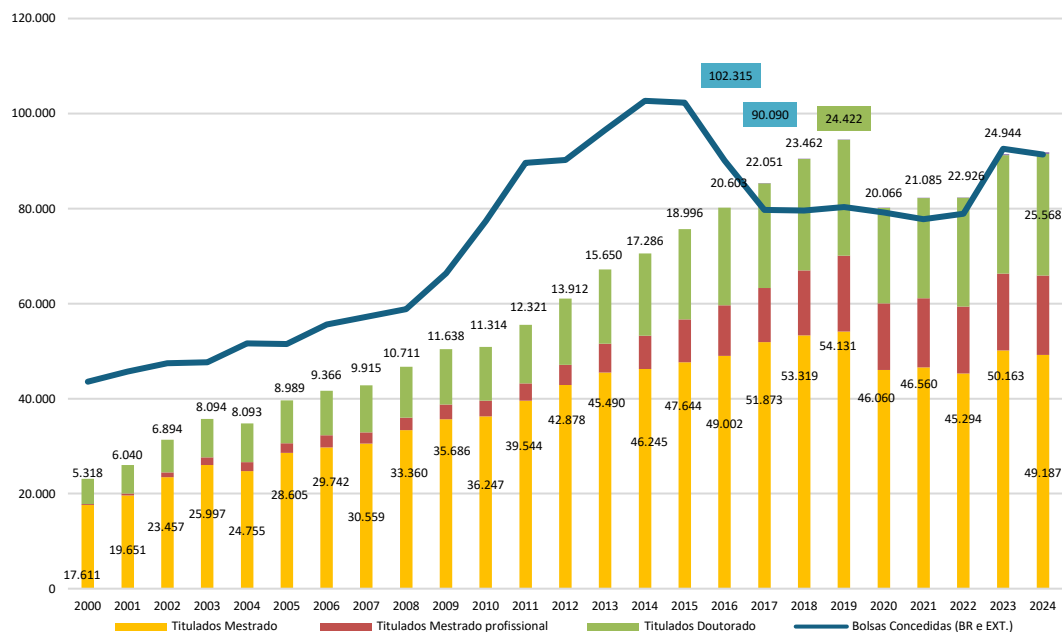
Fonte: MCTI. Elaboração: COICT/MCTI. Tabelas 8.3.1 disponível no site do MCTI.

A participação relativa do Brasil na produção científica mundial, após alcançar o pico de 2,8% em 2018, também entrou em trajetória de declínio a partir de 2021, reduzindo-se para 2,7% em 2021, 2,4% em 2022, 2,3% em 2023 e 2,2% em 2024. Esse nível aproxima-se do observado em meados da década passada e indica perda de participação na produção global — embora o Brasil se mantenha na 14ª posição entre os países que mais publicam.

Observa-se um leve aumento no número de artigos brasileiros publicados e indexados na base Scopus, que passaram de 83,2 mil em 2023 para 86,8 mil artigos em 2024. De acordo com a tabela por área do conhecimento publicada na [página eletrônica do MCTI](#) as áreas de Engenharia Química, Ciência da Decisão, Odontologia, Meio Ambiente, Ciência dos Materiais apresentaram crescimento relativo em comparação ao desempenho mundial entre 2023 e 2024.

O Gráfico 6 apresenta a evolução do número de alunos titulados entre 2000 e 2024, evidenciando a forte ampliação da capacidade formativa do sistema nacional de pós-graduação, especialmente a partir de 2010. Em 2024, o país alcançou novo recorde no número de titulados em mestrado profissional e doutorado, com destaque para o crescimento expressivo dos titulados em mestrado profissional.

Gráfico 6: Alunos titulados no mestrado e doutorado e total de bolsas concedidas no Brasil e no Exterior, 2000-2024



Fonte: [CNPq](#) e [CAPES](#). Elaboração: [CGDI/DGIT/SEXEC/MCTI](#). Tabelas [3.3.1](#) e [4.1](#) disponíveis no site do MCTI.

A forte expansão da pós-graduação teve impacto na distribuição dos esforços em P&D no país. Considerando a evolução entre 2015 e 2024 do número de doutores titulados em cada Unidade da Federação, houve um movimento de desconcentração regional, embora ainda persista desigualdade. O coeficiente de redistribuição (CR) era 26% em 2015, melhorando para 20% em 2024. O Coeficiente de Redistribuição (CR) é uma medida que indica o quanto a distribuição espacial de uma variável (exemplo: doutores) se afasta de uma distribuição base (exemplo: a população).

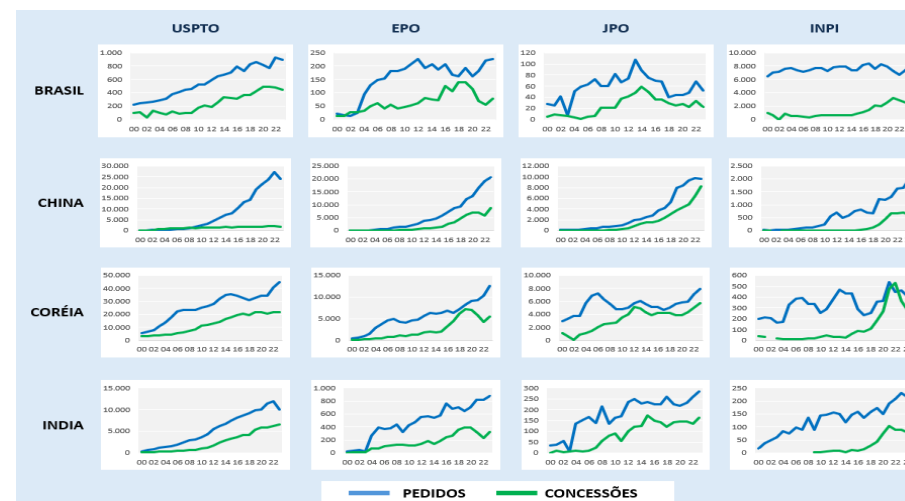
Um dos esforços para a melhor compreensão do funcionamento do Sistema Nacional de CT&I dentro do país foi a assinatura do protocolo de intenções entre MCTI, CONSECTI e CONFAP, que marcou a retomada da Rede Nacional de Indicadores Estaduais de CT&I, com foco na harmonização metodológica, padronização e comparabilidade dos indicadores entre as unidades federativas. A iniciativa fortalece a capacidade técnica dos estados, assegura alinhamento a padrões internacionais e contribui para a qualificação das informações utilizadas na formulação de políticas públicas, reforçando a consistência do Sistema Nacional de CT&I.

Patentes são consideradas um indicador importante para medir o progresso e a inovação na ciência e tecnologia, pois representam a proteção legal de uma invenção ou descoberta. A concessão de uma

patente requer que a inovação seja original, útil e não óbvia, o que sugere que houve investimento significativo em P&D para chegar a esse resultado.

As patentes também oferecem ao inventor ou à empresa titular da patente a exclusividade de explorar comercialmente a inovação por um período determinado, o que incentiva a inovação e o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Gráfico 7: Total de Pedidos e Concessões de Patentes, 2000-2024



Fonte: [MCTI](#). Elaboração: [COICT/MCTI](#). Tabelas disponíveis nos links: [USPTO](#), [JPO](#), [EPO](#) e [INPI](#).

O gráfico 7 evidencia a evolução dos pedidos e concessões de patentes nos principais escritórios internacionais (USPTO, JPO, EPO e INPI) para Brasil, China, Coreia do Sul e Índia. Observa-se continuidade do crescimento dos pedidos de patentes nos principais escritórios internacionais (USPTO, JPO, EPO e INPI) até 2023, com liderança de China, Coreia do Sul e Índia, que apresentam trajetória fortemente ascendente em pedidos e, com defasagem, em concessões.

O Brasil registrou leve aumento ou estabilidade nos pedidos, indicando manutenção do esforço de proteção internacional, ainda em escala inferior à das economias asiáticas. No INPI, os dados de 2024 apontam aumento dos pedidos no Brasil e recuo moderado das concessões, compatível com oscilações administrativas e o descompasso temporal entre depósitos e decisões. Em síntese, não há evidência de retração estrutural do esforço inovativo, mas ritmos diferenciados de crescimento.



2

# Governança & Estratégia

O segundo capítulo aborda os principais avanços institucionais relativos à Política de Governança e Planejamento Estratégico, Acesso à Informação, Gestão de Riscos, Integridade e demais aspectos relacionados a transparência e comunicação com a sociedade.

## 2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de [governança do MCTI](#) é concebida como um sistema integrado e dinâmico, projetado para assegurar a direção estratégica, o alinhamento operacional e o controle robusto, em consonância com a missão, visão e valores institucionais. É a principal alavanca para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos definidos no [Planejamento Estratégico Institucional](#) (PEI) do MCTI e na Estratégia Nacional de CTI (ENCTI).

No centro deste sistema está o [Comitê Interno de Governança \(CIG-MCTI\)](#), instância colegiada de mais alto nível, instituído pela [Portaria nº 7.337/2023](#), presidida pela Ministra e integrada por Secretários do MCTI e das entidades vinculadas (AEB, CNEN, FINEP, CNPq). De natureza consultiva e deliberativa, o CIG é o principal fórum para a definição de diretrizes, priorização estratégica e supervisão da implementação da Política de Governança Institucional.

O CIG-MCTI auxilia a alta administração por meio da implementação e manutenção de três mecanismos centrais: Liderança, Estratégia e Controle, assegurando a conformidade legal, a economicidade e a efetividade das ações.

A liderança é exercida pela promoção da integração, motivação e capacitação das chefias, assegurando uma cultura de integridade, responsabilidade e melhoria contínua do desempenho.

A estratégia é materializada e monitorada com o apoio técnico da Assessoria de Estratégia e Governança, unidade responsável pela elaboração, revisão e acompanhamento do [PEI](#). Esse processo é sustentado por ferramentas como sub comitês ou grupos técnicos, que subsidiam o CIG com relatório setoriais, análises técnicas e propostas de aprimoramento dos instrumentos de planejamento, garantindo alinhamento de seus instrumentos com o PPA, a ENCTI e outras políticas nacionais.

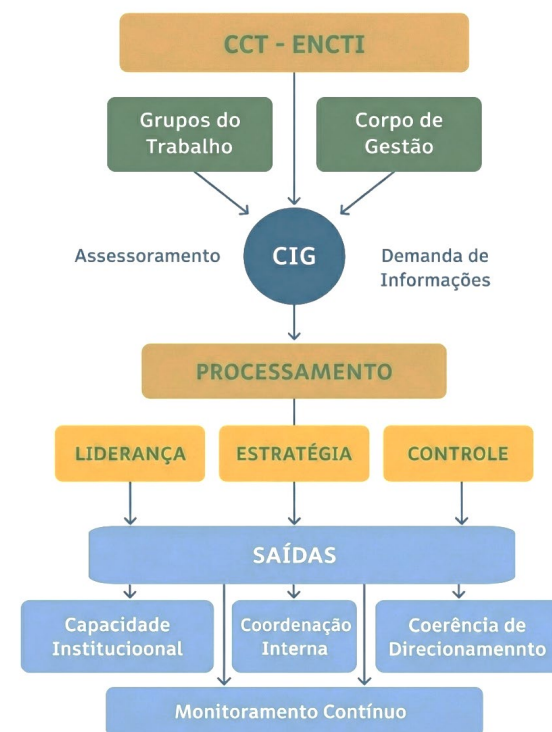
O controle é implementado por meio de estruturas e processos que abrangem gestão de riscos, controle interno, integridade e transparência.

A comunicação e engajamento com as partes interessadas ocorrem em múltiplos níveis: internamente, por meio da ampla divulgação do Mapa Estratégico, da realização de

reuniões periódicas de comitês e subcomitês e da transparência nas atas e decisões. E externamente, através da prestação de contas à sociedade, da participação popular por meio de consultas públicas e conferências, como a [5ª CNCTI - Conferência Nacional de CTI](#), e da integração com demais fóruns de política pública, garantindo que as demandas sociais conformem a direção estratégica do órgão.

Esta governança se estende por uma rede de colegiados de diversos tipos, ativos no MCTI, dedicados a gestão partilhada de políticas públicas específicas. Juntos, eles formam um ecossistema de suporte que subsidia a gestão, elimina redundâncias e gera eficiência. Dessa forma, os diversos atores – da alta administração às unidades técnicas e colegiados setoriais – organizam-se e interagem de maneira coordenada, influenciando e monitorando continuamente a trajetória do órgão no sentido de se manter alinhado ao cumprimento de sua missão, realizar sua visão de futuro e promover seus valores.

Quadro 8: Modelo de Governança do MCTI



O MCTI registrou um índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão - iESGO de 55,6% no último levantamento realizado em 2024 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), resultado que coloca o Ministério acima da média dos órgãos da administração direta, com destaque para índices de gestão e governança, ao mesmo tempo em que evidencia uma clara oportunidade de aprimoramento no pilar ambiental e social (ESG).

Esse diagnóstico, longe de ser um ponto final, tem sido um catalisador positivo para a ação, já que a instituição direcionou, de forma ágil e estratégica, esforços e recursos prioritários para fortalecer suas práticas de sustentabilidade.

O MCTI projeta uma trajetória de melhoria contínua, com a expectativa de apresentar avanços sensíveis e consolidar uma governança ainda mais robusta e integrada no próximo ciclo avaliativo de 2026.

### 2.1.1. Governança do FNDCT

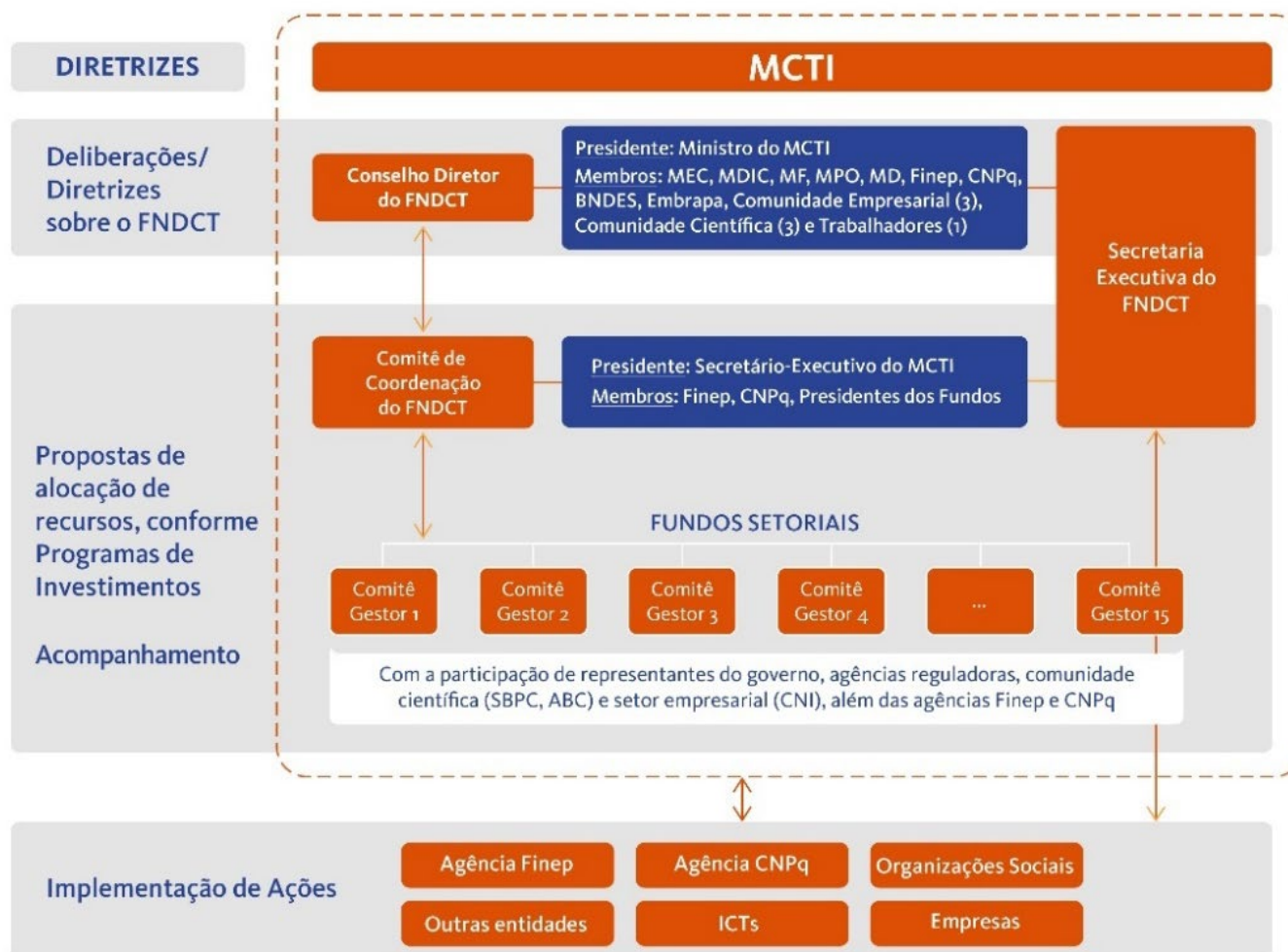
O atual modelo de governança do FNDCT está regulamentado pela Resolução CD-FNDCT nº 845/2024 e representado no quadro ao lado. O modelo prevê a participação de vários órgãos colegiados para a tomada de decisão e o relacionamento entre esses colegiados e as instâncias operacionais nos processos de planejamento, alocação e aplicação dos recursos.

O Conselho Diretor (CD-FNDCT) é a instância máxima do sistema de gestão, sendo responsável pela aprovação das políticas e diretrizes orientadoras da utilização dos recursos, do plano anual de investimento e das prestações de contas preparadas pela secretaria-executiva, bem como pela avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo.

As demais instâncias de governança são:

- o Comitê de Coordenação do FNDCT (CCF), cuja finalidade é promover a gestão operacional integrada dos fundos setoriais e das ações transversais;
- a Secretaria-Executiva do FNDCT, exercida pela Finep, que para isso utiliza sua estrutura física e de pessoal; e,
- os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, cuja composição possibilita a participação de amplos setores da sociedade nas decisões sobre as aplicações dos recursos dos fundos. As agências de fomento completam essa estrutura, tendo como objetivo operacionalizar as ações aprovadas pelo Conselho Diretor e detalhadas pelo Comitê de Coordenação do FNDCT.

Quadro 9: Modelo de Governança do FNDCT



## 2.2. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2024 - 2034

Em 2025, o CCT intensificou as ações de apoio à elaboração e validação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2024–2034), instrumento orientado pelas recomendações da [5ª CNCTI](#) e submetido à deliberação do Colegiado, conforme competência legal do Conselho.

Para consolidar a proposta da ENCTI, observando-se os eixos estruturantes indicados na [Portaria nº 6.998/2023](#) e as contribuições oriundas da 5ª CNCTI, o MCTI instituiu Grupo de Trabalho por meio da [Portaria nº 9.203/2025](#), com vistas ao estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de CT&I. No suporte a este GT, foram realizadas as seguintes atividades:

- sistematização e consolidação de contribuições técnicas recebidas, com foco em clareza, coerência e aderência às recomendações da [5ª CNCTI](#);
- produção e organização de subsídios para instrução da deliberação do Colegiado, com orientações aos Conselheiros;
- preparação de encaminhamentos para a fase subsequente de acompanhamento e monitoramento das estratégias aprovadas, a partir de 2026.
- interação com a sociedade – aprimoramento de canais digitais de comunicação e planejamento de iniciativas de participação social (ferramentas digitais e eventos temáticos, como seminários e workshops).

Ao final de 2025, O documento-base da ENCTI 2024 – 2034 foi apresentado ao CCT que determinou a realização de [Consulta Pública através da plataforma Brasil Participativo](#), com a perspectiva de disponibilizar o texto final à sociedade no primeiro semestre de 2026, com ampla divulgação pelos canais oficiais.

## 2.3. Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2024-2027

O [Mapa Estratégico do MCTI \(PEI 2024-2027\)](#) e a [proposta da ENCTI 2024-2034](#), maturados por anos de trabalho em planejamento e lançados nesse exercício, demonstram como a organização deseja ir em direção a um Brasil posicionado como referência global de desenvolvimento justo, soberano e sustentável.

As ações em CT&I devem, portanto, ser mobilizadoras para gerar bem-estar para a população, contribuindo com o planeta e com os atores relevantes para avanço da humanidade, assegurando crescimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades.

O estabelecimento de metas associadas à expansão do esforço nacional em CT&I incluem a perspectiva de elevação dos investimentos em P&D em relação ao PIB. No contexto da construção da ENCTI, (2024 – 2034), foi sugerido um patamar de 2% do PIB até 2034, alinhado às diretrizes de fortalecimento do SNCTI.

Para promover esses avanços, o órgão estrutura sua atuação em três níveis interligados.

1. **Direção estratégica de longo prazo**, definida pela ENCTI, organizada em quatro eixos: (i) expandir e integrar o SNCTI; (ii) promover a reindustrialização com inovação e sustentabilidade; (iii) executar projetos estratégicos para a soberania nacional em áreas críticas; e (iv) orientar a CT&I para o desenvolvimento social e a popularização da ciência.
2. **Planejamento e operacionalização**, por meio da elaboração do novo Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), conforme determinado na [Portaria nº 9.203/2025](#), que detalhará metas, cronogramas, fontes de financiamento, responsabilidades institucionais e mecanismos de monitoramento e avaliação.
3. **Governança e acompanhamento**, coordenados pelo CIG-MCTI e apoiados por instâncias internas e estruturas de suporte, responsáveis por assegurar o alinhamento ao PPA, o monitoramento por indicadores, o acompanhamento de projetos prioritários (como Sirius, RMB e PBIA) e a transparência na alocação de recursos.

Consubstanciando estes três níveis de atuação, foi publicada a [Portaria MCTI nº 9.240/2025](#) que instituiu o [Planejamento Estratégico Institucional](#) - PEI 2024 a 2027 que orienta o alinhamento de ações de médio prazo para o órgão, considerando:

- a estruturação de 10 Objetivos Estratégicos para o MCTI focados em resultados finalísticos (como recuperação do SNCTI, industrialização, projetos de soberania e inclusão social), fortalecimento da gestão (governança, relações internacionais, controle) e aprimoramento do suporte (pessoas, TI, gestão financeira).
- a integração entre uma visão audaciosa, uma estratégia detalhada e uma governança executiva, assegurando que cada ação esteja alinhada à missão de transformar a CT&I no principal motor do desenvolvimento nacional soberano, sustentável e inclusivo.

É nesse ambiente de governança estratégica que se insere o [Mapa Estratégico do MCTI](#), instrumento que organiza a visão institucional, os objetivos estratégicos e os resultados esperados para o período de vigência do PEI (2024-2027).

# Mapa Estratégico do MCTI

PEI 2024 - 2027

## Missão

Impulsionar o **desenvolvimento econômico e social do Brasil**, em bases soberanas e sustentáveis, por meio da **promoção da capacidade Científica, Tecnológica e de Inovação** nacional.

## Visão

Posicionar o Brasil como **referência Global de desenvolvimento justo, soberano e sustentável** capaz de mobilizar competências Científica, Tecnológica e de Inovação para gerar bem-estar para a sua população e o planeta.

## Valores

Eficiência

Compromisso Público

Cooperação

Visão Estratégica Nacional

Ética

Postura Transformadora

Transparência

## Objetivos estratégicos

### RESULTADOS FINALÍSTICOS

**Recuperar, expandir e consolidar** o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Promover** a industrialização no Brasil em novas bases tecnológicas e apoiar a inovação nas empresas.

**Impulsionar** projetos estratégicos para a soberania nacional.

**Fomentar** o desenvolvimento social por meio da ciência, tecnologia e inovação.

### FORTALECIMENTO DA GESTÃO

Fortalecer o modelo de **gestão e governança** baseado na integração, inovação e transparência com foco na entrega dos resultados planejados.

Consolidar as **relações internacionais e a comunicação institucional do MCTI**, promovendo a cooperação, a atração de parcerias estratégicas e o intercâmbio de conhecimentos para ampliar a inserção global do país no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, garantindo uma comunicação cidadã, inclusiva e eficaz com os públicos interno e externo.

Aprimorar a **governança jurídica**, os mecanismos de **controle e a segurança institucional**, garantindo conformidade com normativas, transparência, mitigação de riscos e proteção do patrimônio e das pessoas, em alinhamento com as diretrizes institucionais e as boas práticas de integridade.

### APRIMORAMENTO DO SUPORTE

Buscar o **desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho**, bem como a melhoria constante do **clima organizacional**.

Assegurar um alto nível e qualidade, inovação e segurança nas soluções **Tecnologia da Informação (TI) e na gestão da logística, infraestrutura e patrimônio**, alinhando-as às prioridades institucionais para impulsionar a eficiência operacional, à modernização dos processos, à competitividade e à sustentabilidade da instituição, garantindo o uso eficiente dos recursos, a segurança dos ativos e a adoção das melhores práticas de gestão.

Aprimorar a **gestão financeira**, assegurando a transparência, a eficiência na execução orçamentária e a conformidade com a legislação, com foco na otimização dos recursos, na integridade das contas públicas para garantir maior sustentabilidade fiscal e alinhamento às diretrizes institucionais.

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
BRASIL  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

## 2.4. Plano Anual de Investimentos do FNDCT

Em 2025, o Conselho Diretor do FNDCT aprovou dois novos Programas de Investimentos, que se somam aos dez programas instituídos em 2023 e posteriormente revisados. Estes programas estruturam a aplicação estratégica dos recursos do Fundo. Inspirados na abordagem de políticas orientadas por missões, esses programas buscam mobilizar capacidades científicas, tecnológicas e empresariais em torno de objetivos estratégicos, promovendo maior coordenação entre instrumentos de fomento, instituições de pesquisa e o setor produtivo.

Desde a criação dos primeiros Programas de Investimentos, novos temas surgiram no debate dos grandes desafios nacionais a serem enfrentados, entre os quais dois se destacaram: a inteligência artificial e os desastres climáticos. Os dois novos programas ([IA Brasil](#) e [SOS Brasil](#)) foram propostos e aprovados para adequar a cobertura das linhas de financiamento existentes do FNDCT. O primeiro, está alinhado ao Programa Brasileiro de Inteligência Artificial – PBIA e visa posicionar o Brasil como referência global em IA responsável e confiável, garantindo a soberania nacional, os direitos fundamentais, a proteção do trabalho e o desenvolvimento econômico sustentável. E, o segundo tem como objetivos o monitoramento e o enfrentamento de impactos decorrentes de desastres climáticos, bem como o fortalecimento da resiliência de ecossistemas, infraestruturas críticas, sistemas produtivos e comunidades vulneráveis.

Cada Programa de Investimentos, representado no Quadro 10, possui uma ou mais linhas de atuação, especificando os objetivos a serem alcançados com as ações detalhadas. Todo esse conjunto está apresentado no Anexo II, com as iniciativas aprovadas até 31/12/2025.

A partir das diretrizes estratégicas estabelecidas pelos Programas de Investimentos, alinhadas às prioridades estabelecidas pelo Governo Federal para promover o desenvolvimento do País, foi aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT o Plano Anual de Investimento – PAI 2025, dividido em dois documentos, um relativo aos recursos não reembolsáveis e outro sobre os recursos reembolsáveis. As propostas apresentadas obedeceram à governança do Fundo, passando pela aprovação prévia dos comitês gestores dos fundos setoriais correspondentes e do Comitê de Coordenação do FNDCT.

O [Plano Anual de Investimento](#) se constitui no principal documento de planejamento da alocação de recursos orçamentários e financeiros do FNDCT, os quais abrangem os fundos setoriais, os de escopo transversal, as operações especiais destinadas a empresas e os recursos reembolsáveis. O PAI 2025 foi aprovado pelo Conselho Diretor conforme cronograma abaixo.

Quadro 10: Programas de Investimentos Aprovados pelo CD-FNDCT



Tabela 1: Cronograma de Reuniões do CD-FNDCT em 2025

| Data       | Formato              | Principais deliberações   |
|------------|----------------------|---|
| 28/05/2025 | 1ª Reunião Ordinária | Aprovação da revisão dos programas do FNDCT<br>Aprovação do PAI 2025 Não Reembolsável<br>Aprovação do PAI 2025 Reembolsável |
| 30/07/2025 | 2ª Reunião Ordinária | Distribuição regional dos recursos<br>Diretrizes para priorização do uso dos recursos reembolsáveis                         |
| 29/10/2025 | 3ª Reunião Ordinária | Revisão do Plano Anual de Investimento Reembolsável 2025  |
| 10/12/2025 | 4ª Reunião Ordinária | Aprovação dos Modelos Lógicos dos Programas de Investimentos  |

Os dois documentos do Plano Anual de Investimento (PAI) 2025 — Recursos Reembolsáveis e Não Reembolsáveis — estão disponíveis na internet, acessíveis pelos links:

- [PAI 2025 – Recursos Reembolsáveis \(Finep\)](#);
- [PAI 2025 – Recursos Não Reembolsáveis \(Finep\)](#);
- [FNDCT - Plano Anual de Investimento - PAI \(portal MCTI\)](#).

As principais disposições de ambos são apresentadas a seguir.

#### 2.4.1. FNDCT 2025 – Recursos Não Reembolsáveis

A necessidade orçamentária da carteira de projetos contratados e selecionados projetada para o exercício apontou para uma demanda de R\$ 5.984,8 milhões em 2025. Somado aos compromissos aprovados com taxa de administração e despesas operacionais, correspondentes a R\$ 212,6 milhões, esse montante poderia ser integralmente atendido pelos recursos disponibilizados na LOA – Lei Orçamentária Anual – aprovada para o exercício, que totalizavam R\$ 7.334,5 milhões.

Com isso, havia uma folga de R\$ 1.137,1 milhões para novas iniciativas com impacto orçamentário em 2025, valor este que poderia ser ampliado conforme houvesse frustração na demanda da carteira compromissada ao longo do exercício. Até 30 de abril de 2025, data de submissão do documento, o CCF havia aprovado novas iniciativas que representavam um impacto total de R\$ 227,8 milhões em 2025.

Ficou ainda consignada no PAI 2025 a criação dos dois novos Programas de Investimentos, IA Brasil e SOS Clima Brasil. Como destaque, foi aprovado o orçamento dos agora 12 programas no horizonte de 2025 a 2029, no valor total de R\$ 48 bilhões.

Tabela 2: Orçamento Plurianual dos Programas de Investimentos

| Programa                             | Orçamento 2025-2029 (R\$ milhões) |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| P1 – Pró-Infra                       | 12.250                            |
| P2 – Mais Inovação                   | 12.250                            |
| P3 – Conecta e Capacita Brasil       | 1.500                             |
| P4 – Pró-Amazônia                    | 1.000                             |
| P5 – Conhecimento Brasil             | 5.000                             |
| P6 – Política com Ciência            | 1.500                             |
| P7 – Identidade Brasil               | 1.000                             |
| P8 – Projetos Estratégicos Nacionais | 5.500                             |
| P9 – Defesa                          | 1.000                             |
| P10 – Segurança Alimentar            | 1.000                             |
| P11 – IA Brasil                      | 5.000                             |
| P12 – SOS Clima Brasil               | 1.000                             |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>48.000</b>                     |

#### 2.4.2. FNDCT 2025 – Recursos Reembolsáveis

O orçamento aprovado na LOA 2025 da ação 0A37 da Unidade Orçamentária 74910 — Operações Oficiais de Crédito - foi de R\$ 7.334.389.513. Com a promulgação da Lei nº 15.184, de 04/08/2025, que autorizou a utilização, até 2028, do superávit financeiro apurado em exercícios anteriores para a concessão de empréstimos, foi aprovada a revisão do PAI Reembolsável, permitindo a suplementação de R\$ 1.811.820.523, totalizando o empréstimo para o ano de 2025 no valor de R\$ 9.146.210.036.

As diretrizes e objetivos estratégicos para aplicação dos recursos do empréstimo do FNDCT, constantes da Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios – ELPPN 2025 da Finep, estão alinhados com as iniciativas governamentais, especialmente a Política Nacional de Inovação (PNI), a Estratégia Nacional de Inovação (ENI), a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) do MCTI e a Nova Indústria Brasil (NIB), estabelecida pela Resolução nº 1 do CNDI, de 6 de julho de 2023.

Considerando uma demanda total de R\$ 11,0 bilhões (R\$ 9,1 bilhões da carteira de operações diretas já contratadas e R\$ 1,9 bilhão originados de novas contratações diretas e descentralizadas) por recursos reembolsáveis em 2025, foi aprovada pelo Conselho Diretor do FNDCT a proposta de concessão de empréstimo à Finep no total de R\$ 9.146,2 milhões (somando o orçamento aprovado na LOA do exercício com a suplementação), com desembolsos de junho a dezembro.

## 2.5. Riscos e oportunidades no MCTI

A [Gestão de Riscos](#) é um pilar estruturante da governança estratégica do MCTI, sendo integrada aos mecanismos de controle e supervisão. O MCTI avalia de forma sistemática os riscos e as oportunidades que podem afetar sua capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazo, considerando seus objetivos estratégicos, o contexto institucional e o ambiente externo no qual atua.

A gestão desses riscos e oportunidades é conduzida de forma integrada à governança institucional, nos termos da Política de Gestão de Riscos do MCTI, instituída pela [Portaria nº 7.246/2023](#), e apoiada por instrumentos, processos e instâncias de monitoramento que visam subsidiar a tomada de decisão da alta administração.

Em 2025, o MCTI avançou na identificação e avaliação de projetos e de processos. Após a publicação do PEI 2024-2027 ([Portaria MCTI nº 9.240/2025](#)), foram realizadas ações preparatórias relevantes, como a elaboração de material de apoio para oficinas, a proposição preliminar de riscos, causas e consequências associadas aos objetivos estratégicos e a articulação com a Assessoria Especial de Controle Interno – AECl para o tratamento integrado dos riscos à integridade, de modo a assegurar maior efetividade quando da execução formal do levantamento.

Ocorre que, no decorrer desse processo, iniciou-se junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI um movimento para reestruturação do MCTI e optou-se por aguardar a publicação da nova estrutura organizacional do Ministério para continuidade aos trabalhos iniciados. Tal medida se justifica pelo fato de que a gestão de riscos deve estar diretamente alinhada à estrutura organizacional vigente, às competências formais das unidades administrativas, às linhas de autoridade, aos processos decisórios e aos responsáveis institucionais definidos no regimento. Alterações estruturais em curso — como criação, extinção, fusão ou redistribuição de unidades e atribuições — impactam de forma direta o contexto organizacional, elemento essencial para a adequada identificação, análise e avaliação dos riscos, conforme preconizam as metodologias de referência adotadas no âmbito do Governo Federal.

A realização da identificação e avaliação de riscos antes da consolidação da nova estrutura poderia resultar em mapeamentos inconsistentes, atribuição inadequada de responsabilidades, duplicidade ou lacunas de riscos, comprometendo a eficiência, a efetividade e a rastreabilidade do processo de gestão de riscos.

Já no âmbito de projetos e processos, destacam-se:

- a identificação de riscos de projetos junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT, com realização de reuniões de alinhamento conceitual, aplicação da metodologia de gestão de riscos do MCTI e análise dos riscos identificados;
- o levantamento de riscos de processos mapeados no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, abrangendo processos críticos como concessão de aposentadoria, pensão civil, abono de permanência, isenção de IRRF e integralização de proventos, com definição de causas, consequências e medidas de tratamento.
- a identificação de riscos do processo de concessão de diárias e passagens da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL.

Essas iniciativas permitem mitigar riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos institucionais, por meio da implementação de controles internos, do aprimoramento de processos e do acompanhamento sistemático das ações de tratamento.

Entre as principais oportunidades identificadas, destaca-se a modernização da gestão por meio do uso de tecnologias, como o Painel BI de Gestão de Riscos Estratégicos estruturado, que será atualizado e disponibilizado mediante a identificação e avaliação de riscos do Planejamento Estratégico Institucional 2024-2027. O painel ampliará a transparência, a rastreabilidade das informações e o suporte à tomada de decisão, contribuindo para maior efetividade da gestão.

Outra oportunidade relevante refere-se ao fortalecimento da cultura de gestão de riscos, impulsionado pela realização do 3º Seminário de Gestão de Riscos do MCTI, em outubro de 2025, que promoveu a disseminação de boas práticas e a troca de experiências entre gestores e servidores do Ministério e de outros órgãos públicos.

Adicionalmente, a revisão da Metodologia de Gestão de Riscos do MCTI, iniciada em 2025, representa uma oportunidade de alinhar os procedimentos às melhores práticas e às necessidades atuais do Ministério, ampliando a efetividade das ações de identificação, avaliação e mitigação de riscos.

Os avanços realizados em 2025 evidenciam o fortalecimento progressivo da gestão de riscos no MCTI, com reflexos positivos na governança, na qualidade das decisões e na capacidade institucional de antecipar, mitigar e responder a eventos que possam impactar a entrega de valor público. A consolidação desses instrumentos, aliada à futura efetivação do levantamento dos riscos estratégicos após a publicação da nova estrutura organizacional, tende a ampliar a capacidade do Ministério de enfrentar desafios, reduzir incertezas e gerar valor público de forma sustentável, reforçando o compromisso com a boa governança e com o interesse da sociedade.

### 2.5.1. Gestão de Riscos do FNDCT/FINEP

Durante o exercício de 2025, a Finep manteve e aprimorou sua estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos, adotando uma abordagem integrada e alinhada às melhores práticas de governança e às normas aplicáveis. As ações realizadas tiveram como objetivo prevenir e mitigar riscos relevantes, assegurando a proteção dos recursos, a reputação institucional e a sustentabilidade de suas atividades. Por ser a Finep a secretaria-executiva do FNDCT, a gestão de riscos da empresa impacta também os processos relacionados ao Fundo.

Ao longo do ano, o gerenciamento de riscos foi conduzido com base no modelo das Três Linhas de Defesa. As unidades organizacionais atuaram na identificação e no tratamento dos riscos inerentes às suas atividades, com apoio da área corporativa de gestão de riscos e dos comitês de governança.

Adicionalmente, a Finep manteve a aplicação da Política de Gestão Integrada de Riscos e da Política de Appetite por Riscos, que orientaram a tomada de decisão, o monitoramento da exposição aos riscos e a priorização das ações de controle, em consonância com as diretrizes estratégicas da instituição.

Também foram realizadas revisões de processos e mapeamentos de riscos, com atuação contínua dos Comitês de Gestão de Riscos e de Segurança da Informação. Também foram promovidas ações de capacitação e disseminação de orientações, contribuindo para o fortalecimento da cultura de gestão de riscos e para a efetividade dos controles internos.

A Finep adotou práticas de monitoramento e controle do risco de crédito, observando limites de exposição, critérios de concessão de garantias, acompanhamento das operações e utilização de modelos internos de classificação de risco, com revisões periódicas. O processo afeta diretamente os recursos reembolsáveis do FNDCT.

Já a gestão do risco de liquidez buscou assegurar a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras da instituição, com acompanhamento permanente dos fluxos financeiros e atuação do Comitê de Caixa, em alinhamento às políticas e à missão institucional.

Por fim, a Finep manteve disponíveis em sua página institucional as políticas, normativos e relatórios relacionados à governança, aos controles internos e ao gerenciamento de riscos, reforçando seu compromisso com a transparência e a prestação de contas.

## 2.6. Controle e Integridade

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) é a instância do MCTI responsável por assessorar a Ministra de Estado e prestar orientação técnica aos gestores do Ministério sobre as áreas de controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão.

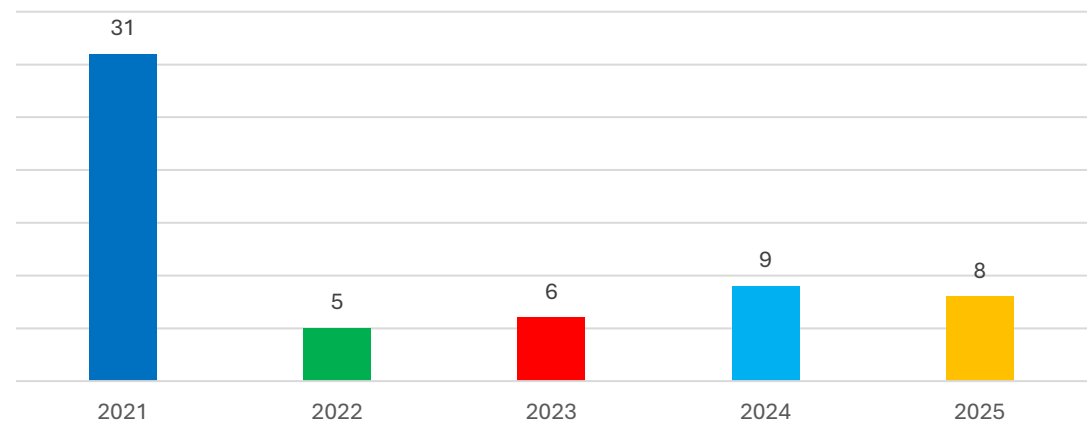
Em 2025, a AECI promoveu a articulação com diversas unidades do MCTI para atendimento das deliberações do TCU e das recomendações da Controladoria Geral da União (CGU), além de cooperar com o Ministério Público Federal, ministérios públicos estaduais e outros órgãos de defesa no levantamento de informações para subsidiar ações, processos, investigações e inquéritos.

Além de participar de comitês de governança de dados, proteção de dados pessoais, integridade, transparência e gestão de riscos, a AECI tem promovido ações para atualização do seu programa de integridade.

### 2.6.1. Controle no MCTI

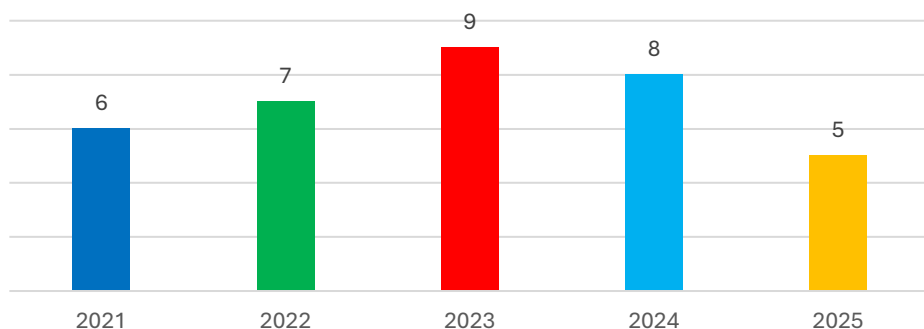
As deliberações do TCU são consignadas em acórdãos, que podem prever determinações (de cunho impositivo) ou recomendações (sugestões) para os órgãos e as entidades auditadas, além de conter encaminhamentos de ciência para as partes interessadas. No exercício de 2025 foram publicados oito acórdãos que geraram 28 deliberações, sendo 12 determinações e 16 recomendações para providências pelo MCTI e suas Unidades de Pesquisa.

Gráfico 8: TCU – Acórdãos por ano



De igual maneira, os resultados das auditorias da CGU são consolidados nos relatórios de auditoria, que podem prever recomendações para os órgãos e as entidades fiscalizadas. Em 2025, foram expedidos cinco relatórios de auditoria, com um total de 34 recomendações para o MCTI, incluindo suas Unidades de Pesquisa.

Gráfico 9: CGU – Relatórios por ano



Em relação aos demais órgãos de controle, foram tramitados quatro processos do Ministério Público Federal, um de ministérios públicos estaduais e um de tribunal de justiça.

A AECI articula junto aos gestores do MCTI a elaboração de manifestação tempestiva para atender as demandas dos órgãos de controle, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública da Pasta Ministerial de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mais informações sobre auditorias e demandas de controle podem ser encontradas em [Auditorias – MCTI](#).

## 2.6.2. Programa de Integridade do MCTI

O Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, estabelece em seu art. 19 que órgãos e entidades da administração pública devem instituir um programa de integridade com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção. Neste sentido, o [Programa de Integridade](#) no âmbito do Ministério foi instituído pela [Portaria MCTI Nº 6.108/2022](#). No entanto, devido às alterações na estrutura organizacional do MCTI, notadamente as do Decreto nº 11.493/2023, verificou-se a necessidade de atualização do Programa de Integridade do MCTI.

Para iniciar a reformulação do Programa de Integridade do MCTI, foi instituído o [Comitê Técnico de Transparência e Integridade](#) (CTTI) pela [Portaria MCTI nº 9.481/2025](#). O CTTI tem como competências articular, orientar e monitorar ações de integridade, transparência e acesso à informação no MCTI, apoiando o [Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação](#) (SITAI) e a AECI, participando da elaboração e aprovação do Programa e do Plano de Integridade, definindo diretrizes e normas, promovendo a cultura institucional, criando grupos de trabalho e interagindo com órgãos externos, além de acompanhar e propor ajustes às ações do PSPEAD, apoiar a Rede Acolhimento e prestar contas por relatórios anuais. Por meio da [Portaria MCTI nº 9.596/2025](#), foram nomeados os membros, titulares e suplentes do respectivo Comitê.

Além disso, o MCTI disponibiliza informações sobre o programa e planos de integridade no seu [portal dedicada à integridade](#). A principal medida de integridade desenvolvida em 2025 foi a execução do [Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação](#) (PSPEAD), instituído no âmbito do MCTI pela [Portaria nº 8.885/2025](#), sendo que, das 21 ações previstas, foram concluídas 10 e 6 estão em andamento.

Das ações concluídas, destaca-se o [Dia de Conscientização da Prevenção e do Enfrentamento do Assédio e da Discriminação](#), realizada dia 28 de outubro de 2025, promovendo um seminário temático em conjunto com ações de sensibilização e educação dos agentes públicos do Ministério e das Unidades de Pesquisa. Durante o seminário, foi apresentado o PSPEAD do MCTI e lançada a Campanha de Conscientização sobre discriminação e assédio, promovida em conjunto com a ASCOM. Foram também realizadas mesas de discussão com a presença de autoridades do MGI, Ministério do Turismo (MTur), CGU e Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), tratando dos temas de prevenção, identificação e combate ao assédio e discriminação.

Além disso, o MCTI promoveu cursos e palestras sobre a temática ao longo de 2025 para os mais diversos colaboradores do Ministério.

## 2.6.3. Gestão da Integridade – FNDCT/FINEP

No exercício de 2025, a Finep manteve e aprofundou as iniciativas voltadas à consolidação de uma cultura organizacional pautada pela ética, integridade e transparência. Esse compromisso se materializa por meio de um conjunto estruturado de normas, políticas e instrumentos institucionais que orientam a atuação da empresa e buscam prevenir irregularidades, especialmente aquelas relacionadas à conduta ética, à fraude, à corrupção, ao nepotismo e aos conflitos de interesses, destacando-se:

- o Programa de Integridade,

- o Código de Ética, Conduta e Integridade;
- a Norma de Prevenção de Conflito de Interesses e Informação Privilegiada;
- a Norma de Prevenção ao Nepotismo;
- a Política de Conformidade; e,
- a Política de Integridade.

O ano de 2025 foi marcado pelas seguintes ações:

- Aplicação de nova rodada de *due diligence* de integridade junto a fornecedores da Finep, selecionados dentro de critérios de maior risco, com aprimoramento da metodologia a partir da experiência de 2024;
- Elaboração e divulgação, em parceria com a Comissão de Ética da Finep, da Cartilha de Mídias Sociais em decorrência da necessidade percebida por meio do monitoramento do Programa de Integridade (ação semestral) e das consultas e denúncias monitoradas pela Comissão de Ética, com o objetivo de divulgar o tema para maior conhecimento e aplicação das regras pelos colaboradores;
- Elaboração de 21 Relatórios de Apoio ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CPESR) e para o Conselho de Administração, que permitiram também o aprimoramento do processo e do modelo de formulário aplicado pelo Departamento de Conformidade e Integridade nas avaliações de elegibilidade;
- Elaboração, em parceria com a Comissão de Ética, de Guia para Fornecedores, versando sobre as searas ética e integridade.

Além disso, na dimensão de comunicação e capacitação, o ano foi marcado por:

- Atuação em parceria com a Comissão de Ética e o Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Carreiras na edição anual da capacitação, em formato virtual, sobre o Código de Ética, Conduta e Integridade. Em 2025 o foco do EAD girou em torno do tema “Ética e respeito nas comunicações”. O conteúdo ressalta o impacto da comunicação inadequada na saúde dos colaboradores e aponta para a mediação de conflitos como instrumento para a preservação e até mesmo para a restauração das relações pessoais;
- Elaboração de comunicação específica para o Dia Internacional de Combate à Corrupção baseada no envio de convite aos colaboradores da Finep para a participação em um jogo de perguntas e respostas intitulado “Desafio Dia Internacional de Combate à Corrupção”;
- Produção e entrega de folheto sobre o ECA Digital para ser distribuído no evento “Hoje vou trabalhar com você”, que reúne os filhos dos colaboradores. O documento foi elaborado em parceria com Segurança da Informação e Comissão de Ética.

Somando-se a isso, foram realizadas diversas ações de disseminação sobre os temas Ética e Integridade, como encontros de ambientação com novos colaboradores convocados no concurso público realizado pela Finep, bem como, em parceria com a Comissão de Ética, encontros de sensibilização para gestores recém-nomeados para seus cargos.

Outras ações de disseminação que merecem destaque são as publicações específicas, como o Boletim Integridade em Pauta, Pílulas de Ética e Integridade e matérias divulgadas na intranet da Finep, todas destacando a importância dos temas Ética, Integridade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação, Lei Geral de Proteção de Dados e Correição.

Informações adicionais estão disponíveis nos links sobre o [Programa de Integridade](#) e sobre as [políticas corporativas que orientam a atuação da Finep](#).

## 2.7. Governança de Dados e Transformação Digital

A Governança de Dados estabelece políticas, normas e práticas para que as diferentes áreas e unidades do MCTI organizem, monitorem e controlem o uso dos dados, promovendo a padronização e a interoperabilidade de dados de CT&I. Em continuidade às ações de 2024, no ano de 2025 o MCTI aprofundou a atuação em ações de implementação da cultura de dados (*data-driven*), a partir da legislação vigente e das diretrizes de privacidade, transparência, proteção de dados, ética, atribuição de valor e melhoria da atuação do governo no avanço da transformação digital.

O ano de 2025 marcou um salto qualitativo da definição do ecossistema interno de governança de dados, delineando papéis e responsabilidades. Nesse sentido, dentre as ações destacam-se:

- a) Instituição do Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados - CGSD no âmbito do MCTI, por meio da [Portaria MCTI nº 9.325/2025](#).
- b) Estruturação para o desenvolvimento de uma Política de Governança de Dados do MCTI, observando os marcos legais do Governo Federal a respeito do assunto e, tendo como premissa o exercício da autoridade sobre o gerenciamento de dados para promoção de riscos e orientação de uso estratégico dos dados; e
- c) Coordenação do Compromisso 3 do 6º Plano de Ação Nacional, no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), onde logrou-se a inclusão da temática da Ciência Aberta no Livro Violeta, documento referente à 5ª CNCTI.

Vale destacar que o MCTI avançou na maturidade de sua transformação digital, com a elaboração e a aprovação do Plano de Transformação Digital do MCTI – PTD/MCTI 2025-2027.

O PTD/MCTI 2025-2027 é um instrumento estratégico que alinha a governança de dados à modernização da prestação de serviços e à otimização de processos internos, com foco no cidadão e na eficiência. O PTD/MCTI, além de objetivar promover melhorias contínuas na Carta de Serviços do MCTI, viabiliza a execução de entregas estruturantes, fundamentadas na interoperabilidade e na melhoria de fluxos de informações estratégicas. Para sustentar essa transformação, institui-se uma rede de transformação digital no MCTI, de forma a promover o alinhamento metodológico e fortalecer a cultura digital entre as diversas unidades.

### 2.7.1. Política de dados abertos

Ressalta-se igualmente os logros alcançados em relação à Política de Dados Abertos. A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída por meio do Decreto nº 8.777/2016 e alterada pelo Decreto nº 9.903/2019 e representa o esforço para a publicação e a disseminação das informações do setor público para a sociedade em transparência ativa. O Plano de Dados Abertos (PDA) é o instrumento que operacionaliza a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, pois planeja as ações que visam a abertura e a sustentação de dados, em formato aberto, nas organizações públicas.

O ano de 2025 foi marcado pela execução, do Plano de Dados Abertos (PDA) instituído pela Portaria MCTI nº 7.878, de 06 de fevereiro de 2024. Trata-se do 4º PDA da Administração Central do Ministério, que incluiu a abertura das seguintes bases de dados no biênio 2024-2026:

- [CTNBio](#): dados sobre as deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; [Sistema sobre a Semana Nacional de C&T \(SNCT\)](#): dados sobre as Semanas Nacionais de C&T;
- [SIGCTI](#): dados do Sistema Integrado de Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- [Sistema Adapta Brasil MCTI](#): dados de indicadores de impacto em recursos hídricos, segurança alimentar, segurança energética, infraestrutura portuária e saúde.

As bases abertas em 2025 estão publicadas no [sítio eletrônico do MCTI](#).

Em 2025, além da abertura de bases de dados, também foram atualizadas as bases de dados “Execução Orçamentária do MCTI” e “Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações no Brasil”.

No tocante ao acompanhamento de PDAs das Unidades de Pesquisa do Ministério, destaca-se que CBPF, CETENE, INT, MAST e LNA mantiveram PDAs vigentes em 2025.

Adicionalmente, ON e INPE submeteram e tiveram seus PDAs aprovados pelo Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados (CGSD/MCTI). As demais 10 Unidades de Pesquisa permaneceram sem PDA vigente em 2025.

Finalmente, vale registrar que, ao longo do ano, o Ministério passou por mudanças que repercutem e se incorporam a um movimento mais geral de transformação digital na esteira da [Estratégia Nacional de Governo Digital 2024-2027](#). Neste contexto, estruturas regimentais, portarias e processos de trabalho começaram a ser reformulados a partir de 2025, à luz da soberania digital e da transparência de governo.

## 2.8. Acesso à Informação e Canais de Comunicação com a Sociedade

No âmbito do relacionamento com a sociedade e as partes interessadas, a governança institucional estabelece canais formais e participativos para captar necessidades e expectativas, que são incorporadas a estratégia do órgão.

A própria ENCTI 2024–2034 é resultante dessa diretriz, tendo sido construída a partir da [5ª CNCTI](#), que envolveu mais de 100 mil pessoas em etapas municipais, estaduais, temáticas e livres, consolidando insumos nos [Livros Lilás](#) e [Violeta](#).

O [CCT](#) possui composição que incorpora, em parcela relevante, representantes da sociedade civil (setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia; produtores e usuários de CT&I), o que favorece a interlocução e a participação social na formulação e no acompanhamento de agendas estratégicas de CT&I.

Em 2025, foram priorizadas ações de comunicação institucional e transparência ativa do [CCT](#), com ênfase na atualização e disponibilização de informações sobre o Colegiado e suas atividades, em consonância com o [projeto CCT 50 anos](#) e com o desenvolvimento de plataforma digital de acesso ao acervo e ao repositório de documentos.

Adicionalmente, as Comissões Temáticas Setoriais do CCT seguiram como espaços de escuta qualificada e produção de subsídios, reunindo documentos e temas prioritários e contribuindo para ampliar a qualidade do diálogo entre governo, academia, setor produtivo e sociedade civil.

Além disso, o CIG-MCTI e mais uma centena de colegiados ativos no Ministério funcionam como fóruns permanentes de diálogo com setores acadêmicos, empresariais e da sociedade civil, garantindo que as políticas públicas reflitam demandas reais e promovam a responsabilização.

No âmbito do MCTI, a interlocução com a sociedade é fortalecida por canais formais de transparência e acesso à informação, destacando-se o e-SIC (Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão), gerenciado pela Ouvidoria do MCTI. A transparência e a prestação de contas são garantidas pela divulgação ativa de atas, relatórios e metas, assegurando que a sociedade possa acompanhar e avaliar os resultados alcançados.

Na função de secretaria-executiva do FNDCT, a Finep promove a transparência e disponibiliza à sociedade o [acesso aos dados do Fundo em seu próprio site](#) com informações atualizadas sob diversos aspectos. Todos os [editais de chamadas públicas e outros instrumentos são publicados no site da Finep](#) à medida que são lançados. Também estão disponíveis [painéis de Power BI com gráficos e tabelas informativas](#) de visual atrativo e fácil leitura e o [Painel Histórico do FNDCT no portal do MCTI](#).

Não obstante, a Ouvidoria serve de canal de comunicação entre qualquer cidadão, seja do público externo ou interno, e a Finep. O acesso à Ouvidoria é assegurado pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – [Fala.BR](#), desenvolvida pela CGU. Os interessados também podem fazer contato pelo correio eletrônico da Ouvidoria, por telefone ou presencialmente.

### 2.8.1. Promoção da Participação Social e da Igualdade de Gênero, Étnica e Racial

A Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPAD) do MCTI integra o [Sistema Nacional de Participação Social](#), organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, atuando na promoção do diálogo entre o MCTI e as instituições sociais, em especial aquelas vinculadas ao SNCTI. A ASPAD fortalece a participação social e assessora a gestão ministerial na incorporação transversal da diversidade de gênero, étnico-racial e de outros marcadores sociais nas políticas de CT&I.

O ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento institucional do MCTI e pela ampliação de sua presença pública e social, em um contexto simbólico de celebração dos seus 40 anos. As ações conduzidas ou articuladas pelo MCTI reafirmaram a centralidade da participação social, da diversidade e da democratização da ciência como pilares das políticas de CT&I. Nesse contexto, destaca-se a [Portaria MCTI nº 8.885/2025](#), que instituiu o Comitê Setorial de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação. Durante a Semana do Servidor foi realizada Campanha de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, na Administração Central, além de ações de letramento por meio de cursos e palestras.

Um destaque foi a [Caravana da Ciência](#), ação itinerante de apresentação das políticas do MCTI e de suas Unidades em todo o território nacional. A concepção da exposição dos 40

anos do Ministério foi outra contribuição que trouxe uma linha histórica do papel do MCTI nas políticas científicas do país, apresentou entregas institucionais e valorizou personagens da C&T. Ao percorrer os estados brasileiros, a iniciativa integrou divulgação científica, formação e interação com a sociedade, reafirmando a ciência como elemento da cidadania. A Caravana também se configurou como espaço de anúncio de investimentos e de pactuação de compromissos estratégicos.

Entre as ações desenvolvidas em 2025, destaca-se a coordenação da participação institucional do MCTI na 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Recife/PE. O Ministério esteve presente em cerimônias oficiais e em 45 mesas de debate, incluindo a Cerimônia de Abertura com a participação da Ministra Luciana Santos. Ressalta-se, ainda, a expressiva participação do MCTI e de suas Unidades na EXPOTEC, evidenciando a diversidade e a capilaridade do SNCTI, em espaço que recebeu mais de 40 mil visitantes.

A organização da 22ª Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada entre 21 e 26 de outubro, em Brasília, com o tema “Planeta Água: Cultura Oceânica para Enfrentar as Mudanças Climáticas no meu Território” também contou com a exposição dos 40 anos do Ministério, fortalecendo o vínculo entre ciência e sociedade.

Durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém entre 10 e 21 de novembro de 2025, o MCTI promoveu a Casa da Ciência, instalada no Museu Emílio Goeldi, espaço simbólico do MCTI voltado à divulgação científica, soluções climáticas e sustentabilidade, que abrigou exposições, rodas de conversa, oficinas e atividades abertas ao público.

Junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, o MCTI participou do Fórum Interconselhos, responsável pelo monitoramento do Plano Plurianual Participativo 2024–2027, no contexto de reconstrução das políticas públicas com participação social.

O MCTI integra diversos conselhos e, por meio da ASPAD, contribuiu para a construção da 5ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e para a realização de Conferência Livre sobre Mulheres na Gestão de CT&I. Também promoveu o debate do Plano Setorial de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação em Unidades Vinculadas ao MCTI e participa do Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude (COIJUVE) e do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), reforçando seu compromisso com a construção de políticas públicas mais inclusivas e representativas.

A [Consulta Pública da ENCTI 2024–2034 para um Brasil justo, desenvolvido e soberano](#), principal instrumento orientador da política nacional de CT&I para a próxima década, consolida as recomendações da 5ª CNCTI, resultado de um amplo processo participativo, reflete o compromisso do Ministério e reafirma o compromisso do país com um projeto de desenvolvimento sustentável, inclusivo e soberano.

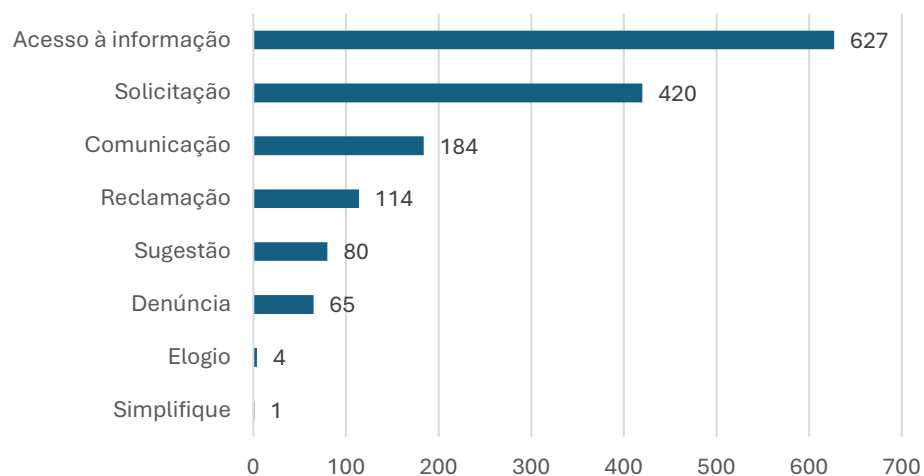
## 2.8.2. Ouvidoria: Pesquisa de Satisfação e Canais de Atendimento

A Ouvidoria do MCTI, órgão integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, é unidade disponível para interlocução entre o cidadão e Ministério na busca da melhoria dos serviços públicos. Por meio dela, qualquer pessoa pode se **MANIFESTAR** com sigilo e segurança, apresentando: **SUGESTÃO**; **SOLICITAÇÃO**; **RECLAMAÇÃO**; **DENÚNCIA**; **ELOGIO**; **SIMPLIFIQUE** e **PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**. Conforme demonstrado no Gráfico 10, foram registrados 627 pedidos de acesso à informação e 868 manifestações dos demais tipos, totalizando 1.495 manifestações tratadas pela ouvidoria. Já na tabela 2, constam os temas mais demandados das manifestações registradas.

A Ouvidoria recebe dos pedidos de informação previstos na Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação em diversos temas, conforme demonstrado no Gráfico 11.

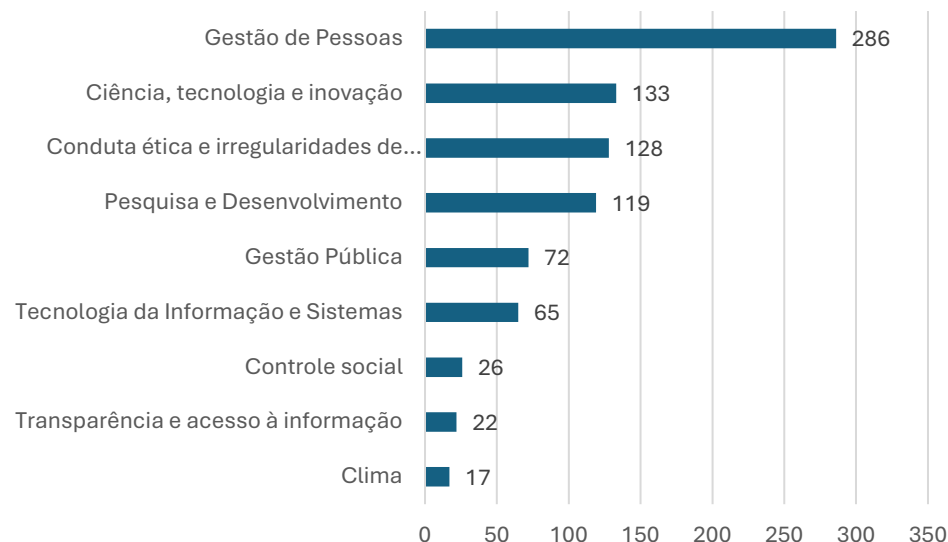
No [sítio eletrônico da Ouvidoria do MCTI](#) estão disponíveis, de forma detalhada, os Relatórios anuais da Ouvidoria conforme determinado no artigo 14, inciso II, da Lei nº 13.460 de 26 de julho de 2017, e no artigo 60 da [Portaria nº 116, de 18 de março de 2024](#).

Gráfico 10: Quantitativo das manifestações por tipo recebidas e tratadas pela Ouvidoria no ano de 2025



Fonte: Dados extraídos do Fala.BR, link: <https://falabr.cgu.gov.br/>

Gráfico 11: Temas mais demandados das manifestações e pedidos de acesso à informação registrados.



Fonte: Dados extraídos do Fala.BR, link: <https://falabr.cgu.gov.br/>

### Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (PSPEAD) do MCTI

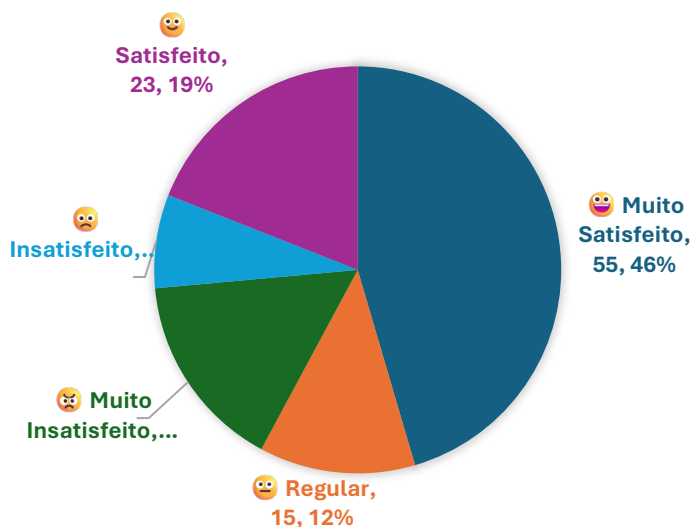
No contexto do fortalecimento das políticas públicas federais voltadas à promoção de ambientes de trabalho saudáveis, seguros e inclusivos, a Ouvidoria integra o Comitê Gestor do [Plano Setorial \(PSEAD\)](#), instituído pela [Portaria MCTI nº 8.989/2025](#), em consonância com a [Portaria nº 8.885](#) e com o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, instituído pelo [Decreto nº 12.122/2024](#).

Em parceria com a AECI, a Ouvidoria promoveu o Dia de Conscientização da Prevenção e do Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, realizado em 28 de outubro de 2025, bem como diversos cursos e palestras sobre a temática, direcionados a colaboradores e servidores do Ministério e das Unidades de Pesquisa: CTI; LNCC; CETEM; CBPF; ON; INT; MAST; INSA; INMA e IBICT.

## Pesquisa de Satisfação

As pesquisas de satisfação das manifestações de Ouvidoria e dos pedidos de informação foram extraídas em consultas realizadas na [Plataforma Fala.BR](#) “ gerida pela Controladoria-Geral da União, no Período de: 01/01/2025 a 31/12/2025.

Gráfico 12: Pesquisa de Satisfação



Fonte: Dados extraídos do [Painel Resolveu do Falabr.cgu](#).

A pesquisa de satisfação demonstrada acima, registrou 121 participações, representando uma amostra reduzida diante do total de 1.495 manifestações, o que limita a representatividade dos resultados em relação à real satisfação dos usuários.

## Conselho de Usuários

Os Conselhos de Usuários de Serviços públicos são uma forma de participação direta da sociedade na avaliação e melhoria dos serviços públicos, que irá conectar os usuários aos gestores responsáveis pelo serviço.

Durante o ano de 2024, a Ouvidoria-Geral da União (OGU) conduziu dois estudos sobre as funcionalidades da Plataforma Virtual do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, com o objetivo de avaliar o modelo em vigor. A partir dos resultados desses estudos, a OGU fará a proposição de reformulação tanto da Plataforma quanto do modelo de Conselhos de Usuários vigente no Poder Executivo federal. Destaca-se que ainda não há novas orientações sobre o funcionamento dos Conselhos de Usuários emitidas pela OGU.

No entanto, a Ouvidoria recebeu em 2025 propostas registradas no módulo “Fórum de Melhorias” da Plataforma de Conselho de Usuários. As sugestões foram analisadas por cada área técnica deste Ministério acerca do respectivo serviço.

Informações sobre o Conselho de Usuários e os Relatórios de Avaliação anteriores podem ser acessados em <https://ouvidoria.mcti.gov.br/conselho>

## Carta de Serviços do MCTI

A Carta de Serviços do MCTI é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários.

Destaca-se que a Ouvidoria atua, em coordenação com as unidades administrativas prestadoras de serviços do MCTI, na elaboração e na atualização da Carta de Serviços no âmbito do MCTI, conforme dispõe o art. 45 da Portaria MCTI nº 8.413/2022. Atualmente, a Carta de Serviços encontra-se em fase de atualização.

A Carta de Serviços do Ministério pode ser acessada pelo [link para ações e programas do MCTI](#) e no [Portal de Serviços do Governo Federal](#).

## Canais e formas de atendimento

**Plataforma Fala.BR (Preferencialmente):** A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.Br) é um canal integrado para encaminhamento de manifestações de ouvidoria e acesso à informação a órgãos e entidades do poder público, incluindo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Fala.BR está disponível 24 horas por dia.

**E-mail:** [ouvidoria@mcti.gov.br](mailto:ouvidoria@mcti.gov.br) ou [sic@mcti.gov.br](mailto:sic@mcti.gov.br)

**Atendimento telefônico:** Para orientações e dúvidas relacionadas aos serviços da Ouvidoria (61) 2033-8522. Demais informações sobre o Ministério serão prestadas pelo serviço de telefonia pelo número (61) 2033-7500.

**Acolhimento:** (61) 2033-8111 ou email: [acolhimento@mcti.gov.br](mailto:acolhimento@mcti.gov.br)

**Presencial ou Correspondência:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala T77 – Ouvidoria CEP: 70064-900/Brasília-DF.

**Site:** No site da Ouvidoria estão disponíveis informações sobre a sua estrutura, seus normativos, formas de contato, localização etc. Clique aqui ou acesse [ouvidoria.mcti.gov.br](http://ouvidoria.mcti.gov.br)

A large indoor wave tank facility with rows of concrete structures and water. The facility has a high ceiling with a complex steel truss structure and several bright lights. The water is dark blue with white foam from the waves. The concrete structures are arranged in a long, curved line, creating a series of small, rectangular basins. The overall scene is industrial and technical.

Foto: Laboratório  
de Tecnologia  
Oceânica -  
LabOceano

# Resultados das Políticas e Programas em CT&I

O presente capítulo apresenta os resultados da implementação das políticas de CT&I em 2025, descrevendo os esforços na execução de programas institucionais em CT&I e projetos de P&D derivados da atuação de suas Secretarias, Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais, somados ao desempenho do FNDCT.

### 3.1. Programas Estratégicos e Áreas Especiais da Gestão

Nesta seção, são apresentados os esforços do Ministério resultante das ações da Secretaria de Política e Programas Estratégicos - SEPPE e de outras áreas especiais da gestão vinculadas à Secretaria Executiva – SEEXEC e coordenadas pela Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia – SCTA, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (desmatamento) e pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN (desastres naturais).

Os tópicos seguintes evidenciam os principais resultados alcançados pelo MCTI a partir da execução e da implementação de políticas, programas, ações e projetos estruturantes, desenvolvidos em articulação com ICTs, universidades, organismos internacionais, Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI, incluindo programas e projetos estratégicos financiados com recursos do FNDCT. Os resultados finalísticos apresentados nesta seção referem-se principalmente aos objetivos estratégicos institucionais para recuperar, expandir e consolidar o SNCTI (OE 01) e para impulsionar projetos estratégicos para a soberania nacional (OE 03); alinhados ao PPA 2024–2027 da seguinte forma:

- Os programas temáticos (item 3.1.1), as atividades sobre o clima e sustentabilidade (3.1.2), as atividades do CTNBio (3.1.3) e do CONCEA (3.1.4) se inserem no contexto dos programas de consolidação do SNCTI (PPA 2308); do enfrentamento da emergência climática (PPA 1158), incluindo ações do programa de gestão e manutenção do poder executivo (PPA 0032); do programa de Oceano, Zona Costeira e Antártica (PPA 6113); e, contribuições regulares a organismos internacionais (PPA 0910).
- As atividades associadas à Amazônia (3.1.5) se inserem no contexto da inovação nas empresas para uma nova industrialização (PPA 2324: 4949 (Fundo Setorial: CT-Amazônia)), refletindo a aplicação de recursos do FNDCT ao Programa Pró-Amazônia.
- Outras áreas especiais da gestão (3.1.6 e 3.1.7) referem-se à proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios (PPA 6114: 20V9); à gestão de riscos e de desastres (PPA 2318: 20GB), respectivamente; e,
- Os projetos estratégicos (3.1.8) referem-se às ações marcadas como PAC no PPA 2308 – Consolidação do SNCTI (13CL; 12P1; 1630; e 2095) e 2306 (Política Nuclear).

Detalhes orçamentários sobre as ações citadas podem ser consultados no [sítio eletrônico do MCTI sobre o PPA](#) ou no [Painel do Orçamento](#).

Os valores empenhados e execução das respectivas ações coordenadas pela SEPPE são apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Orçamento discricionário da Unidade Gestora SEPPE

| PPA - Ação (POs)                                       | Título da Ação Orçamentária  | Empenhado         | Execução    |
|--|--|-------------------|-------------|
| 0032 - 21GZ (0001)                                     | Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 30 – Nacional                        | 87.067            | 100%        |
| 1158 - 20VA (0005; 0006; 000A)                         | Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima – Nacional                               | 950.669           | 100%        |
| 2308 - 215L (0000; 0001; 0004; 0005; 0006; 0007; 000E) | Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Nacional  | 8.597.272         | 100%        |
| 2308 - 217J (0001; 0002)                               | Atuação de Órgãos Colegiados Integrantes da Estrutura do MCTI - Nacional   | 1.154.996         | 100%        |
| 6113 - 20UV (0000; 0002; 0003)                         | Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar e Antártica e à Infraestrutura Oceânica e Antártica – Nacional | 873.304           | 100%        |
| 0910 - 00UU (0005; 0006)                               | Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica – Exterior          | 185.253           | 100%        |
| <b>Total (SEPPE/MCTI)</b>                              |  | <b>11.848.561</b> | <b>100%</b> |

#### 3.1.1. Programas Temáticos

O MCTI promove o fortalecimento das capacidades nacionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), com foco em temas estratégicos, emergentes e de impacto transversal para o desenvolvimento sustentável por meio da atuação da sua Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos (SEPPE).

Ao longo de 2025, a SEPPE, por meio do Departamento de Programas Temáticos (DEPTE) e do Departamento de Clima e Sustentabilidade (DECLS), desenvolveu ações integradas e complementares às demais políticas de CT&I em consonância com convenções, tratados, protocolos, planos e compromissos nacionais e internacionais, contribuindo para o posicionamento estratégico do Brasil em agendas globais como mudanças climáticas, sustentabilidade, bioeconomia, saúde, oceanos, biotecnologia, agrária, ciências humanas e sociais, fronteiras tecnológicas e grandes infraestruturas científicas. Os projetos apoiados nos dois departamentos são listados na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4: Projetos apoiados pela SEPPE em 2025

| PROCESSO             | OBJETO  | ORÇAMENTO EXECUTADO  |
|----------------------|---|----------------------|
| 01245.008343/2023-15 | Chamada CNPq/MCTI Nº 20/2023 - Apoio à criação de uma Rede Brasileira de PD&I em Síndrome de Down   | 1.300.000,00         |
| 01245.008743/2023-12 | Chamada CNPq/MCTI Nº 17/2023 - Pesquisas para enfrentamento da gripe aviária H5N1   | 1.221.524,00         |
| 01245.009106/2023-63 | Chamada CNPq/MCTI Nº 24/2023 - Apoio à criação de uma Rede Brasileira de P, D&I em Saúde Mental   | 1.500.000,00         |
| 01245.011582/2023-44 | Chamada CNPq/MCTI Nº 26/2023 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Comunicação Quântica   | 1.000.000,00         |
| 01245.013968/2023-91 | Chamada CNPq/MCTI Nº 15/2023 - Eventos Meteorológicos Extremos: Prevenção de Desastres Naturais e Minimização de Danos  | 1.500.000,00         |
| 01245.009160/2022-28 | Desenvolver e manter a arquitetura de informação e a divulgação científica dos programas sob responsabilidade do DECIN/SEPPE/MCTI: Ciência no Mar e Ciência Antártica, Ciência para Biodiversidade e Ciência para o Clima e Sustentabilidade, com o IBICT | 500.000,00           |
| 01245.013299/2023-57 | BRICS - 6ª Chamada conjunta para projetos em cooperação internacional - SEI 11352466  | 100.000,00           |
| 01245.004218/2025-90 | Contribuição GBIF - Euros 128.606   | 948.588,69           |
| 01200.005154/2015-99 | Fatura Comitê Científico de Pesquisa Oceânica – SCOR  | 20.729,00            |
| 01200.005155/2015-33 | Fatura Comitê Científico de Pesquisa Antártica – SCAR   | 164.523,68           |
| 01245.011404/2024-02 | Elaboração participativa de programa de pesquisa para o fortalecimento do protagonismo de guardiões e guardiães de Conhecimentos Indígenas, Tradicionais e Locais (CITL)  | 80.000,00            |
| 01245.006858/2024-53 | Apoio à gestão do Centro Latino-Americano de Biotecnologia – CABBIO   | 120.000,00           |
| 01280.000617/2025-55 | Projeto Observatório Amazônico da Torre Alta – ATTO.  | 300.000,00           |
| 01245.009181/2022-43 | Apoio ao Termo Aditivo do Projeto SIMCosta 2024-2026  | 500.000,00           |
| 01340.009821/2024-07 | Projeto PIRATA (Prediction and Research Moored Array in Tropical Atlantic).   | 500.000,00           |
| 01245.009227/2025-77 | Edital referente ao Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica - Edição especial COP30   | 48.000,00            |
| 01245.018983/2025-97 | Projeto Diagramação do livro "MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O BRASIL: O ESTADO DA ARTE E A FRONTEIRA DO CONHECIMENTO" (versão em português e inglês)  | 10.000,00            |
| 01245.021436/2025-99 | Apoio a projetos e a cursos de curta duração em biotecnologia, no âmbito do CABBIO  | 500.000,00           |
| 01245.015848/2025-90 | Apoio ao Contratação de escritório de projetos de engenharia para elaboração do Projeto do Bico do Papagaio   | 80.000,00            |
| 01245.009164/2022-14 | Projeto "Apoiar a operacionalização e manutenção do projeto MOVAR/GOOS-BR para o período entre 2022 a 2025,   | 250.000,00           |
|                      | Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBIO  | 624.150,00           |
|                      | Funcionamento do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA  | 530.846,00           |
|                      | Despesas diversas (empenhada) para a COP30 em Belém-PA  | 50.000,00            |
| <b>Total Geral</b>   |   | <b>11.841.361,00</b> |

Nos subitens a seguir, apresenta-se a atuação integrada do DEPTE/SEPPE na coordenação, articulação e acompanhamento de programas e iniciativas estratégicas em CT&I, abrangendo as áreas de saúde, biotecnologia, bioeconomia, ciências exatas, humanas e sociais, bem como ciências para o oceano e a Antártica. Essa atuação se materializou por meio da condução estratégica das ações desenvolvidas por suas unidades, cujos resultados, apresentados de forma detalhada nos subitens subsequentes, refletem o seu papel como instância articuladora de políticas públicas, promotora de sinergias institucionais e indutora de agendas estruturantes para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Nesse contexto, destaca-se a responsabilidade assumida na coordenação dos preparativos para a Conferência da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 7 e 9 de abril de 2027. A decisão da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO de sediar o evento no Brasil representa um marco do reconhecimento internacional da liderança brasileira na agenda oceânica e reforça o papel do MCTI na implementação do Plano Nacional da Década do Oceano. A Conferência constituirá espaço estratégico para o balanço das ações implementadas desde 2021, a formulação de recomendações para o período 2027–2030 e a projeção de legados institucionais e científicos de longo prazo.

Em 2025, a articulação da posição brasileira em fóruns internacionais de alto nível, com destaque para a participação do País na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (UNOC3), contribuiu para o alinhamento das agendas de ciência oceânica, sustentabilidade e cooperação internacional. No campo da educação e da cultura científica, o Brasil obteve reconhecimento da UNESCO como o primeiro país a iniciar, de forma estruturada, o processo de incorporação da cultura oceânica nos currículos escolares, por meio do programa Currículo Azul/Escolas Azuis, alinhado aos princípios da Década do Oceano.

No âmbito da sustentabilidade e da inovação, o MCTI exerceu papel central na gestão e articulação técnico-científica do projeto *GEF Plastics IP* (Global Environment Fund - *Plastic Integrated Program*), voltado à promoção da circularidade dos plásticos e à redução do consumo e descarte de plásticos de uso único, bem como na contribuição qualificada às agendas nacionais de economia circular. Adicionalmente, o órgão manteve participação ativa no Comitê Deliberativo das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e das Parcerias para o Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL), fortalecendo a interface entre ciência, tecnologia, inovação e políticas públicas setoriais, em consonância com as prioridades estratégicas do Governo Federal.

### 3.1.1.1. Ciências da Saúde, Biotecnologia e Agrárias

O MCTI atua estrategicamente no fortalecimento da infraestrutura científica nacional, na articulação de redes de pesquisa e no apoio à formulação de políticas públicas de CT&I nas áreas de saúde, biotecnologia e agrárias.

No âmbito da Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (RENAMA), instituída pela Portaria MCTI nº 4556/2021, deu-se continuidade às ações voltadas à implantação, ao desenvolvimento e à validação de métodos alternativos ao uso de animais, bem como à oferta de serviços especializados para instituições públicas e privadas. Atualmente, a Rede conta com 42 laboratórios credenciados, consolidando-se como referência nacional na promoção de práticas éticas e inovadoras em testes de segurança e eficácia de medicamentos, cosméticos, vacinas e produtos correlatos. O fortalecimento da RENAMA contou com recursos do Fundo Setorial CT-Saúde (FNDCT), no valor de R\$ 50 milhões aprovados em chamada pública, ampliando a capacidade nacional de pesquisa, validação e certificação de métodos alternativos.

O fortalecimento e reestruturação da Rede Vírus MCTI tem se concretizado pela criação de subredes temáticas voltadas ao enfrentamento de viroses emergentes e reemergentes, em consonância com a abordagem de Saúde Única (*One Health*). Em 2025, foram estruturadas a Rede Nacional de PD&I em Vigilância Genômica de Viroses Emergentes e Reemergentes (VIRÔMICA-MCTI), a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica de Viroses Emergentes e Reemergentes em reservatórios silvestres (PREVIR-MCTI), a Rede de Monitoramento de Viroses Emergentes e Reemergentes em Águas Residuais (REMONAR-MCTI), a Rede para articulação, operação e gestão de laboratórios de pesquisa de nível de biossegurança 3 (NB3-MCTI) e a Rede de PD&I em Vacinas e Tecnologias para Diagnóstico (IMUNOTEC-MCTI), ampliando a capacidade nacional de vigilância, resposta e inovação em saúde pública. Ainda no âmbito da Rede Vírus foram articuladas ações para o fortalecimento da vigilância do vírus da gripe aviária H5N1 em animais silvestres.

No campo da pesquisa em saúde, foi apresentada a proposta de estruturação de uma rede nacional de pesquisa em cannabis medicinal – Rede INOVACANN, com o objetivo de articular instituições científicas, promover a produção de evidências científicas, apoiar o desenvolvimento tecnológico e subsidiar políticas públicas relacionadas ao uso medicinal da cannabis, observados os marcos regulatórios vigentes.

O Ministério teve participação ativa na Comissão Técnica de Avaliação (CTA) das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), contribuindo para a análise técnico-científica de mais de 300 propostas de PDP e de Parcerias para o Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL), com foco na avaliação do mérito tecnológico, da viabilidade produtiva e do alinhamento às prioridades nacionais em saúde e inovação.

No plano de cooperação internacional, coordenou e participou da [6ª Reunião do Grupo de Trabalho do BRICS em Biotecnologia e Biomedicina](#) (incluindo Saúde Humana e Neurociência), realizada no [campus do CNPEM](#), em Campinas (SP). O encontro reuniu delegações do Brasil, Rússia, Índia, China, Emirados Árabes Unidos e Irã para discutir temas estratégicos como ensaios clínicos multicêntricos, preparação para novas pandemias, doenças mentais e cognitivas, tecnologias para doenças emergentes, bioética e neuroética, biotecnologia agrícola e segurança alimentar. Durante as sessões técnicas, foram identificadas prioridades conjuntas para o próximo edital do BRICS STI *Framework Programme*, com foco em neurotecnologia, medicina avançada, doenças emergentes e biotecnologia aplicada à agricultura e ao clima. Ao final, os países presentes assinaram um documento para apresentação em encontro de alto nível dos Ministros de CT&I, destacando avanços em projetos como o de neurociência liderado pela Rússia, além de recomendações para criar plataformas digitais de intercâmbio científico e grupos de trabalho entre agências reguladoras para harmonizar diretrizes éticas e regulatórias em ensaios clínicos.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, o MCTI apoia as atividades do Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO), programa voltado à integração regional e ao fortalecimento das capacidades científico-tecnológicas em biotecnologia entre os países membros. O Calendário CABBIO 2025 disponibilizou oito cursos no Brasil e dez nos demais países membros, totalizando dezoito oportunidades de aperfeiçoamento em biotecnologia pós-graduandos brasileiros. Além disso, foi celebrado Termo de Execução Descentralizada – TED entre o MCTI e o CNPq, com o objetivo de oferecer cursos de pós-graduação em Biotecnologia, a serem realizados em 2026, abordando temas considerados prioritários na área. Por fim, a República do Paraguai e a República do Peru concluíram seus processos de adesão e passaram a integrar o CABBIO como membros plenos.

Paralelamente, avançaram as articulações com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), com destaque para a implantação do Centro Regional do ICGEB para Oncologia de Precisão, a ser sediado no Instituto do Câncer da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICESP-USP), fortalecendo a inserção do País em redes globais de excelência científica, formalizada por meio de Protocolo de Intenções firmado em 2025. O Brasil vem sendo beneficiado pelo ICGEB, recebendo investimentos para formação de recursos humanos (Bolsas de Estudos), treinamento especializado e financiamento de pesquisa. Em 2025, o Brasil foi contemplado com duas bolsas de pós-doutorado de curta duração e uma de longa duração, respectivamente, nos Grupos de Biofabricação (*Biomanufacturing Group*) e de Virologia de Tumores (Itália) e no Grupo de Genômica (África do Sul). O grupo de pesquisa do ICESSP-USP foi contemplado com o projeto “*Câncer de Mama: multiômica integrativa e estratégias terapêuticas para a oncologia de precisão*”, no valor de R\$ 270.000,00, com vigência de três anos. O Centro também apoiará a realização do “*XIII Curso de Biologia Molecular de Tripanossomatídeos: uma abordagem biotecnológica*”.

Adicionalmente, no acompanhamento técnico das discussões para a implantação do Laboratório NB4 Orion, a ser instalado no CNPEM, foi dado suporte à interação com a comunidade acadêmica e com outros ministérios. Em paralelo, foram realizados debates internos para a formulação da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção, tema estratégico diante da inexistência, no País, de um marco legal específico para o funcionamento de laboratórios de biossegurança NB3 e NB4, atualmente regulados de forma indireta por normas voltadas apenas a organismos geneticamente modificados.

### 3.1.1.2. Bioeconomia e Ciências Exatas, Humanas e Sociais

Na área de Bioeconomia, foram promovidas ações de monitoramento do Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI (PCPBio/MCTI) e dos projetos selecionados pelas Chamadas Públicas PCPBio 2022, publicadas pela Finep e sob gestão da SEPPE.

Como parte do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (PPPP/Fapesp) e parceria entre MCTI e a Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Aduaneira (FEA/USP), deu-se início ao planejamento do projeto “*Avaliação Colaborativa do Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia do MCTI*” e contribuição na disciplina “*Governança Ambiental: Bioeconomia na Amazônia*”, oferecida pela FEA/USP.

No decorrer de 2025, foram promovidos os seguintes eventos sobre bioeconomia:

- “IV Simpósio da Cadeia Produtiva do Licuri”, tendo como tema central o papel das políticas para a estruturação desta cadeia. Além disso, o evento debateu os avanços científicos e tecnológicos, e o papel das organizações da sociedade civil e da coletividade para o fortalecimento dessa cadeia produtiva.
- “Espaço MCTI/Finep no GreenRio 2025”, onde foram realizados encontros técnicos e seminários sobre temas como bioeconomia, economia azul e cooperações internacionais para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação.

Além disso, o MCTI participou de fóruns para elaboração dos seguintes planos nacionais:

- Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), sob gestão da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) e parte integrante da Estratégia Nacional de Bioeconomia (ENBio), conforme definido pelo Decreto nº 12.044/ 2024.
- Plano Nacional de Economia Circular (PNEC), sob gestão do Fórum Nacional de Economia Circular (FNEC) e parte integrante da Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC), conforme o Decreto nº 12.084/ 2024.

No campo das ciências exatas, foram realizados esforços no assessoramento da Comissão Especial de Astronomia (CEA) cujo resultado consistiu na elaboração do Plano Nacional de Astronomia (PNA). A CEA é uma iniciativa liderada pela SEPPE, em parceria com a Presidência do CNPq e a Presidência da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB). Em 2026, duas ações no campo da astronomia e astrofísica estão previstas, a saber: 1) publicar, por meio de Portaria MCTI, o Plano Nacional de Astronomia e 2) instituir a Rede Nacional de Astronomia e Astrofísica.

A renovação da Rede Nacional de Física de Altas Energias (RENAFAE) foi instituída por meio da [Portaria MCTI Nº 9.127//2025](#) com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, e seus desdobramentos, no âmbito do MCTI. A iniciativa contou com a parceria dos membros da gestão anterior da RENAFEA, culminando com a recomposição do Comitê Técnico – Científico (CTC) por meio da [Portaria MCTI nº 9.488/2025](#).

Outra atividade a se destacar consiste na avaliação da [Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa](#) (PNIPE) que concluiu que “o financiamento contínuo da PNIPE é um investimento em eficiência de gestão e em soberania tecnológica. É a garantia de que o Brasil pode coordenar seus ativos de conhecimento e responder com agilidade aos desafios nacionais e globais. É crucial assegurar os recursos necessários para que a PNIPE se consolide como o alicerce digital completo sobre a infraestrutura científica e tecnológica do Brasil.”

Em 2025, também foram fortalecidas as ações no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, com a consolidação do Comitê de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) como um fórum de debate dinâmico e qualificado. Ao longo do ano foram realizadas quatro (4) reuniões do CCHS, que culminaram na elaboração de uma proposta de Chamada Pública em Ciências Humanas e Sociais dividida em 4 linhas de atuação: 1 – Impactos Sociais das Mudanças Climáticas, 2 - Sistema de Indicadores de Impacto Social das políticas de CT&I, 3 - Transformações da Democracia e 4 - Impactos sociais da inteligência artificial.

No final de 2025, foram destinados recursos, no valor de R\$ 100 mil, para a realização de um estudo com o objetivo principal de desenhar uma metodologia de avaliação de impacto social das políticas de CT&I implementadas pelo MCTI. A coordenação operacional do estudo está a cargo do CGEE e a coordenação científica é atribuição do CCHS.

No âmbito da cooperação do BRICS, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) em Ciências Humanas e Sociais, reconhecendo a importância de haver um fórum destinado a refletir sobre as agendas de pesquisa em Humanidades e Ciências Sociais, especialmente à luz dos atuais desafios globais urgentes. A primeira reunião oficial deste GT foi realizada em Sochi, na Rússia, nos dias 28 e 29 de novembro, com a perspectiva de elaborar um plano de trabalho para implementação em 2026.

### 3.1.1.3. Ciências para o Oceano e Antártica

O *Programa Ciência no Mar do MCTI* tem por intuito promover a gestão do conhecimento para o uso e exploração sustentável dos recursos do mar e alinha as ações nacionais à agenda global da *Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável*, o que se expressa no Plano Nacional de Implementação da Década do Oceano. Com base no compromisso brasileiro na implementação da Década, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da Unesco aprovou, em junho de 2025, o pleito do Governo brasileiro de sediar a Conferência da Década do Oceano em 2027. A Conferência deverá promover o balanço das ações implementadas desde o lançamento de Década, em 2021, formular recomendações para o período de 2027 a 2030 e vislumbrar possíveis desdobramentos para o período pós-2030, após o encerramento da Década do Oceano.

A Cultura Oceânica (ou *Ocean Literacy*) é um movimento global que visa conscientizar sobre a influência essencial do oceano em nossas vidas e o nosso impacto sobre ele, promovendo práticas sustentáveis e inserindo o conhecimento sobre o mar na educação formal e não formal, capacitando cidadãos a tomar decisões sustentáveis. Em 2025, a Unesco declarou que o Brasil foi o primeiro país a incorporar, de forma estruturada, a cultura oceânica nos currículos escolares, pelo programa Currículo Azul/Escolas Azuis.

Em janeiro de 2025, o Brasil obteve a aprovação do projeto “*Ecossistemas de Inovação para a circularidade dos plásticos, redução do consumo e descarte de plástico de uso único no setor HOREC (Plastics IP)*” pelo *Global Environmental Facility* (GEF), no valor de US\$ 8 milhões e recebeu o primeiro aporte de recursos ainda em 2025. Implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e executado com o suporte da Finatec, o projeto envolve a realização de projetos-piloto em cinco capitais brasileiras (Belém, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis), incluindo a Baixada Santista. Com duração de 5 (cinco) anos, o projeto segue em sua primeira etapa de implementação (“*Inception Phase*”), na qual se promovem a integração e o engajamento dos atores interessados dos setores público e privado, da sociedade civil e da academia.

O MCTI coordena dois comitês executivos da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), no âmbito do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). O primeiro, voltado ao 14º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visa alinhar esforços, promover sinergias e coordenar ações de implementação do ODS 14 e da Década da Ciência Oceânica no Brasil. Já o Comitê Executivo Economia Azul tem se debruçado no processo de elaboração de uma Estratégia Nacional sobre Economia Azul, com o envolvimento do poder público, do setor privado, da academia e da sociedade civil. Em 2025, esses atores foram mobilizados para identificarem os princípios fundamentais do documento e os eixos norteadores, além de esboçarem os setores prioritários para a Estratégia. O processo deverá ser concluído até abril de 2027, depois de passar por consulta pública.

Em 2025, o Brasil assumiu o compromisso de criar um Sistema de Monitoramento e Observação do Oceano voltado às Ilhas Oceânicas e às Unidades de Conservação, com o objetivo de expandir e consolidar um sistema permanente de observação de variáveis oceânicas essenciais, da zona costeira e da atmosfera. O sistema subsidiará a caracterização do estado do oceano e a elaboração de previsões oceanográficas e meteorológicas, contribuindo para o uso sustentável dos serviços ecossistêmicos marinhos e para a redução de riscos e vulnerabilidades associados a eventos oceanográficos, meteorológicos e climáticos extremos que afetam o País. Os dados gerados serão disponibilizados para acesso público, com vistas a fortalecer a produção de conhecimento científico, subsidiar estudos estratégicos e fornecer informações relevantes à sociedade.

Em 2025, celebramos conquistas relevantes no âmbito do *Programa Antártico Brasileiro* (PROANTAR), reafirmando o compromisso nacional com a ciência, a cooperação internacional e a proteção ambiental no continente gelado. A mais recente chamada pública de pesquisa resultou em um aumento de 23% no número de projetos aprovados em relação ao edital anterior para ampliar o conhecimento sobre mudanças climáticas, biodiversidade e oceanos. Outro avanço notável consistiu na ampliação da participação feminina nas missões antárticas, marco que traduz o protagonismo feminino nas pesquisas científicas e na promoção da equidade de gênero nas atividades polares. Em 2025 foram disponibilizados R\$ 34 milhões oriundos do FNDCT para atualização e expansão da infraestrutura de pesquisa embarcada no Navio Polar Almirante Maximiano, o que viabilizou a participação do Navio na OPERANTAR XLIV.

A poluição plástica é atualmente um dos desafios ambientais globais mais urgentes e uma ameaça direta ao desenvolvimento sustentável. O PROANTAR tem executado ações em cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, com redes de pesquisa contribuindo com conhecimento científico na busca de soluções para este desafio.

### 3.1.2. Clima e Sustentabilidade

No âmbito da agenda climática e ambiental, merece destaque a atuação do MCTI durante a realização da COP30, especialmente com a concepção e implementação da Casa da Ciência instalada na área do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA). A iniciativa consolidou-se como espaço estratégico de diálogo entre ciência, políticas públicas e sociedade, conferindo visibilidade ao protagonismo da comunidade científica brasileira na produção de conhecimento sobre mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade e seus desafios interdisciplinares, além de reforçar o papel do MCTI como articulador da ciência no debate climático internacional.

A emergência climática exige ações urgentes para enfrentar a crise intensificada pelo aquecimento global na última década, com eventos extremos cada vez mais frequentes e severos. Isso tem resultado em aumento de desastres geo-hidrometeorológicos e climáticos. O Brasil, por sua vasta extensão territorial pode, de forma concomitante, ser atingido por enchentes e deslizamentos que causam grandes impactos às regiões atingidas, enquanto secas extremas com ondas de calor podem elevar o risco de incêndios florestais, prejudicando serviços ecossistêmicos essenciais. O MCTI atua de forma sistemática para o enfrentamento da emergência climática, apoiando com a melhor ciência disponível a elaboração do Plano Clima e suas estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima.

Ainda no escopo da sustentabilidade, cabe destacar que o Brasil é um dos países com biomas mais biodiversos do planeta. Atuar para aprofundar o conhecimento dessa rica biodiversidade e ajudar a proteger, conservá-la e usufruir de seus benefícios de forma sustentável é um desafio que a ciência pode ajudar a superar. Neste sentido, diversas atividades e programas que dão suporte ao desenvolvimento sustentável estão sendo apoiados e desenvolvidos pelo MCTI.

### 3.1.2.1. Ecossistemas e Biodiversidade

A agenda de Ecossistemas e Biodiversidade envolve a proposição e o apoio a ações e soluções baseadas em conhecimentos científicos e saberes tradicionais, que contribuem para o aprimoramento das estratégias nacionais de planejamento e desenvolvimento voltadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como no atendimento dos compromissos internacionais pelo Governo Federal, tal como: a meta de alcançar desmatamento zero até 2030; além de atingir as metas da Agenda 2030, distribuídas em 17 ODSs; de cumprir o estabelecido na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB); de implementar o que foi acordado nas Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP Biodiversidade), na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP Clima) e na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no que tange às metas globais de Kunming-Montreal; e de atender o Plano de Ação de Ciência para Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) vem promovendo 21 redes de pesquisa em todos os biomas brasileiros e ecossistemas importantes para o País como zona costeira, restingas e várzeas, bem como tem promovido a divulgação e integração do Programa com outras iniciativas, fornecendo resultados que suprem lacunas importantes do conhecimento e subsidiam a tomada de decisão no que tange à conservação, integridade e funcionalidade dos ecossistemas, à conservação da biodiversidade brasileira em ambientes terrestres, aquáticos e marinhos, à manutenção e ampliação dos serviços ecossistêmicos, essenciais para o bem-estar humano e para a economia. Em março de 2025, foi realizado

seminário de apresentação dos resultados atingidos pelo Programa e pela integração dos diversos atores envolvidos. Também foi elaborada a nova agenda científica do PPBio que deverá direcionar os próximos investimentos em Chamadas Públicas para o Programa.

O Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr), plataforma online que integra dados e informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas, para subsidiar políticas públicas, apoiar ações de conservação e de uso sustentável, e promover o conhecimento da biodiversidade, foi ampliado sobremaneira e, em 2025, atingiu aproximadamente 40 milhões de registros de ocorrência e mais de 780 coleções cadastradas. Foi estabelecida parceria com o MMA, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a integração dos dados do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) e do SIBBr, o que facilitará o cadastro para os pesquisadores brasileiros. Ademais, foram promovidos diversos cursos sobre as ferramentas do Sistema e houve a participação do MCTI em eventos internacionais do GBIF (*Global Biodiversity Information Facility*) – *living data* e no seu Conselho de Administração, em cuja composição o Brasil participa como país votante.

O projeto “*Entre-Ciências: territórios de saber em diálogo*” foi aprovado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês) no valor de US\$ 7 milhões e recebeu a primeira parcela de recursos em 2025. A fim de fortalecer a capacidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia e do Cerrado para monitorar a biodiversidade, salvaguardar conhecimentos e realizar a gestão integrada, foram iniciados os trabalhos em dois territórios e, durante a COP 30 do Clima, foi lançado edital para apoiar mais seis territórios com o escopo de fortalecer o protagonismo de povos indígenas e de comunidades tradicionais na pesquisa em biodiversidade e ampliar o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento.



Foto: Projeto Entre-Ciências.

O Projeto Citinova II, apoiado pelo GEF com recursos da ordem de R\$ 12,5 milhões, promove o planejamento urbano sustentável que une CT&I para reduzir emissões de gases de efeito estufa, conservar a biodiversidade e fortalecer a adaptação climática. Estão sendo apoiadas três regiões metropolitanas: Belém (PA), Florianópolis (SC) e a região integrada Teresina (PI)/Timon (MA). Em 2025, foram lançados editais para contratação das empresas e consultores que deverão entregar produtos relacionados à Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Governança Metropolitana. O Projeto teve participação também em vários eventos, incluindo a COP30.

### 3.1.2.2. Ciência do Clima

O MCTI atuou intensamente para a implementação da agenda climática no país, com destaque para a [desagregação do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa \(GEE\) para todas as unidades federativas](#), a publicação de [fatores de emissão de CO<sub>2</sub> do Sistema Interligado Nacional \(SIN\)](#), necessários para os inventários corporativos, a realização de [estudo sobre clima e ondas de calor no Brasil nos últimos dez anos](#), avançando na síntese do conhecimento científico, o lançamento do [Caderno de Sínteses Técnico-Científicas sobre Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação no Brasil para o Plano Clima](#), com informações utilizadas na elaboração do plano nacional de adaptação.

O MCTI esteve diretamente envolvido com a revisão de especialistas internacionais do Primeiro Relatório Bienal de Transparência do Brasil, no âmbito da Convenção do Clima. Esta foi a [primeira vez que o país teve um relatório de transparência climática avaliado](#). Esse ciclo se encerra com a realização de sessão de Consideração Multilateral Facilitada do Progresso, prevista para 2026, que avaliará os esforços nacionais em relação ao Artigo 9º do Acordo de Paris e ao cumprimento da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada).

Cabe ainda destacar os sistemas desenvolvidos e mantidos pelo MCTI que apoiam a elaboração de políticas públicas na área de mudança do clima:

1. O Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) que é uma plataforma de dados e informações em mitigação das mudanças climáticas que disponibiliza os resultados do Inventário Nacional de Emissões de GEE, cenários com opções de mitigação e de financiamento e inventários organizacionais (essencial para o futuro mercado de carbono), além de outras informações.

2. O Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões (SINAPSE) que objetiva subsidiar a elaboração e o monitoramento de políticas públicas relacionadas à mudança do clima, como a Estratégia de Implementação da NDC brasileira, prevendo o impacto do ponto de vista de (redução) de emissões por política pública, além de oferecer informações sobre custos, mortes evitadas, entre outras.

3. A Rede Clima, junto a qual está o Centro de Síntese Sobre Mudanças Climáticas Globais, que procura abordar a complexidade dos efeitos das mudanças climáticas e ambientais globais, incluindo projeções futuras. Este esforço requer abordagens inter e transdisciplinares, traduzindo as interações entre sistemas sociais, sistemas biofísicos, sistemas ecológicos, na caracterização do risco de impacto, na vulnerabilidade e nas soluções de adaptação necessárias ou na geração de produtos específicos para orientar a tomada de decisão.

4. O AdaptaBrasil, que é uma plataforma que visa consolidar, integrar e disseminar informações que possibilitem o avanço das análises e monitoramento dos impactos observados e projetados da mudança do clima, para dar subsídios aos tomadores de decisão para ações de adaptação.

5. O Sistema DataClima+ que foi apresentado durante a COP30, em Belém-PA, e visa garantir a transparência climática do Brasil, permitindo a mensuração e reporte de dados climáticos, reafirmando o compromisso do governo com a governança de dados e políticas climáticas eficazes.



### 3.1.3. Biossegurança – CTNBio

A atuação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 2025 foi bastante profícua, tendo analisado 1.234 processos. Foram liberados comercialmente 27 produtos contendo OGMs ou seus derivados, destacando-se as plantas (milho, soja e eucalipto), vacinas para uso humano, medicamento utilizado como terapia gênica, kit diagnóstico, vacinas para uso veterinário, microrganismos para uso industrial e no campo.

Além das solicitações de liberação comercial, foram cadastradas pela CTNBio mais 38 instituições para exercer atividades com OGMs, além de dezenas de extensões e alterações em áreas já cadastradas. Nesse período, muitos projetos de pesquisa relacionados à saúde humana, animal e ao desenvolvimento de novas tecnologias de produtos agrícolas foram analisados pela Comissão. Em 2025, foi realizada a análise de 552 processos quanto à proteção de dados e de informação sigilosa para atender às demandas advindas do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SIC.

### 3.1.4. Controle de Experimentação Animal – CONCEA

Em 2025, o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA) realizou 4 reuniões ordinárias em Brasília e o Encontro Regional de Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs em Fortaleza – CE. Desde a sua criação o CONCEA já publicou 75 Resoluções Normativas e 12 Orientações Técnicas visando disciplinar o setor e orientar docentes, pesquisadores e todos os entes envolvidos sobre as melhores práticas relacionadas à experimentação animal. Em 2025, publicou a Resolução Normativa N.º 75, de 19 de maio de 2025. As resoluções estão disponíveis no [sítio eletrônico de Legislação do CONCEA/MCTI](#).

a) Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa - CIAEP

As instituições que realizam atividades que envolvam a produção, a manutenção ou a utilização de animais pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto humanos, que englobam qualquer uso para ensino ou pesquisa científica precisam, por força de Lei, requerer Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa - CIAEP, por meio do Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA.

Desde a criação do CONCEA, já foram credenciadas um total de 1146 instituições em todas as regiões do País. Os requerimentos de credenciamento são analisados pela Secretaria Executiva do CONCEA e o comprovante de emissão do CIAEP é publicado no Diário Oficial da União com validade de 05 anos.

Durante o ano de 2025, 183 instituições tiveram o seu processo de credenciamento analisado pela Coordenação da Secretaria Executiva do CONCEA, sendo que 42 novas instituições foram credenciadas, e 130 tiveram o CIAEP renovado e foi concedido 1 extensão de credenciamento. O total de instituições credenciadas pode ser verificado no [painel disponibilizado no sítio eletrônico do CONCEA](#) por Estado e por regiões.

b) Processos para apuração de infração administrativa

Em 2025, os Conselheiros do CONCEA, com o auxílio dos Analistas da Secretaria Executiva, instauraram cinco processos de possível infração administrativa. Além das atividades citadas anteriormente, diariamente a Coordenação da Secretaria do CONCEA atende a diversas outras demandas relacionadas ao processo de recebimento, instrução e tramitação de pleitos submetidos à deliberação do Conselho. A tabela abaixo apresenta um resumo das demais atividades realizadas durante 2025:

*Tabela 5: Resumo das atividades realizadas pela Secretaria do CONCEA*

| Atividade  | Quantidade |
|--|------------|
| Notas Técnicas produzidas                          | 212        |
| Notificações de Acidentes recebidas                | 13         |
| Relatórios de Atividades recebidos (ano base 2024) | 2.747      |
| Pareceres Técnicos Emitidos                        | 199        |
| Fala.Br (respondidos via Ouvidoria)                | 42         |

c) Atualização, melhoria e expansão do Sistema CIUCA

Visando atender as exigências do Decreto nº 6.899/2009, o MCTI desenvolveu o Sistema de Cadastro de Instituições Animais - CIUCA. Trata-se de uma plataforma informatizada utilizada para gestão e controle de processos de requerimento, emissão, revisão, extensão, suspensão e cancelamento do credenciamento institucional para atividades com animais em ensino ou pesquisa, registro de protocolos experimentais e envio de relatórios de atividades anuais. A plataforma facilita a gestão e o controle do fluxo dos processos, além de proporcionar maior interatividade entre as partes interessadas.

Em 2025, foram implementadas ampliações importantes no Sistema CIUCA: módulo de Licenciamento; módulo para Relatórios de Criação; e, módulo Pesquisador/Docente. Além desses avanços, no decorrer do ano foram solicitadas diversas melhorias ao sistema em produção, que visaram a aprimorar o CIUCA, corrigir problemas e facilitar a interação do usuário com o sistema.

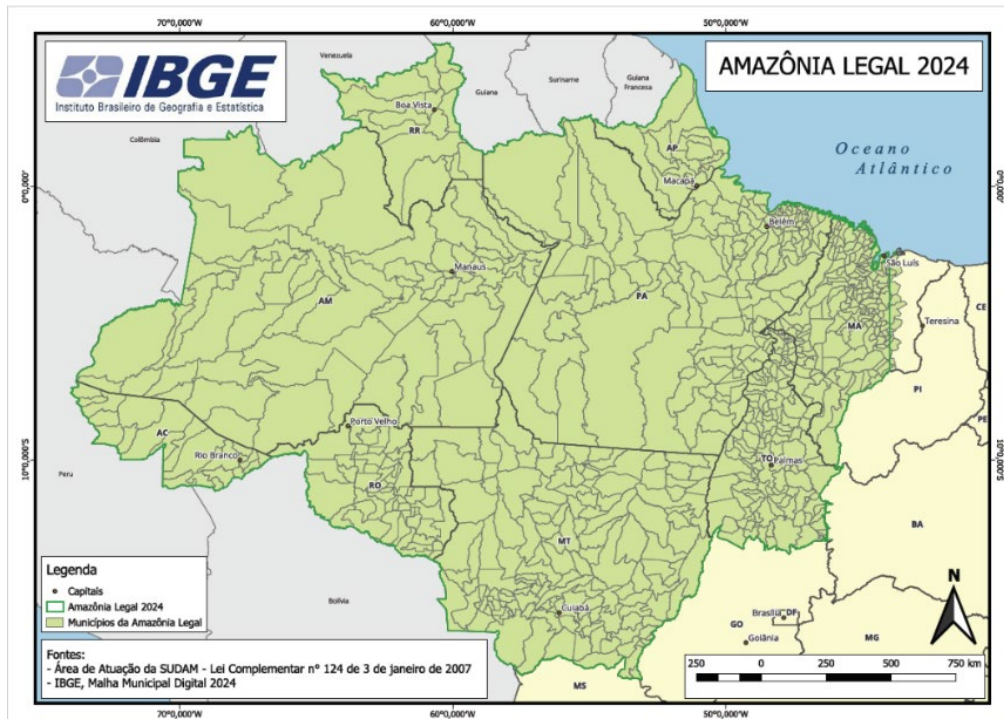
A plataforma CIUCA está disponível no endereço eletrônico: <http://novociuca.mctic.gov.br>.

### 3.1.5. Amazônia Legal e o Programa Pró-Amazônia

A Amazônia Legal representa mais da metade do território nacional e concentra a maior porção contínua de floresta tropical do planeta, configurando-se como ativo estratégico do Estado brasileiro. Sua relevância ultrapassa a dimensão ambiental, incorporando atributos geopolíticos, econômicos e científicos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.

A região reúne recursos naturais de elevada importância global, incluindo biodiversidade singular, estoque de carbono, recursos hídricos e potencial energético, cuja preservação e uso sustentável impactam diretamente a estabilidade climática e a competitividade econômica do Brasil no cenário internacional.

Figura 7: Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE.

Ao mesmo tempo, a Amazônia Legal enfrenta desafios estruturais relacionados à baixa densidade tecnológica, limitações logísticas, desigualdades socioeconômicas e pressões sobre o uso do solo. A superação desses desafios exige políticas públicas integradas e de longo prazo, capazes de articular conservação ambiental, inclusão social e dinamização produtiva com base no conhecimento.

No contexto da agenda climática global e da realização da COP30 no Brasil, a Amazônia assume posição central na estratégia nacional de desenvolvimento. O país reafirma, perante a comunidade internacional, seu compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono, a valorização da bioeconomia e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis. A CT&I constituem vetores estruturantes dessa agenda, ao viabilizarem soluções baseadas em evidências, agregação de valor à biodiversidade e consolidação de capacidades regionais.

É nesse cenário que se insere o [Programa Pró-Amazônia](#), como instrumento estratégico para impulsionar investimentos em pesquisa, infraestrutura científica, inovação e formação de recursos humanos qualificados, promovendo a integração entre desenvolvimento regional e sustentabilidade ambiental. O fortalecimento do ecossistema de CT&I na Amazônia Legal é condição indispensável para transformar seus recursos naturais em prosperidade duradoura, soberania tecnológica e protagonismo internacional do Brasil.

A Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA) é a unidade responsável pela coordenação do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável e Soberano da Amazônia - Pró-Amazônia, instituído pelo Conselho Diretor do FNDCT. O Programa tem a finalidade de fomentar pesquisas e promover o desenvolvimento de soluções científicas e tecnológicas voltadas à sustentabilidade da região. O Pró Amazônia busca integrar pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) às riquezas naturais e culturais da Amazônia, promovendo oportunidades econômicas e sociais de forma equilibrada, em consonância com a preservação da integridade ambiental e a valorização dos saberes tradicionais.

Entre 2024 e 2025, foram lançados editais e encomendas que possibilitaram a execução de projetos alinhados às necessidades da região. O Programa descentralizou, para a Finep CNPq, o montante total de R\$ 800 milhões em investimentos no biênio (Figura 8).

Em 2024, destacaram-se a destinação de R\$ 110 milhões para a modernização e adequação de laboratórios e acervos científicos, contemplando 26 projetos, com 76 laboratórios apoiados, por meio da Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT – Infraestrutura para a Amazônia Legal.

Em 2025, foram alocados R\$ 50 milhões para três encomendas destinadas à modernização de instituições estratégicas da região para a preservação de acervos, exposições e fortalecimento institucional: R\$ 20 milhões para o Museu das Amazônias; R\$ 20 milhões para o Museu Paraense Emílio Goeldi; e R\$ 10 milhões para a ampliação do herbário do INPA.

Figura 8: Recursos aportados ao Programa Pró-Amazônia



Fonte: MCTI. Elaboração: SCTA/SEXEC.

Os demais recursos descentralizados no período foram aplicados em ações voltadas à formação e ao fortalecimento de redes de pesquisadores. Nesse contexto, a Chamada CNPq/MCTI nº 19/2024 destinou R\$ 250 milhões, em 2024, e R\$ 50 milhões, em 2025, para o fomento de projetos colaborativos, resultando aprovação de 48 projetos e 1.365 bolsas concedidas. A Chamada Finep Amazônia em Bioeconomia e Desenvolvimento Regional aportou R\$ 150 milhões nos exercícios de 2024 e 2025, com R\$ 75 milhões em cada ano.

Adicionalmente, a Chamada CNPq/MCTI nº 03/2025 – Pró-Amazônia (Cooperação Internacional) investiu R\$ 33,5 milhões em projetos e bolsas para pesquisadores da Pan-Amazônia, aprovando 74 projetos e consolidando 83 parcerias internacionais com países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Por fim, ainda em 2025, foram destinados R\$ 6,5 milhões à encomenda para a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), voltada à implantação de infovias transfronteiriças que conectam os estados da Amazônia Legal aos países pan-amazônicos.

Considerando os exercícios de 2024, com aporte de R\$ 650 milhões, e o edital destinado à infraestrutura para o desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia Legal, no valor de R\$ 150 milhões, lançado durante a 30ª COP 30, o Programa Pró-Amazônia, atingiu o volume total de R\$ 800 milhões durante os dois anos de implementação (Figura 8).

Com o objetivo de fortalecer a articulação federativa e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) na Amazônia Legal, a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA), ao longo do ano de 2025, promoveu ações contínuas de articulação com instituições científicas, órgãos governamentais e demais atores do ecossistema regional de CT&I. Essas ações foram realizadas por meio de visitas técnicas, da organização de seminários estaduais e da participação em eventos estratégicos de âmbito nacional e internacional, contribuindo para o alinhamento institucional e o fortalecimento das capacidades científicas e tecnológicas na região.

As primeiras edições dos Seminários Pró-Amazônia e Instrumentos de Incentivo à Inovação, iniciadas em 2024 e realizadas ao longo de 2025, ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Cuiabá (MT), Macapá (AP) e Rio Branco (AC). Esses encontros constituíram espaços qualificados de diálogo entre o Governo Federal, governos estaduais, instituições de pesquisa, universidades e o setor empresarial da indústria, do comércio e de serviços, com foco na difusão de instrumentos de fomento, no fortalecimento da infraestrutura científica regional e na promoção da inovação orientada ao desenvolvimento sustentável. Para 2026, estão previstos novos seminários nos demais estados da Amazônia Legal, ampliando o alcance territorial da iniciativa e consolidando a integração federativa no campo da CT&I.

Na ocasião da COP30, no âmbito da programação da *Casa da Ciência no Museu Goeldi* (MPEG), a SCTA coordenou a sessão dedicada aos biomas brasileiros, com ênfase na interface entre ciência, mudanças climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. A programação contou com palestra magna sobre o uso de soluções baseadas em inteligência artificial aplicadas aos desafios climáticos, no Brasil, proferida pela Magnífica Reitora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bem como com mesas temáticas que reuniram dirigentes de instituições estratégicas, incluindo as Unidades de Pesquisa do MCTI: INMA, INSA, INPA, INPE e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As discussões evidenciaram o papel central da CT&I para o fortalecimento da resiliência dos biomas brasileiros e para a formulação de soluções sustentáveis, frente aos desafios climáticos contemporâneos.

### 3.1.6. Prevenção e controle do desmatamento e queimadas

Em 2025, o INPE, instituição responsável pelo monitoramento do desmatamento e das queimadas, garantiu o atendimento às necessidades de dados dos setores governamentais responsáveis pela prevenção e pelo controle do desmatamento e das queimadas, em particular, os órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Para tanto, todos os sistemas que realizam análise de imagens de sensoriamento remoto, com base em metodologias adequadas a cada bioma e ao tipo de dado de interesse, foram mantidos e aprimorados ao longo do ano.

Os recursos da Ação 20V9 (Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais), que integra o Programa 6114 (Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios), foram destinados às atividades de monitoramento de queimadas em todo o território nacional. Quanto ao monitoramento do desmatamento, foram realizadas atividades de temporalidade anual (PRODES) em todos os biomas, e diárias (Deter), nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. Dessa forma, foi assegurado o cumprimento dos compromissos do País em acordos multilaterais para o controle do desmatamento, para a produção de relatórios sobre as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento e da degradação florestal, bem como para a apresentação dos resultados na COP30.

Porém, como os recursos alocados na Ação 20V9 foram insuficientes para o monitoramento da supressão da vegetação nativa em todos os biomas brasileiros, houve a complementação com recursos extraorçamentários da FINEP e de TEDs provenientes do MMA e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Com os recursos da FINEP foi possível a produção de mapas (anual e diários) das áreas de supressão da vegetação nativa no bioma Cerrado. Já os recursos do IBAMA garantiram o monitoramento do bioma Pantanal, enquanto o TED do MMA permitiu o monitoramento dos demais biomas. Contudo, é necessário destacar que os recursos extraorçamentários que permitiram a geração de dados para todos os biomas não terão continuidade em 2026, de modo que fica ameaçada a garantia da execução desses objetivos no corrente ano.

Como resultados destacam-se, também em 2025, a publicação de boletins mensais integrados compostos por:

1. Monitoramento diário da supressão de vegetação nativa na Amazônia Legal (mapas e estatísticas de áreas desmatadas, de florestas degradadas e sob atividade de exploração madeireira, e de sistemas de alerta precoce de desmatamento e degradação florestal) e monitoramento diário da supressão de vegetação nativa nos biomas Cerrado e Pantanal (mapas e estatísticas de áreas de supressão de vegetação nativa e de sistema de alerta precoce de desmatamento).

2. Monitoramento do fogo em todos os biomas brasileiros (mapas digitais indicando a ocorrência de fogo ativo na vegetação, de avaliação e de previsão do risco de fogo, estimativas da extensão das áreas queimadas e resumos com dados numéricos desses produtos). Estes produtos podem ser encontrados na [plataforma TerraBrasilis](#).

Além dos boletins mensais integrados com informações de desmatamento e queimadas, é importante mencionar outras realizações em 2025:

1. Relatórios anuais do desmatamento (resultado do PRODES) com o mapa da supressão da vegetação nativa primária no período de 12 meses para os biomas Amazônia e Cerrado. Todos os relatórios estão disponíveis no [sítio eletrônico de dados do PRODES](#).

2. Mapas também disponíveis na [plataforma TerraBrasilis](#):

- a) Produção do mapa prioritário da área da vegetação nativa suprimida no intervalo de agosto/2024 a julho/2025, para o bioma Amazônia.

- b) Finalização do mapa das áreas de vegetação nativa suprimida no intervalo de agosto/2024 a julho/2025, para o bioma Amazônia.

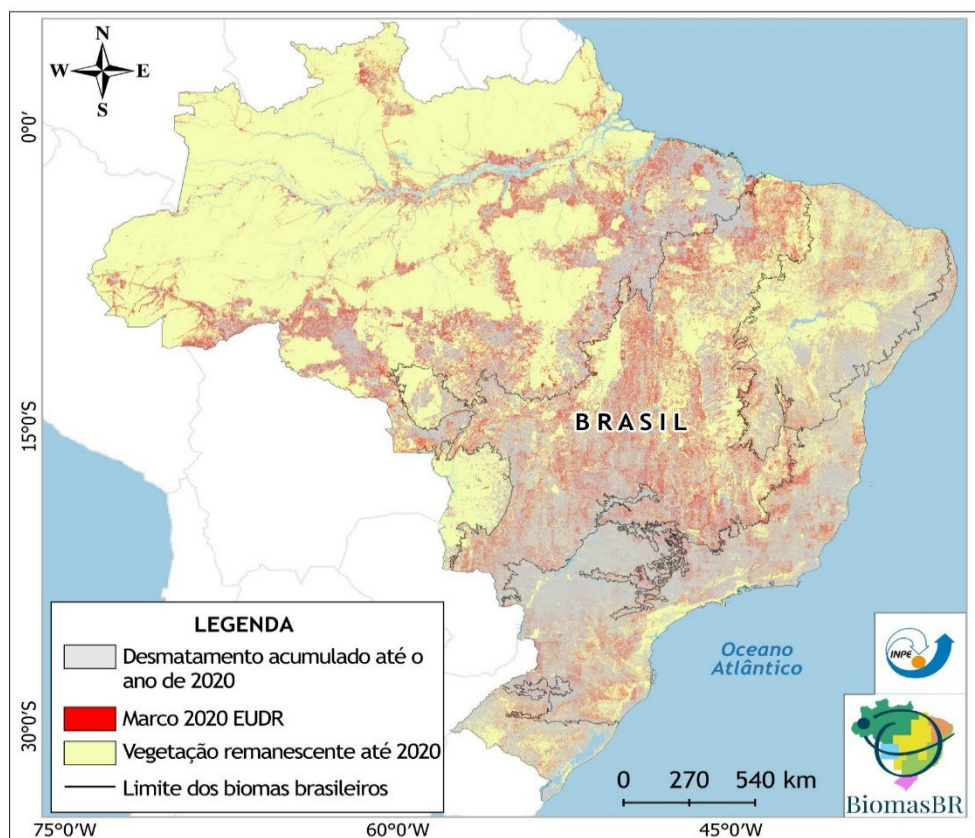
- c) Produção do mapa completo das áreas da vegetação nativa suprimida no intervalo de agosto/2024 a julho/2025, para o bioma Cerrado.

- d) Produção do mapa completo das áreas da vegetação nativa suprimida no intervalo de agosto/2024 a julho/2025, para o bioma Pantanal.

3. Mapa do Marco 2020 EUDR (União Europeia - UE) de áreas de supressão da vegetação nativa até 31 de dezembro de 2020: trata-se de um dado refinado que visa complementar o PRODES 2020, com padrões de desmatamento de até 0,5 hectare detectáveis até 31 de dezembro de 2020, obtidos pela classificação de cubos de imagens de sensoriamento remoto e de algoritmos de aprendizado de máquina (i.e. Inteligência Artificial). Esta foi uma demanda do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para atendimento ao novo Regulamento (UE) 2023/1115, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da UE, relativo a produtos livres de desmatamento. Este novo regulamento exige a elaboração de um mapa confiável e preciso (área mínima de 0,5 hectare), que registre as áreas de desmatamento de cada país que comercializa commodities com as nações da UE. Mais informações sobre este produto podem ser encontradas no [catálogo da TerraBrasilis](#).

Para exemplificar o produto gerado para todos os biomas do Mapa do Marco 2020 EUDR, a figura abaixo ilustra, em vermelho, a supressão de vegetação natural mapeada por Inteligência Artificial, com área mínima de 0,5 hectare, complementar aos dados Prodes 2020 (Marco 2020 EURD). Para fins de comparação, a figura também ilustra os dados de desmatamento PRODES acumulado até 2020 (cinza), bem como os dados de vegetação remanescente até 2020 (bege) e os limites dos biomas brasileiros.

Figura 9: Mapa do Marco 2020 EUDR (União Europeia) com áreas de supressão da vegetação nativa até 31 de dezembro de 2020 (em vermelho), complementares ao PRODES 2020 (em cinza).



Em 2025 ainda foram produzidos os dados e mantidas as séries históricas sobre a ocorrência, extensão e risco de focos de queimadas e incêndios florestais em todos os biomas nacionais, garantindo o cumprimento de todos os indicadores pactuados no PPA. Todos os resultados e produtos do investimento dos recursos da Ação 20V9 estão disponíveis de forma ampla e aberta no [portal do Programa Queimadas do INPE](#).

No período de janeiro a dezembro de 2025 foram detectados 136.393 focos de queimadas ou incêndios pelo satélite de referência, o que representa uma redução de 50,9% em relação ao mesmo período de 2024 (278.299 focos). Desse total, 43.131 (41,1%) focos de queimadas e incêndios ocorreram na Amazônia, 56.058 (31,6%) no Cerrado, 23.424 (17,2%) na Caatinga, 12.352 (9,1%) na Mata Atlântica, 724 (0,5%) no Pantanal e 704 (0,5%) no

Pampa. Para acompanhamento dos resultados, acesse os [links para os gráficos](#) e [banco de dados de queimadas](#).

Dentre os principais resultados alcançados pelo Programa Queimadas destacam-se:

1. Monitoramento diário da ocorrência de focos de fogo ativos disponibilizados publicamente na [plataforma do BDQueimadas](#), que visa identificar diariamente, a partir de imagens de satélite, focos de fogo em todos os biomas brasileiros, gerando mapas mensais e estatísticas de referência de apoio à gestão e à avaliação do impacto do uso do fogo na vegetação. Todos os resultados e produtos estão disponíveis no portal Programa Queimadas do INPE e são sumarizados no [Painel do Fogo](#).
2. Monitoramento e risco de queimadas e incêndios florestais, por meio de mapas diários para monitorar o risco de fogo observado em todo o território nacional, bem como a geração de outros produtos e informações sobre a ocorrência de fogo na vegetação. Todos os resultados e os produtos estão disponíveis na [plataforma TerraBrasilis](#). Os mapas produzidos ao longo de 2025 podem ser verificados na [publicação digital do "Anuário de Risco de Fogo"](#). Todos os boletins gerados em 2025 estão disponíveis no [sítio eletrônico do Infoqueima](#) para visualização e *download*.

Apesar do mérito das entregas mencionadas, permanecem restrições severas de orçamento e de falta de pessoal especializado para o pleno atendimento às várias instituições de governo que demandam estes dados, tais como MMA, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), polícias militares e bombeiros, além do CIMAN Nacional (Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional), do qual o INPE é membro, apoiando as ações de monitoramento, planejamento e tomada de decisão nas operações de combate aos crimes ambientais, especialmente os relacionados ao fogo na vegetação.

### 3.1.7. Gestão de riscos de desastres naturais

No escopo de sua missão, em 2025 o CEMADEN monitorou 1133 municípios, sendo 41 no Centro-Oeste, 336 no Nordeste, 118 no Norte, 415 no Sudeste e 223 no Sul. Os alertas de risco de desastres são enviados diretamente às Defesas Cíveis dos municípios alertados, via e-mail, e, simultaneamente, ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) do Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional, que os retransmite aos órgãos estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil, por meio de SMS e aplicativo de mensagens. No ano de 2025, a Sala de Situação do CEMADEN emitiu 2.505 alertas para municípios monitorados (Tabela 6).

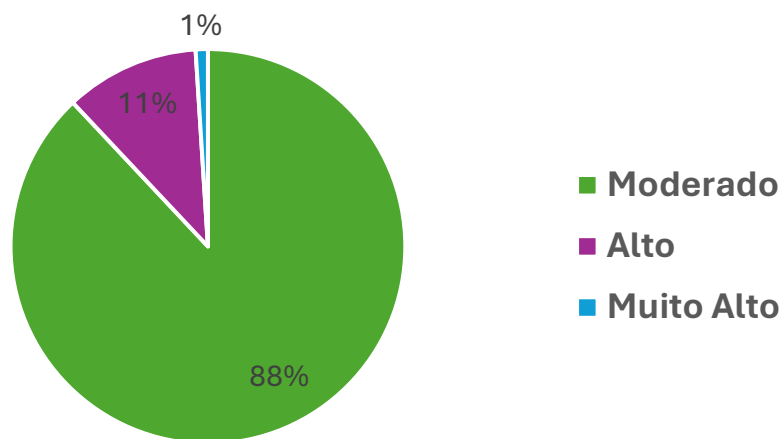
Tabela 6: Total de alertas emitidos pelo CEMADEN e ocorrências de desastres por região, Brasil, 2025

| Região        | Municípios Monitorados | Alertas Emitidos | Ocorrências de Desastres |
|---------------|------------------------|------------------|--------------------------|
| Norte         | 118                    | 178              | 127                      |
| Nordeste      | 336                    | 511              | 351                      |
| Centro-Oeste  | 41                     | 72               | 47                       |
| Sudeste       | 415                    | 1.232            | 643                      |
| Sul           | 223                    | 512              | 325                      |
| <b>Brasil</b> | <b>1.133</b>           | <b>2.505</b>     | <b>1.493</b>             |

Fonte: CEMADEN/MCTI.

Em relação ao nível de risco, como mostra o Gráfico 13, 2.212 alertas foram enviados com nível moderado (88% do total), 269 com nível alto (11% do total) e 24 (1% de total) com nível de risco muito alto. Em termos regionais, o maior número de alertas, quase a metade deles, foi enviado para municípios monitorados da Região Sudeste (49% do total). As regiões Sul e Nordeste, por sua vez, receberam 20,5% do total de alertas cada uma; a Região Norte 7% do total e a Região Centro Oeste apenas 3% do total de alertas.

Gráfico 13: Percentuais de alertas emitidos em 2025 pelo CEMADEN/MCTI, por nível de risco.



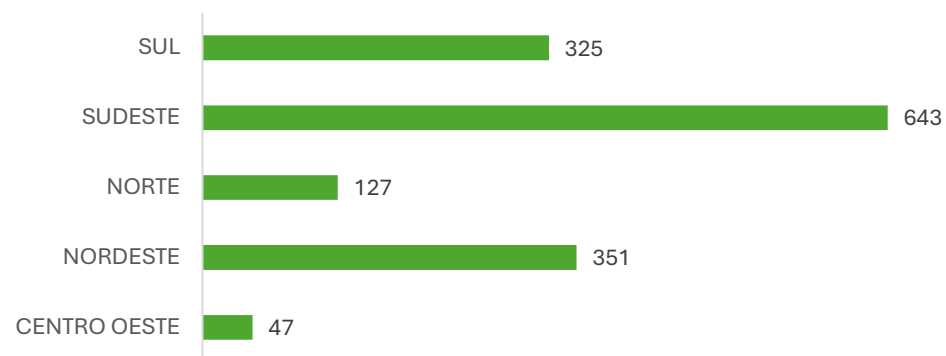
Fonte: CEMADEN/MCTI.

Assim como observado em anos anteriores, os alertas emitidos pelo CEMADEN em 2025 concentram-se majoritariamente nos municípios monitorados localizados nas principais regiões metropolitanas do país, com destaque para áreas como Manaus, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nesse contexto, Manaus destacou-se como o município com o maior número de alertas enviados pelo CEMADEN, totalizando 69 registros, seguido por São Paulo, com 49 alertas, e Petrópolis, com 30. No escopo dos municípios que se sobressaem pelo número de alertas recebidos incluem Juiz de Fora, Ubatuba, Santo André e Salvador, refletindo a elevada exposição, vulnerabilidade e recorrência de eventos em áreas urbanas. Destaca-se ainda o registro significativo de alertas ao longo do litoral do Nordeste, evidenciando a importância do monitoramento contínuo em contextos urbanos costeiros e em diferentes cenários de risco de desastres.

Em relação à tipologia dos eventos, os alertas emitidos em 2025 apresentaram predominância de riscos hidrológicos, que corresponderam a aproximadamente 56% do total, associados a processos como enxurradas, alagamentos e inundações. Os alertas de risco geodinâmico, 44% do total, estavam relacionados sobretudo a deslizamentos de terra pontuais e movimentos de massa induzidos por modificações do terreno.

No que se refere às ocorrências registradas na base do Registros de Eventos de Inundação e Deslizamento - REINDESC (Gráfico 14), o maior número se concentrou na Região Sudeste (43% do total). Na Região Sul foram reportadas 325 ocorrências (22% do total), 351 no Nordeste (23.5% do total), 127 na Região Norte (8.5% do total), com forte concentração na região metropolitana de Manaus e 47 na Região Centro-Oeste (3% do total).

Gráfico 14: Total de ocorrências de desastres em 2025 registradas na base de dados REINDESC, do CEMADEN/MCTI, por região federativa.



Fonte: CEMADEN/MCTI.

Entre os municípios mais afetados e com maior número de ocorrências registradas estão Manaus, com 43, e São Paulo, com 38 ocorrências. Municípios como Jaboatão dos Guararapes, Guarulhos, Campinas, Petrópolis, João Pessoa e Curitiba também figuram entre aqueles com maior número de registros, evidenciando a influência de fatores geográficos, climáticos e socioeconômicos que tornam essas localidades particularmente suscetíveis a desastres de origem geo-hidrológica.

Em relação a anos anteriores, o número de alertas enviados e de ocorrências registradas em 2025 apresentou uma pequena diminuição. Para efeito de comparação, a média anual de alertas enviados entre os anos 2020 e 2024 foi de 3.370, sendo que em 2025 esse número foi de 2.505. Em termos de registro de ocorrências, também houve uma redução em relação aos anos anteriores, visto que esse número foi de 1493 em 2025, contra uma média de 1688 no período 2020-2024.

Em 2025 não houve registro de desastres de grandes proporções e envolvendo um número elevado de vítimas, como ocorreu em anos recentes. Uma das possíveis razões para isso pode derivar da condição de neutralidade em relação aos fenômenos do El Niño e La Niña na maior parte do ano. Nos últimos meses de 2025, se estabeleceu um episódio do “La Niña” de fraca intensidade que teve um efeito benéfico na Região Norte, gerando um incremento das chuvas na região de cabeceira do rio Amazonas, que contribuiu para amenizar a condição de seca que se prolongava desde anos anteriores. Por outro lado, esse fenômeno também causou uma diminuição da precipitação no extremo sul do Brasil, o que pode ter minimizado os episódios pluviais intensos nesta região.

Entretanto, um dos eventos mais marcantes do ano foram as inundações registradas no Estado do Rio Grande do Sul, no mês de junho, que afetaram 120 municípios gaúchos e deixou um saldo de milhares de evacuados. Na Região Sudeste, fortes chuvas ocorridas em abril, especialmente na região metropolitana de São Paulo, na costa verde e na região serrana fluminense induziram deslizamentos de terra e danos materiais e socioeconômicos. Na região Nordeste, o destaque foi a cidade de Recife-PE, onde na primeira semana de fevereiro foi registrado o maior acumulado histórico de precipitação em 24h para o mês de fevereiro, com um valor aproximado de 200mm (a média histórica do mês é de 91mm). Houve registro de alagamentos, deslizamentos de terra e consequentes danos humanos.

O CEMADEN foi incluído no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-3) do Governo Federal, visando aumentar a capacidade de monitoramento do Centro no âmbito da gestão de riscos e de desastres. Para cumprir a demanda de aumento do número de municípios monitorados, o CEMADEN/MCTI está expandindo sua rede de monitoramento ambiental observacional. Em 2025, foram 670 pluviômetros automáticos instalados em 272 municípios brasileiros. Quanto à melhoria de sua estrutura computacional, o projeto de implantação do datacenter que dá suporte à recepção, processamento, armazenamento e disponibilização de dados ambientais foi iniciado em dezembro de 2025.

Ainda no escopo de sua missão, o CEMADEN seguiu contribuindo para o conhecimento científico-tecnológico na temática de riscos e impactos de desastres. Em 2025, publicou 92 artigos indexados (autoria ou co-autoria) em 52 periódicos de relevância internacional. O Centro também esteve à frente do desenvolvimento de 9 produtos de TI, para a melhoria contínua das atividades operacionais de monitoramento. Em adição, foram divulgados 12 boletins mensais de impactos de extremos de origem hidro-geo-climático no Brasil, que apoiam o planejamento de ações de setores estratégicos, tanto públicos quanto privados, garantindo a segurança energética e hídrica do país. Destaca-se, ainda, a divulgação de 365 boletins de previsão de risco geo-hidrológico disponibilizados no site do CEMADEN. Esta previsão possibilita o planejamento de ações antecipadas de órgãos municipais e estaduais de proteção e defesa civil em prevenção, preparação e, eventualmente, resposta a desastres.

Em 2025, o Programa CEMADEN Educação consolidou e ampliou sua atuação como referência nacional em Educação para Redução de Riscos de Desastres, articulando formação continuada, produção de conhecimento e mobilização social. Ao longo do ano, o Programa realizou mais de 70 atividades educativas presenciais e virtuais, alcançando um público diverso de professores, estudantes, gestores públicos, Defesas Cívicas, lideranças comunitárias, universidades e organizações religiosas, com impacto direto em mais de 1000 participantes em diferentes regiões do país. Para a campanha nacional anual #Aprender para Prevenir, o Cemaden Educação realizou uma parceria com o Ministério das Cidades visando realizar a edição especial “[Cidades Sem Risco](#)”, iniciada em 2025, mobilizando cerca de 30 mil estudantes em 20 municípios, prioritários em áreas de risco, de 7 estados. Em 2025 foram 131 inscritos no curso EaD da campanha, e taxa de conclusão de 99%.

### 3.1.8. CT&I no Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade

O MCTI integra o “[Novo PAC Desenvolvimento e Sustentabilidade](#)” com investimentos previstos de R\$ 12,251 bilhões, distribuídos em seis Programas de Investimento do FNDCT. No âmbito do PPA 2024–2027, esses recursos são provenientes dos programas 2308 (Consolidação do SNCTI) e 2306 (Política Nuclear).

As ações financiadas abrangem a recuperação e a expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica em universidades e ICTs, a recuperação de acervos de museus, o aumento da conectividade para educação e pesquisa e a aquisição de novos equipamentos para o CEMADEN. Incluem também projetos de ponta, como o complexo laboratorial de máxima contenção biológica NB4 (Orion), a segunda fase do Sirius e a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Além disso, estão previstas encomendas tecnológicas voltadas à autonomia da defesa e à aquisição de um Supercomputador.

- **Sirius** – O Sirius é a maior e mais complexa infraestrutura científica do país, utilizando aceleradores de elétrons para produzir luz síncrotron, empregada na investigação da composição e da estrutura da matéria, com aplicações em praticamente todas as áreas do conhecimento. Os investimentos previstos viabilizaram a entrada do projeto em sua Fase II, que contempla o projeto e a construção de mais 10 linhas de luz síncrotron, ampliando a capacidade científica do empreendimento. Para essa etapa, estão previstos investimentos de R\$ 800 milhões entre 2023 e 2026, tendo sido empenhados R\$ 577 milhões até 2025.
- **RMB** – O Reator Multipropósito Brasileiro tem como objetivo ser o principal centro nacional de pesquisa em tecnologia nuclear, com aplicações em saúde, indústria, energia, agricultura e meio ambiente, incluindo a produção de radioisótopos para o tratamento do câncer. O projeto prevê investimentos de R\$ 2,9 bilhões entre 2024 e 2027, com empenho realizado de R\$ 306 milhões até 2025. As ações financiadas priorizam as etapas de projeto, suprimento e fabricação, licenciamento, detalhamento de laboratórios, aquisição de itens do reator e as ações de licenciamento nuclear e ambiental necessárias à implantação do empreendimento.
- **Pró-Infra** – Trata-se de um programa voltado à recuperação, atualização e à expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de criar condições para que o Brasil desenvolva projetos de ponta. Para esse fim, estão previstos investimentos totais de R\$ 4,17 bilhões no período de 2024 a 2027. Por um lado, as ações concentram-se na recuperação da infraestrutura de pesquisa existente, com R\$ 801 milhões empenhados entre 2024 e 2025. Por outro, o programa contempla a atualização e a expansão de parques laboratoriais, o apoio à infraestrutura de pesquisa em áreas prioritárias e estratégicas, bem como o desenvolvimento de centros temáticos e de infraestrutura de pesquisa nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os quais somaram R\$ 2,14 bilhões em empenhos no período de 2024 a 2025.
- **Acervos** – Iniciado em 2024, o Programa Identidade Brasil visa recuperar, modernizar e ampliar a infraestrutura de museus e acervos científicos, históricos e culturais, promovendo a preservação da Memória Nacional e a ampliação do acesso da população. Nesse sentido, as ações financiadas concentraram-se na conservação, restauração, catalogação, digitalização e difusão de acervos, com ênfase na criação de repositórios digitais, softwares e aplicativos. Os recursos empenhados no âmbito dessas atividades totalizaram R\$ 489 milhões, integralmente financiados em 2025.
- **Infovias** – As atividades financiadas buscaram ampliar a cobertura, a qualidade e a segurança da conectividade para educação e pesquisa, por meio da interiorização do Sistema RNP, do desenvolvimento de infovias estaduais em parceria com governos e do fortalecimento da rede de e-ciência. Foram financiados *backbones* acadêmicos nas 27 unidades da federação, a implantação de 19 infovias estaduais, uma rede segura de e-Ciência, centros de prevenção e detecção de cibersegurança e dois Centros Nacionais de Dados em nuvem híbrida. A previsão orçamentária foi de R\$ 401,7 milhões entre 2023 e 2025, com o total empenhado no período.
- **Cemaden** – Com o objetivo de modernizar equipamentos e fortalecer o monitoramento e a emissão de alertas à população sobre deslizamentos, enchurradas, inundações e secas, foram financiadas ações no âmbito do Cemaden, que monitora mais de 1,8 mil municípios. Os recursos destinaram-se à ampliação da capacidade de tecnologia da informação e à expansão da rede observacional, incluindo a entrega de pluviômetros automáticos e a instalação de equipamentos em campo. Para essas iniciativas, estão previstos investimentos de R\$ 115 milhões entre 2023 e 2026, tendo sido empenhados R\$ 5 milhões em 2023, R\$ 19,9 milhões em 2024 e R\$ 34,2 milhões em 2025.
- **NB4 (Projeto Orion)** – O Brasil será o primeiro país da América Latina a contar com um laboratório de máxima contenção biológica (NB4) e o primeiro do mundo a integrá-lo a uma fonte de luz síncrotron, ampliando a capacidade nacional de estudo de patógenos causadores de doenças graves. O laboratório será implantado no CNPEM, vinculado ao MCTI e responsável pela operação do Sirius. Incluído no Novo PAC, o complexo, com cerca de 20 mil m<sup>2</sup>, prevê investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão até 2026, tendo sido empenhados R\$ 200 milhões em 2023, R\$ 300 milhões em 2024 e R\$ 300 milhões em 2025.
- **Defesa** - Por meio de Carta Convite enviada às ICTMDs, foram selecionados 12 projetos alinhados às linhas de atuação do Programa, com base em critérios como cerceamento tecnológico, criticidade para a Estratégia Nacional de Defesa, potencial de uso dual das tecnologias e parcerias institucionais. A previsão orçamentária é de R\$ 564 milhões entre 2024 e 2025, tendo sido empenhados R\$ 343 milhões no período.
- **Supercomputador** – A ação financiada integra o processo de aquisição de um supercomputador de porte global voltado à inteligência artificial, previsto no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). Inicialmente, as atividades abrangem estudos técnicos, procedimentos de aquisição e a preparação da infraestrutura lógica e física necessária à implantação do equipamento. Para essa iniciativa, está prevista dotação orçamentária de R\$ 1,8 bilhão até 2027, tendo sido empenhados R\$ 28 milhões em 2025.

## 3.2. CT&I para o Desenvolvimento Social

A pauta da CT&I para o Desenvolvimento Social foi retomada desde 2023 com a inclusão da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES na estrutura regimental do MCTI.

Em relação ao PEI MCTI, as ações da SEDES estão alinhadas com o Objetivo 4: Fomentar o desenvolvimento social por meio da ciência, tecnologia e inovação.

No âmbito do PPA 2024-2027, as ações se inserem no PROGRAMA: 2304 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Objetivo: 1310 - Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população (Anexo III - pela Lei nº 14.802/2024).

### 3.2.1. Educação científica e popularização da ciência: diálogos dos saberes

O ano de 2025 foi marcado pelo avanço nos processos de educação científica e popularização da ciência. As iniciativas permaneceram alinhadas ao Plano Plurianual (PPA) e ao Plano Estratégico Institucional (PEI) visando democratizar o acesso ao conhecimento, fortalecer a cultura científica, e fomentar a interação entre a sociedade e a produção científica e tecnológica no país.

Os avanços na implementação do Programa Nacional de Popularização da Ciência foram consistentes em 2025. Entre as principais iniciativas, destaca-se a Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/IDENTIDADE BRASIL para recuperação e preservação de acervos científicos e históricos, lançada em 2024 e executada em 2025, no valor R\$ 500 milhões. Em novembro de 2025, foi lançada nova Chamada Pública, no valor R\$ 250 milhões, totalizando R\$ 750 milhões para investimento em museus e centros de ciência.

Além disso, as Chamadas CNPq/FNDCT/MCTI/MEC/CAPES nº 37/2024 para Feiras de Ciência e Mostras Científicas e CNPq/FNDCT/MCTI/MEC/CAPES nº 38/2024 Pop Ciência - Olimpíadas Científicas, tiveram aportes de 20 milhões de reais cada – executados em 2025, para fomentar iniciativas em diferentes estados. Somam-se a isso as iniciativas de mobilização do Comitê Pop Ciência, com reuniões periódicas para contribuição às políticas implementadas, além da realização do Encontro Nacional de Popularização da Ciência, que contou com a participação de mais de 400 coordenadores de todas as regiões do país.

O Programa Mais Ciência na Escola foi suplementado, em 2025, em mais R\$ 100 milhões, totalizando R\$ 200 milhões de investimentos para a criação de 2 mil *laboratórios makers* — espaços educacionais equipados para experimentação, prototipagem e desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos — em escolas públicas de todos os estados do Brasil, especialmente em territórios vulneráveis. O recurso também prevê a destinação de 20 mil bolsas de iniciação científica por um ano para estudantes da educação básica envolvidos com os laboratórios e bolsas para 2 mil professores da educação básica que serão capacitados para atuar nas redes estaduais do programa, com a criação de clubes de ciência, feiras de ciência e outras iniciativas. O programa promove a parceria entre as instituições de pesquisa, secretarias de educação e de ciência e tecnologia estaduais e municipais para o fortalecimento da educação científica nas escolas de educação básica.

A 22ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) teve edital de R\$ 13,5 milhões, somando os recursos investidos pelo MCTI e o aporte das Fundações de Apoio à Pesquisa estaduais, além da realização da atividade no Distrito Federal, que contou com a presença de mais de 100 mil participantes presenciais na programação realizada na Esplanada dos Ministérios. O processo de mobilização nacional envolveu centenas de atividades em todo o país, consolidando a SNCT como a maior ação de popularização da ciência do Brasil.

O ano 2025 também foi marcado mais uma vez por uma das maiores mobilizações de divulgação científica do país, a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Com o tema “Progresso é Ciência em todos os Territórios, a 77ª Reunião Anual da SBPC foi marcada pelo protagonismo juvenil em uma série de atividades como mesa redonda, oficinas, minicursos e exposições. A política de popularização da ciência do MCTI se fez presente por meio do estande Pop Ciência no espaço da SBPC Jovem e da mobilização de parceiros para Recife, como o Circo da Ciência, organizado pela Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCCM).

Duas importantes parcerias institucionais foram formalizadas em 2025:

- Chamada Pública conjunta da 22ª SNCT: Articulação de mais de 20 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados para a realização da CHAMADA Pop Ciência CNPq / MCTI Nº 11 / 2025 - 22ª SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, que fomentou projetos municipais, intermunicipais e estaduais, fortalecendo a mobilização nacional em torno do tema da Cultura Oceânica.
- Acordo de Cooperação Técnica Prefeitura de Belém/MCTI: visa a implementação de projetos e ações articuladas e integradas para a ampliação do acesso à ciência, tecnologia e inovação na educação básica por meio da experimentação científica e do uso de tecnologias digitais, através de ações inseridas nos programas Mais Ciência na

Escola e Pop Ciência e os programas estruturantes do FNDCT Pró-Amazônia e Política com Ciência. Contemplou, ainda, a coordenação de esforços para a organização e execução das ações, programação e logística na COP 30, de forma a integrar programas educacionais, mobilizar especialistas e instituições de pesquisa e promover atividades alinhadas à temática do evento.

A execução orçamentária em 2025 atingiu um índice de 100% e correspondeu ao montante R\$ 42.892.182,04, sendo R\$ 28.392.182,04 provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA) para despesas discricionárias e R\$ 14.500.000,00 de emendas parlamentares.

Tabela 7: Resumo da LOA 2025 (Ação 6702)

| AÇÕES IMPLEMENTADAS LOA 2025                |   |                   |
|---|---|-------------------|
| Ação  | Descrição   | Valor             |
| <b>Olimpíadas e Feiras</b>                  | Chamada Pública de Olimpíadas, apoio à ONC; Chamada Pública de Feiras e apoio à participação de brasileiros na Feira Internacional Regeneron ISEF | R\$ 14.855.000,00 |
| <b>SBPC</b>                                 | Apoio à SBPC Jovem e ao Circo da Ciência  | R\$ 1.345.495,65  |
| <b>Realização e apoio a eventos</b>         | Realização da 22ª SNCT  | R\$ 11.759.929,13 |
| <b>Pesquisa em Popularização da ciência</b> | Pesquisas encomendadas à UFERSA e à UnB sobre popularização da ciência  | R\$ 431.757,26    |
| Valor total                                 |   | R\$ 28.392.182,04 |

Tabela 8: Resumo das Emendas Parlamentares:

| Emendas Parlamentares 2025 |                   |                   |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Região                     | Número de emendas | Valor             |
| <b>NACIONAL</b>            | 3                 | R\$ 1.150.000,00  |
| <b>NORDESTE</b>            | 6                 | R\$ 3.100.000,00  |
| <b>SUL</b>                 | 12                | R\$ 4.900.000,00  |
| <b>SUDESTE</b>             | 12                | R\$ 5.350.000,00  |
| <b>TOTAL</b>               | 33                | R\$ 14.500.000,00 |

O balanço das ações realizadas em 2025 evidencia o permanente compromisso com a ampliação do acesso ao conhecimento científico, a valorização da educação científica e a popularização da ciência. As ações são essenciais para o desenvolvimento social e tecnológico do país e contribuem para o alcance das metas estabelecidas. Os investimentos realizados asseguraram o fortalecimento das políticas voltadas à popularização da ciência e ao estímulo à inovação, inclusive em territórios longínquos.

Apesar dos avanços, os desafios permanecem. Para os próximos anos planeja-se ampliar essas iniciativas, consolidar a integração entre ciência e educação, e intensificar a inclusão digital e tecnológica nas redes de educação científica em todo o território nacional, promovendo o desenvolvimento social a partir da ciência e tecnologia.

### 3.2.2. Tecnologia Social e Economia Solidária

As ações na área de Tecnologia Social e Economia Solidária visam promover arranjos produtivos de economia popular solidária, preferencialmente com base tecnológica, que possibilitem maior agregação de renda aos envolvidos, e realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais que possam ser apropriadas, aplicadas e reaplicadas pelos extratos da sociedade que delas estejam necessitando.

Em 2025, o MCTI apoiou oito projetos de economia solidária com recursos da Ação 20UP, totalizando R\$ 1.470.175,88, além de dois projetos financiados pela Ação 6702, no valor de R\$ 439.459,53. Adicionalmente, foram captados R\$ 30.950.000,00 em emendas parlamentares para apoiar outros sete projetos.

A SEDES também acompanha a execução de aproximadamente 60 projetos financiados por recursos discricionários, que totalizam cerca de R\$ 126 milhões. Tais iniciativas focam no desenvolvimento de pesquisas e inovações voltadas à tecnologia social e economia solidária, visando à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis.

No âmbito internacional, destacam-se a promoção de parcerias estratégicas, entre as quais a formação da primeira turma da especialização em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (ESIGS), resultado da cooperação entre o *Conservatoire National des Arts et Métiers* (Le Cnam), da França, e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), bem como a implementação do Laboratório Brasil-China de Mecanização Agrícola para a Agricultura Familiar no INSA/MCTI, em parceria com a Universidade Agrícola da China. O MCTI acompanha diretamente essas iniciativas, inclusive por meio de missões a Pequim, fortalecendo a colaboração científica e tecnológica entre os dois países.

Tabela 9: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados na Ação Orçamentária 20 UP

| Instituição                                      | Título do projeto  | Valor Empenhado em 2025 |
|--|--|-------------------------|
| <b>CAIXA - Contrato de repasse</b>               | Contratação de serviços abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse  | 36.092,38               |
| <b>UFRPE</b>                                     | Organização e execução de ações e atividades no Espaço MCTI/UFRPE/UFPE de Tecnociência Solidária ocorrido durante a 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no período de 13 e 19 de julho de 2025, em Recife.         | 99.800,00               |
| <b>UFC</b>                                       | Promover e executar projeto com foco no fortalecimento emocional e capacitação no meio da moda sustentável para mulheres/mães de crianças em vulnerabilidade ou com deficiência por meio da construção de um negócio social com foco em economia circular, solidária e sustentável                                 | 40.000,00               |
| <b>UFCA</b>                                      | Última parcela de implementação da primeira turma do Curso de Especialização - na modalidade à distância e amparado em cooperação internacional - em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS) visando a qualificação dos profissionais dos empreendimentos e gestores públicos de economia solidária. | 699.938,50              |
| <b>UFCA</b>                                      | Primeira parcela para implementação da segunda turma do curso de Especialização em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social - ESIGS, na modalidade à distância e amparado em cooperação internacional, visando a qualificação dos profissionais dos empreendimentos e gestores públicos de economia solidária. | 200.000,00              |
| <b>INPA</b>                                      | Apoio a o II Encontro de Tecnologia Social da Amazônia - IIETS- Amazônia, nos dias 24 a 27 de junho.   | 80.000,00               |
| <b>IBICT</b>                                     | <b>1º Encontro de Tecnologia Social do Sudeste (ETS Sudeste)</b>   | 80.000,00               |
| <b>UFRPE</b>                                     | Organização e execução de ações e atividades da <b>Tenda Alimentação</b> que aconteceu durante a 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no período de 13 e 19 de julho de 2025, em Recife.                            | 234.345,00              |
| TOTAL de projetos com recursos da Ação 20UP/MCTI |  | 1.470.175,88            |

Tabela 10: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados na Ação Orçamentária 6702

| Instituição                                      | Título do projeto  | Valor Empenhado em 2025 |
|--|--|-------------------------|
| <b>IFBA</b>                                      | Apoio à realização da ExpoT&C (espaço reservado para o MCTI e suas unidades vinculadas dedicado à exposição de iniciativas de projetos e ações em ciência, tecnologia e Inovação) na 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorreu entre os dias 13 e 19 de julho de 2025, no campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife. | 413.296,33              |
| <b>IF Goiano</b>                                 | Organização e execução de ações e atividades no IF Goiano 3 Campus Posse/IF Goiano que aconteceu durante a V Semana Acadêmica da Licenciatura em Ciências Biológicas do IF Goiano 3 Campus Posse/IF Goiano, no período de 02 e 04 de setembro de 2025, no Goiás.   | 26.163,20               |
| TOTAL de projetos com recursos da Ação 6702/MCTI |  | 439.459,53              |

Tabela 11: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados com recursos de Emendas Parlamentares

| Instituição  | Título do projeto  | Valor Destinado em 2025 |
|--|--|-------------------------|
| <b>Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual - ADAI</b> | Aplicar inovações imediatamente adequadas às demandas emergenciais por dispositivos alternativos para tratamento da água disponibilizada para consumo humano nos territórios atingidos pela lama de rejeitos da mineração no rio Doce”, visando à consecução de finalidade de interesse público e recíproco, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho. | 250.000,00              |
| <b>Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual - ADAI</b> | Capacitação sobre formas alternativas de produção de energia e implementação de placas de Aquecimento Solar de Baixo Custo (ASBC) no município de Guarulhos/SP, bairros Parque Residencial Bambi e Anita Garibaldi.  | 200.000,00              |

| Instituição   | Título do projeto   | Valor Destinado em 2025 |
|---|---|-------------------------|
| <b>Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina</b>                   | Desenvolver soluções moveleiras inteligentes, sustentáveis e de baixa complexidade, voltadas à criação de mobiliário adaptável e funcional para pequenos espaços residenciais e comerciais, por meio da capacitação de marcenarias locais, fomento ao design autoral e articulação com parceiros estratégicos do setor moveleiro. | 300.000,00              |
| <b>Instituto Auto Spectron</b>  | Apoio ao projeto "Realização de Cursos para Estética Detalhada para Veículos Elétricos e Híbridos na região do Grande ABC Paulista - Fase 2"  | 800.000,00              |
| <b>Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT</b> | Abrange 3 projetos:<br>NEXO CONHECIMENTO: hub de conhecimento para Tecnologias Sociais (TS)<br>Estudo sobre Tecnologias Emergentes: Inteligência Artificial, Realidade Virtual e Preservação Digital no Contexto de Jovens do Distrito Federal<br>SAVITS – Sistema de Avaliação e Validação de Impactos em Tecnologias Sociais    | 29.400.000,00           |
| TOTAL Emendas Parlamentares alocadas na Ação 20UP                         |   | 30.950.000,00           |

### 3.2.3. P&D em Tecnologia Assistiva

A atuação da SEDES na área de Tecnologia Assistiva (TA) é pautada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que internaliza e detalha, no ordenamento jurídico nacional, os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. Nesse contexto, a Coordenação se reporta prioritariamente aos programas Novo Viver Sem Limites (Decreto nº 11.793/2023) e ao Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025).

Em 2025 a Coordenação-Geral de Tecnologia (CGTA/DEPTS/SEDES) promoveu, em parceria com o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva (CITA), eventos estratégicos voltados à institucionalização de políticas de CT&I, como o lançamento da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento em Transtorno do Espectro Autista e o 1º Seminário Nacional de P&D em TEA (Portaria MCTI Nº 9.588), bem como o II Fórum Nacional de Tecnologia Assistiva, ocasião em que ocorreu a entrega de cinco Termos de Outorga de Cães-Guia, projeto apoiado pela SEDES/MCTI em parceria com Instituto Federal Campus Urutaí-GO. Ainda,

durante a 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foi apresentado, em formato de estande institucional, o Sistema de Laboratórios de Tecnologia Assistiva (SisAssitiva) e houve participação na 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com a apresentação de projetos apoiados pela pasta.

No que tange à execução orçamentária no exercício de 2025, foram apoiados três projetos com recursos discricionários da LOA (Ação 20UP), totalizando R\$ 181.130,96. Além disso, foram captados R\$ 6 milhões de emenda parlamentar para contratação do projeto “Centro de Conhecimento em Tecnologia Assistiva e Suporte Integral para a Pessoa com Deficiência no Distrito Federal”, junto ao IBICT.

Dentre as entregas de 2025, destaca-se o Portfólio de Tecnologias Assistivas, que reúne 38 soluções desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos Inventivos em Tecnologia Assistiva da Universidade Federal de Goiás. Ademais, a CGTA/DEPTS/SEDES acompanha outros 71 projetos fomentados por três chamadas públicas da FINEP e 23 instrumentos de repasse (recursos discricionários e de emendas parlamentares) que se encontram em execução, tendo realizado cinco visitas técnicas ao longo do ano de 2025 para fiscalização in loco das iniciativas. Por fim, ressalta-se a contratação do Centro Nacional de Tecnologia Assistiva, aprovado pela FINEP, com valor global de 11 milhões, tendo sua primeira parcela liberada em 2025.

Ademais, ressalta-se a participação em colegiados estratégicos para a gestão de políticas públicas, como: Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva (coordenado pela SEDES/MCTI); Comitê Gestor do Novo Viver Sem Limites; Comitê Gestor do Plano Nacional de Cuidados; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a Câmara Técnica de Políticas Públicas e Deficiências Psicossociais.

*Tabela 12: Projetos de Tecnologia Assistiva apoiados na Ação Orçamentária 20UP*

| Instituição   | Título do projeto   | Valor Empenhado em 2025 |
|---------------|---|-------------------------|
| <b>UFG/GO</b> | Suplementação (Primeiro Termo Aditivo) ao projeto “Desenvolvimento e Capacitação na Produção de Tecnologias Assistivas com o Uso de Prototipagem Rápida – Laboratório de Estudos e Inventividades em Tecnologias Assistivas”. | 100.000,00              |
| <b>IFB/DF</b> | Segunda parcela de apoio à implantação do Centro de Acesso, Pesquisa e Inovação em Tecnologia Assistiva (CAPTA), no âmbito do Instituto Federal de Educação,  | 15.631,00               |

| Instituição   | Título do projeto   | Valor Empenhado em 2025 |
|---|---|-------------------------|
|   | Ciência e Tecnologia de Brasília/IFB, instituição federal vinculada ao Ministério da Educação, também identificada como Instituição de Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT.   |                         |
| <b>CNPq/DF</b>  | Suplementação (Segundo Termo Aditivo) ao projeto "Criação de uma Oficina de Inovação em Tecnologia Assistiva (OITA) junto ao Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inovação (NTAAI) da Universidade de Brasília (UnB)" | 65.499,96               |
| <b>TOTAL de projetos com recursos da Ação 20UP/MCTI</b> |   | <b>181.130,96</b>       |

*Tabela 13: Projeto de Tecnologia Assistiva apoiado com recursos de Emendas Parlamentares na Ação Orçamentária 20UP*

| Instituição                        | Título do projeto   | Valor Destinado em 2025 |
|------------------------------------|---|-------------------------|
| <b>IBICT</b>                       | Centro de Conhecimento em Tecnologia Assistiva e Suporte Integral para a Pessoa com Deficiência no Distrito Federal | 6.000.000,00            |
| <b>TOTAL Emendas Parlamentares</b> |   | <b>6.000.000,00</b>     |

### 3.2.4. P&D para Soberania e Segurança Alimentar

A Segurança alimentar e nutricional (SAN) é prioridade estratégica no Plano Plurianual do Governo Federal (2024-2027), em resposta aos dados de 2022 que apontavam mais de 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave (PENSSAN, 2023). Essa realidade mobilizou ações intersetoriais decisivas que culminaram na retirada oficial do Brasil do Mapa da Fome, anunciada pela FAO/ONU em 2025. Para o alcance dessa meta governamental, o MCTI - por meio da Coordenação-Geral de Segurança Alimentar (CGSA/DEPTS/SEDES), tem contribuído com as principais políticas públicas de SAN, fomentando a inovação científica e tecnológica aplicada à produção, distribuição e consumo de alimentos, além da gestão sustentável dos recursos naturais, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Dessa forma, o MCTI participa e/ou executa ações nos principais programas de governo relacionados com SAN, como: o Programa Nacional de Máquinas, Equipamentos e

Implementos para Produção Sustentável de Alimentos pela Agricultura Familiar - Programa Mais Alimentos (Decreto Nº 11.584/2023); o Plano Brasil Sem Fome (BSF - Decreto Nº 11.679/2023); a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto Nº 7.794/2012, atualizado pelo Decreto Nº 11.590/2023), que incluiu a implementação do Novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; o Programa e a Política Nacional de Bioinsumos; o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para Agricultura Familiar e Agroecologia – PNPIAF (DECRETO Nº 12.287/2024); e o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos-PRONARA (PORTARIA SG-PR Nº 58/2025).

Tais iniciativas vêm sendo atendidas pelo MCTI no âmbito do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar, Erradicação da Fome e Inclusão Socioprodutiva (Programa 10) do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No âmbito deste Programa, a FINEP contratou, em 2025, 86 projetos, aprovados em chamadas públicas lançadas em 2024, além de duas encomendas para o INSA (projeto SARA) e para a Embrapa (projeto Sal da Terra), que totalizaram R\$ 42 milhões. Adicionalmente, o Comitê Técnico do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) do FNDCT, presidido pelo DEPTS/SEDES, aprovou 4 novas ações para execução em 2026, nas áreas de sementes agroecológicas, micro-organismos de interesse para a agricultura, desafios tecnológicos da agricultura familiar e máquinas e bioinsumos para agricultura familiar, totalizando R\$ 215 milhões.

Em termos de recursos provenientes da LOA 2025, foram investidos R\$ 550 mil da Ação 20UP no apoio a eventos, lançamentos de projetos e ações de popularização de iniciativas voltadas para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções voltadas para produção de alimentos, uso da água e combate à desertificação no Semiárido.

*Tabela 14: Projetos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional apoiados na Ação Orçamentária 20UP*

| Instituição   | Título do projeto  | Valor Empenhado em 2025 |
|---|--|-------------------------|
| <b>Embrapa Semiárido</b>                                | apoiar a realização do SEMIÁRIDO SHOW 2025 – Feira da Agricultura Familiar   | 200.000,00              |
| <b>CGEE-OS</b>  | Aditivo para a realização da Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID III - Remanejado para a ação 212H Manutenção de contrato de gestão com Organizações Sociais | 300.000,00              |
| <b>INSA/PB</b>  | Mobilização da sociedade civil do semiárido brasileiro para participação na ICID III   | 50.000,00               |
| <b>TOTAL de projetos com recursos da Ação 20UP/MCTI</b> |  | <b>550.000,00</b>       |

### 3.3. Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

O desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, em 2025, estiveram alinhados ao Programa 2324 do Plano Plurianual, com foco no fortalecimento da política industrial baseada em conhecimento e ampliação da competitividade do País.

As ações implementadas contribuíram para incentivar a colaboração entre ICTs e empresas, promovendo o desenvolvimento tecnológico e a elevação do conteúdo nacional de inovação (Objetivo Específico 0209); fomentar ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador (Objetivo Específico 0212); e aprimorar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação geridos pelo MCTI, especialmente no âmbito da Lei do Bem (Objetivo Específico 0211).

Nesse contexto, as iniciativas voltadas à promoção de tecnologias habilitadoras, estratégicas e setoriais priorizaram projetos com elevado potencial de induzir a reindustrialização sustentável, fortalecer cadeias produtivas estratégicas e ampliar a agregação de valor na economia nacional, contribuindo para o avanço da soberania tecnológica e da transformação produtiva do País.

#### 3.3.1. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Habilitadoras

Tecnologias habilitadoras, conforme a Portaria MCTI nº 5.365/2021, são tecnologias intensivas em conhecimento científico e tecnológico, com potencial de gerar ciclos rápidos de inovação e que demandam alto investimento e capital humano especializado. Dentre essas tecnologias, incluem-se materiais avançados, nanotecnologia, fotônica e tecnologias quânticas, elementos fundamentais para impulsionar a competitividade e a inovação em diversos setores da economia.

No âmbito do Programa de Inovação em Grafeno (InovaGrafeno-MCTI) e da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados (Decreto nº 10.746/2021) destaca-se o processo de implementação do Hub de Inovação Tecnológica em Materiais Avançados e Minerais Estratégicos (GraNioTer-MCTI), destinado a transformar conhecimento científico em novos negócios de base tecnológica.

Nas áreas de nanotecnologia e fotônica, o Governo Federal vem apoiando, no âmbito das Iniciativas Brasileiras de Nanotecnologia (IBN) e de Fotônica (IBFóton), o desenvolvimento tecnológico, o empreendedorismo e a inovação por meio dos Programas Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica (SisFóton), com previsão de novas chamadas públicas para 2026, e por meio das

Redes de Centros de Inovação SibratecNANO. Ainda, destaca-se a continuidade da parceria com o Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para estabelecimento de Programas de Avaliação de Conformidade de nanomateriais e fornecimento de subsídios normativos e legais à sociedade, às empresas e aos legisladores, contribuindo para a consolidação de um sistema de avaliação de segurança e de certificação de produtos baseados em nanotecnologia.

No campo das tecnologias quânticas, tem-se também buscado alianças estratégicas para estabelecimento, em 2025, de uma Iniciativa Brasileira para Tecnologias Quântica (IBQuântica) e de um Sistema de Laboratórios Multiusuários, além da celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), entre o MCTI e o Governo do Estado da Paraíba, que inclui a criação de um novo Centro Internacional de Computação Quântica (CIQuanta-PB).

No que se refere à popularização da ciência e cooperação internacional, 2025 tem sido marcado por diversas ações de aproximação, interlocução e intercâmbio de conhecimento com parceiros estratégicos, como China, Reino Unido, Singapura, Alemanha, entre outros. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- o ciclo de Webinários no âmbito do Cooperação Brasil e China (COSBAN) e do Ano Internacional da Ciência e Tecnologia Quântica (Unesco);
- a missão técnica à China nas áreas de nanotecnologia e fotônica; e,
- as reuniões, no Brasil, dos Grupos de Trabalho do BRICS em Ciência de Materiais e Nanotecnologia e de Fotônica.

Por fim, merece destaque a realização da segunda edição da Olimpíada Nacional de Nanotecnologia (ONano), que contou com quase 13 mil participantes, oferecendo aos alunos a oportunidade de aprender, de forma prática, os fundamentos da nanotecnologia.

#### 3.3.2. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Estratégicas

Tecnologias estratégicas referem-se a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovações nos setores espacial, nuclear, cibernético, de segurança pública e de fronteira. Envolve aspectos de soberania nacional e têm como objetivos reduzir a dependência tecnológica externa, ampliar de forma crescente e contínua a capacidade de defesa do território nacional e fortalecer a participação da indústria nacional vinculada à cadeia produtiva dos setores contemplados.

No setor espacial, destacaram-se, em 2025:

- a realização de estudos para a elaboração de proposta de ordenamento territorial em Alcântara/MA, considerando as atividades espaciais e as realidades socioculturais locais (Projeto OTAMA);
- o apoio à execução de atividades de astronáutica no âmbito do CVT-Espacial, da Agência Espacial Brasileira, com foco na capacitação de professores; a implantação, em Joinville/SC, de laboratório de testes e prototipagem de soluções inovadoras voltadas ao desenvolvimento propulsivo aeroespacial, incluindo sistemas sólidos, híbridos e líquidos; e,
- o apoio à realização do *Workshop da Indústria Espacial Brasileira*, ocorrido em abril de 2025, com o objetivo de promover o crescimento do setor espacial nacional, estimular a comercialização, a colaboração internacional e a integração com setores não espaciais, ampliando oportunidades de negócios e inovação tecnológica;
- a coordenação de dois Grupos Técnicos no âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), sendo um voltado à regulamentação da Lei nº 14.946/2024 (que institui normas aplicáveis às atividades espaciais nacionais) e outro destinado à elaboração de estudos e proposição de ações para o desenvolvimento de uma estratégia nacional de implantação de um sistema brasileiro de Posição, Navegação e Tempo (PNT).

Na área nuclear, houve o acompanhamento do Projeto Centena - depósitos de rejeitos radioativos; e a liderança na instituição, por meio da Portaria MCTI nº 9.284/2025, da Rede Nacional de Fusão (RNF), com o objetivo de promover o avanço científico e tecnológico da fusão nuclear controlada e segura no País.

No que se refere à cooperação internacional, destaca-se, ainda, a participação no processo de articulação técnica e institucional que subsidiou a construção do Protocolo Complementar entre o Brasil e a China para o desenvolvimento conjunto do satélite CBERS-5, instrumento internacional que consolida a continuidade da cooperação sino-brasileira no setor espacial, amplia as capacidades nacionais em observação meteorológica e ambiental em órbita geostacionária e contribui para o fortalecimento da autonomia tecnológica e da inserção internacional qualificada do País.

Entre as atividades realizadas, destacam-se: a atuação no âmbito do Acordo Brasil– Suécia em Ciência, Tecnologia e Inovação, voltado ao fomento da cooperação entre academia, indústria e governo para o desenvolvimento conjunto de programas e projetos no setor aeronáutico, abrangendo atividades civis, militares e de uso dual, sob governança do Grupo de Alto Nível (GAN) Brasil–Suécia, assessorado pelo respectivo Comitê Executivo e o ciclo de webinários no âmbito da Cooperação Brasil– China (COSBAN); a participação no III Workshop Brasiliense de Energia Nuclear, em fevereiro de 2025; e no Workshop Ensino e Pesquisa em Tecnologias Nucleares, em novembro de 2025.

### 3.3.3. Promoção e Desenvolvimento de Tecnologias Setoriais

No âmbito das tecnologias setoriais, em 2025, foram executadas ações estruturantes de apoio à PD&I e ao empreendedorismo. Na área de Biogás e Biometano, destaca-se a implementação do projeto do Mapeamento do Potencial Técnico de Produção de Biogás nas Regiões Norte e Nordeste, em execução pela UFRN; e, o lançamento do diagnóstico inicial do potencial de produção de biogás e suas aplicações energéticas na COP 30.

Outra ação importante é a seleção do Laboratório de Eletroquímica Ambiental e Aplicada (LEAA/UFRN) como laboratório integrador do Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI), que apoiará a gestão e a inteligência estratégica do sistema. Ressalta-se, ainda, a articulação com a Embrapii para o lançamento da Chamada para seleção de Centro de Competências em Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e com a FINEP, para a implementação de chamada pública destinada ao desenvolvimento de eletrolisadores nacionais e de máquinas agrícolas e para o lançamento de seleções públicas de subvenção econômica com foco na transição energética, transformação mineral, economia circular e mobilidade urbana.

Registra-se, também, o apoio ao lançamento da Chamada Pública para seleção de planos de negócios voltados à transformação de minerais estratégicos para a transição energética e a descarbonização, iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com dotação total de R\$ 5 bilhões. Salienta-se, adicionalmente, o apoio ao projeto de ampliação, fortalecimento e descentralização da atuação do Comitê Temático da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral (CT RedeAPLmineral) e a articulação para a implementação de nova Chamada Pública do CNPq com o objetivo de apoiar projetos cooperativos entre ICTs e micro, pequenas e médias empresas de mineração e transformação mineral, organizadas em APL.

No campo da popularização da ciência e cooperação internacional, foram realizados eventos e ações de aproximação e intercâmbio com parceiros estratégicos, com UE, Suécia, Japão e Alemanha. Entre as atividades realizadas, destacam-se:

- i) apoio à realização do 4º Congresso Brasileiro do Hidrogênio;
- ii) apoio à realização do XXI Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, XVIII Encontro do CT RedeAPLmineral e Prêmio Melhores Práticas 2025;
- iii) apoio à implementação de novos projetos:
  - Projeto GEF EDInova, do Projeto "*Promovendo a recuperação industrial verde digital e a resiliência a crises das indústrias prioritárias no RS*", em parceria com a UNIDO ITPO Japão,

- Projeto “Modelamento, Simulação e Benchmarking de Energia Eficiente e Tecnologia Sustentável de Cominuição”, no âmbito do Acordo de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica Brasil–Suécia; e,

iv) desenvolvimento de parceria com a UE na iniciativa do *Raw Materials Partnership* (RAMP).

### 3.3.4. Promoção do Empreendedorismo e Inovação

Em 2025, o MCTI consolidou avanços relevantes na promoção do empreendedorismo inovador, no fortalecimento dos ambientes de inovação e no aprimoramento das políticas públicas na área.

No âmbito da Lei do Bem, 4.252 empresas declararam 13.877 projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, totalizando R\$ 51,59 bilhões em investimentos e R\$ 11,98 bilhões em renúncia fiscal estimada, enquanto foram analisados cerca de 30,6 mil projetos, eliminando passivos históricos e assegurando maior previsibilidade e segurança jurídica. O Formulário Eletrônico de Informações sobre Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento foi reformulado, com novos campos estratégicos e orientações integradas, ampliando a capacidade analítica do Ministério.



A política completou 20 anos com ações comemorativas, criação de reconhecimento institucional e integração com outros instrumentos federais, incluindo acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial e a disponibilização do chatbot Sibem Responde. No fortalecimento dos ecossistemas, destacam-se investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em ambientes de inovação, a execução do Programa Centelha, o apoio ao empreendedorismo feminino por meio do Programa Mulheres Inovadoras e a ampliação da inserção de pesquisadores nas empresas pelo Programa Pesquisador na Empresa. Na agenda de propriedade intelectual, houve simplificação do Relatório Anual da Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, integração com a Pesquisa Fortec de Inovação e aumento de 15% na adesão das instituições participantes. No plano internacional, o Brasil sediou a 7ª Reunião do Grupo de Trabalho dos BRICS sobre Parceria em Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo, fortalecendo a cooperação técnica e a articulação estratégica em inovação.

### 3.4. CT&I para a Transformação Digital

No contexto da transformação digital, o MCTI avançou significativamente na agenda da Inteligência Artificial - IA. O [Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 – PBIA](#) possui 25% das ações previstas com [entregas](#), nos eixos de infraestrutura e desenvolvimento de IA, capacitação, serviços públicos, inovação empresarial e apoio à regulação e governança da IA.

Além disso, o MCTI também consolidou sua atuação estratégica na agenda de transformação digital e IA, com foco em Governança e Regulação, Ecossistema de IA, Inteligência Estratégica e Conexões Globais. Destacam-se o lançamento do [Observatório de Tecnologias Digitais - OTD](#), a reformulação do [Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho – SINAPAD](#), os avanços nos debates sobre [pilha de IA, autonomia tecnológica e soberania digital](#), além da estruturação da [Rede de Supercomputação União Europeia – América Latina e Caribe](#).

Além da atuação em IA, o MCTI também desenvolveu iniciativas em semicondutores, governança digital, tecnologias quânticas e segurança cibernética, promovendo a inovação e a inclusão digital e fortaleceu o protagonismo do Brasil em diálogos internacionais e fomentou parcerias entre governo, setor privado e academia, buscando consolidar o país como um importante ator no campo da tecnologia e inovação.

Destaca-se a gestão da Lei de TIC e do PADIS, que incentivam investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e no setor de Semicondutores, respectivamente.

Tais iniciativas contribuíram para avanços no cumprimento dos objetivos específicos do PPA 2324: fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TIC nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional (OE 0524); ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à PD&I (geridos pelo MCTI) nas empresas nacionais (OE 0211); fomentar o desenvolvimento e a autonomia na produção de semicondutores (OE 0547); e, no âmbito do PPA 2308, ampliar a capacidade de PD&I do ecossistema de segurança cibernética nacional (OE 0425).

### 3.4.1. Tecnologia e Inovação Digital

Em 2025, o apoio à [Olímpiada de Inteligência Artificial](#) culminou na conquista de [duas medalhas de bronze](#) para a equipe brasileira na etapa internacional. Por meio do [Instituto de IA do LNCC](#), o MCTI promoveu avanços relevantes em pesquisas de IA aplicadas à meteorologia, como os projetos [Pororoca](#) e [RioNowCast](#). Outro destaque foi o Sistema Inteligente de Previsão de Extremos Climáticos -SIPEC, apresentado na COP-30. Ainda, por meio de emendas parlamentares, foram apoiadas iniciativas relacionadas a cidades inteligentes, centros de cibersegurança, saúde digital, APIs para validação automática de documentos e capacitação em IA.

No que se refere ao apoio institucional, o MCTI prestou suporte ao [Centro de Inteligência Artificial do Inmetro - CIAI](#), participando ativamente de iniciativas estratégicas, como o lançamento do [Guia de Segurança de Sistemas Ciberfísicos no contexto da IA](#), reforçando a agenda de confiabilidade, segurança e padronização tecnológica. Também estabeleceu parceria com a ABNT e com a ISO, a fim de contribuir para os avanços da normalização em prol do desenvolvimento e do uso responsável e transparente da IA.

Destacam-se ainda a participação e a articulação de cooperações internacionais em tecnologias digitais com países como Portugal, Alemanha, UE, Eslovênia, Chile, China, Reino Unido, Países Baixos, Japão, Índia, Vietnã, Finlândia e Suécia, além de cooperações multilaterais no âmbito do GPAI, OCDE, G20, eLAC, Mercosul e BRICS. Neste último, destacam-se a participação no [grupo de trabalho de computação de alto desempenho – GT de HPC](#) e a proposição do [BRICS Cloud](#).

### 3.4.2. Incentivos às Tecnologias Digitais

Em 2025, o benefício fiscal sob a forma de crédito financeiro ultrapassou os R\$7,2 bilhões de Reais no ano de 2025, correspondendo a um aumento em comparação à geração do mesmo benefício no ano de 2024, que foi de cerca de R\$6,7 bilhões de Reais.

No âmbito dos Programas e Projetos Considerados Prioritários (PPI) foram aprovados 26 projetos entre novas iniciativas e aditamentos, um aumento de 116% em relação ao ano de 2024, totalizando mais de R\$ 267 milhões de reais investidos. Desse total, aproximadamente R\$ 49 milhões (19%) foram direcionados a projetos voltados à pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas de ponta, enquanto cerca de R\$ 217 milhões (79%) foram destinados a iniciativas de formação e capacitação, tendo por meta capacitar mais de 10 mil alunos em todo o país com participação de universidades e institutos federais e privados, fundamental para diminuir o déficit de profissionais qualificados nas TICs no mercado brasileiro.

Dentre os novos projetos de capacitação aprovados, ressalta-se a diversidade das tecnologias envolvidas, tais como Inteligência Artificial e Visão Computacional; Big Data e Inteligência de Dados; Segurança, Criptografia e Computação Quântica; Internet das Coisas e RFID; Sistemas Embarcados, Microeletrônica e Semicondutores; Desenvolvimento de Software, Web e Plataformas, dentre outros. Isso evidencia o compromisso da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital (SETAD) com os investimentos em TICs no Brasil e reafirma seu papel regimental de formular políticas, coordenar ações e orientar a alocação de recursos para a implementação de tais iniciativas.

Em 2025, foi atualizado o regramento sobre a gestão e prestação de contas dos PPIs com a publicação da Portaria MCTI nº 9.269 de 23/07/2025. Dentre as principais inovações introduzidas a partir deste normativo, destaca-se o Plano Geral de Trabalho (PGT), no qual as Coordenadoras definirão as linhas temáticas, modalidades de contratação, tecnologias e montante de recursos para os projetos de cada PPI nos próximos 2 anos. Nesse novo marco regulatório, prioriza-se a seleção de projetos por meio de Chamada Pública, que confere ainda maior transparência ao processo, amplia a competitividade, mantendo qualidade nas propostas e conformidade legal.

Em outro campo, no ano de 2025, o MCTI coordenou grupo de trabalho, conjuntamente com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, com vistas à construção de uma Iniciativa Brasileira para Tecnologias Quânticas, denominada IBQuântica, com o objetivo de coordenar as ações para o desenvolvimento da computação, comunicação e sensoriamento que se utilizam das propriedades da mecânica quântica.

No que compete ao acompanhamento da Lei de TICs, foram realizadas fiscalizações em cerca de 140 projetos de PD&I executados por 51 empresas habilitadas. OS projetos, com aplicações em áreas como saúde, agricultura, comunicações, entre outros, representaram investimento equivalente a cerca de 11,5% do faturamento total das empresas participantes da política.

O MCTI desempenhou também um papel central na gestão dos incentivos às tecnologias digitais, com destaque para a execução da Lei de TICs, o reconhecimento de tecnologia nacional, a atuação em PPI e PPB e a evolução dos sistemas de apoio à política.

Na Lei de TICs, foram processados 335 pleitos, com 176 conclusões, reforçando a padronização das análises e a efetividade dos incentivos à PD&I. No reconhecimento de tecnologia nacional, foram avaliados 259 pleitos, com 76 conclusões e 58 portarias publicadas, fortalecendo a capacidade nacional de desenvolvimento tecnológico. Quanto às ações do PBIA, foram apoiadas iniciativas ligadas à supercomputação, pilha nacional de software, SINAPAD e CENAPADS, fortalecendo a infraestrutura de pesquisa em computação avançada.

A área também apoiou instrumentos de fomento, como TEDs e convênios, incluindo a participação brasileira no Student Cluster Competition e a modernização do CETAB. Ademais, participou de missões e cooperações internacionais relacionadas à transformação digital, reforçando a inserção do Brasil em redes globais de pesquisa e inovação. O apoio ao setor de semicondutores em 2025 culminou com investimentos superiores a R\$ 150 milhões. Por meio de instituições como o Instituto Eldorado e o CEITEC, o MCTI promoveu avanços relevantes em pesquisas aplicadas a semicondutores, como os projetos Blue Macaw (microcontrolador RISC-V 32 bits BLE), Microeletrônica 1 e 2 (infraestrutura para package, teste de chipllets e automotivo) e o Acelerador para IA (Eldorado - BSC). Outro destaque foi o Programa de Formação em Semicondutores, que capacitou cerca de 1.860 profissionais, com investimento superior a R\$ 150 milhões e meta de 4 mil novos engenheiros e designers até 2028. Ainda, por meio de linhas de fomento como FINEP, BNDES e FNDCT, foram apoiadas iniciativas relacionadas a design de circuitos integrados, materiais avançados (SiC, GaN), encapsulamento e teste (ATP/ATP-E), além de equipamentos para P&D e processos industriais.

No que se refere ao apoio institucional, o MCTI prestou suporte ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), participando ativamente de iniciativas estratégicas, como o desenvolvimento de soluções em carbeto de silício (SiC) e a construção do Plano Nacional de Semicondutores, reforçando a agenda de soberania tecnológica, inovação e inserção na cadeia global. Também estabeleceu parcerias com entidades como Synopsys Inc., SBMICRO e RISC-V International, a fim de contribuir para os avanços em design, chipllets, fotônica, IA e arquitetura aberta.

Destacam-se ainda a participação e a articulação de cooperações internacionais em semicondutores com países como Malásia, China, Alemanha, Vietnã, Taiwan, Índia, Singapura, Indonésia, Coreia, EUA e União Europeia, além de cooperações multilaterais no âmbito de eventos como SEMICON Southeast Asia, Silicon Saxony Day, RISC-V Day, INOVEX/COMPUTEX e GROW.

Já no âmbito dos Programas e Projetos Considerados Prioritários (PPI) foram aprovados mais de 5 novos projetos entre novas iniciativas e aditamentos, um aumento significativo em relação ao ano de 2024, totalizando mais de R\$ 150 milhões de reais investidos. Desse total, aproximadamente R\$ 100 milhões foram direcionados a projetos voltados à pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas de ponta via FINEP Mais Inovação, enquanto

cerca de R\$ 100 milhões (via FNDCT) foram destinados a iniciativas de formação e capacitação, tendo por meta capacitar mais de 4 mil profissionais em todo o país com participação de universidades e institutos como USP, Unicamp, UFRGS, UNIFEI, INATEL, Eldorado, UEMA, CEPEDI, UFSM, UNB e UFCG, fundamental para diminuir o déficit de profissionais qualificados em semicondutores no mercado brasileiro.

Em 2024-2025, o acompanhamento do PADIS continuou com a habilitação de 15 empresas, com investimentos em P&D de R\$ 132,7 milhões (parcial 2025) e crédito tributário gerado de R\$ 339,8 milhões (parcial 2025). Os projetos, com aplicações em áreas como energia solar, optoeletrônica, microeletrônica e IC design, representaram investimento equivalente a cerca de 11% do faturamento setorial das empresas participantes da política (parcial 2025). O benefício fiscal sob a forma de crédito tributário ultrapassou os R\$ 339,8 milhões de Reais no ano de 2025 (parcial), correspondendo a um aumento em comparação à geração do mesmo benefício no ano de 2024, que foi de cerca de R\$ 150,9 milhões de Reais.

### 3.5. Principais resultados das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

O MCTI mantém e supervisiona 18 Unidades de Pesquisa (UPs) e 7 Organizações Sociais (OSs), que atuam na ponta e realizam pesquisa básica, desenvolvem produtos científicos e tecnológicos, contribuem para a formação de recursos humanos especializados, prestam serviços técnico-científicos diretamente à sociedade e empresas, além de compartilhar infraestrutura multiusuária e acervos científicos e tecnológicos com a comunidade científica.

As UPs e OSs importantes atores do SNCTI e, além de realizarem P&D em áreas estratégicas, desenvolvem tecnologias inovadoras e sustentáveis, ampliam o acesso à informação, contribuem com a popularização do conhecimento e mobilizam competências visando superar desafios nacionais. Subsidiem, também, processos de tomada de decisão em temas relacionados à CT&I, via estudos prospectivos e avaliação estratégica, contribuindo para implantação de políticas públicas importantes para o país.

A seguir são apresentados os números agregados resultantes das atividades das UP e OS em 2025. Os dados informados por cada UP e OS são apresentados nos Anexos 5.4 e 5.5. Em seguida, são destacadas algumas notícias de destaque das UPs e OSs em 2025 com links para as respectivas matérias. Nos itens 3.5.1 e 3.5.2, são apresentados os links para as áreas de atuação de cada uma das UP e OS, respectivamente.

## UP EM NÚMEROS<sup>6</sup>

**4.859** Pessoas (FORÇA DE TRABALHO EXPANDIDA)

|  |  |   |
|--|--|---|
| <p>CIENTISTAS</p> <p><b>619</b></p> <p>Profissionais</p> <p>99,8% Pesquisadores das Carreiras de C&amp;T</p> | <p>GESTORES</p> <p><b>285</b></p> <p>Profissionais</p> <p>98,2% Analistas em C&amp;T</p>                   | <p>TECNOLOGISTAS</p> <p><b>750</b></p> <p>Profissionais</p> <p>99,9% Tecnologistas das Carreiras de C&amp;T</p>       |
| <p>ORÇAMENTO TOTAL 2025</p> <p><b>351,7</b></p> <p>R\$ milhões</p>   | <p>ORIENTAÇÕES DE TESE E DISSERTAÇÕES</p> <p><b>484</b></p> <p>46% NTD; 51% NDM; e 3% NEM</p>              | <p>TOTAL DE PUBLICAÇÕES</p> <p><b>2.389</b></p> <p>Artigos indexados na base Scopus e Web of Science.</p>             |
| <p>PARCERIAS INSTITUCIONAIS</p> <p><b>833</b></p> <p>Nacionais e Internacionais</p>                          | <p>LABORATÓRIOS MULTIUSUÁRIOS</p> <p><b>148</b></p> <p>Instalações físicas abertas a usuários externos</p> | <p>PROJETOS DE P&amp;D</p> <p><b>579</b></p> <p>17% NPROE; 20% PIS; 22% NPROG; 17% NPP&amp;D e 24% PDT_PDS_PB_PA.</p> |
| <p>SERVIÇOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS</p> <p><b>3.132</b></p> <p>Serviços (NSTEC)</p>                          | <p>PROCESSOS E TÉCNICAS DESENVOLVIDOS</p> <p><b>769</b></p> <p>NPTD</p>                                    | <p>PATENTES</p> <p><b>46</b></p> <p>Pedidos + Patentes concedidas.</p>  |
| <p>VISITAS ÀS UP</p> <p><b>549</b> Mil pessoas que visitaram as instalações físicas das UP</p>               | <p>ACESSOS VIRTUAIS</p> <p><b>7,7</b> Milhões de acessos a sites e aplicativos WEB.</p>                    |   |

<sup>6</sup> Fonte: Dados discriminados no Anexo 5.4. Não inclui os dados do recém-criado Instituto Nacional de Águas (INA).

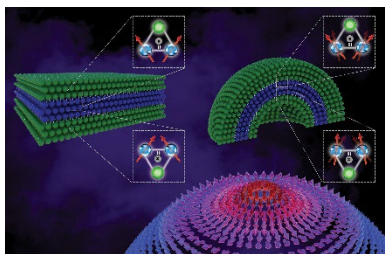
## OS EM NÚMEROS<sup>7</sup>

**3.455** Pessoas (FORÇA DE TRABALHO EXPANDIDA)

|  |   |
|--|---|
| <p>PESQUISADORES INDIRETOS</p> <p><b>14.326</b></p> <p>Cientistas e Tecnólogos</p> <p>Estimativa de envolvidos em projetos apoiados pelas OS</p>             | <p>ORÇAMENTO TOTAL 2024</p> <p><b>2,58</b></p> <p>R\$ Bilhões</p> <p>62% de contribuição do MCTI em Contratos de Gestão</p> |
| <p>ARTIGOS INDEXADOS</p> <p><b>829</b></p> <p>Publicações associadas às atividades das OS</p>  | <p>PROJETOS DE P&amp;D</p> <p><b>1.122</b></p> <p>26% realizados pela OS e 74% apoiados pelas OS</p>                        |
| <p>INFRAESTRUTURA DE P&amp;D</p> <p><b>62</b></p> <p>Laboratórios Multiusuários</p>  | <p>INFRAESTRUTURA DE P&amp;D</p> <p><b>14</b></p> <p>Projetos de Infraestrutura de P&amp;D apoiados</p>                     |
| <p>PROCESSOS E TÉCNICAS DESENVOLVIDOS</p> <p><b>55</b></p> <p>NPTD</p>   | <p>PATENTES</p> <p><b>378</b></p> <p>Pedidos + Patentes associadas a atividades apoiadas pelas OS</p>                       |
| <p>PESSOAS ALCANÇADAS DIRETAMENTE</p> <p><b>27</b> Milhões de pessoas atendidas por serviços oferecidos pelas OS, discriminados na Tabela 51 (item 5.5).</p> |   |

<sup>7</sup> Fonte: Dados discriminados no Anexo 5.5.

# DESTAQUES DO ANO NAS UP e OS



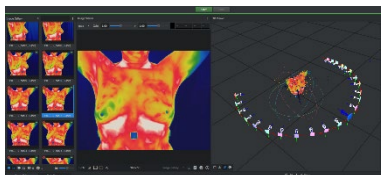
Artigo de pesquisadores do CBPF é capa da Nano Letters

GeoRisk conquista 1º lugar no 29º Concurso Inovação no Setor Público (CEMADEN)

Gestores da Ásia e das Américas discutem resíduos eletrônicos em evento organizado pelo CTI Renato Archer

Retrospectiva CETENE 2025: ciência aplicada, inovação e impacto no Nordeste

Termografia pode tornar mais acessível a identificação do câncer de mama (INT)



CETEM marca presença no lançamento do projeto MagBras, que visa fortalecer a cadeia nacional de ímãs de terras raras

Santa Teresa fica entre as 5 cidades brasileiras com mais registros no Desafio Mundial da Natureza Urbana

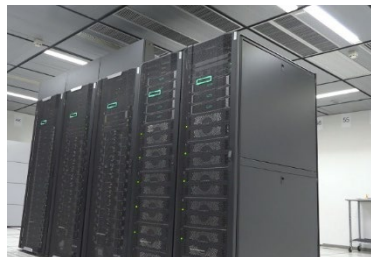


Captura técnica para avaliação de saúde de peixes-bois antes da soltura é realizada pelo INPA e AMPA



Ana Tereza Vasconcelos, do LNCC, é eleita membro da Academia Mundial de Ciências (TWAS)

Supercomputador Jaci começa a operar no enfrentamento a desafios climáticos brasileiros (INPE)



Casa da Ciência na COP30 abre com apelo à integração entre ciência e conhecimento tradicional (MPEG)

Pesquisa desenvolvida no INSA recebe prêmio internacional da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)

IMPA lança Olimpíada de Professores da OBMEP Mirim

RNP vai investir R\$ 15 milhões em redes de colaboração para transformar a saúde digital no Brasil

LNA assina acordo internacional para as Fases B2, C, D e E referentes ao desenho final, construção e comissionamento do instrumento MOSAIC do ELT do ESO



Software brasileiro inovador é utilizado pela ONU Meio Ambiente para a conversão de dados globais de sustentabilidade (IBICT)



O mistério arqueológico descoberto na Amazônia (IDSM)

Brasil criará Centro de Energia Renovável no Oceano (INPO)

RSBR-Mar: Observatório Nacional lidera missão científica para monitorar terremotos no Atlântico Sul



MAST e Science Museum (Reino Unido) assinam memorando de entendimento para cooperação científica e cultural.

Estrutura científica inédita no mundo começa a ser construída no Brasil (CNPem)

ICID 2025: Convenção internacional reúne especialistas para debater desenvolvimento sustentável em regiões semiáridas (CGEE)

Projeto de clonagem para criar o maior jardim de cannabis do mundo (EMBRAPII)

### 3.5.1. Atuação das Unidades de Pesquisa do MCTI

As competências de cada UP são definidas em seus regimentos internos e envolvem a geração, aplicação e disseminação de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da inovação em suas respectivas áreas de atuação.

Dentre as 18 UP da Rede MCTI, o Instituto Nacional de Águas (INA), incluído pela Lei nº 14.074/2020, ainda não foi implantada. Por esse motivo, apresentam-se apenas os resultados das demais 17 UP. A missão, visão e contribuição social das UP podem ser acessadas na página da [Rede MCTI](#).

A atuação das UP é acompanhada e avaliada mediante Termo de Compromisso de Gestão (TCG), instrumento de pactuação entre o MCTI e cada UP. Os TCG são revisados anualmente, considerando-se as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor das Unidades (PDU) de cada Unidade.

O PDU traduz o planejamento estratégico do período em vigor e descreve os modelos de negócios, programas, atividades e metas institucionais das Unidades.

O apoio à execução dos PDU e avaliação das UP conta com vários órgãos colegiados, de caráter deliberativo ou consultivo, criados para contribuir com o processo decisório de condução de políticas públicas em CT&I. Dentre eles, podem ser citados: a Comissão de Coordenação do Programa de Capacitação Institucional (PCI); a Comissão de Enquadramento do Programa de Capacitação Institucional (PCI); as Comissões de Busca; os Conselhos Técnico-Científicos (CTC); e o Comitê Gestor da Inovação (CGI).

A seguir, são apresentadas as missões de cada UP e destacados alguns links que dão acesso a informações específicas sobre a estrutura e atuação de cada UP.



#### Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

Realizar pesquisa de excelência em física, básica e aplicada; contribuir para o avanço da ciência, tecnologia e inovação no Brasil; operar como Centro Nacional e polo de investigação e cooperação científica; disponibilizar infraestrutura especializada e promover a formação de cientistas, em colaboração com setores estratégicos da sociedade.

##### Visão Geral do [CBPF](#)

- [Missão e Visão de Futuro](#)
- [Estrutura organizacional](#)
- [Composição do CBPF](#)
- [História](#)
- [Regimento Interno](#)

##### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU \(em elaboração\)](#)
- [TCG 2025](#)

##### Resultados

- [Relatório TCG 2025](#)

##### Áreas Especiais da Gestão

- [Pessoal](#)
- [Apoio Operacional](#)

##### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canais de atendimento](#)
- [Carta de serviços ao cidadão](#)
- [Transparência](#)

##### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)
- [Licitações e contratos](#)



Fachada do CBPF (Crédito: acervo institucional)



Desenvolver e disseminar conhecimentos científico-tecnológicos em ciência dos desastres e realizar o monitoramento e a emissão de alertas para subsidiar a gestão de riscos e impactos de desastres deflagrados por extremos hidrometeorológicos no país.

##### Visão Geral do [CEMADEN](#)

- [Estrutura física e organizacional](#)
- [Ambiente de atuação](#)

##### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU 2024-2027](#)
- [TCG 2025](#)
- [Portfólio de Programas e Projetos](#)

##### Resultados

- [Relatório do TCG](#)

**Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos**

- [Comitê de Governança, Riscos e Controle](#)
- [Política de Gestão de Riscos em elaboração \(Atas\)](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Núcleo de Gestão de Pessoas \(NGP\) e Núcleo de Logística e Suporte de Operações \(NLO\)](#)
- [Servidores \(Quem é quem\)](#)
- [Processo seletivo para vagas de estágio](#)
- [Conheça os Sistemas de Informação do CEMADEN](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Fale Conosco](#)
- [Fala DC - Canal de atendimento exclusivo para as defesas civis](#)
- [Alertas vigentes](#)
- [Previsão de Riscos geo-hidrológicos](#)
- [Mapa interativo](#)
- [Boletins e relatórios](#)
- [Alerta-Secas](#)
- [Risco de Propagação de Fogo](#)
- [Participar de ações socioeducativas](#)
- [Visita ao CEMADEN](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)



Foto: Acervo ASCOM/CEMADEN. Data: 17/02/2025. Lançamento da ferramenta GeoRisk, desenvolvida pelo CEMADEN/MCTI, que apoia a previsão antecipada de risco de deslizamentos para todo o Brasil.



Desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, promovendo cooperações baseadas em redes de conhecimento e nos agentes da economia nordestina.

#### Visão Geral do CETENE

- [Visão, Valores e Formas de Atuação](#)
- [Organograma](#)
- [Regimento Interno](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2022 - 2030](#)
- [Mapa Estratégico](#)
- [Ações e Programas](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)
- [Conselho Técnico-Científico - CTC](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Quem é Quem](#)
- [Servidores](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Ouvidoria](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Plano de Dados Abertos 2024-2026](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)



Foto: Sede do CETENE



Desenvolver tecnologias inovadoras e sustentáveis, e mobilizar competências visando superar desafios nacionais do setor mineral.

#### Visão Geral do CETEM

- [Competências](#)
- [Estrutura Organizacional](#)
- [Áreas de atuação](#)
- [Cadeia de Valor](#)
- [Histórico](#)
- [Regimento Interno](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU 2017-2024](#)
- [TCG 2025](#)
- [Programas-projetos-ações-obras-atividades](#)

#### Resultados

- [Relatório Anual do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Conselhos e órgãos colegiados](#)
- [Auditorias](#)
- [Gestão de Riscos](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Servidores e estrutura de pessoal](#)
- [Empregados Terceirizados](#)

- [Licitações e contratos](#)
- [Plano diretor de TIC](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Participação social](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Relatório Anual da autoridade de monitoramento](#)
- [Acesso a informação](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Relatórios da CGU](#)



Foto: Sede do CETEM



Gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação, realizando pesquisa e desenvolvimento em áreas tecnológicas disruptivas, para promover o empreendedorismo inovador e contribuir para a soberania nacional.

#### Visão Geral do CTI

- [Trajetória Histórica](#)
- [Organograma](#)
- [Cadeia de Valor](#)
- [Regimento Interno](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2021-2025](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios Gerenciais \(TCG, Atividades e Gestão\)](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Estruturas de Governança](#)
- [Prestação de Contas](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Servidores - Força de trabalho](#)
- [Relação de prestadores de serviços terceirizados](#)
- [Patrimônio e Infraestrutura Imobiliária e Mobiliária](#)
- [Plano Diretor de TIC - PDTIC](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Fale Conosco, Imprensa, Ouvidoria, Visitas ao CTI](#)
- [Carta de Serviços ao Usuário](#)
- [Grau de satisfação dos cidadãos usuários](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Relatórios de auditoria da CGU, Acórdãos do TCU e Portal da Transparência](#)
- [Central de Conteúdo](#)



Imagem: CTI



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.

#### Visão Geral do IBCTI

- [Competências](#)
- [Base Jurídica](#)
- [Atos Normativos](#)
- [Regimento Interno](#)
- [Serviços](#)
- [Estrutura Organizacional - Organograma](#)
- [Ações e Programas](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor -PDU](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)
- [Auditorias](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Pessoal](#)
- [Servidores](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Participação Social](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Dados Abertos](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Pesquisa Integrada TCU](#)

- [Auditorias](#)
- [Renúncias de Receitas](#)
- [Relatórios de Monitoramento e Painel LAI](#)



Foto: Sede do IBICT



Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas suas áreas de atuação, relacionadas à Mata Atlântica.

#### Visão Geral do **INMA**

- [Quem é Quem](#)
- [História](#)
- [Base Jurídica](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Planejamento Estratégico 2021-2030](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios TCG](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Servidores e Colaboradores](#)
- [Licitações e Contratos](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)
- [Dados Abertos](#)



Fachada da sede do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), no centro de Santa Teresa, Espírito Santo. Foto: Hevelyn Rozário



Gerar e disseminar conhecimentos, tecnologias e inovações e capacitar pessoas para contribuir na formulação de políticas públicas e ações para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

#### Visão Geral do **INPA**

- [Competências](#)
- [Regimento Interno](#)
- [Informações Institucionais](#)
- [Vídeo Institucional](#)
- [Organograma](#)
- [Cadeia de Valor](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Planos e Políticas \(Plano Diretor - PDU 2021-2025\)](#)
- [Ações e Programas](#)

- [Mapa Estratégico 2021-2031](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios dos TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Comitê de Governança](#)
- [Atividades de correição](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Servidores](#)
- [Estágio](#)
- [Patrimônio e Infraestrutura](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2022-2025](#)
- [Plano de Dados Abertos](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)
- [Ouvidoria](#)
- [Participação Social](#)
- [Fala.BR](#)
- [Serviços ao cidadão \(acesse a base de dados das Coleções Biológicas do INPA e +\)](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)
- [Notícias](#)



Na fachada de Entrada do Campus I do INPA, arte e paisagem se encontram para anunciar, já no primeiro olhar, a vocação amazônica do Instituto (imagem: Cimone Barros)



Produzir ciência e tecnologia, operar sistemas, formar pessoas e oferecer produtos e serviços singulares e soluções inovadoras nas áreas do espaço exterior e do sistema terrestre, para o avanço e a difusão do conhecimento e o desenvolvimento sustentável, em benefício do Brasil e do mundo.

#### Visão Geral do **INPE**

- [Competências](#)
- [Base jurídica](#)
- [Atos Normativos](#)
- [Normas de Relacionamento com Fundações](#)
- [Vídeo Institucional](#)
- [História](#)
- [Estrutura Organizacional](#)
- [Cadeia de Valor](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2022-2026](#)
- [TCG 2025](#)
- [Catálogo de Projetos e Programas](#)
- [Programas, Projetos, Ações, Obras e Atividades](#)

#### Resultados

- [Relatórios Anuais dos TCG](#)
- [Relatórios Anuais de Acompanhamento do PDU](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Estágio](#)
- [Gestão do Patrimônio e Infraestrutura](#)

- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação \(PDTIC\)](#)
- [Plano de Dados Abertos](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)
- [Ouvidoria](#)
- [Participação Social](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Acesso à Informação](#)
- [Fala.Br](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)
- [Renúncia de Receitas](#)
- [Plano de Comunicações Institucional](#)

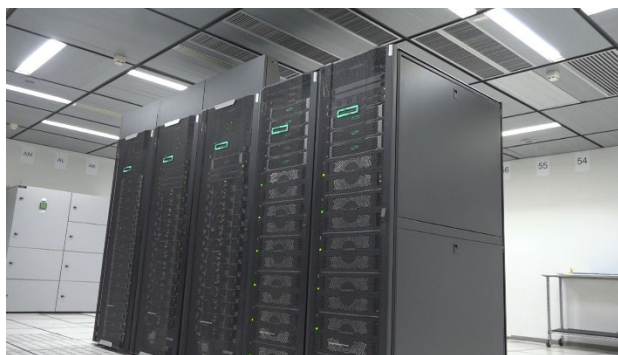


Foto: Serviço de Comunicação Social / INPE



Foto: Sede do INPP



Contribuir para o estabelecimento de uma sociedade sustentável no Pantanal e outras Áreas Úmidas (AU) do Brasil.

#### Visão Geral do INPP

- [Histórico](#)
- [Composição](#)
- [Organograma](#)

#### Planejamento Organizacional

[Plano Diretor – PDU 2025-2030](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Gestão de Riscos da Estratégia INPP 2030](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Equipe, Terceirizados e Estagiários](#)
- [Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canais de atendimento](#)
- [Central de Conteúdo](#)
- [Fale Conosco](#)
- [Transparência](#)
- [Programa de Capacitação Institucional - PCI](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Licitações e Contratos](#)



Ser agente de transformação promovendo inovação tecnológica e social para o Semiárido brasileiro.

#### Visão Geral do INSA

- [Competências](#)
- [Mapas e Documentos Oficiais](#)
- [Lei de Criação](#)
- [Biografia](#)
- [Organograma](#)
- [Estrutura](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2020 - 2024](#)
- [Planejamento Estratégico 2020 - 2030](#)
- [TCG 2024](#)
- [Programas e Ações Orçamentárias](#)

#### Resultados

- [Relatórios TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Macroprocessos e Matriz de Riscos da Estratégia](#)
- [Conselho Técnico-Científico](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Portaria de Pessoal](#)
- [Servidores, Empregados Públicos ou Estagiários](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Serviço de Informação ao Cidadão](#)
- [Visita Guiada](#)
- [Participação Social](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)
- [Mídia](#)
- [Boletins Informativos](#)



Foto: Sede do INSA



Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.

#### Visão Geral do INT

- [Missão e Visão](#)
- [Histórico](#)
- [Competências](#)
- [Pesquisa & Desenvolvimento](#)
- [Unidade Embrapii - INT](#)
- [Serviços Tecnológicos](#)
- [Núcleo de Inovação Tecnológica \(NIT\)](#)
- [Organograma](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU 2025 - 2028](#)
- [Mapa Estratégico](#)
- [Cadeia de Valor](#)
- [Estratégia](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios de Gestão Estratégica de Portfólio](#)
- [Relatórios Anuais do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Conselho Técnico-Científico](#)
- [Conselho Diretor de Assessoramento](#)
- [Comitê Gestor de Inovação \(CGI\)](#)
- [Comitê de TIC](#)
- [Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos \(ETIR\)](#)
- [Política de Inovação Institucional](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Programa de Gestão do INT](#)
- [Servidores](#)
- [Programa de Capacitação Institucional - PCI](#)
- [PIBIC/PIBITI](#)
- [Plano de Contratações](#)
- [Plano Diretor de Logística Sustentável](#)
- [Plano de Dados Abertos](#)
- [LGPD](#)
- [Plano Diretor de TIC \(PDTI\)](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canais de Atendimento](#)
- [Carta de Serviços ao Usuário](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)



Foto: DICOM/INT. Criado em 1921, o Instituto Nacional de Tecnologia funciona desde 1932 em edifício localizado na Região Portuária do Rio de Janeiro.

Fomentar a astrofísica brasileira de forma cooperada, desenvolvendo e gerenciando a infraestrutura observacional e laboratorial para gerar descobertas científicas e inovações tecnológicas.

#### Visão Geral do LNA

- [Finalidade e Competências](#)
- [Regimento Interno](#)
- [Atuação](#)
- [Estrutura Organizacional](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU 2024 - 2030](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Estrutura de Governança Institucional](#)
- [Unidades Colegiadas](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Plano de Desenvolvimento e Pessoas](#)
- [Colaboradores](#)
- [Licitações e Contratos](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI](#)
- [Plano de Dados Abertos - PDA](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Acesso à Informação](#)
- [Atendimento ao Cidadão](#)
- [Serviço de Informação ao Cidadão](#)
- [Participação Social](#)
- [Carta de Serviços](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditoria](#)
- [Receitas e despesas](#)



A imagem, a seguir, sintetiza a atuação integrada do LNA, que vai da operação e gerenciamento do tempo de observação dos telescópios ao desenvolvimento de instrumentação científica de ponta, passando pela infraestrutura observacional e pela difusão do conhecimento astronômico. Ela expressa o papel do LNA como elo entre tecnologia, pesquisa e sociedade, impulsionando descobertas e fortalecendo a ciência brasileira em múltiplas frentes.



Construir e comunicar conhecimentos sobre os ambientes, a biodiversidade e as culturas amazônicas em benefício da qualidade de vida no planeta.

#### Visão Geral do MPEG

- [Finalidade e Competência](#)
- [Normas e regulamento](#)

- [Ambientes de Atuação](#)
- [Organograma](#)
- [Cadeia de Valor](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2022 - 2027](#)
- [TCG 2025](#)
- [Planejamento Estratégico](#)

#### Resultados

- [Relatórios do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança - MPEG](#)
- [Gestão de Riscos e Controles Internos](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Gestão, Estrutura de Pessoal e Riscos](#)
- [Estágio - MPEG](#)
- [Patrimônio e Infraestrutura](#)
- [Sistemas Internos](#)
- [Dados Abertos](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canais de Acesso ao Cidadão - MPEG](#)
- [Cartas de Serviços - MPEG](#)



Crédito: Kevin Castro/Serviço de Comunicação - MPEG



LABORATÓRIO NACIONAL  
DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA  
LNCC

Realizar pesquisa, desenvolvimento e formação de recursos humanos em Computação Científica, em especial na construção e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos, bem como disponibilizar ambiente computacional para processamento de alto desempenho, tendo como finalidades o avanço do conhecimento e o atendimento às demandas da sociedade e do Estado brasileiro.



Supercomputador Santos Dumont, localizado em Petrópolis/RJ, o supercomputador acadêmico mais rápido da América Latina — título que mantém há dez anos consecutivos — e que retornou em 2025 à lista TOP500, que reúne os 500 supercomputadores mais potentes do mundo. Créditos ASCOM/MCTI.

#### Visão Geral do [LNCC](#)

- [Competências](#)
- [Base Jurídica](#)
- [Vídeo Institucional](#)
- [Organograma](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor - PDU 2023 - 2027](#)

- [TCG 2025](#)
- [Planejamento Estratégico](#)

#### Resultados

- [Relatórios do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)
- [Correição e Ilícitos Administrativos](#)
- [Gestão de Risco](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Estrutura de Pessoal](#)
- [Gestão de Risco](#)
- [Patrimônio e Infraestrutura](#)
- [Governança de Tecnologia da Informação](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canais de Atendimento](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Canais de Atendimento](#)
- [Carta de Serviços](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Relatórios de Auditorias](#)
- [Medidas Apuração de Responsabilidade](#)



Realizar pesquisas de História do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasileiro; realizar a alfabetização científica em espaços não formais de educação; e, preservar acervos científicos e tecnológicos e socializá-los por atividades museológicas e acadêmicas.

#### Visão Geral do [MAST](#)

- [Competências](#)
- [Estrutura Organizacional](#)
- [Vídeo Institucional](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor – PDU 2022-2026](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatórios Anuais do TCG e de Atividades](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)
- [Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos](#)
- [Plano de Governança, da Integridade, da Gestão de Riscos e Controles Internos \(Portaria 10/2020\)](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Servidores](#)
- [Concursos e Terceirizados](#)
- [Plano Diretor de Tecnologia da Informação](#)
- [Plano de Dados Abertos 2024-2025](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Carta de Serviços](#)
- [Acesso à Informação](#)
- [Fala.BR](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)
- [Notícias 2024](#)



Foto Acervo MAST. Espaço expositivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), dedicado à divulgação científica.

Impulsionar avanços da ciência brasileira nas áreas de Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, por meio da realização de pesquisas, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; da liderança de projetos e redes nacionais e internacionais; da formação de recursos humanos qualificados; e da prestação de serviços especializados - incluindo a geração e a manutenção da Hora Legal Brasileira - para promover a sustentabilidade e beneficiar a sociedade como um todo.

#### Visão Geral do ON

- [Competências](#)
- [Base Jurídica](#)
- [Áreas de Atuação](#)
- [Organograma](#)
- [Histórico](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor \(PDU 2017-2021, vigência prorrogada a 2025\)](#)
- [TCG 2025](#)

#### Resultados

- [Relatório do TCG](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Comitê de Governança, Riscos e Controle](#)
- [Relatórios de Auditoria](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Pessoas](#)
- [Licitações e Contratos](#)
- [Patrimônio Imobiliário](#)

- [Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PDTI \(2017-2021 prorrogado\)](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#)
- [Carta de Serviços](#)
- [Fale Conosco](#)
- [Acesso à Informação](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Auditorias](#)



Como parte das celebrações por seu 198º aniversário, o ON realizou a instalação de novos letreiros de identificação e placas de sinalização em seu campus com o objetivo de valorizar o patrimônio e melhorar a comunicação visual da instituição.

### 3.5.2. Atuação das Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI

No tocante às OS, de acordo com a [Lei nº 9.637/1998](#), suas atividades estão restritas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

As sete OS supervisionadas pelo MCTI têm sua atuação e entregas reguladas por meio de [Contratos de Gestão \(CG\)](#) que abarcam um período de seis a dez anos, de maneira que os recursos repassados possuem natureza de fomento e se destinem à sustentação de todas as responsabilidades assumidas no instrumento, tais como pagamento de pessoal, manutenção e investimentos.

O acompanhamento dos CG é feito pela aferição periódica do andamento das ações e resultados apurados por metas e indicadores de desempenho, pactuados anualmente por meio de Termos Aditivos ao Contrato, na observação da qualidade dos resultados e alcance dos objetivos estratégicos alinhados às políticas conduzidas pelo MCTI.

Tabela 15: Contratos de Gestão entre o MCTI e as OS

| Organização Social | Assinatura do Contrato | Vigência do Contrato    | Prorrogação |
|--------------------|------------------------|-------------------------|-------------|
| CGEE               | 23/12/2022             | 23/12/2022 a 01/05/2030 | NA          |
| CNPEM              | 17/09/2010             | 19/09/2010 a 30/09/2016 | 31/12/2025  |
| EMBRAPII           | 25/11/2021             | 25/11/2021 a 30/11/2030 | NA          |
| IDSMS              | 20/04/2021             | 20/04/2021 a 30/04/2030 | NA          |
| IMPA               | 30/06/2021             | 30/06/2021 a 30/06/2030 | NA          |
| INPO               | 28/09/2023             | 28/09/2023 a 28/09/2029 | NA          |
| RNP                | 30/07/2021             | 30/07/2021 a 30/07/2030 | NA          |

O acompanhamento e a avaliação dos CG são realizados com apoio de uma Comissão de Avaliação (CA), instituída por ato da Ministra de Estado, que se reúne ordinariamente para realizar o acompanhamento semestral e a avaliação anual dos resultados atingidos, nos termos da Lei nº 9.637/1998, do instrumento contratual e de sua Portaria de nomeação.

A seguir, são apresentadas as missões de cada OS e destacados alguns links que dão acesso a informações específicas sobre a estrutura e atuação de cada OS.



*Subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI.*

#### Visão Geral do CGEE

- [Missão e Objetivos](#)
- [Decreto de qualificação como OS](#)
- [Estatuto](#)
- [Linhas de Ação](#)
- [Organograma](#)
- [Regimento Interno e Ajuste](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor](#)
- [Ementas para o exercício de 2024](#)
- [Plano Anual de Trabalho](#)

#### Resultados

- [Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação \(CAA\) 2025](#)
- [Relatório Anual](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Estrutura de Governança](#)
- [Carta de Compromisso - Gestão Pública](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Política de Gestão de Pessoas](#)
- [Plano de Cargos, Salários e Carreiras \(PCSC\)](#)
- [Programa de Gerenciamento de Riscos - RH](#)
- [Apoio indireto \(terceirizados\)](#)
- [Administração Patrimonial de Bens](#)
- [Sistemas de Informação](#)
- [Política de Segurança da Informação](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Comunicação Integrada](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Lista Acórdãos TCU](#)
- [Política de Comunicação Integrada](#)



Créditos: Comunicação Integrada/CGEE



*Integrar competências singulares em Laboratórios Nacionais para o desenvolvimento científico e tecnológico e apoio à inovação em energia, materiais e biociências.*

#### Visão Geral do CNPEM

- [Identificação, Missão e Visão](#)
- [Normas e regulamento](#)
- [Eixos de Atuação](#)
- [Estatuto](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Termos Aditivos do Contrato de Gestão de 2024 \(40º a 54º\)](#)
- [Mapa Estratégico 2020-2030, Indicadores de Desempenho e Metas](#)

#### Resultados

- [Relatórios de Avaliação de 2025](#)
- [Relatórios da Comissão de Acompanhamento e Avaliação \(CAA\)](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)
- [Comissão Interna de Biossegurança](#)
- [Comissão de Ética no Uso de Animais](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Relatório incluindo Gestão de Pessoas, Patrimônio e Infraestrutura, Gestão Orçamentária e Financeira](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Relatórios de Transparência e Igualdade Salarial](#)
- [Privacidade e Proteção de Dados Pessoais](#)
- [Gestão de Compras](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Canal da Transparência](#)
- [Visite o CNPEM](#)

- [Instalações abertas](#)
- [Apoio à Inovação e ao Empreendedorismo](#)
- [CNPEM News](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Recomendações da CAA](#)
- [Divulgação](#)



Imagem: Vista aérea do campus do CNPEM



*Inovação em rede para o futuro da indústria.*

#### Visão Geral da EMBRAPII

- ❖ [Visão de Futuro](#)
- ❖ [Estatuto Social](#)
- ❖ [Decreto de Qualificação como OS](#)
- ❖ [Regimento Interno](#)
- ❖ [Atuação institucional \(objetivos\)](#)
- ❖ [Modelo de Operação - Unidades EMBRAPII](#)

#### Planejamento Organizacional

- ❖ [Plano Diretor 2021-2030](#)
- ❖ [Contrato de Gestão 2021-2030](#)

- ❖ [Plano de Ação 2021-2030](#)
- ❖ [Indicadores e Metas de Desempenho](#)

#### Resultados

- ❖ [Relatórios de Gestão](#)
- ❖ [Relatório de Execução Semestral 2025](#)
- ❖ [Relatórios de Avaliação](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- ❖ [Estruturas de Governança](#)
- ❖ [LGPD, Políticas e Manual de Compliance](#)
- ❖ [Gestão de Riscos](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- ❖ [Relação de Pessoal](#)
- ❖ [Plano de Cargos e Salários](#)
- ❖ [Regulamento de Gestão de Pessoal](#)
- ❖ [Balanço Patrimonial](#)
- ❖ [Estrutura de TI](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- ❖ [WEB e Redes Sociais](#)
- ❖ [Transparência](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- ❖ [Notícias EMBRAPII](#)



Fotos: Embrapii celebra acordo com MCTI para agilizar reconhecimento de projetos de inovação via Lei do Bem



Promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

#### Visão Geral do IDSM

- ✓ [Missão e Visão de Futuro](#)
- ✓ [Documentos Constitutivos \(Estatuto e Regimento\)](#)
- ✓ [Organograma](#)
- ✓ [Áreas de atuação](#)

#### Planejamento Organizacional

- ✓ [Plano Diretor 2010-2015](#)
- ✓ [Contrato de Gestão 2021-2030](#)
- ✓ [9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão](#)

#### Resultados

- ✓ [Relatórios da Comissão de Avaliação](#)
- ✓ [Relatórios de Avaliação](#)
- ✓ [Relatório de Gestão IDSM \(Volume I, II e III\)](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- ✓ [Conselho de Administração](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- ✓ [Equipe](#)
- ✓ [Relação dos funcionários](#)
- ✓ [Regulamento de Contratação de Pessoal](#)
- ✓ [Gestão de Patrimônio e Infraestrutura \(Volume II\)](#)
- ✓ [Registros Contábeis Anuais](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- ✓ [Contato](#)
- ✓ [Acesso à Informação](#)
- ✓ [WEB e Redes Sociais](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- ✓ [Notícias](#)



Foto: Bruno Kelly



Realizar pesquisas em ciências matemáticas e afins, formar pesquisadores, disseminar o conhecimento matemático em todos os seus níveis e integrá-los a outras áreas da ciência, cultura, educação e do setor produtivo.

#### Visão Geral do IMPA

- [Estatuto Social](#)
- [Fundação \(Portaria CNPq nº 42/1952\)](#)
- [Decreto nº 3.605/2000 - Qualificação como OS](#)
- [História](#)
- [Vídeo institucional](#)
- [Estrutura organizacional](#)
- [Novo Campus](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Plano Diretor](#)
- [Contrato de Gestão 2021 - 2031 \(Anexo III e IV\)](#)
- [Termos Aditivos ao CG 2021-2030](#)

#### Resultados

- [Relatórios de Gestão](#)
- [Relatórios da Comissão de Avaliação](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Gestão Administrativa e Programa de Integridade \(RG 2025 Semestral\)](#)

- [Atas de Conselhos \(Administração, Técnico-Científico e Fiscal\)](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Pessoal](#)
- [Programa de Capacitação Institucional](#)
- [Capital Humano, Infraestrutura e Administração \(RG 2025 Semestral\)](#)
- [Trabalhe conosco](#)
- [Relatórios de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [Transparência Ativa](#)
- [Canal de Denúncias](#)
- [WEB e Redes Sociais](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Recomendações da CAA e CGU \(RG 2025 Semestral\)](#)
- [Política de Gestão Financeira, Registros Contábeis, Patrocínios e Doações](#)
- [Divulgação](#)



Fachada da Sede do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)



Promover o uso inovador de redes avançadas.

#### Visão Geral da RNP

- [Propósito, Visão e Valores](#)
- [Normas e Regulamentos](#)
- [Organograma](#)
- [Nossa História](#)

#### Planejamento Organizacional

- [Contrato de Gestão 2021-2030](#)
- [Plano Diretor 2021-2030](#)
- [Plano de Ação 2021-2030](#)
- [Termos Aditivos \(TA\) 2021-2030](#)
- [Plano de Ação, Indicadores e Metas](#)

#### Resultados

- [Relatórios de Gestão](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- [Governança](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- [Gestão da Força de Trabalho](#)
- [Banco de Talentos](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- [WEB e Redes Sociais](#)
- [Contato](#)
- [Acesso à Informação e Transparência Ativa](#)
- [Ouvidoria](#)
- [Fornecedores](#)

#### Conformidades de Gestão e Demandas de Controle

- [Relatório de Procedimentos Previamente Acordados \(PPA\) – em RG 2024](#)



Ambiente operacional do escritório da RNP em Campinas.



Contribuir para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de oceanografia física, química, biológica e geológica; interação oceano-atmosfera; pesca e aquicultura marinha; engenharia naval, costeira e submarina; instrumentação oceanográfica; energia dos oceanos; biodiversidade marinha e costeira; e biotecnologia.

#### Visão Geral do INPO

- ❖ [Estatuto](#)
- ❖ [Regulamento Interno](#)
- ❖ [Área de Atuação](#)

#### Planejamento Organizacional

- ❖ [Plano Diretor 2024-2028](#)
- ❖ [Contrato de Gestão 2023-2029](#)
- ❖ [Indicadores e Metas de Desempenho de 2025 \(2º Termo Aditivo\)](#)

#### Resultados

- ❖ [Relatório de Atividades e Desempenho 2025](#)

#### Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos

- ❖ [Conselho de Administração \(Atas\)](#)

#### Áreas Especiais da Gestão

- ❖ [Regulamento de Contratação de Colaboradores](#)
- ❖ [Oportunidades](#)
- ❖ [Regulamento de Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienação](#)
- ❖ [Compras e Serviços](#)

#### Relacionamentos com a Sociedade

- ❖ [WEB e Redes Sociais](#)
- ❖ [Contato](#)



INPO - Prédio da Sede do INPO



Divulgação INPO - Evento: Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Brasília

## 3.6. Avanços da Cooperação Internacional em CT&I

A Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (ASSIN) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem como principal missão a articulação e implementação da estratégia internacional da Pasta, promovendo a inserção do Brasil em agendas globais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Atuando em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2024-2027 e com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a ASSIN trabalha para ampliar parcerias estratégicas e consolidar a presença do Brasil em fóruns internacionais, garantindo a mobilização de recursos e oportunidades para o avanço científico e tecnológico nacional.

As ações desenvolvidas pela ASSIN em 2025 contribuíram diretamente para o cumprimento do Objetivo Estratégico de Especializar a Estratégia, Comunicação e Relações Internacionais do PEI, por meio da formalização de novos instrumentos de cooperação internacional, do apoio a programas e atividades de CT&I com parceiros estrangeiros, da realização de visitas e missões a outros países para negociação e implementação de projetos, bem como da organização e suporte a eventos internacionais.

Além disso, essas iniciativas estiveram alinhadas às ações OOPN, 6147, 2495, 00UU e 162G do PPA 2024-2027.

O presente relatório detalha os avanços obtidos na cooperação bilateral e multilateral em CT&I, além das iniciativas voltadas ao controle de bens sensíveis. Essas ações reforçam o compromisso do Brasil com a inovação, o desenvolvimento sustentável e a inserção competitiva do país no cenário global de ciência e tecnologia, consolidando o MCTI como um ator estratégico na promoção da diplomacia científica e na articulação de políticas internacionais para o setor.

### 3.6.1. Cooperação Bilateral em CT&I

Em 2025, o MCTI consolidou sua atuação internacional por meio da assinatura de diversos acordos e memorandos de entendimento, ampliando significativamente o engajamento bilateral do Brasil no setor de CT&I. Dentre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- Assinatura de 18 Memorandos de Entendimento e Declarações de Intenções, abrangendo cooperação com Alemanha, Arábia Saudita, Chile, China, Emirados Árabes Unidos, Equador, Eslovênia, Indonésia, Japão, Nigéria, Portugal, Rússia e Vietnã, entre outros parceiros estratégicos.

- Promoção de 23 reuniões bilaterais de alto nível, incluindo encontros com autoridades de países como China, Alemanha, Rússia, Singapura, Nigéria, Suécia e Uruguai, abordando temas como transformação digital, inteligência artificial, segurança cibernética e inovação tecnológica.
- Participação em missões oficiais internacionais com participação da Ministra de Estado, Secretários e/ou áreas técnicas, fortalecendo laços com parceiros estratégicos e promovendo ações conjuntas de pesquisa e inovação.
- Temas priorizados em 2025: transformação digital; inteligência artificial; inovação e empreendedorismo (incluindo incubadoras e parques tecnológicos); semicondutores; regulamentação de créditos de carbono; segurança alimentar; indústria 4.0; tecnologia agrícola, espaço e parcerias com países asiáticos, africanos e do Oriente Médio.
- Participação do Brasil em consórcios internacionais de pesquisa, incluindo parcerias em biotecnologia, mobilidade de pesquisadores e infraestrutura de inovação.

Essas iniciativas reforçam a internacionalização da CT&I brasileira, ampliam a troca de conhecimento e fomentam o desenvolvimento de soluções inovadoras para desafios globais, contribuindo para as metas do PEI e do PPA 2024-2027.

### 3.6.2. Cooperação Multilateral em CT&I

Em 2025, o MCTI atuou de forma consistente no âmbito da cooperação multilateral, assumindo papel relevante em iniciativas voltadas ao fortalecimento da CTI. Apresenta-se, a seguir, os principais eventos e ações conduzidos no contexto de organizações internacionais.

Durante a presidência brasileira do BRICS, o MCTI coordenou a agenda de cooperação em CTI, incluindo a realização da 13ª Reunião de Ministros de CTI e de reuniões de Altos Funcionários e 14 Grupos de Trabalho, Fórum de Jovens Cientistas, Prêmio Jovem Inovador, Força-Tarefa para estudo de viabilidade de cabo submarino do BRICS, dentre outros. O MCTI apoiou o lançamento da primeira chamada conjunta do BRICS voltada à inovação e deu início aos preparativos para novas chamadas em pesquisa e projetos estratégicos (flagship). Também foi aprovado o Plano de Ação para Inovação do BRICS para o período 2025-2030, bem como os planos de trabalho das redes BRICS Tech Transfer e iBRICS.

No contexto do Primeiro Encontro Ministerial UE-CELAC sobre Pesquisa e Inovação, foi definida a Nova Agenda para a Cooperação, com a criação de grupos de trabalho nas áreas de (1) Inteligência Artificial; (2) Mudança climática, sustentabilidade ambiental e transição energética e (3) Saúde.

Cabe destacar a Presidência Brasileira Pro Tempore do MERCOSUL no 2º semestre, cujo principal produto do MCTI foi a entrega do Prêmio MERCOSUL de C&T, que teve como tema “A segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas”.

Assinatura do Memorando de Entendimento entre o MCTI e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) para o desenvolvimento e execução de ações de interesses e objetivos comuns.

Junto ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – UNFCCC, o MCTI participou da construção da Agenda de Ação da COP-30. A Casa da Ciência, no Museu Emílio Goeldi, foi o palco das Mesas Redondas sobre (I) Financiamento Internacional para CTI para Combate às Mudanças Climáticas e (II) Clima e Biodiversidade Amazônica.

Juntamente com o Instituto Interamericano de Pesquisa sobre Mudanças Globais - IAI, foi realizado o workshop: “Introdução à Diplomacia Científica para o Desenvolvimento Sustentável: prioridades regionais da América Latina rumo à COP30”, com o objetivo de promover e facilitar o processo de tomada de decisão, a integração regional e a cooperação internacional em questões estratégicas no campo da CTI.

Em relação ao Instituto Central de Investigações - JINR, foi estruturado o Comitê de Coordenação Conjunto e o Grupo de Trabalho de Especialistas. O MCTI também foi representado na sessão do Comitê de Plenipotenciários (CP) dos Governos dos Estados-Membros do JINR em Cuba e celebrou assinatura de Memorando de Entendimento entre o MCTI e o JINR.

Destaca-se a assinatura da Carta de Intenções entre a UNESCO, o MCTI e o Department of Science, Technology and Innovation of the Republic of South Africa, da África do Sul, que contribuirá para a modernização da plataforma GO-SPIN, ou Observatório Global de Instrumentos de Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é um recurso global com bases de dados, programas de capacitação em governança e análise de evidências em políticas públicas de CTI.

O CLAF e o MCTI coorganizaram, em Brasília, um seminário de alto nível com representantes de cerca de 12 países da América Latina, voltado ao fortalecimento da cooperação científica regional em física e ao papel do CLAF como ator de diplomacia científica.

### 3.6.3. Bens Sensíveis

O MCTI desempenha um papel fundamental no controle de bens sensíveis e tecnologias estratégicas nas áreas Nuclear, Química, Biológica e de Mísseis, sendo responsável por

monitorar e coordenar a implementação de políticas de controle de transferências de bens e serviços vinculados a essas áreas. Este controle é realizado por meio de participação ativa nas principais convenções internacionais e regimes multilaterais, além da execução de diversas ações e programas de capacitação e sensibilização.

**Atuação Internacional e Nacional** - O MCTI acompanha a Convenção sobre Armas Químicas (CPAQ), a Convenção para Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas (CPAB), o Grupo de Supridores Nucleares (NSG), e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), além de coordenar e implementar as resoluções da Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis (CIBES). Como Secretaria Executiva da CIBES e da Comissão Interministerial para Aplicação dos Dispositivos da Convenção Internacional para a Proibição das Armas Químicas (CIAD/CPAQ), o MCTI assume papel de liderança na implementação de políticas públicas de controle de exportação e importação desses bens.

**Controle de Transferências** - Em 2025, o MCTI analisou 4.313 processos de exportação, totalizando US\$ 125.968.471.225,84, e 20.750 operações de importação (Área Química), totalizando US\$ 1.745.197.906,37. Nesse contexto, o número de operações foi 6,31% superior ao registrado em 2024. Também houve um expressivo aumento no valor financeiro das transferências, que passou de cerca de US\$ 18 bilhões para US\$ 127 bilhões.

**Ações Regionais e Internacionais** - Em cooperação com a OPAQ, o MCTI coordena cursos e exercícios de Assistência e Proteção contra Armas Químicas. Em 2025, contou com a realização da versão internacional do Curso de Aspectos Médicos em Assistência e Proteção contra Armas Químicas (CBRAMED).

**Programas de Integração e Sensibilização** - O MCTI também coordena o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (PRONABENS), em colaboração com a ABIN, que promove workshops e eventos para sensibilizar e educar órgãos públicos e privados, universidades e indústrias sobre os compromissos do Brasil no campo do desarmamento e não proliferação de ADM. Em 2025, foram realizadas 8 atividades do PRONABENS.

**Sistema de Gestão de Bens Sensíveis** - Alinhado às iniciativas do Governo Digital, o MCTI disponibiliza o Sistema de Gestão de Bens Sensíveis (SGBS), facilitando o cadastro e a declaração online de atividades industriais pelas empresas químicas. Essas informações são usadas na elaboração das Declarações de Atividades Realizadas e de Atividades Futuras do Estado Brasileiro, encaminhadas anualmente à OPAQ. Com base nessas declarações, o Secretariado Técnico da OPAQ realiza inspeções em indústrias químicas no Brasil. Em 2025, foram realizadas 7 inspeções.

Como resposta ao trabalho em nível nacional, regional e internacional que vem sendo realizado pelo MCTI, o Estado Brasileiro mantém o status de líder regional no campo do desarmamento e da não proliferação de ADM e de país responsável no controle de bens estratégicos e sensíveis.

### 3.7. Resultados da aplicação de recursos do FNDCT e Avaliação

As iniciativas aprovadas pelo Comitê de Coordenação do FNDCT são implementadas pela Finep, pelo CNPq e pelas OSs que têm contrato de gestão com o MCTI, a partir das especificações contidas nos documentos de referência, que, entre outras questões, determinam o instrumento de seleção dos projetos – chamadas públicas, cartas-convite e encomendas. As ações do CNPq e das OSs são viabilizadas inicialmente com as descentralizações de orçamento via TEDs assinados com a Finep.

Na figura a seguir estão resumidos os principais resultados quantitativos do esforço operacional realizado pelas agências e OSs em 2025 para a aplicação dos recursos do FNDCT em projetos.

Quadro 11: Resultados Quantitativos do FNDCT em 2025

## CONTRATAÇÃO DE PROJETOS SELECIONADOS POR

\*valores em R\$ milhões

|                         | Chamada Pública/Carta-convite |                             |                           | Encomenda                |                         |                           |
|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
|                         | FINEP                         | CNPQ                        | ORGANIZAÇÕES SOCIAIS      | FINEP                    | CNPQ                    | ORGANIZAÇÕES SOCIAIS      |
| P1                      | 200<br>R\$ 1.575,63           | 134<br>R\$ 999,82           |                           | 2<br>R\$ 36,02           | 1<br>R\$ 3,12           |                           |
| P2                      | 200<br>R\$ 1.642,69           | 4<br>R\$ 8,00               | 341<br>R\$ 226,90         | 1<br>R\$ 25,00           |                         | 2<br>R\$ 385,00           |
| P3                      |                               | 24<br>R\$ 33,50             |                           |                          |                         |                           |
| P4                      | 23<br>R\$ 96,94               | 74<br>R\$ 33,5              |                           |                          |                         | 1<br>R\$ 6,50             |
| P5                      | 2<br>R\$ 40,12                | 599<br>R\$ 604,15           |                           |                          |                         |                           |
| P6                      |                               | 111<br>R\$ 15,00            |                           | 6<br>R\$ 91,74           | 13<br>R\$ 50,28         | 2<br>R\$ 35,25            |
| P7                      | 106<br>R\$ 489,91             |                             |                           |                          |                         | 1<br>R\$ 223,00           |
| P8                      |                               |                             |                           |                          |                         |                           |
| P9                      |                               |                             |                           | 1<br>R\$ 24,96           |                         |                           |
| P10                     | 73<br>R\$ 227,42              |                             |                           | 3<br>R\$ 56,83           |                         |                           |
| P11                     |                               | 9<br>R\$ 93,00              |                           | 2<br>R\$ 490,00          |                         | 1<br>R\$ 470,00           |
| P12                     |                               |                             |                           |                          |                         | 1<br>R\$ 61,20            |
| <b>Total Contratado</b> | <b>604<br/>R\$ 4.072,71</b>   | <b>955<br/>R\$ 1.786,97</b> | <b>341<br/>R\$ 226,90</b> | <b>15<br/>R\$ 724,54</b> | <b>14<br/>R\$ 53,40</b> | <b>8<br/>R\$ 1.180,95</b> |

### E MAIS:

9 novas chamadas públicas lançadas

15 chamadas concluídas

3 novos fundos de investimento

19 fundos em operação

19 TEDs assinados

R\$ 1,8 bilhão em valor contratado

56 parcerias ativas na subvenção descentralizada

27 UFs atendidas

355 empresas contratadas

R\$ 130,2 milhões em valor contratado

### 3.7.1. Resultados do FNDCT em financiamentos não reembolsáveis a ICT

É uma modalidade de apoio, sem expectativa de retorno financeiro, às Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), públicas ou privadas, sem fins lucrativos, com foco na manutenção e ampliação da infraestrutura científica, apoio à realização de pesquisas científicas, tecnológicas, básicas ou aplicadas, e o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, operacionalizado por meio de chamadas públicas (concorrenciais) ou de encomendas encaminhadas a ICTs de competência específica.

Na sequência são apresentados projetos apoiados com prazo de execução encerrado em 2025, com a descrição do objeto e informações sobre resultados e impactos gerados.

#### Laboratório de acumuladores de energia de alto desempenho para suporte à eletrificação de sistemas de mobilidade aérea

O apoio financeiro do FNDCT permitiu equipar o Laboratório de Caracterização Físico-Química (LCFQ) do Instituto de Aeronáutica e Espaço do Comando da Aeronáutica para atender demandas de P&D de supercapacitores e baterias adequados aos requisitos de motorização elétrica de veículos aéreos não-tripulados (VANTS) e eVTOLS (decolagem e pouso vertical elétrico).

O projeto merece destaque por se enquadrar nos objetivos estratégicos M180800 - "Intensificar a pesquisa e desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação no campo aeroespacial" e M181000 - "Fortalecer o desenvolvimento tecnológico e o relacionamento com a indústria aeroespacial", do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 - 2027 da Força Aérea Brasileira.

★ Com esse investimento do FNDCT, via CT-Infra, o LCFQ tornou-se hoje o primeiro laboratório do Hemisfério Sul a obter MXenos de nióbio para fins de armazenadores de energia.



#### Microscopia celular e sequenciamento genético multiusuários para desenvolvimento de tecnologias aplicadas à Saúde Única na Região da Amazônia

O projeto visou a formação de uma rede de tecnologia de ponta na Universidade Federal do Norte do Tocantins, através da aquisição de equipamentos e da implantação estratégica de dois laboratórios de alta performance e de aplicação tecnológica, que integram a rede de dados e que buscam a capacitação de equipes em diversas áreas de conhecimento para realizarem pesquisas de interesse estadual e federal. O desenvolvimento do projeto vem permitindo, ainda, a prestação de assistência às empresas ligadas ao poder público municipal, estadual e privado, bem como tem proporcionado o desenvolvimento social sustentável com qualidade de vida e o aumento da competitividade do agronegócio do Tocantins em associação com a preservação dos biomas cerrado e amazônico.

★ O projeto viabilizou e fortaleceu a formação de parcerias para o desenvolvimento de diversas áreas e instituições, proporcionando a qualificação de recursos humanos, além de permitir que o coordenador fosse selecionado para pós-doutorado no exterior, o que tem facilitado a estruturação de cooperação internacional com pesquisadores das universidades americanas de Ohio State (OSU) e South Dakota State (SDSU) já em 2025.



#### Implantação do Centro de Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo do Parque Tecnológico de Santo André



O Centro de Inovação oferece 8 mil m<sup>2</sup> de área construída em um prédio histórico totalmente revitalizado preparado para integrar startups, universidades, centros de pesquisa e empresas de diversos setores. O Centro reúne laboratórios de Inteligência Artificial, Indústria 4.0, IoT (Internet das Coisas), energia, mobilidade e manufatura avançada, além de incubadora e aceleradora de startups, auditórios, salas de qualificação, ambientes de colaboração, salas de reunião e estrutura administrativa para suporte técnico às empresas.

★ O Centro de Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo, nova sede do Parque Tecnológico de Santo André, foi inaugurado em 25/11/2025. Suas modernas instalações consolidam o município que foi berço da industrialização paulista como referência em inovação, pesquisa aplicada e empreendedorismo.

### 3.7.2. Resultados do FNDCT em financiamentos não reembolsáveis para empresas - Subvenção Econômica

A ação de subvenção econômica apoia o desenvolvimento tecnológico e a inovação através de projetos de empresas inovadoras de todos os portes, em temas ou setores alvo de políticas públicas, mediante seleção pública concorrencial ou fluxo contínuo. Ela visa o compartilhamento dos riscos inerentes ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores e o estímulo à geração de novos empreendimentos.

O retorno do apoio público recebido se dá na forma de produtos e serviços desenvolvidos que geram competitividade para as empresas e trazem avanços para a sociedade brasileira. Os recursos são aplicados de forma direta pela Finep, após um processo de seleção pública concorrencial, ou descentralizados, por meio de instituições parceiras.

Alguns projetos de destaque na subvenção direta, com prazo de execução encerrado em 2025, estão apresentados a seguir.

#### Desenvolvimento e implementação de um sistema de assistência à pilotagem para um veículo de efeito solo, escala 1:6 voltado para operação na Amazônia

O projeto desenvolve um sistema inteligente de assistência à pilotagem para um veículo de efeito solo, capaz de operar nas condições desafiadoras da Amazônia. A inovação, ao integrar instrumentação avançada, geolocalização e inteligência artificial, melhora a segurança, navegabilidade e autonomia em regiões remotas, apoiando comunidades ribeirinhas que dependem do transporte fluvial.



★ A solução pode futuramente reduzir riscos de navegação, ampliar o acesso a serviços essenciais (saúde, educação, logística) e impulsionar a mobilidade sustentável na bacia amazônica. A equipe local e multidisciplinar reforça o potencial de desenvolvimento tecnológico na própria região e de geração de oportunidades para profissionais amazônidas.

#### Desenvolvimento de laboratório híbrido: integração de sensores para a modernização das análises tradicionais de solos e plantas



O projeto tem como objetivo desenvolver e implantar um laboratório híbrido que integra sensores baseados em espectroscopia de fluorescência de raios X (XRF) e espectroscopia de reflectância difusa no visível e infravermelho (Vis NIR) aos métodos tradicionais de análise de solo e planta. Essa integração cria um processo analítico mais rápido, preciso, econômico e ambientalmente mais limpo, fortalecendo a modernização do setor Agro 4.0.

As principais inovações estão na combinação de sensores avançados com rotinas laboratoriais convencionais, aumentando eficiência operacional e reduzindo o uso de reagentes.

★ O projeto gera impacto ambiental positivo ao diminuir o consumo de reagentes químicos e a geração de resíduos, e impacto social e econômico ao reduzir custos para produtores e ampliar o acesso a análises de melhor qualidade.

#### Biossensor 4.0 – Gestão da qualidade do ar: biossensor para controle de contaminantes/patógenos para dispositivos de circulação/troca de ar

O projeto desenvolve um sistema biossensor para monitorar a saturação de contaminantes no ar, por meio do sensoriamento de filtros nano-funcionalizados capazes de inativar vírus e bactérias em equipamentos de circulação e troca de ar, como condicionadores de ar em ambientes hospitalares, aeroportos, comércios e residências.

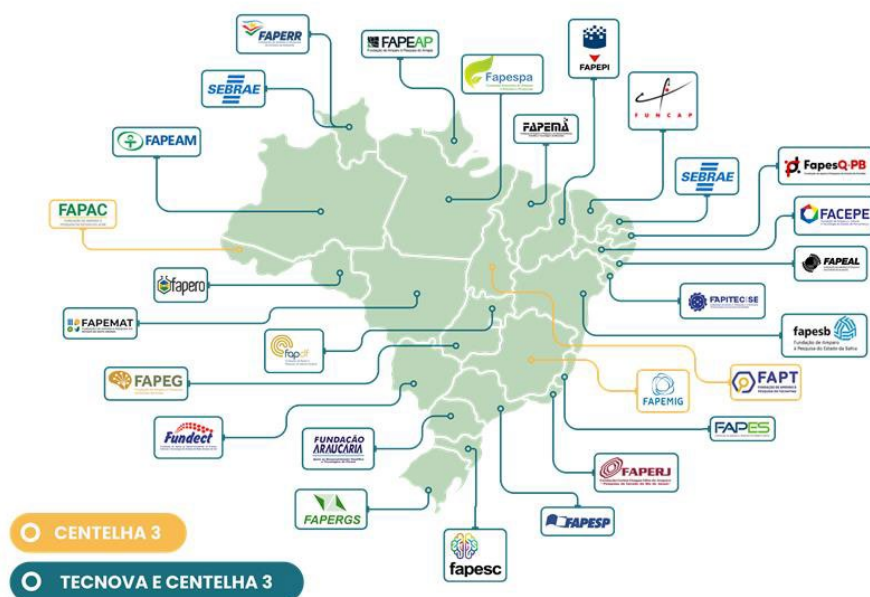
A solução, alinhada ao conceito de Saúde 4.0 (integração de tecnologias digitais aos serviços de saúde), busca elevar o nível de maturidade tecnológica até o TRL 7 (demonstração de protótipo em ambiente operacional), oferecendo detecção mais rápida, maior segurança sanitária e gestão inteligente da qualidade do ar.

★ O impacto ambiental é positivo, pois reduz o descarte inadequado de materiais potencialmente contaminados e evita o uso excessivo de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e filtros, contribuindo para menor geração de resíduos.



A subvenção econômica é operada na forma descentralizada por meio do credenciamento de parceiros estaduais nos Programas Centelha e Tecnova. As Instituições parceiras são em sua maioria as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados, responsáveis pela execução das seleções públicas priorizando temas alinhados à realidade local e pela contratação das empresas, acompanhamento dos projetos de inovação e liberação dos recursos da subvenção econômica para as empresas selecionadas.

Em 2025 o Programa Centelha e o Finep Tecnova foram executados em 26 estados e no Distrito Federal por diferentes instituições parceiras, como visto na figura abaixo.



O Programa Centelha tem o objetivo de estimular a criação de empreendimentos inovadores, aliando os recursos financeiros da subvenção a diversas capacitações, em um processo incremental que parte das questões e ideias trazidas pelos participantes e vai até o desenvolvimento dos projetos. A terceira edição do Centelha firmou pela primeira vez, ao longo de 2025, parcerias com agentes de todos os estados do país, o que permitirá aumentar a capilaridade dos investimentos.

Já o Finep Tecnova atualmente em sua 3ª edição busca criar condições financeiras favoráveis para a inovação, através da concessão de recursos não reembolsáveis de subvenção econômica para micro e pequenas empresas. Durante a seleção destas empresas são priorizados temas alinhados à realidade local. Em 2025, o programa concentrou a maior parte dos recursos contratados.

Em 2025 foram contratados 355 projetos através de subvenção descentralizada, que somada aos valores de contrapartida das FAPs totalizaram R\$ 178,3 milhões. Destes, 144 projetos foram da região Nordeste (R\$ 77 milhões), 81 projetos da região Centro-Oeste (R\$ 39,9 milhões) e 62 projetos da região Sul (R\$ 33,8 milhões). Já na região Norte do país, foram 18 projetos contratados (R\$ 8,4 milhões), enquanto na região Sudeste foram 50 projetos (R\$ 19,2 milhões).

Como exemplos de projetos desenvolvidos por empresas selecionadas por meio dos programas, destacam-se:

### Blue C Ocean (Ceará)



Com o cultivo sustentável de macroalgas nativas, a partir de métodos inovadores em parceria com comunidades tradicionais marinhas, essa produção contribui para a captura de carbono da atmosfera e fornece insumos de alto valor agregado para a indústria.

As algas produzidas apresentam diferentes usos e aplicações, servindo como alimento, cosméticos ou biofertilizantes orgânicos, promovendo empreendedorismo para exploração dos novos produtos.

★ A Blue C Ocean oferece soluções tecnológicas à base de algas marinhas nativas provenientes do cultivo sustentável, gerando impacto socioambiental positivo ao promover geração de renda, preservar a identidade cultural e contribuir para a permanência da comunidade tradicional frente às ameaças econômicas das regiões litorâneas.

### Unai Biopainéis Sustentáveis (Pará)

Milhares de toneladas de caroço de açaí são descartadas todos os anos, gerando impactos ambientais e sociais. Na Unai, o caroço de açaí deixa de ser um resíduo e passa a ser matéria-prima na criação de biopainéis ecológicos, cubas, brindes e peças artesanais que unem inovação, identidade regional e impacto positivo.

★ A Unai Biopainéis Sustentáveis atua como referência em bioeconomia circular na Amazônia, promovendo a geração de renda em comunidades locais, capacitando mulheres e jovens e oferecendo ao mercado soluções ecológicas inovadoras, visando o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade amazônica.



### IntaLab (Alagoas)

Os testes “point-of-care” baseados em imunocromatografia utilizam tecnologia capaz de oferecer alta acurácia e quantidade reduzida de reagentes, implicando em um menor custo operacional com execução em menos de cinco minutos.

Seu produto tende a revolucionar o processo de diagnósticos e notificação de resultados, por serem acessíveis e atenderem regiões carentes e/ou de difícil acesso. Estão em desenvolvimento soluções para o diagnóstico de leishmaniose, covid, dengue, chikungunya e zika.

★ Os testes “point-of-care” desenvolvidos pela IntaLab apresentam a mesma eficiência de testes de laboratório (Elisa e PCR). Essa abordagem pode ampliar significativamente o acesso à saúde em regiões remotas ou com poucos recursos, oferecendo diagnósticos mais rápidos, acessíveis e de baixo custo.

### Siapesq (Rio Grande do Sul)

A Siapesq desenvolveu a plataforma tecnológica “SIAPREPS” para o rastreamento de espécies marinhas e certificação produtiva e sustentável das capturas. Utilizando Inteligência Artificial e Modelagem Ecológica aplicadas para monitorar os diferentes cardumes de pescado por satélite em tempo real, a plataforma permite que o pescado seja localizado com mais eficiência, evitando a captura de espécies protegidas e reduzindo o uso de óleo diesel pelas embarcações.

Foi reconhecida entre as 10 maiores start-ups do mundo em Economia Azul e Sustentabilidade, durante o Summit das Águas e Sustentabilidade da Universidade do Algarve (Portugal) e premiada no programa España-Latam ScaleUp 2025.

★ A Siapesq promove a gestão sustentável do setor pesqueiro por meio do monitoramento satelital de espécies marinhas e da otimização das operações de pesca. Sua plataforma possibilita capturas mais precisas, reduzindo a interação acidental com animais protegidos, como baleias, tartarugas e golfinhos.

### 3.7.3. Resultados do FNDCT em investimentos em empresas inovadoras

Esta forma de investimento é realizada mediante a aquisição de cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) não exclusivos, regulamentados pela Instrução CVM 578/2016, que admitem a participação de outros cotistas além do FNDCT, alavancando o investimento em inovação com recursos de parceiros públicos e privados. Essa estratégia de fomento ajudou a impulsionar a indústria de venture capital no Brasil por meio da atração de investidores, capacitação de gestores e investimento em empresas inovadoras.

Em 2025, três novos fundos entraram em operação, com integralizações de cotas realizadas:

- Criatec 4 ASG: trata-se de um fundo de investimento em capital semente, voltado para investimento sustentável (regulamentado pelo Artigo 49 da Resolução CVM 175/22);

- FIP Nordeste CS: trata-se de um fundo que tem como cotistas-âncora, além do FNDCT, o Banco do Nordeste e o Sebrae, e que visa investir em startups inovadoras, localizadas no Nordeste, que tenham faturamento até R\$ 16 milhões;
- FIP Govtech: o objeto do fundo é o investimento em empresas com faturamento até R\$ 16 milhões, que desenvolvam tecnologias e negócios inovadores voltados à viabilização, modernização, otimização e transformação digital de serviços públicos.

Além disso, foram lançados dois editais para seleção de gestores para os novos FIPs relacionados à Transição Energética e Descarbonização e à Sustentabilidade e Economia da Biodiversidade. Também está em fase final de negociação de documentos o edital do FIP do Complexo Econômico Industrial da Saúde.

O retorno dos fundos de investimento ao FNDCT chegou a R\$ 30.398,68 mil em 2025. Na tabela abaixo estão demonstrados os valores discriminados por FIP. Esse montante se origina sobretudo de desinvestimentos bem-sucedidos de empresas do portfólio, e inclui recebimentos de vendas, juros, dividendos e saldo de caixa distribuído aos cotistas. No encerramento do exercício, a carteira apresentava 17 fundos encerrados e 19 fundos ativos, dos quais 16 se encontravam em fase de desinvestimento.

Tabela 16: Retorno dos Fundos Investidos pelo FNDCT em 2025

| Fundo Investido          | Retorno ao FNDCT (R\$) |
|--------------------------|------------------------|
| Capital Tech II          | 17.260.303,47          |
| Cventures Primus         | 5.047.239,09           |
| Brasil Agronegócio       | 1.964.774,71           |
| Aeroespacial             | 1.883.700,27           |
| DGF Inova Fundo          | 1.503.515,90           |
| Sul Inovação             | 431.163,10             |
| Inovação Paulista        | 425.781,20             |
| Brasil Central           | 382.078,97             |
| Neo Capital Mezanino II  | 352.914,06             |
| Venture Brasil Central   | 344.826,27             |
| FIP Brasil Central       | 318.399,14             |
| Ória Tech I              | 222.612,06             |
| FIPAC II                 | 222.045,13             |
| Jardim Botânico          | 19.740,67              |
| Cond. Civil Capital Tech | 19.588,42              |
| <b>TOTAL</b>             | <b>30.398.682,46</b>   |

Entre as empresas investidas pelos FIPs, destacam-se:

#### FIP CRIATEC 4 – SleepUp

A empresa nasceu em SP, graduada no Founder Institute e incubada no Albert Einstein. Recebeu investimento do FIP Criatec 4, fundo investido pelo FNDCT, no valor de R\$ 1,5 milhões em 2025. A SleepUp atua com foco no tratamento de distúrbios do sono por meio de uma plataforma digital, que possui integração com profissionais de saúde (clínica e médicos). A empresa integra inteligência artificial, análise e monitoramento de dados em tempo real para oferecer um tratamento acessível e escalável para melhorar a qualidade do sono.



★ A SleepUp desenvolveu hardware proprietário e atraiu capital internacional, apresentando evolução desde o investimento do fundo, com parceiros em diversos países. Cerca de 40 mil usuários únicos utilizam a plataforma de software e hardware da deeptech.

#### VENTURE BRASIL CENTRAL – Site Portal de Compras Públicas



Lançado em 2016, é o maior portal privado de licitações públicas do Brasil, atendendo a mais de 4.600 prefeituras e órgãos públicos no país. Para os órgãos públicos, a plataforma é gratuita, não onerando os processos das licitações. Para as empresas fornecedoras, o acesso à plataforma ocorre mediante pagamento de planos de acesso.

Em fevereiro de 2025 foi realizada a venda de 5% da participação para German Queiroga, empresário do setor de comércio eletrônico, varejo e tecnologia. Na transação o FIP recebeu R\$ 1,40 milhão por 1% do capital social, avaliando a companhia em R\$ 140 milhões. O FIP ainda possui 19% na companhia. O MOIC realizado, considerando o preço do desinvestimento parcial, é de 11,2x. A TIR está em aproximadamente 55% ao ano. A empresa realizou um pagamento para o FIP de R\$ 1.000.000,00 em dividendos em setembro de 2025.

★ A Plataforma SaaS, de rápida implantação para os órgãos compradores, tem integração com sistemas de controle e transparência dos órgãos públicos, gerando vendas para os licitantes através das ferramentas de alertas e notificações sobre editais abertos.

### 3.7.4. Desempenho e Modelo de Avaliação Global do FNDCT (MAG-FNDCT)

A avaliação dos resultados do FNDCT está prevista desde a Lei nº 11.540/2007. Em 2015, por meio da Resolução CD/FNDCT nº 4/2015, foi aprovado o Modelo Integrado de Avaliação Global (MAG) do FNDCT, em resposta ao Acórdão TCU nº 3.440/2013.

O MAG foi concebido para definir o conteúdo, a organização e a operacionalização das diferentes modalidades de fomento do Fundo, oferecendo uma visão global e integrada de sua atuação. A metodologia adota uma abordagem contrafactual baseada em indicadores aplicáveis a todas as modalidades de apoio, com coleta de dados em três momentos: na submissão da proposta (T0), na conclusão do projeto (T1) e dois ou três anos após sua finalização (T2). O modelo também prevê a coleta de informações sobre os “best rejects” — propostas aprovadas no mérito, mas não contratadas — e, quando essa coleta não for viável, a utilização de dados secundários.

Para fins de assessoramento do Conselho Diretor do FNDCT, foi criado o Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global (GAAVA), com o objetivo de identificar necessidades de aprimoramento e ajustes no MAG, bem como prover subsídios à sua operacionalização junto às instituições participantes. O Grupo é coordenado por representante do MCTI, vinculado à Secretaria-Executiva do Ministério, e composto por representantes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Diante das dificuldades de implementação, o MAG teve sua revisão aprovada pelo CD-FNDCT em 2022. No mesmo ano, o TCU publicou o Acórdão nº 693, que determinou ajustes para o aprimoramento da metodologia, incluindo a elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo pelo CD-FNDCT, a implementação de mecanismos contínuos de transparência das informações de M&A e o estabelecimento de uma rotina periódica de recebimento de informações sobre os empréstimos contratados pela Finep.

Ao longo de 2023 e 2024, o TCU acompanhou a Finep e o MCTI no alinhamento dos esforços voltados à implementação dessas medidas. Ao final de 2024, foi publicado o Acórdão nº 2.642, com novas aquisições, incluindo: (i) elaboração de instrumentos de lógica de intervenção para guiar a implementação, monitoramento e avaliação dos programas prioritários do FNDCT; (ii) definição e publicação de um plano de ação conjunto para implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A); (iii) melhorias nos painéis da Finep para demonstrar a aderência dos projetos às diretrizes estratégicas de CT&I; e (iv) elaboração de estudos sobre alocação entre recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

A partir dessas recomendações, o MCTI contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para apoiar a construção das lógicas de intervenção dos 12 Programas de Investimento do FNDCT, por meio da elaboração de modelos lógicos. Para esse fim, foram realizadas oficinas participativas entre abril e junho de 2025, que subsidiaram a elaboração dos modelos.

Embora o MAG esteja baseado na lógica tradicional da comparabilidade, cerca de dez anos após sua instituição persistem barreiras à sua operacionalização, apesar da coleta contínua de parte dos indicadores pela Finep desde 2018. Assim, em paralelo às determinações do TCU, os entraves no desenho e na implementação do MAG ajudam a explicar os esforços adotados, a partir de 2025, para estruturar uma nova sistemática de Monitoramento e Avaliação (M&A) do FNDCT, com foco não mais em modalidades de apoio, mas na teoria dos Programas de Investimento.

Nesse contexto foram desenvolvidos pelo CGEE, sob a supervisão do MCTI, os doze modelos lógicos dos respectivos Programas, sendo apresentados ao CD-FNDCT na reunião de 10 de dezembro de 2025 e aprovados como versão inicial, reconhecida como trabalho em construção, sujeita a aprimoramentos e à consulta aos conselheiros.

De forma concomitante à validação dos modelos lógicos, iniciou-se a construção dos indicadores a partir dos componentes neles definidos, com o apoio do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública (CEAG), vinculado à Universidade de Brasília e com reconhecida expertise no tema. A expectativa é que esse conjunto de indicadores permita deslocar a análise, antes centrada em contrafactuais de modalidades e instrumentos de financiamento — característica do MAG —, para uma abordagem de monitoramento e avaliação ancorada na teoria dos programas, bem como na natureza das ações financiadas.

Como próximos passos, discute-se a criação de ferramentas para a coordenação das atividades de M&A do FNDCT, o aperfeiçoamento do GAAVA como lócus dessa coordenação e o desenvolvimento de um Plano Anual de Monitoramento e Avaliação. Esse plano deverá definir os programas a serem monitorados, seus indicadores, as responsabilidades pela coleta, tratamento e análise dos dados, bem como as iniciativas a serem avaliadas, considerando, sempre que possível, os componentes dos modelos lógicos aprovados pelo CD-FNDCT.

Ressalta-se, por fim, que, apesar da heterogeneidade dos programas, a análise transversal dos modelos lógicos — da infraestrutura de pesquisa à segurança alimentar, da defesa à transformação digital — evidencia convergência em torno da soberania (tecnológica, produtiva, científica e alimentar), do desenvolvimento socioeconômico inclusivo, da sustentabilidade ambiental e da resiliência climática, articulando as intervenções a uma estratégia nacional mais ampla de desenvolvimento baseada em ciência, tecnologia e inovação.

### 3.8. Indicadores de desempenho dos Macroprocessos Finalísticos do MCTI

O alinhamento estratégico entre o PEI do MCTI, o PPA do Governo Federal e a ENCTI é um pilar estruturante para a coerência e a efetividade da ação governamental, conforme determina a Instrução Normativa nº 24/2020. Esta integração é materializada de forma concreta pela partilha de mais de 40% dos indicadores do PEI com o PPA – CT&I, garantindo que os resultados planejados pelo Ministério estejam diretamente sincronizados com os compromissos orçamentários e as metas do governo federal.

Os resultados detalhados do monitoramento dos Programas do PPA 2024-2027, ano-base 2025 são disponibilizados no [SIOP](#) e na [seção do PPA na página do MCTI](#). Os relatórios de monitoramento apresentam análises sintéticas do alcance das metas proporcionando uma visão panorâmica de sua execução, enfatizando as principais realizações e entregas do MCTI que contribuíram com seu desempenho. Na sequência, apresentam-se as tabelas resumidas com os resultados apurados no exercício de 2025.

*Quadro 12: Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social*

| Objetivo Específico | Indicador   | Índice de Referência | Data de Referência | Valor Esperado 2025 | Valor Apurado 2025 |
|---------------------|---|----------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| 0213                | 10612 – Número de produtos resultantes da coprodução de conhecimento nos projetos de P&D colaborativa apoiados            | 0                    | 07/08/2023         | 10                  | 4                  |
| 0214                | 10649 – Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população  | 0                    | 07/08/2023         | 20                  | 0                  |
| 0215                | 10649 – Número de iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica disponibilizadas à população | 322                  | 31/12/2022         | 386                 | 535                |
| 0216                | 10714 – Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas  | 0                    | 07/08/2023         | 10                  | 3                  |
| 0217                | 10730 – Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para erradicação da fome                            | 0                    | 07/08/2023         | 10                  | 85                 |

Quadro 13: Programa 2308 – Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)

| Objetivo Específico | Indicador   | Índice de Referência | Data de Referência | Valor Esperado 2025 | Valor Apurado 2025   |
|---------------------|---|----------------------|--------------------|---------------------|----------------------|
| <b>0411</b>         | 10214 – Evolução anual da disponibilização de infraestrutura de P&D   | 3.756                | 17/07/2023         | 5.400               | Valor não disponível |
| <b>0412</b>         | 10230 – Proporção entre as citações das publicações brasileiras e o total mundial de citações   | 0,76                 | 14/02/2023         | 0,76                | 0,76                 |
| <b>0415</b>         | 10286 – Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes   | 1,06                 | 03/07/2023         | 1,30                | 1,32                 |
| <b>0417</b>         | 10301 – Número de programas, atividades, instrumentos e projetos resultantes de parcerias formais com instituições nacionais e internacionais | 963                  | 28/02/2023         | 684                 | 418                  |
| <b>0425</b>         | *12854 – Volume de Recursos Aplicados em Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Capacitação em Segurança Cibernética               | –                    | 31/07/2023         | *13.025.810,93      | 44.614.333,27        |
| <b>0428</b>         | 10423 – Número de laboratórios voltados à padronização, metrologia, acreditação e avaliação da conformidade fomentados                        | 1.333                | 31/12/2022         | *44                 | 44                   |

\*Atributos dos indicadores que foram alterados na revisão ordinária.

Quadro 14: Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização

| Objetivo Específico | Indicador   | Índice de Referência | Data de Referência | Valor Esperado 2025 | Valor Apurado 2025   |
|---------------------|---|----------------------|--------------------|---------------------|----------------------|
| <b>0209</b>         | *12846 – Percentual do valor da subvenção direta repassado a ICTs   | 352.566.389,90       | 31/12/2022         | *10                 | 10                   |
| <b>0210</b>         | *12835 – Incremento dos investimentos em P&D nos setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial  | 553.329,00           | 04/11/2022         | *5                  | 12                   |
| <b>0211</b>         | 11022 – Evolução do valor de investimento em P&D relacionados aos instrumentos de incentivos fiscais geridos pelo MCTI  | 32,2600              | 11/08/2023         | 35,57               | 39,6                 |
| <b>0212</b>         | *12853 – Valor total investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador  | 224.363.000,64       | 11/08/2023         | *922.540.000,00     | Valor não disponível |
| <b>0524</b>         | 11133 – Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com incentivos, no âmbito da Lei de TICs | 10                   | 31/07/2023         | 12                  | 10,76                |
| <b>0547*</b>        | 12551 – Quantidade de componentes semicondutores produzidos   | 12.000.000*          | 01/12/2023         | 12.000.000,00       | 6.000.000            |

\*Atributos dos indicadores que foram alterados na revisão ordinária.

Adicionalmente, o PEI incorpora e detalha os temas prioritários definidos nos Livros Referência Lilás e Violeta – resultantes da 5ª Conferência Nacional de CT&I – e os eixos estratégicos da ENCTI 2024–2034. Dessa forma, o PEI atua como um elo operacional fundamental, traduzindo as diretrizes de longo prazo da ENCTI e os compromissos do ciclo orçamentário do planejamento plurianual PPA em objetivos, indicadores, assegurando uma atuação coordenada, focada e alinhada com as prioridades nacionais.

A supervisão da gestão é exercida de forma contínua por meio do monitoramento de indicadores de desempenho vinculados aos objetivos estratégicos, com a produção de relatórios periódicos que subsidiam a tomada de decisão no CIG. No quadro a seguir, são destacados em negrito os indicadores do PEI coincidentes com os indicadores de objetivos específicos dos programas do PPA focados neste relatório, apresentados no quadro 15.

Quadro 15: Indicadores de monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional do MCTI

| CÓDIGO | MAPA                    | OBJETIVO   | INDICADOR   |
|--------|-------------------------|--|---|
| F01    | RESULTADOS FINALÍSTICOS | Promover a industrialização no Brasil em novas bases tecnológicas e apoiar a inovação nas empresas | <b>Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com bens incentivados, no âmbito da Lei de TICs</b>   |
| F02    |                         |  | <b>Evolução do valor de investimentos em PD&amp;I relacionados aos instrumentos de incentivos fiscais geridos pelo MCTI</b> (somente da Lei do Bem)                             |
| F03    |                         |  | Incremento dos investimentos em projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação, realizados por empresas, apoiados   |
| F04    |                         |  | Valor total investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador   |
| F05    |                         | Fomentar o desenvolvimento social por meio da ciência, tecnologia e inovação                       | <b>Número de iniciativas de Popularização da Ciência &amp; Tecnologia e Educação Científica disponibilizadas à população</b>  |
| F06    |                         |  | Número de instrumentos de informações climáticas disponibilizados   |
| F07    |                         |  | <b>Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas e transferidas</b>  |
| F08    |                         |  | Termos de Execução Descentralizada firmados em Biotecnologia e Saúde  |
| F09    |                         |  | Número de iniciativas fomentadas em bioeconomia e ciências exatas, humanas e sociais  |
| F10    |                         |  | Projetos de CTI fomentados para a conservação de biomas que mantenham ou ampliem os serviços ecossistêmicos associados.   |
| F11    |                         |  | <b>Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes</b>  |
| F12    |                         |  | Programas e Projetos de Cooperação Internacional  |
| F13    |                         |  | <b>Número de laboratórios voltados à padronização, metrologia, acreditação e avaliação da conformidade fomentados</b>   |
| F14    |                         |  | Programas e projetos de cooperação nacional   |
| F15    |                         | Número de publicações das Unidades de Pesquisa por servidores e bolsistas de Nível Superior        |   |
| F16    |                         | Impulsionar projetos estratégicos para a soberania nacional  | Incremento dos investimentos em Tecnologias de Defesa para a Base Industrial de Defesa e Segurança  |
| F17    |                         |  | Produção de Radioisótopos e Radiofármacos Fornecida aos Centros de Medicina Nuclear no país   |
| F18    |                         |  | Produção Tecnológica Desenvolvida para a Área Nuclear e afins   |
| F19    |                         |  | Percentual de avanço em rotas tecnológicas de plataformas multimissão em satélite e para o desenvolvimento de veículo lançador nacional com motor foguete a propelente líquido. |
| F20    |                         |  | Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA   |

| CÓDIGO | MAPA  | OBJETIVO   | INDICADOR  |
|--------|---|--|--|
| G01    | FORTALECIMENTO DA GESTÃO                        | Aprimorar a governança jurídica, os mecanismos de controle e a segurança institucional   | Assessoramento para manifestação tempestiva das demandas dos órgãos de controle e órgãos de defesa do Estado.                  |
| G02    |   |  | Atuação institucional negativa captada pela Ouvidoria  |
| G03    |   |  | Tempo médio de resolução de processos jurídicos  |
| G04    |   | Fortalecer o modelo de gestão e governança   | Relevância e Suficiência de Dados  |
| G05    |   |  | Grau de estabelecimento do escritório de dados   |
| G06    |   |  | Número de indicadores monitorados  |
| G10    |   |  | Quantitativo de Comunidades criadas no Repositório Digital do MCTI   |
| G07    |   | Consolidar as relações internacionais e a comunicação institucional  | Produção de conteúdo para as redes sociais do MCTI   |
| G08    |   |  | Atendimento à imprensa   |
| G09    | Nível de atividade internacional do MCTI        |  |  |
| S01    | APRIMORAMENTO DO SUPORTE                        | Assegurar um alto nível de qualidade, inovação e segurança nas soluções de Tecnologia da Informação (TI) e na gestão da logística, infraestrutura e patrimônio | Percentual de produtividade em termos de tempestividade no tratamento dos processos de logística, infraestrutura e patrimônio. |
| S02    |   |  | Índice de Infraestruturas de Tecnologia da Informação e Comunicações (InfraTIC) médio das Unidades de Pesquisa do MCTI         |
| S03    |   |  | Índice de Tecnologia da Informação e Comunicações (iTIC)   |
| S04    |   | Aprimorar a gestão financeira, assegurando a transparência, a eficiência na execução orçamentária  | Repasse financeiro tempestivo às Unidades  |
| S05    |   |  | Variação anual de instrumentos concluídos  |
| S10    |   |  | Variação anual de instrumentos implementados   |
| S06    |   | Supervisão e direcionamento de instrumentos gestão pactuados   |  |
| S07    |   | Buscar o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho  | Índice de Rotatividade dos Servidores (Turnover Rate)  |
| S08    |   |  | Índice de Capacitação e Treinamento  |
| S09    | Percentual de servidores capacitados anualmente |  |  |

As informações de desempenho estratégico 2025 tem origem no relatório que consolida os resultados do monitoramento de tendências do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MCTI referente ao exercício de 2025. A análise evidenciou um cenário de avanços consolidados em diversos eixos estratégicos, ao mesmo tempo em que pontuou desafios, sobretudo relacionados a restrições orçamentárias e complexidades operacionais. O acompanhamento sistemático tem como objetivo balizar a gestão, oferecendo subsídios para decisões corretivas e garantindo o alinhamento contínuo das ações com as metas e prioridades estabelecidas para o ciclo 2024–2027.

- **Inovação nas Empresas** – O eixo de inovação nas empresas registra progressos em áreas prioritárias, com destaque para os resultados promissores associados à Lei do Bem, que indicam uma trajetória favorável para o cumprimento da meta estabelecida. No tocante ao indicador de Ambientes Inovadores, observa-se que a meta projetada se revelou de alta ambição, o que, aliado a um ritmo de execução que, embora tenha gerado entregas significativas, apresenta-se aquém do necessário até o momento, sugere uma probabilidade moderada de atingimento integral. Cabe notar, ainda, uma evolução metodológica no indicador de Subvenção Econômica, cuja fórmula foi ajustada para considerar exclusivamente os valores repassados às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), restringindo assim o escopo no universo de beneficiários da política. Tal aperfeiçoamento, voltado a aprimorar a aderência aos processos de governança, naturalmente introduz uma descontinuidade na série histórica, dificultando comparações diretas com os ciclos anteriores.
- **Desenvolvimento Social e Emergência Climática** – A análise deste eixo apresenta um cenário diversificado. De um lado, registram-se desempenhos positivos e tendência de cumprimento das metas em temas como bioeconomia e conservação de biomas. De outro, persistem desafios em áreas sensíveis, notadamente em Tecnologias Assistivas e Biotecnologia e Saúde, onde as restrições orçamentárias internas ao MCTI criam uma dependência de recursos discricionários externos, condição que impacta a capacidade de execução plena das metas pactuadas. Do ponto de vista metodológico, a adoção de uma soma ponderada para o indicador de Popularização da Ciência representou um incremento em sua complexidade analítica, conferindo, contudo, maior precisão e aderência à governança institucional, permitiu certificar a excelência em seu desempenho. A transparência na comunicação dessa mudança tem sido fundamental para evitar interpretações equivocadas acerca do desempenho observado.
- **Sistema Nacional de CT&I** – Os indicadores deste eixo demonstram avanços consistentes, com tendência de cumprimento da meta de produção científica e manutenção dos patamares de cooperação nacional e internacional, ainda que com um crescimento limitado. Identificam-se, contudo, fragilidades relacionadas às metas para Bolsas do CNPq e Cooperação Internacional, as quais foram reduzidas em função de restrições orçamentárias persistentes. A superação deste cenário depende da adoção

de estratégias que assegurem maior previsibilidade de recursos e estabilidade para a formação de recursos humanos em pesquisa. Metodologicamente, destaca-se o ajuste no indicador de Laboratórios de Padronização, que passou a mensurar apenas os incrementos anuais. Embora esta alteração represente uma limitação para comparações históricas, ela permite uma avaliação mais nítida do esforço despendido em cada exercício, evitando que o desempenho recente seja ofuscado pelo acumulado histórico e fomentando uma lógica de melhoria contínua.

- **Programas Estratégicos** – O desempenho dos programas estratégicos é desigual. Áreas críticas como defesa e nuclear apresentam tendência positiva e expectativa de cumprimento das metas. Em contrapartida, o setor espacial continua a enfrentar desafios significativos, com risco de cumprimento parcial das metas de Rotas Tecnológicas e estagnação na implantação do Centro Espacial de Alcântara, devido à magnitude dos recursos necessários e a atrasos operacionais. Esses fatores colocam sob risco a viabilidade dos cronogramas originais e demandam atenção prioritária para garantir a continuidade dos projetos. A governança destes programas, que demandam investimentos robustos e complexa articulação interinstitucional, os torna particularmente vulneráveis a contingenciamentos. A manutenção das metas mesmo em cenário de restrições reflete o esforço em preservar compromissos estratégicos, ao mesmo tempo que reforça a necessidade de mecanismos de governança adaptativa e de previsibilidade orçamentária para assegurar a autonomia tecnológica nacional.
- **Fortalecimento da Gestão** – Os resultados apontam avanços na governança e na gestão da informação, com tendência positiva em indicadores como o assessoramento a órgãos de controle e a atualização de dados. A atividade internacional do MCTI também registra crescimento expressivo, impulsionado por agendas estratégicas como a presidência do BRICS e a participação na COP-30.
- **Aprimoramento do Suporte** – Observam-se progressos na governança digital e na gestão financeira, com tendência favorável em indicadores como tempestividade de repasses e de processos. Entretanto, identificam-se fragilidades substanciais no âmbito da capacitação de servidores, área fortemente impactada por contingenciamentos orçamentários e restrições fiscais, o que compromete o alcance das metas de qualificação da força de trabalho. Na dimensão metodológica, a reformulação do indicador de Instrumentos de Gestão – que passou a medir variações percentuais na quantidade de instrumentos concluídos e implementados, em substituição aos valores financeiros – permite uma mensuração mais direta do esforço anual e estimula a superação contínua. No entanto, esta nova abordagem, ao focar na variação, não torna evidente o volume absoluto de passivos acumulados, reduzindo a visibilidade sobre a dimensão total dos desafios estruturais a serem equacionados, particularmente no que tange à gestão das transferências voluntárias dentro da capacidade operacional do órgão.

N-DF

Foto:  
Edifício Sede  
MCTI

# Desempenho da Gestão dos Macroprocessos de Suporte

No capítulo 4 são abordados os macroprocessos de suporte à gestão relacionados às atribuições da Secretaria Executiva, apoiados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

## 4.1. Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas no MCTI envolve, além da Administração Central, 18 (dezoito) UPs, às quais competem a geração, a aplicação e a disseminação do conhecimento, científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento de tecnologias e a promoção da inovação em suas respectivas áreas de atuação; e 5 (cinco) entidades vinculadas.

### 4.1.1. Força de Trabalho

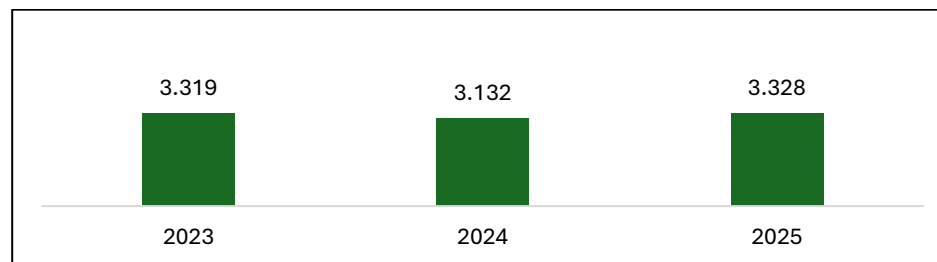


O quadro de pessoal do MCTI é composto pelos servidores das carreiras de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28/07/1993, e, até maio de 2025, pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19/10/2006.

Registra-se que, em consonância com disposto na Portaria Interministerial MCOM/MCTI nº 17.575, de 25 de abril de 2025, no Parecer nº 00125/2025/CONJUR-MCTI/CGU/AGU, e na Nota Informativa nº 4260/2024/MCTI, efetivou-se a transferência da folha de pagamento dos ativos, aposentados e pensionistas para o Ministério das Comunicações – MCom a partir de junho de 2025.

O quadro de pessoal do Ministério ainda é composto por empregados públicos, ocupantes de cargos comissionados (sem vínculo), requisitados e servidores em exercício descentralizado de carreira.

Gráfico 15: Evolução do quadro de pessoal



\*Fonte: SIAPE Gerencial - Estagiários não foram considerados

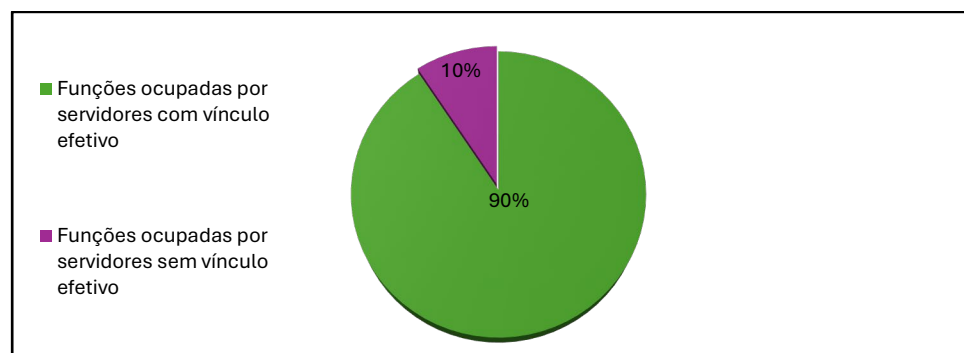
Tabela 17: Distribuição por situação Funcional

| Exercício          | 2023  | 2024  | 2025  | %   |
|--------------------|-------|-------|-------|-----|
| <b>Estatutário</b> | 2.471 | 2.337 | 2.710 | 81% |
| <b>Requisitado</b> | 65    | 77    | 121   | 4%  |
| <b>Cedidos</b>     | 245   | 194   | 199   | 6%  |
| <b>Anistiado</b>   | 348   | 341   | 111   | 3%  |
| <b>Sem vínculo</b> | 64    | 69    | 68    | 2%  |
| <b>Outros **</b>   | 126   | 114   | 119   | 4%  |

\*Fonte: SIAPE Gerencial - Estagiários não foram considerados

\*\* Excedente a lotação, natureza especial, exercício descentralizado e exercício provisório

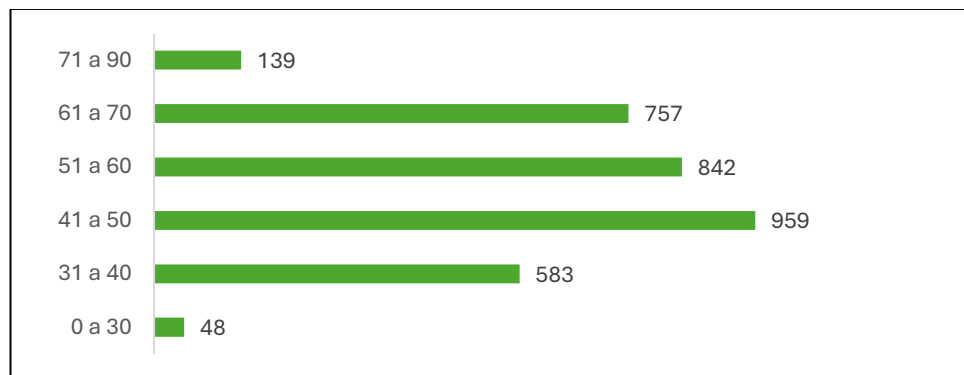
Gráfico 16: Distribuição dos cargos ocupados por servidores efetivos



Fonte: SIAPE Gerencial

Do total de Funções Comissionadas Executivas - FCE e de Cargos Comissionados Executivos – CCE do MCTI, 90% são ocupados por servidores públicos federais efetivos, pertencentes ao quadro próprio ou de outros órgãos da Administração Pública

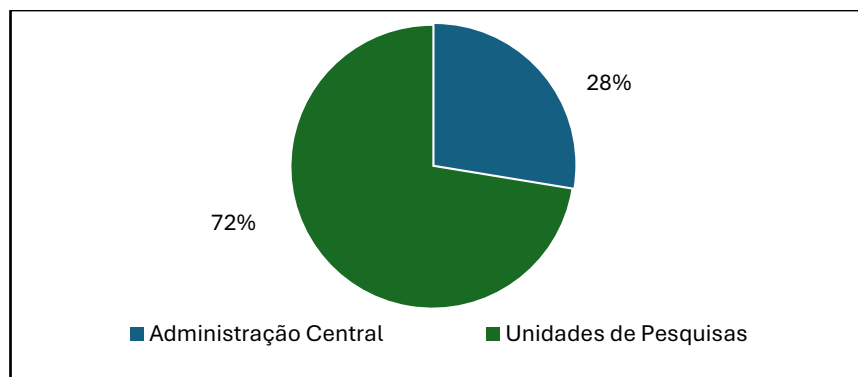
Gráfico 17: Distribuição por faixa etária



Fonte: SIAPE

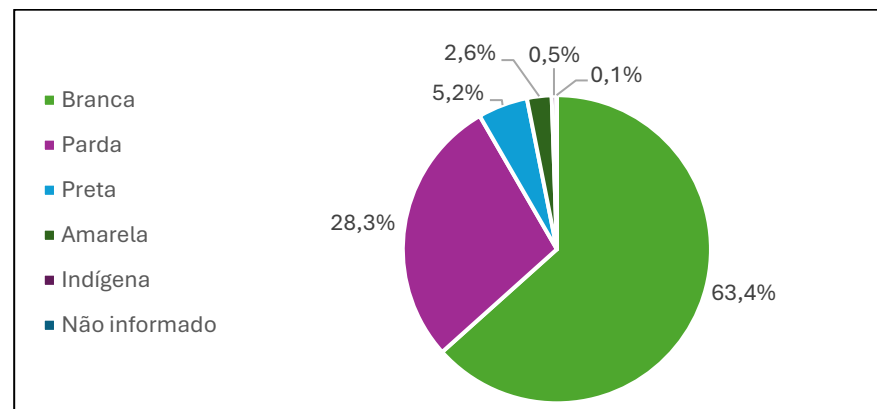
O Ministério possui 26% do seu pessoal em abono de permanência, o que corresponde a 717 servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria e optaram em permanecer em atividade e que a qualquer momento podem se aposentar, contribuindo, assim, para a elevação do índice de evasão de servidores predominantemente qualificados.

Gráfico 18: Distribuição da força de trabalho por unidade



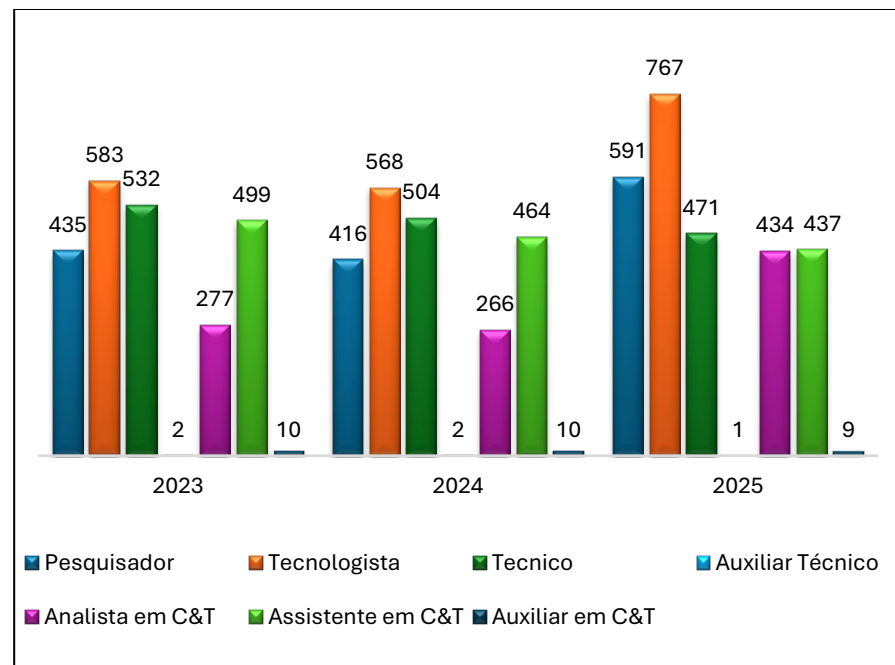
\*Fonte: SIAPE Gerencial – Excluídos estagiários, pensionistas e aposentados

Gráfico 19: Distribuição por gênero



\*Fonte: SIAPE Gerencial

Gráfico 20: Distribuição dos servidores na carreira



\*Fonte: SIAPE Gerencial

## Saúde e Qualidade de vida

Com foco na saúde e qualidade de vida dos servidores do MCTI, foram realizadas diversas ações no decorrer de 2025, abarcando a maioria dos servidores da Pasta, das quais destacam-se:

- Programa Mais Saúde (vida saudável);
- Prevenção de Doenças;
- Ações de promoção ao bem-estar e melhoria do clima organizacional (socialização e pertencimento);
- Acompanhamento de Licenças de Saúde, Perícias e Campanhas Sociais.

Quanto às licenças para tratamento de saúde:

- Total de atestados recebidos: 651 atestados;
- Licenças para tratamento de saúde: 441 atestados;
- Licenças por motivo de doença em pessoa da família: 61 atestados;
- Atestados homologados administrativamente: 359 atestados;
- Atestados homologados por perícia médica: 284 atestados;
- Juntas médicas realizadas com apoio da Unidade SIASS do Ministério da Saúde e do Hospital das Forças Armadas: 8 Juntas médicas;
- Perícias realizadas por solicitação da Unidade SIASS do MAPA: 15 perícias; e
- Atestados Admissionais: 51 atestados.

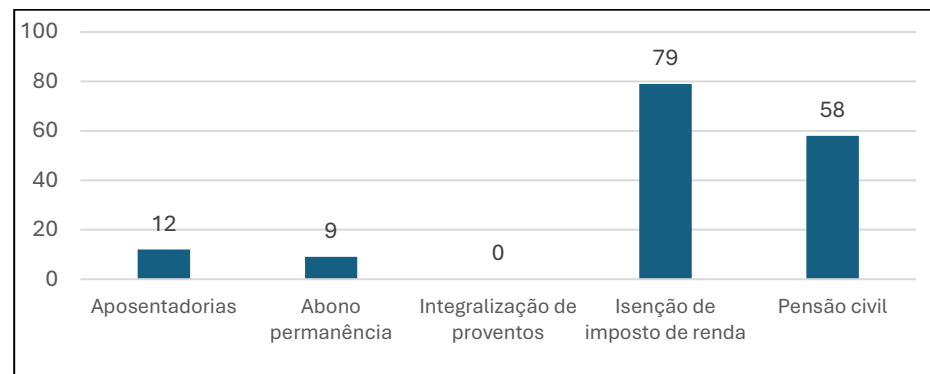
### 4.1.2. Conformidade Legal - Legislação Aplicada

Visando garantir a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o MCTI cumpre as determinações estabelecidas pelos órgãos pelos seguintes órgãos de controle externo:

Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria Geral da União - CGU, e do Órgão Central do SIPEC, cuja competência cabe ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

Destaca-se que, após a reforma administrativa que separou os ativos e passivos pertencentes ao MCom do MCTI, e devido ao esforço contínuo da Divisão de Concessão de Benefícios Previdenciários - DICOB/CGGP em atender às solicitações do TCU e da CGU, todas as trilhas sob responsabilidade daquela Divisão foram concluídas até o final de 2025.

Gráfico 21: Benefícios concedidos em 2025



Fonte: SIAPE

### 4.1.3. Detalhamento das despesas com pessoal

Tabela 18: Despesas com pessoal

| Custo direto com despesas de pessoal ativo   |                           |                           |                           |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
|  | 2023                      | 2024                      | 2025                      |
| <b>Vantagens fixas</b>                       | R\$ 487.263.229,01        | R\$ 507.900.788,65        | R\$ 589.445.663,37        |
| <b>Gratificação natalina</b>                 | R\$ 34.690.785,75         | R\$ 33.492.087,48         | R\$ 42.584.965,28         |
| <b>Contrato temporário</b>                   | R\$ -                     | -                         | -                         |
| <b>Exercício anterior</b>                    | R\$ 1.112.744,61          | R\$ 1.000.399,17          | R\$ 2.548.158,46          |
| <b>Patronal</b>                              | R\$ 109.260.179,92        | R\$ 118.063.078,54        | R\$ 126.676.192,42        |
| <b>Pessoal requisitado</b>                   | R\$ 8.759.693,78          | R\$ 8.595.437,77          | R\$ 8.292.870,64          |
| <b>Decisão judicial</b>                      | R\$ 1.283.428,28          | R\$ 1.225.214,80          | R\$ 806.197,61            |
| <b>Vantagens variáveis</b>                   | R\$ 1.950.126,03          | R\$ 3.367.726,71          | R\$ 4.155.726,06          |
| <b>Total</b>                                 | <b>R\$ 644.320.187,38</b> | <b>R\$ 673.644.733,12</b> | <b>R\$ 774.509.773,84</b> |
| Custo direto com despesas de pessoal inativo |                           |                           |                           |
| <b>Vantagens fixas</b>                       | R\$ 539.316.568,76        | R\$ 551.528.012,14        | R\$ 563.402.341,48        |
| <b>Gratificação natalina</b>                 | R\$ 49.371.413,04         | R\$ 48.598.144,99         | R\$ 49.908.799,68         |
| <b>Exercício anterior</b>                    | R\$ 674.779,04            | R\$ 1.388.283,69          | R\$ 1.280.329,80          |
| <b>Decisão judicial</b>                      | R\$ 307.416,87            | R\$ 313.424,67            | R\$ 69.934,63             |
| <b>Vantagens variáveis</b>                   | R\$ -                     | -                         | -                         |
| <b>Total</b>                                 | <b>R\$ 589.670.177,71</b> | <b>R\$ 601.827.865,49</b> | <b>R\$ 614.661.405,59</b> |
| Custo direto com despesas de pensão civil    |                           |                           |                           |
| <b>Vantagens fixas</b>                       | R\$ 583.878.973,13        | R\$ 576.020.694,35        | R\$ 366.023.802,84        |
| <b>Gratificação natalina</b>                 | R\$ 53.623.461,97         | R\$ 51.797.846,30         | R\$ 25.765.898,30         |
| <b>Exercício anterior</b>                    | R\$ 8.133.898,81          | R\$ 3.601.879,96          | R\$ 1.085.073,60          |
| <b>Decisão judicial</b>                      | R\$ 295.023,83            | R\$ 300.062,98            | R\$ 129.377,59            |
| <b>Vantagens variáveis</b>                   | R\$ -                     | -                         | -                         |
| <b>Total</b>                                 | <b>R\$ 645.931.357,74</b> | <b>R\$ 631.720.483,59</b> | <b>R\$ 393.004.152,33</b> |

\*Fonte: SIAPE

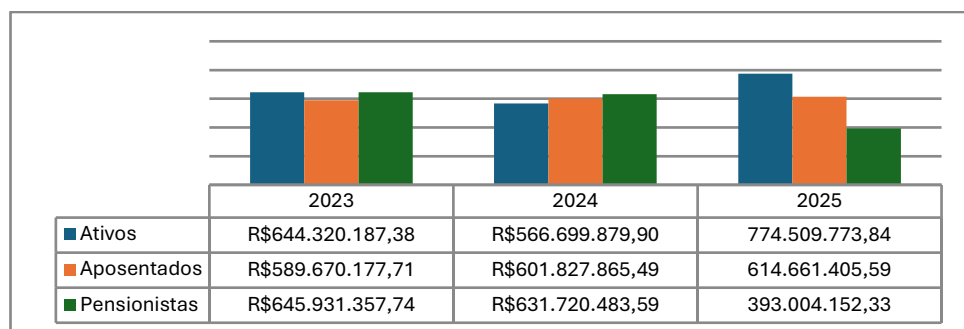
A remuneração dos cargos das carreiras de Ciência e Tecnologia – C&T informada tem por base o valor inicial de cada cargo.

Tabela 19: Demonstrativo de cargos e remuneração

| Ciência e Tecnologia                        |                     |                             |                     |
|---|---------------------|-----------------------------|---------------------|
| Gestão, Planejamento Infra-Estrutura em C&T | Remuneração Inicial | Desenvolvimento Tecnológico | Remuneração Inicial |
| Auxiliar em C&T A-I                         | R\$ 2.547,80        | Auxiliar Técnico 1-I        | R\$ 2.547,80        |
| Assistente em C&T A-I                       | R\$ 3.867,27        | Técnico A-I                 | R\$ 3.867,27        |
| Analista em C&T Junior A-I                  | R\$ 8.082,63        | Tecnologista A - I          | R\$ 8.082,63        |
|   |                     | Pesquisa em C&T             | Remuneração Inicial |
|   |                     | Assistente de Pesquisa A-I  | R\$ 8.082,63        |

\*Fonte: Medida Provisória Nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024

Gráfico 22: Comparativo dos gastos – Despesas com pessoal



\*Fonte: SIAFI GERENCIAL

### Justificativa da variação dos valores referentes às despesas de 2025

**Ativos:** Após análise das despesas pagas no exercício de 2025, verificou-se um aumento de 37% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do ingresso de novos servidores, aumento das remunerações em consonância com a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, bem como contribuições patronais e decisões judiciais.

**Aposentados/Pensionistas:** Em relação às despesas com inativos, registra-se que ocorreu um aumento de 2% nas despesas com pessoal, contudo no âmbito das decisões judiciais e exercício anteriores a redução foi significativa, possivelmente pela transferência da gestão da folha de pagamento de inativos e pensionistas ao órgão originário, ou seja, ao MCom.

Pela mesma razão no que tanges às pensões, identificou-se uma redução de 38% das despesas em todas as categorias de gastos.

### 4.1.4. Capacitação e desenvolvimento

Foram realizadas ações de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais em atendimento às 154 necessidades de desenvolvimento da Administração Central desta Pasta Ministerial apontadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP. Foram capacitados o total de 367 servidores, em 13 ações. As referidas ações foram executadas por meio de contratação de empresas especializadas em educação corporativa e por servidores com pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC.

| COMPETÊNCIA                   | Nº | AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  |
|-------------------------------|----|--|
| TÉCNICA                       | 1  | 20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação  |
|                               | 2  | Curso Básico do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação - Turma 02   |
|                               | 3  | Implantação de Sistema de Informações de Custos no setor público ministrado pela instituição MMP Cursos Capacitação e Treinamentos |
|                               | 4  | 17º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias   |
|                               | 5  | 12º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos   |
|                               | 6  | 5ª Semana Nacional de Administração Orçamentária e Financeira pela ESAFI   |
|                               | 7  | Mentoria em e-Social e Gerenciador de Integrador SIGEPE  |
|                               | 8  | 10º Congresso Brasileiro Elo Consultoria de Licitações e Contratos   |
|                               | 9  | Casa Thomas Jefferson - Programa de Capacitação em Língua Inglesa  |
| COMPORTAMENTAL E DE LIDERANÇA | 10 | Congresso de Excelência em Gestão e Liderança  |
|                               | 11 | Programa de Ambientação e Formação para Novos Servidores   |
|                               | 12 | Palestra-show inovação com bem-estar: criando ambientes produtivos e felizes, estrelada pela Cia. de Comédia Setebelos             |
|                               | 13 | Saúde e Movimento: Emagrecimento Saudável (Workshop de Nutrição)   |

\*Fonte: MCTI

Além disso, foram concedidas 33 (trinta e três) licenças para capacitação e 8 (oito) afastamentos para participação em programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Ademais, no intuito de fortalecer e recompor a força de trabalho das várias unidades do MCTI, foram realizados 7 (sete) processos seletivos, sendo 2 (dois) para concessão de Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – GSISP (níveis médio e superior); 3 (três) para concessão de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE (nível superior); 1 (um) para designação em Função Comissionada Executiva, código FCE 1.07; e 1 (um) para exercício de atividades no MCTI, sem concessão de gratificação ou designação de função comissionada.

#### 4.1.5. Avaliação de desempenho, gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório

Quadro 16: Gratificação de Desempenho, Estágio, Promoção e Progressão Funcional

##### Gratificação de Desempenho

Aplica-se a todos os servidores estatutários da Administração Central. Gratificações: GDACT, GDPGPE, GDACE, GDAIE. Ciclo entre 01/03 a 28/02 do ano subsequente. Aplicam-se a Lei 11.784/2008, Decreto 7.133/2010, Portaria MCTI 4.451/2021. Em junho de 2025 os servidores do PGPE foram removidos para o quadro do MCOM. Em 2025 ingressaram novos servidores por meio do CNU1 e 2.

\* 1. Servidores sem impedimento e sem dispensa avaliativa que pactuaram metas individuais no ciclo; 2. Servidores sem impedimento avaliativo somados com servidores com alguma dispensa avaliativa (ex.: cessão/requisição com gratificação, ocupante de cargo DAS 4, 5 ou 6).



##### Estágio Probatório

Em 2025 ingressaram 107 novos servidores pelo concurso CNU 1 e 2. Até o encerramento de 2024, 3 servidores que não completaram o estágio probatório (1 cedido, 2 afastamentos legais). Em 2021, 4 servidores concluíram o estágio probatório. Em 2023, 6 servidores concluíram o estágio probatório. Em 2024 não houve mudança. Aplicado periodicamente no 10º, 20º e 30º meses contado da data de exercício. Aplicam-se a Lei 8.691/1993, e Portaria 4.372/2021.



##### Promoção e Progressão Funcional

Aplica-se a todos os servidores estatutários das carreiras PGPE e de C&T da Administração Central e Unidades de Pesquisa do MCTI. O período avaliativo ocorre em março e setembro de cada ano (PGPE) e no mês de aniversário de ingresso de cada servidor (C&T). Aplicam-se a Lei 1.357/2006, Decreto 84.669/1980, Resolução CPC 3/1994, MP 2.229-43/2001, Portaria MCTI 668/2014.

\* 1. Servidores que concluíram sua progressão com Conceito 1 (12 meses - Merecimento); 2. Servidores que concluíram sua progressão com Conceito 2 (18 meses - Antiguidade); 3. Processos de progressão C&T analisados da Adm. Central + UPs; 4. Processos de progressão C&T analisados da Adm. Central + MCOM, INSA, INPP, INMA. Em junho de 2025, os servidores do PGPE foram removidos para o quadro do MCOM.



\* Fonte: MCTI

#### 4.1.6. Estratégia de recrutamento

Em relação ao concurso público autorizado em 2023 para o provimento de 814 (oitocentos e quatorze) vagas, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, por meio das Portarias MGI nº 9.727, de 26 de dezembro de 2024, nº 4.410, de 4 de junho de 2025, nº 3.296, de 30 de abril de 2025, e nº 11.343, de 19 de dezembro de 2025, autorizou o provimento de 502 (quinhentos e dois) cargos de Pesquisador e Tecnologista, distribuídos nas 17 (dezesete) Unidades de Pesquisa. Posteriormente, mediante o Anexo IV da Portaria MGI nº 8.376, de 3 de outubro de 2025, retificada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2025, foi autorizado o provimento adicional de mais 105 (cento e cinco) vagas.

No que tange ao cargo de Analista em Ciência e Tecnologia, objeto do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI autorizou o provimento de 296 (duzentos e noventa e seis) vagas, conforme Portaria MGI nº 3.114, de 25 de abril de 2025, e um adicional de mais 40 (quarenta) vagas, consoante Anexo IV da Portaria MGI nº 8.376, de 2025.

Ademais, a Pasta solicitou ao MGI autorização para realização de concurso público, para a Administração Central e Unidades de Pesquisas, para preenchimento de 1.084 (um mil e oitenta e quatro) cargos de nível médio, sendo 550 (quinhentos e cinquenta) de Técnico e 534 (quinhentos e trinta e quatro) de Assistente em Ciência e Tecnologia.

#### 4.1.7. Principais desafios

Corrigir as rejeições geradas no gerenciador integrador do e-social para o correto envio de informações à plataforma do e-social, para recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias;

Formar junta médica e perícias para atendimento dos servidores afastados, em cumprimento à legislação vigente sobre a matéria;

Elaborar e promover ações de desenvolvimento em resposta às demandas apontadas no relatório da pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, aplicada no órgão, e da prevenção do assédio e da discriminação; e atualizar normativos inerentes a área de Gestão de Pessoas.

#### 4.1.8. Ações futuras

Criar UPAG na Unidade de Gestão de Pessoas no Instituto do Semiárido – INSA; Concluir a restituição dos processos referentes ao Inativos e aposentados oriundos do Ministério da Comunicações - MCom; e implementar o dimensionamento da força de trabalho.

## 4.2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.2.1. Recursos orçamentários e financeiros da Administração direta

Para cumprir sua missão institucional, o MCTI conta com uma estrutura administrativa e organizacional composta por secretarias de estado, unidades de pesquisas, autarquias, entidades e empresas vinculadas. Cada uma dessas unidades, no âmbito de suas atribuições específicas, atua para implementar políticas públicas voltadas à promoção do avanço da ciência, tecnologia e inovação, de modo a difundir o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida para sociedade brasileira.

Nos termos do art. 1º do Anexo IV da Portaria 6.582, de 23 de novembro de 2022, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos do MCTI, compete à Secretaria-Executiva, entre outras atribuições:

“VII - orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial e das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais”.

Neste Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2025, a análise concentra-se no orçamento da estrutura regimental do MCTI, especificamente da Unidade Orçamentária 24101 – Administração Direta.

A estrutura orçamentária do Ministério é composta por diferentes unidades administrativas que encontram correspondência com a sua unidade orçamentária específica. Dessa forma, a execução orçamentária ocorre de forma descentralizada, visto que cada unidade orçamentária do MCTI tem relativa autonomia na gestão da dotação a ela consignada, competindo à Secretaria-Executiva, atuando como Órgão Setorial, a consolidação das propostas orçamentárias das diferentes unidades, encaminhamento de pedidos de créditos adicionais, bem como organizar a respectiva distribuição dos limites orçamentários e financeiros.

O orçamento da administração direta do MCTI foi distribuído entre cinco Secretarias, dezessete Unidades de Pesquisa (UPs) e sete Organizações Sociais (OSs).

A Lei Orçamentária de 2025 (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025) consignou, inicialmente, às unidades da administração direta do MCTI dotação orçamentária no total de R\$ 3.167.293.201. Ao longo do exercício, houve cancelamento de dotação de R\$ 322.227.719, de tal forma que o orçamento de 2025 foi redimensionado para R\$ 2.845.065.482.

Os dados analisados excluem os valores recebidos de outros Ministérios por termos de execução descentralizada – TED, mas incluem despesas de pessoal e a reserva de contingência.

Quadro 17: Variação Orçamentária na Administração Direta do MCTI em 2025



Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

Em 2025, da dotação total de R\$ 2.845.065.482,00 foram empenhados R\$ 2.721.476.344,02, liquidados R\$ 2.475.410.604,46 e pagos despesas no montante de R\$ 2.369.480.985,27, valor esse equivalente a 83,28% do autorizado na LOA/2025.

Tabela 20: Execução Orçamentária 2025 - Adm. Direta/ MCTI

| Resumo do Orçamento |                  |                  |                  |                  |
|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Ano 2025            | Lei + Créditos   | Empenho          | Liquidado        | Pago             |
| <b>Total</b>        | 2.845.065.482,00 | 2.721.476.344,02 | 2.475.410.604,46 | 2.369.480.985,27 |

Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

Do montante não executado, no valor de R\$ 123.589.137,98, destacam-se: R\$ 89.612.291,00, referentes à Reserva de Contingência do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, legalmente indisponível para execução; e R\$ 33.548.213,00, relativos a bloqueios decorrentes de contingenciamento orçamentário, conforme limites estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF.

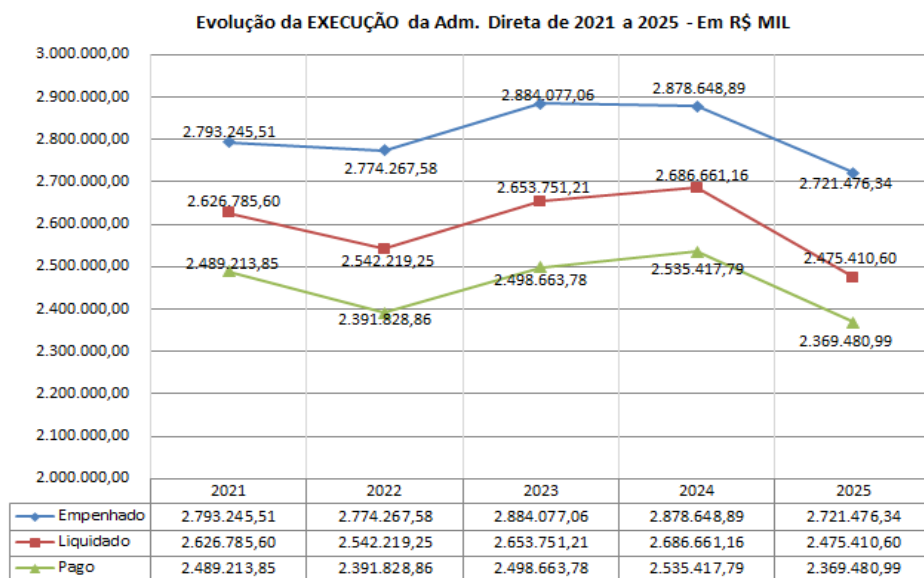
Desconsiderando-se tais valores, observa-se que a execução orçamentária atingiu 99,98% do orçamento efetivamente disponível, evidenciando elevado grau de eficiência na execução dos recursos da administração direta.

#### 4.2.1.1. Evolução histórica da execução orçamentária

A evolução da execução orçamentária do MCTI no período de 2021 a 2025 evidencia o orçamento após mudanças estruturais relevantes. Ressalta-se que, em 2017, foi instituído o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), mantendo-se agregados os orçamentos das áreas de Ciência e Tecnologia e de Comunicações até o exercício de 2020.

A partir de 2021, com a separação ministerial, o orçamento passou a refletir exclusivamente as ações finalísticas do MCTI. Ademais, até meados de 2025, permaneceu pendente a devolução da folha de pagamento de pessoal do Ministério das Comunicações - MCom, o que impactou com uma queda o orçamento da administração direta do MCTI e, conseqüentemente, os níveis de execução evidenciados no período.

Gráfico 23: Evolução da Execução do Orçamento – Adm. Direta



Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

#### 4.2.1.2. Alocação orçamentária - finalidade de recursos

O orçamento de 2025 fixou ao MCTI a dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas: 1) Despesas de pessoal: R\$ 1.906.997.720; 2) Reserva de Contingência: R\$ 89.612.291 na fonte 1113 (Pesquisas, Estudos e Projetos de Tratamento, Beneficiamento e Industrialização de Bens Minerais no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM) arrecadada para o CETEM; 3) Despesas discricionárias: R\$ 699.731.067 gastos relacionados à manutenção do MCTI em suas atividades meio e finalísticas; 4) Despesas de Emendas Individuais Impositivas: R\$ 59.207.001; 5) Despesas de Emendas de Bancada: R\$ 29.400.000; e 6) Despesas Obrigatórias: R\$ 60.117.403 para gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade, Assistência Médica Odontológica e Exames Periódicos).

Quadro 18: Principais despesas do orçamento MCTI 2025



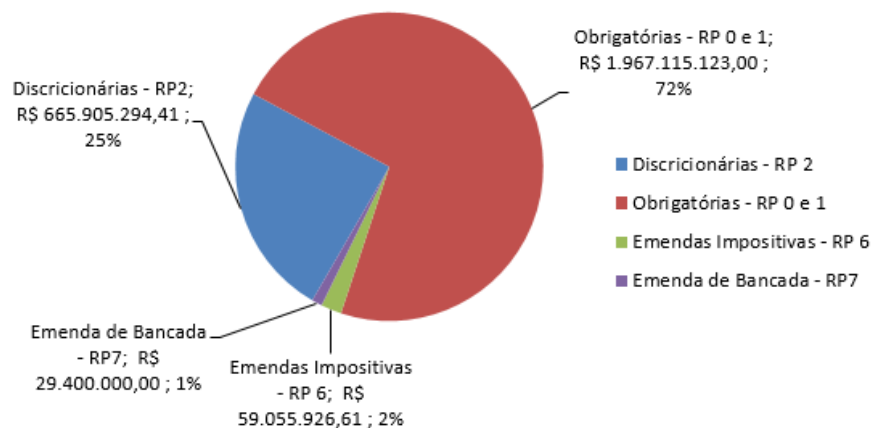
Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

#### 4.2.1.3. Despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O orçamento é composto pelos seguintes tipos de despesa:

- Despesas de pessoal e obrigatórias (RP 0 e 1 – GND 1 e 3): despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do art. 9º, §2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da união. Estão também elencadas na LDO 2025, incluídos os dispêndios com auxílios (auxílios transporte, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade), benefícios, indenizações e ajudas de custo, além das despesas de pessoal e encargos sociais.
- Emendas impositivas (RP 6): A Emenda Constitucional nº 86/2015 tornou obrigatória (impositiva) a execução de emendas parlamentares até o limite de 1,2% da receita corrente líquida. Isso quer dizer que o poder executivo é obrigado a executar a despesa que lhe foi confiada pelo Legislativo, estando desobrigado a executar somente o montante de emendas que ultrapassar o percentual de receita líquida estabelecida na EC.
- Despesas discricionárias (RP 2): nelas incluídas despesas de custeio e investimento, são as despesas que o governo pode ou não executar de acordo com a previsão de receitas. Os cortes realizados no orçamento recaem sobre as despesas discricionárias quando há frustração na arrecadação das receitas para o exercício.
- Emendas de Bancada impositivas (RP 7): A Emenda Constitucional nº 100/2019 tornou obrigatória (impositiva) a execução orçamentária de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.

Gráfico 24: Valores Executados em 2025

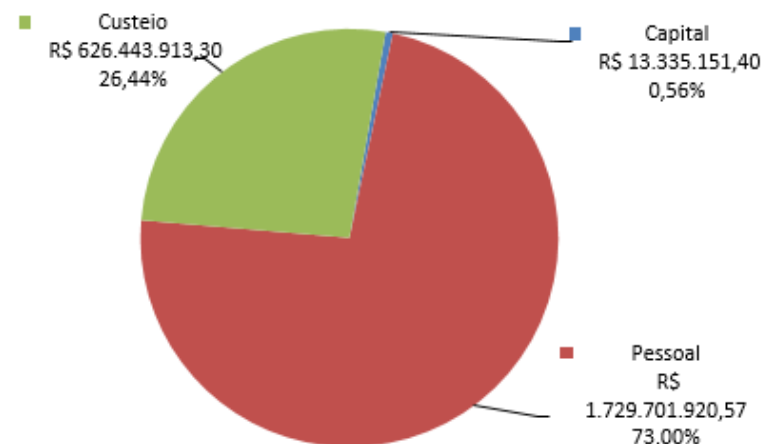


Fonte: Tesouro Gerencial (13/01/2026)

#### 4.2.1.4. Valores pagos pelo MCTI (gastos com custeio, pessoal e investimentos)

- Execução por Grupo e Elemento de Despesa
- Grupo de natureza de despesa: Classe de gasto em que foi realizada a despesa.
- Elementos de despesa: Classificação dos recursos utilizados ou adquiridos.

Gráfico 25: Valores pagos em 2025



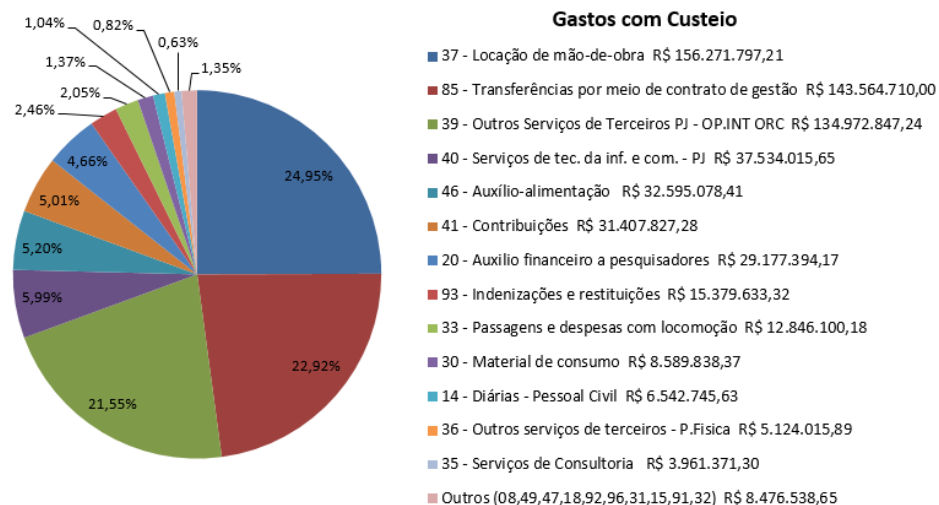
Fonte: Tesouro Gerencial (13/01/2026).

##### a) Custeio

Em 2025, os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações da LOA, totalizaram R\$ 626.443.913,30, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

Registre-se que 24,95 % do montante acima mencionado se referem à Locação de mão-de-obra, identificado no orçamento pelo elemento de despesa 37 (vide a seguir).

Gráfico 26: Gastos com Custeio



Fonte: Tesouro Gerencial (13/01/2026).

### b) Gastos com pessoal

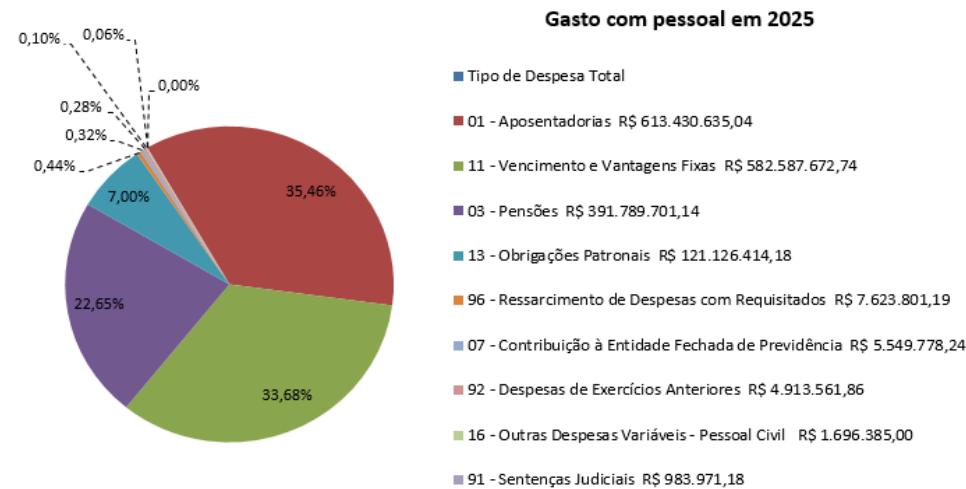
No exercício de 2025, verificou-se redução no montante de despesas com pessoal em relação ao exercício anterior. O total executado em 2025 foi de R\$ 1.729.701.920,57, enquanto em 2024 o dispêndio alcançou R\$ 1.856.928.150,06, o que representa um decréscimo nominal de 6,85%.

No que se refere à composição das despesas, os elementos de despesa 03 (Pensões), 01 (Aposentadorias), 11 (Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil) e foram aqueles que apresentaram as maiores variações no período, refletindo principalmente os efeitos de reajustes, progressões funcionais e da dinâmica da devolução do quadro de pessoal e reduções de despesas de inativo e pensionistas relativas ao Ministério das Comunicações.

### c) Investimentos

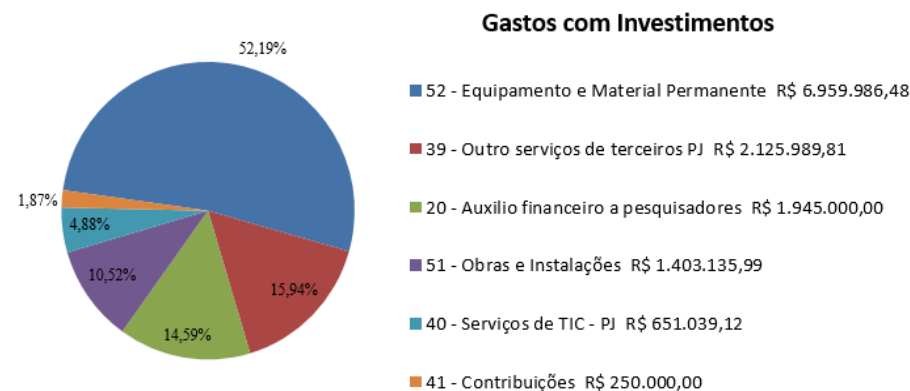
No ano de 2025, os pagamentos de despesas a título de investimentos, da administração direta, alcançaram R\$ 13.335.151,40, contra R\$ 27.117.465,65 em 2024, uma redução de 50,82%. O item com maior pagamento foi referente a equipamentos e material permanente com o valor de R\$ 6.959.986,48.

Gráfico 27: Gasto com pessoal em 2025



Fonte: Tesouro Gerencial (13/01/2026).

Gráfico 28: Gastos com Investimentos



Fonte: Tesouro Gerencial (13/01/2026).

#### 4.2.1.5. Contingenciamento de despesas

No exercício de 2025, o orçamento do MCTI foi impactado por medidas de contingenciamento, implementadas por meio da definição de limites de empenho estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF, controlado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

A diferença apurada entre a dotação orçamentária autorizada e o limite de empenho totalizou R\$ 33.548.212,00 nas despesas discricionárias, acrescido de R\$ 1,00 referente a emenda parlamentar impositiva com registro de impedimento técnico.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das dotações orçamentárias sujeitas ao limite de empenho no exercício de 2025.

Tabela 21: Execução Orçamentária 2025 – Adm. Direta/ MCTI

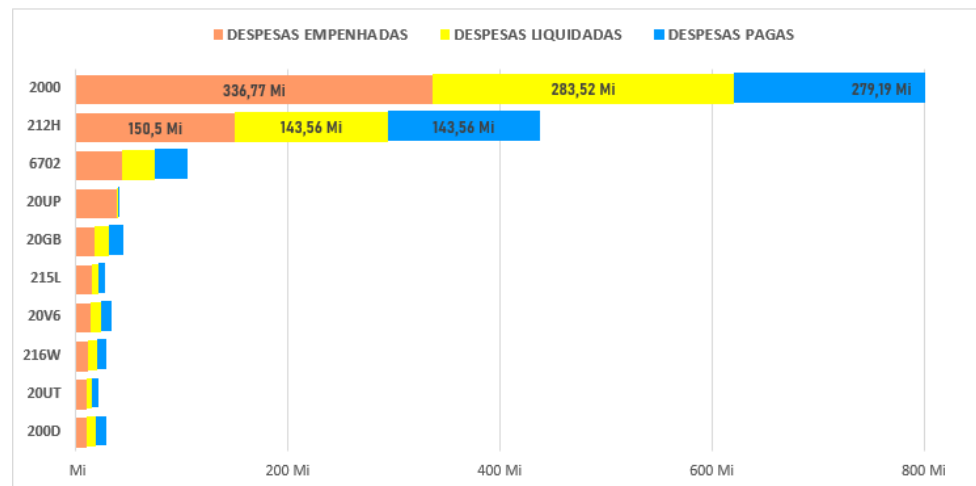
| Orçamento          | Limite de Empenho | Contingenciado | Empenho        | Pago           | % Executado |
|--------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|-------------|
| a                  | b                 | c              | d              | e              | f = d/b     |
| <b>788.338.068</b> | 754.789.855       | 33.548.213     | 754.361.221,02 | 589.544.860,35 | 99,94       |

Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

#### 4.2.1.6. Execução orçamentária das principais ações

O gráfico a seguir contém a classificação das dez ações com maior execução orçamentária em 2025. Por ordem, as ações são: (Ação 2000) Administração da Unidade; (Ação 212H) Contrato de Gestão com Organizações Sociais; (Ação 6702) Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica; (20UP) Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva; (Ação 20GB) Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais; (Ação 215L) Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico; (Ação 20V6) Fomento ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação nas Empresas e nas Cadeias produtivas; (216W) Pesquisa e Desenvolvimento para Estudos de Tempo, Clima, Observação e Modelagem do Sistema Terrestre; (20UT) Promoção da Pesquisa, Desenvolvimento Inovação (PD&I) em tecnologias Digitais; e (Ação 200D) Participação Brasileira em Telescópios Internacionais.

Gráfico 29: Ações com maior execução do orçamento 2025



Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

#### 4.2.1.7. Execução Financeira

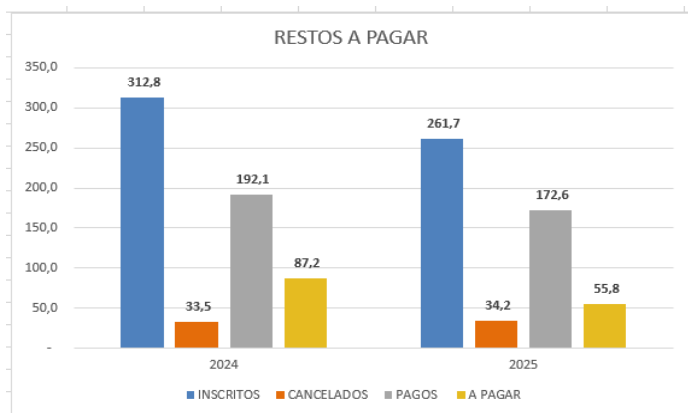
O valor pago referente à dotação de 2025 totalizou R\$ 2.369.480.985,27, dos quais foi direcionado ao pagamento de despesas de pessoal e benefícios o montante de R\$ 1.779.936.124,92.

Em 2025, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou R\$ 172.641.204,29. A tabela a seguir, sintetiza os valores de Restos a Pagar da Administração Direta do MCTI concernentes às despesas discricionárias.

Tabela 22: Restos a pagar – Adm. Direta/ MCTI

| Restos a Pagar | Inscritos      | Cancelados    | Pagos          | A Pagar       |
|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| <b>Total</b>   | 261.689.322,13 | 34.193.531,65 | 172.641.204,29 | 55.757.620,80 |

Gráfico 30: Restos a pagar – Adm. Direta/ MCTI



Fonte: Tesouro Gerencial (13.01.2026)

Em 2025, ressalta-se que houve uma redução de 16,34% no montante inscrito de restos a pagar e ainda teve a redução do saldo a pagar de 36,02%, em relação ao exercício de 2024. Verifica-se ainda uma ampliação no nível de cancelamentos de empenhos no exercício de 2025 em comparação com o exercício de 2024, que representa 2,01% em relação ao montante inscrito no respectivo exercício financeiro.

Em consonância com o § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025 (Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPOF), o MCTI devolveu à Secretaria do Tesouro Nacional, no encerramento do exercício financeiro de 2025, o saldo remanescente de cerca de R\$ 1,7 milhões.

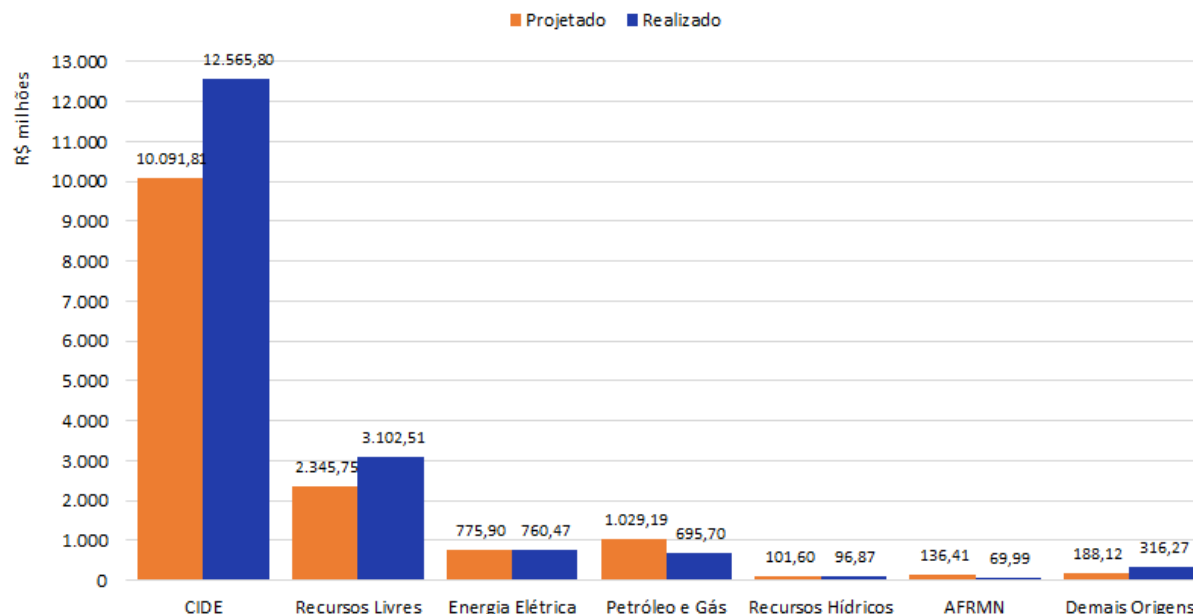
#### 4.2.2. Recursos orçamentários e financeiros do FNDCT

A arrecadação do FNDCT renovou seu recorde histórico e alcançou R\$ 17.607,62 milhões em 2025, valor 5,3% superior ao atingido em 2024 e 20% maior que o projetado na LOA aprovada para o exercício.

#### 4.2.2.1. Informações sobre a realização de receitas do FNDCT

No Gráfico 31 é apresentada a arrecadação realizada por setor de origem, comparada com a projeção de arrecadação que foi a base do referencial monetário para o PLOA 2025.

Gráfico 31: Arrecadação por Setor Realizada x Projetada 2025



Pelo gráfico é possível ver a relevância de cada fonte e aquelas que obtiveram excesso ou frustração na arrecadação. Assim como observado nos anos anteriores recentes, a CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) e os recursos livres (provenientes dos retornos da Finep ao FNDCT) tiveram receitas superiores às projetadas para o período (24,5% e 32,3%, respectivamente), enquanto as maiores frustrações vieram das fontes oriundas dos royalties do petróleo e do Fundo da Marinha Mercante, que representaram 67,6% e 51,3%, respectivamente, dos montantes esperados.

Ao longo de 2025, em função de a execução orçamentária acontecer em um ritmo superior ao da arrecadação realizada até aquele período, tornou-se necessário o remanejamento de R\$ 3,7 bilhões entre os grupos de fontes, com a utilização de recursos provenientes do superávit apurado em 2024. Para as receitas com frustração na arrecadação, houve substituição dessas fontes deficitárias pelas fontes livres superavitárias.

#### 4.2.2.2. Orçamento e execução orçamentária – FNDCT

Mais adiante, na Tabela 25, apresentada no subitem 4.2.2.4, são apresentadas, além da execução orçamentária e financeira, as dotações de cada ação conforme aprovadas na LOA e após os remanejamentos feitos ao longo do exercício, de forma a atender as prioridades definidas pelo Conselho Diretor e a otimizar a execução.

As ações que sofreram maior decréscimo em relação ao que estava planejado inicialmente na LOA foram Subvenção Econômica e Reator Multipropósito Brasileiro, em função de atraso no andamento da execução desses projetos. Por outro lado, as ações de apoio às organizações sociais do MCTI e o CT-Infraestrutura tiveram os maiores acréscimos em relação à LOA inicial.

Por meio das Leis nº 15.184, de 4 de agosto de 2025, e nº 15.318, de 23 de dezembro de 2025, e da Portaria GM/MPO nº 336, de 23 de setembro de 2025, foi aberto um crédito suplementar de R\$ 16,0 bilhões na Ação de Empréstimo do FNDCT para a Finep, valor este que foi totalmente empenhado. Uma parte já foi paga em 2025 (R\$ 1,8 bilhão) e o restante será pago nos exercícios seguintes.

#### Execução orçamentária

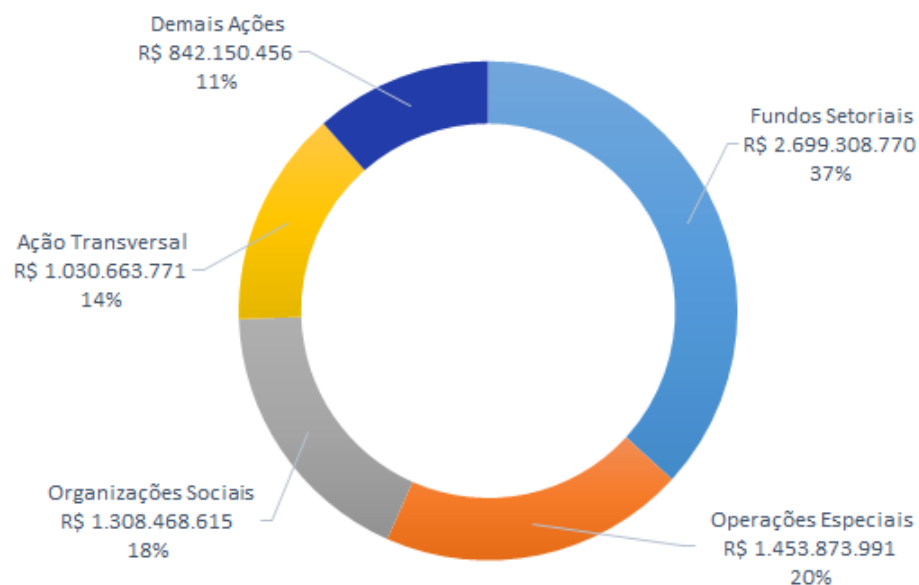
Com o maior volume de recursos já disponibilizados, o orçamento do FNDCT foi integralmente executado em 2025. O montante empenhado e descentralizado atingiu R\$ 7.334,46 milhões. O gráfico 32 apresenta o total de orçamento utilizado por grupos de ações orçamentárias.

O maior montante orçamentário foi empenhado para os projetos de ICTs, fundações e universidades, com 62% do total. Também tiveram destaque as ações voltadas às empresas (grupo das Operações Especiais), com empenho de 20% do total. Por fim, as organizações sociais ligadas ao MCTI receberam 18% do orçamento total de 2025 para aplicação em projetos.

Sob a ótica do PAI 2025 aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT, a demanda levantada dos recursos não reembolsáveis, no início do ano, ficou assim distribuída:

- R\$ 2.750,1 milhões para a carteira contratada diretamente pela Finep, incluindo os compromissos do CNPq e das Oss;
- R\$ 3.234,7 milhões para a carteira selecionada em contratação e a contratar, incluindo os compromissos do CNPq e das Oss;
- R\$ 212,6 milhões em taxa de administração e despesas operacionais.

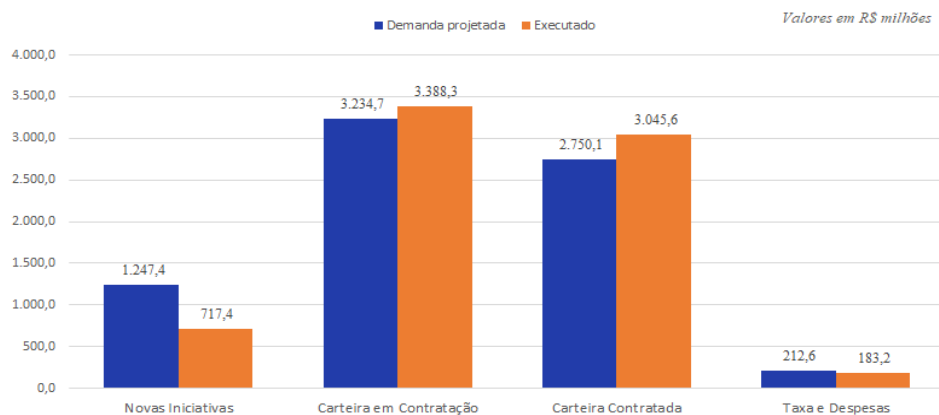
Gráfico 32: Orçamento Utilizado do FNDCT 2025 por Grupo de Ações (UG 240901)



Ao longo de 2025, foram aprovadas iniciativas que comprometeram R\$ 1.247,4 no próprio exercício, totalizando assim o montante de R\$ 7.444,77 milhões em compromissos orçamentários previstos no ano.

A execução orçamentária, em comparação com a necessidade projetada, está demonstrada no gráfico 33. Foram atendidos 110,7% da demanda da carteira contratada, 104,7% da demanda da carteira em contratação e 57,5% da demanda das novas iniciativas. Na carteira de projetos já existentes houve, então, uma necessidade orçamentária superior ao montante previsto no início do ano, o que demonstra um ritmo mais rápido na execução física dos projetos e um índice menor de frustração. Como não houve possibilidade de suplementação no orçamento não reembolsável do FNDCT, esse acréscimo teve que ser compensado por um decréscimo de igual valor nas novas iniciativas programadas originalmente para 2025.

Gráfico 33: Execução Orçamentária do PAI 2025



Já sob o ponto de vista dos Programas de Investimentos, a execução orçamentária performou conforme apresentado na tabela abaixo. No total, o valor executado nos programas corresponde a 13,2% do orçamento global aprovado para o período de 2025 a 2029.

Tabela 23: Orçamento Utilizado do FNDCT 2025 por Programa de Investimentos

| Programa                              | Orçamento Utilizado (R\$ mil) |
|---------------------------------------|-------------------------------|
| P1 – Pró-Infra                        | 2.417.925,38                  |
| P2 – Mais Inovação                    | 1.697.655,66                  |
| P3 – Conecta e Capacita Brasil        | 262.853,61                    |
| P4 – Pró-Amazônia                     | 163.851,28                    |
| P5 – Conhecimento Brasil              | 148.648,90                    |
| P6 – Política com Ciência             | 115.164,04                    |
| P7 – Identidade Brasil                | 489.907,08                    |
| P8 – Projetos Estratégicos Nacionais  | 523.000,00                    |
| P9 – Defesa                           | 84.416,38                     |
| P10 – Segurança Alimentar             | 211.867,79                    |
| P11 – IA Brasil                       | 225.825,43                    |
| P12 – SOS Clima Brasil                | 10.100,00                     |
| <b>Subtotal</b>                       | <b>6.351.215,55</b>           |
| Carteira prévia aos Programas         | 524.754,31                    |
| Equalização e Participação no capital | 275.287,95                    |
| Taxa de adm. E despesas operacionais  | 183.207,79                    |
| <b>TOTAL</b>                          | <b>7.334.465,60</b>           |

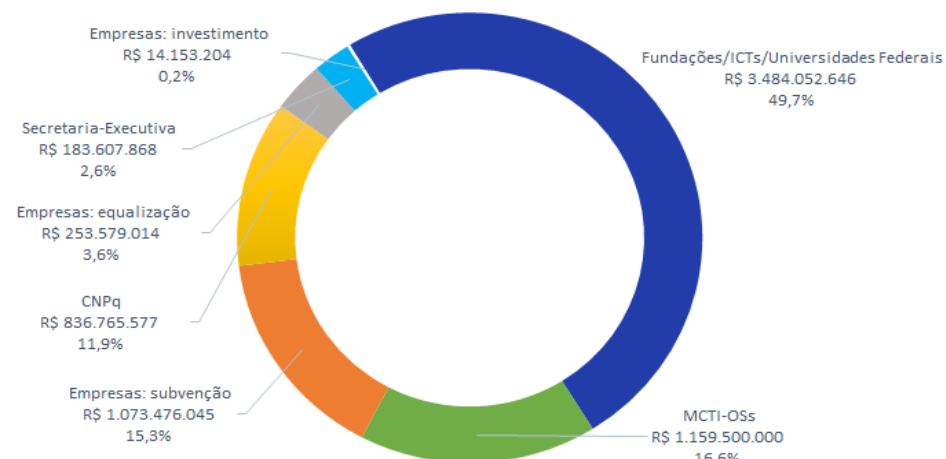
#### 4.2.2.3. Execução financeira e dos restos a pagar do FNDCT

A exemplo da execução orçamentária, o total de pagamentos não reembolsáveis efetuados em 2025 atingiu o maior patamar da história, representando um total de R\$ 7.005,13 milhões, dos quais R\$ 1.535,48 foram originados de empenhos inscritos em restos a pagar. O montante pago é igual ao limite financeiro disponibilizado para o FNDCT. Durante o exercício também foram pagos R\$ 9,14 bilhões a título de empréstimo à Finep.

O gráfico a seguir detalha os pagamentos totais por natureza da instituição beneficiária. Do montante aplicado de recursos não reembolsáveis, 49,7% foram destinados ao pagamento de convênios com fundações, universidades e ICTs, contemplando 627 instrumentos. Cerca de 15,3% foram aplicados em subvenção econômica, abrangendo 354 contratos. 11,9% foram repassados ao CNPq para o pagamento de bolsas e ações de fomento, abarcando 69 TEDs. Outros 16,6% foram utilizados para repassar recursos a 14 TEDs firmados com o MCTI para apoio a organizações sociais que mantêm contratos de gestão com o Ministério. Além disso, 3,6% do total não reembolsável beneficiaram 609 contratos reembolsáveis com a equalização de taxa de juros.

Ocorreram também dispêndios com as taxas de administração de janeiro a dezembro; com o ressarcimento de despesas operacionais de novembro de 2024 a outubro de 2025, além da participação em 11 fundos de investimento no capital de empresas inovadoras.

Gráfico 34: Pagamentos Realizados por Tipo de Instituição Favorecida



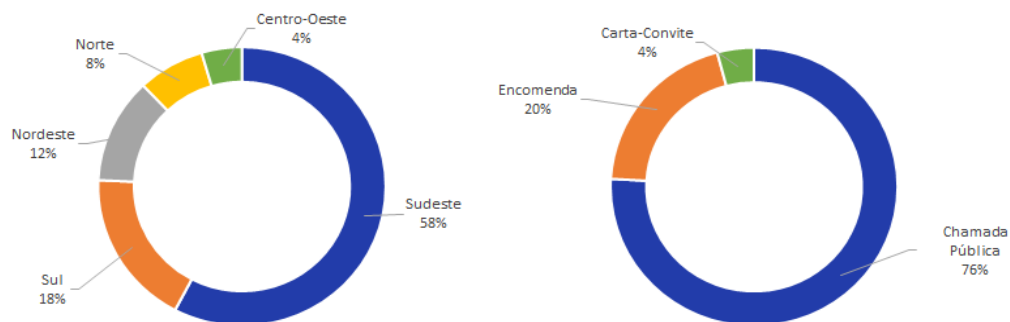
As iniciativas que receberam os maiores volumes de recursos financeiros (acima de R\$ 200 milhões) em 2025, que representam 47% dos pagamentos totais realizados, estão demonstradas na tabela 24, a seguir.

*Tabela 24: Maiores Aplicações por Iniciativa*

| Iniciativa e Programa                                     | Nº de projetos | Valor pago (R\$) |
|---|----------------|------------------|
| Chamada Pública Recuperação de Parques Laboratoriais (P1) | 105            | 689.651.067,75   |
| Chamada Pública Centros Temáticos 2023 (P1)               | 61             | 684.317.403,62   |
| Chamada Pública Mais Inovação Saúde ICTs (P2)             | 46             | 406.405.694,14   |
| Chamada Pública Expansão de Parques Laboratoriais (P1)    | 54             | 324.497.171,12   |
| CNPEM - Projeto Órion NB4 (P8)                            | 1              | 300.000.000,00   |
| Chamada Pública Preservação Acervos Científicos (P7)      | 46             | 233.882.929,94   |
| Chamada Pública Preservação Acervos Históricos (P7)       | 56             | 232.589.289,76   |
| Acelerador de Partículas Sirius - Fase 2 (P8)             | 1              | 223.000.000,00   |
| EMBRAPII (P2)   | 1              | 220.000.000,00   |

Nos gráficos abaixo está demonstrada a aplicação dos recursos por região e pelo instrumento de seleção dos projetos. No primeiro gráfico, não estão incluídas as transferências para Embrapii e RNP nem os pagamentos de bolsas no exterior pelo CNPq, da taxa de administração, do ressarcimento das despesas operacionais e das integralizações de cota de participação no capital de empresas. Já no segundo, não foram considerados os pagamentos de equalização, participação no capital, taxa de administração e despesas operacionais.

*Gráfico 35: Pagamentos por Região e por Instrumento de Seleção*



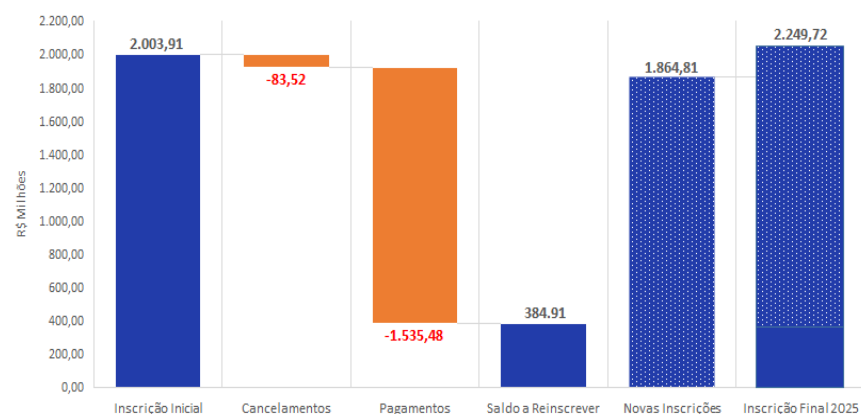
## Execução dos restos a pagar

No encerramento do exercício de 2024, foram inscritos R\$ 2.006,0 milhões em restos a pagar, dos quais R\$ 2.003,9 permaneceram registrados no início de 2025. No decorrer do ano, R\$ 83,5 milhões em inscrições foram cancelados – principalmente em função do cancelamento de empenhos feitos pelo CNPq no exercício anterior –, resultando em um montante final líquido de R\$ 1.920,4 milhões inscritos em 2025.

Desse total, R\$ 1.434,7 milhões correspondem a empenhos emitidos em 2023 (R\$ 128,2 milhões) e 2024 (R\$ 1.306,5 milhões), enquanto R\$ 485,7 milhões referem-se às descentralizações orçamentárias efetuadas para a Unidade Gestora do CNPq. No mesmo período, foram pagos R\$ 1.535,5 milhões, restando um saldo de R\$ 384,9 milhões a pagar.

Como R\$ 1.864,8 milhões referentes a empenhos realizados em 2025 não foram pagos ao longo do exercício, o valor a ser inscrito em Restos a Pagar para 2026 será composto por esse montante acrescido do saldo de restos não quitados em 2025 (deduzidos eventuais cancelamentos), totalizando R\$ 2.249,7 milhões. O gráfico a seguir mostra a movimentação dos RPs ao longo do ano.

*Gráfico 36: Execução dos Restos a Pagar*



#### 4.2.2.4. Resumo da execução (por ação orçamentária)

Tabela 25: Execução Orçamentária e Financeira por Ação

Posição em 31/12/25

Valores em R\$

| Discriminação                                 | Orçamento Aprovado (Inicial) | Remanejamentos        | Orçamento Autorizado (Final) | Orçamento Utilizado   | Saldo Orçamento | Pagamento do Ano      | Pagamento de Restos  | Pagamento Total       |
|---|------------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Fundos Setoriais</b>                       | <b>2.421.635.054</b>         | <b>277.673.723</b>    | <b>2.699.308.777</b>         | <b>2.699.308.770</b>  | <b>7</b>        | <b>1.844.292.484</b>  | <b>1.013.386.854</b> | <b>2.857.679.338</b>  |
| Aeronáutico                                   | 3.424.655                    | -                     | 3.424.655                    | 3.424.655             | -               | 742.147               | 20.960.125           | 21.702.272            |
| Agronegócio                                   | 149.816.376                  | -                     | 149.816.376                  | 149.816.376           | -               | 67.872.591            | 3.257.345            | 71.129.937            |
| Amazônia                                      | 8.000.000                    | (2.023.708)           | 5.976.292                    | 5.976.290             | 2,0             | 1.906.524             | 6.871.696            | 8.778.220             |
| Biotecnologia                                 | 31.005.000                   | (9.372.197)           | 21.632.803                   | 21.632.802            | 1,1             | 21.126.219            | 87.217.599           | 108.343.818           |
| Energia Elétrica                              | 15.000.000                   | (4.410.225)           | 10.589.775                   | 10.589.773            | 1,6             | 3.406.014             | 10.632.563           | 14.038.578            |
| Espacial                                      | 3.096.952                    | 4.641.653             | 7.738.605                    | 7.738.605             | 0,4             | 7.397.491             | 25.201.755           | 32.599.247            |
| Informática                                   | 8.468.976                    | -                     | 8.468.976                    | 8.468.976             | 0,2             | 4.819.350             | 208.070              | 5.027.420             |
| Infra-estrutura                               | 1.723.218.140                | 324.125.170           | 2.047.343.310                | 2.047.343.310         | 0,4             | 1.409.868.247         | 739.245.732          | 2.149.113.979         |
| Petróleo                                      | 40.000.000                   | 1.461.155             | 41.461.155                   | 41.461.154            | 0,6             | 38.157.901            | 11.836.580           | 49.994.481            |
| Recursos Hídricos                             | 3.176.889                    | (907.647)             | 2.269.242                    | 2.269.242             | 0,2             | 1.176.898             | 1.009.918            | 2.186.816             |
| Saúde   | 291.836.578                  | (28.507.098)          | 263.329.480                  | 263.329.480           | -               | 240.331.027           | 44.312.307           | 284.643.334           |
| Setor Mineral                                 | 1.000.000                    | -                     | 1.000.000                    | 1.000.000             | -               | -                     | 4.032.332            | 4.032.332             |
| Transportes                                   | 2.000.000                    | 10.483                | 2.010.483                    | 2.010.483             | 0,3             | 1.983.456             | -                    | 1.983.456             |
| Transportes Aquaviários                       | 10.108.250                   | -                     | 10.108.250                   | 10.108.250            | 0,1             | 581.636               | 1.768.713            | 2.350.349             |
| Verde-Amarelo                                 | 131.483.238                  | (7.343.863)           | 124.139.375                  | 124.139.375           | -               | 44.922.983            | 56.832.118           | 101.755.101           |
| <b>Ação Transversal</b>                       | <b>875.470.216</b>           | <b>155.193.555</b>    | <b>1.030.663.771</b>         | <b>1.030.663.771</b>  | <b>-</b>        | <b>773.745.176</b>    | <b>36.452.867</b>    | <b>810.198.044</b>    |
| Fomento a P&D                                 | 875.470.216                  | 155.193.555           | 1.030.663.771                | 1.030.663.771         | -               | 773.745.176           | 36.452.867           | 810.198.044           |
| <b>Operações Especiais</b>                    | <b>2.194.083.916</b>         | <b>(740.209.925)</b>  | <b>1.453.873.991</b>         | <b>1.453.873.991</b>  | <b>-</b>        | <b>1.117.815.490</b>  | <b>223.392.774</b>   | <b>1.341.208.263</b>  |
| Equalização                                   | 266.926.115                  | -                     | 266.926.115                  | 266.926.115           | -               | 244.290.883           | 9.288.131            | 253.579.014           |
| Participação no Capital                       | 36.740.000                   | (22.909.133)          | 13.830.867                   | 13.830.867            | -               | 6.656.962             | 7.496.242            | 14.153.204            |
| Subvenção                                     | 1.890.417.801                | (717.300.792)         | 1.173.117.009                | 1.173.117.009         | -               | 866.867.645           | 206.608.400          | 1.073.476.045         |
| <b>Demais Ações</b>                           | <b>1.043.676.424</b>         | <b>(201.525.968)</b>  | <b>842.150.456</b>           | <b>842.150.456</b>    | <b>-</b>        | <b>574.297.624</b>    | <b>262.251.086</b>   | <b>836.548.710</b>    |
| Projetos Institucionais de C&T                | 561.988.634                  | 96.954.032            | 658.942.666                  | 658.942.666           | -               | 396.596.710           | 256.344.132          | 652.940.842           |
| Reator Multipropósito                         | 300.000.000                  | (300.000.000)         | -                            | -                     | -               | -                     | -                    | -                     |
| Despesas Operacionais e Taxa de Administração | 181.687.790                  | 1.520.000             | 183.207.790                  | 183.207.790           | -               | 177.700.914           | 5.906.954            | 183.607.868           |
| <b>Organizações Sociais - OSs</b>             | <b>799.600.000</b>           | <b>508.868.615</b>    | <b>1.308.468.615</b>         | <b>1.308.468.615</b>  | <b>-</b>        | <b>1.159.500.000</b>  | <b>-</b>             | <b>1.159.500.000</b>  |
| IMPA  | 132.300.000                  | -                     | 132.300.000                  | 132.300.000           | -               | 132.300.000           | -                    | 132.300.000           |
| CNPEM   | -                            | 120.183.979           | 120.183.979                  | 120.183.979           | -               | 56.100.000            | -                    | 56.100.000            |
| CGEE  | -                            | 5.000.000             | 5.000.000                    | 5.000.000             | -               | 5.000.000             | -                    | 5.000.000             |
| RNP   | -                            | 143.684.636           | 143.684.636                  | 143.684.636           | -               | 58.800.000            | -                    | 58.800.000            |
| EMBRAPII                                      | -                            | 240.000.000           | 240.000.000                  | 240.000.000           | -               | 240.000.000           | -                    | 240.000.000           |
| Sírius  | 223.000.000                  | -                     | 223.000.000                  | 223.000.000           | -               | 223.000.000           | -                    | 223.000.000           |
| Infovias                                      | 144.300.000                  | -                     | 144.300.000                  | 144.300.000           | -               | 144.300.000           | -                    | 144.300.000           |
| LNNC  | 300.000.000                  | -                     | 300.000.000                  | 300.000.000           | -               | 300.000.000           | -                    | 300.000.000           |
| <b>TOTAL NÃO REEMBOLSÁVEL (UO 24901)</b>      | <b>7.334.465.610</b>         | <b>-</b>              | <b>7.334.465.610</b>         | <b>7.334.465.603</b>  | <b>7</b>        | <b>5.469.650.774</b>  | <b>1.535.483.582</b> | <b>7.005.134.355</b>  |
| <b>TOTAL REEMBOLSÁVEL (UO 74910)</b>          | <b>7.334.389.513</b>         | <b>16.000.000.000</b> | <b>23.334.389.513</b>        | <b>23.334.389.513</b> | <b>-</b>        | <b>9.146.210.036</b>  | <b>-</b>             | <b>9.146.210.036</b>  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                            | <b>14.668.855.123</b>        | <b>16.000.000.000</b> | <b>30.668.855.123</b>        | <b>30.668.855.116</b> | <b>7</b>        | <b>14.615.860.810</b> | <b>1.535.483.582</b> | <b>16.151.344.391</b> |

### 4.3. Gestão da Tecnologia da Informação

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do MCTI está alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do Órgão e tem como principal instância o Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados (CGSD), instituído por meio da [Portaria MCTI nº 9.325, de 22 de agosto de 2025](#).

Em 2025, buscou-se assegurar e manter a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação (TI), alinhada às diretrizes e normas disciplinadas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle interno e externo. Para tanto, a CGTI atuou em consonância com seu Regimento Interno e observância com os normativos promulgados pelo órgão central do [Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal \(SISP\)](#) e pela [Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República \(GSI/PR\)](#).

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, publicados por meio das Resoluções CGD/MCTI nº 1 e nº 2, de 29 de janeiro de 2025, são instrumentos cruciais para a melhoria de seus serviços e soluções de TIC, bem como aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade, licitações, gestão e fiscalização de contratos e foram revisados ao final de 2025, de modo que os objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação fossem alinhados ao novo Planejamento Estratégico do MCTI (PEI), publicado por meio da [Portaria MCTI nº 9.240, de 07.07.2025](#).

Por fim, quanto ao gerenciamento de serviços de TI manteve-se sua execução de forma eficiente por meio da solução CitSMART; seguindo as boas práticas de gerenciamento de serviços previstas pelo framework ITIL (Information Technology Infrastructure Library), garantindo, assim, que os serviços de TI sejam gerenciados de forma eficiente e alinhada com as necessidades do negócio.

#### 4.3.1. Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério tinha como instâncias dois comitês com integrantes distintos: um que tratava de Governança Digital e outro de questões relacionadas à Segurança da Informação. Por dificuldades operacionais na manutenção dos dois comitês e no intuito de aperfeiçoar o modelo de governança de TI do Ministério foi criado, por meio da [Portaria MCTI nº 9.325, de 22 de agosto de 2025](#), um novo comitê – o Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados (CGSD) - que passou a tratar de forma integrada sobre as temáticas Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados.

Ademais, para o cumprimento de suas metas e alcance dos seus objetivos, o MCTI utiliza-se de planos que orientam os projetos, serviços, sistemas e operações de TI. Nesse sentido, destacam-se os seguintes instrumentos aprovados pelo CGSD na última reunião ordinária realizada em dezembro de 2025: o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) versão 2.0; e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) versão 2.0. Este último é o instrumento de gestão que direciona os esforços relacionados à TI do MCTI, definindo iniciativas, projetos e planos de ação para 2026, em atenção às iniciativas estratégicas definidas no PETIC.

#### 4.3.2. Montante de recursos aplicados em TI

Para fazer frente aos desafios impostos à área de TI desta Pasta, em 2025 foi disponibilizado o montante de R\$ 19.267.392,00 (LOA + Créditos - Contingenciado), sendo R\$ 15.521.799,88 em despesas empenhadas de Custeio e R\$ 3.745.592,00 em despesas empenhadas de Capital.

O orçamento de TI para 2025, no valor de R\$ 19.267.392,00, representa uma redução de 19,18% em comparação ao orçamento de 2024, que totalizou R\$ 23.840.916,00.

#### 4.3.3. Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor

Em 2025, iniciaram-se estudos para voltar a tornar a TI estratégica, amenizando os impactos da reestruturação para a TIC realizadas por meio do [Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023](#), que extinguiu o então Departamento de Tecnologia da Informação e Governança de Dados (DTIG), unidade que centralizava as atividades relacionadas à tecnologia da informação no âmbito do MCTI e voltou a tornar a TI uma Coordenação Geral (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI), vinculada à SPOA. Importante destacar a significativa redução orçamentária em relação aos últimos dois anos e mesmo com uma defasagem no quadro de pessoal de TIC, a CGTI tem envidado esforços para aprimorar seus processos de trabalho, modernizar sua infraestrutura de TIC, manter a conformidade de TIC com a legislação vigente e apoiar as áreas de negócio do MCTI no desenvolvimento de soluções digitais.

Referente aos processos de suporte da Cadeia de Valor Integrada da Rede MCTI, iniciativas foram conduzidas em 2025, conforme listadas na tabela a seguir:

Quadro 19: Principais iniciativas e resultados da área de TIC

| Cadeia de Valor   |   |
|---|---|
| Macroprocesso de Suporte: Gestão de Tecnologia da Informação                    |   |
| Principais iniciativas  | Principais resultados (benefícios e impactos)   |
| Unificação dos comitês de governança de TI, segurança da informação e dados     | Criação do Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados (CGSD), instituído por meio da Portaria MCTI nº 9.325, de 22 de agosto de 2025.  |
| Publicação do PETIC e do PDTIC que terão vigência de 2025 a 2027                | A Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019, atualizada pela Portaria SGD/ME nº 18.152, de 4 de agosto de 2020, define que todo órgão integrante do SISP deve elaborar o planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para que haja um alinhamento entre as estratégias organizacionais e os planos de TIC. O PETIC foi publicado por meio da Resolução CGD/MCTI nº 01/2025 e o PDTIC foi publicado por intermédio da Resolução CGD/MCTI Nº 02/2025. A publicação das versões 2.0 do PETIC e PDTIC ocorrerão em 2026.                |
| Monitoramento do PETIC e do PDTIC 2025-2027                                     | Realizado acompanhamento das entregas previstas, bem como publicidade dos resultados obtidos ao pelo Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados (CGSD).  |
| Desenvolvimento de painéis gerenciais   | Ao longo de 2025 foram desenvolvidos 40 (quarenta) painéis gerenciais de BI (Business Intelligence) que apoiam à tomada de decisões por parte dos gestores e fiscais de contratos.  |
| Aquisição do parque tecnológico de notebooks e desktops                         | Atualização do parque computacional do MCTI com o recebimento de 110 notebooks. Conclusão da adesão à ata de contrato de aquisição de desktops para a atualização dos equipamentos disponíveis no MCTI. Foram adquiridos, solicitados e pagos 788 equipamentos, iniciando a distribuição e atualização dos equipamentos a partir de novembro/2025.  |
| Contratação de serviços de suporte técnico de firewalls                         | Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de garantia, suporte e manutenção da solução de segurança de firewall já existente, bem como atualização dos códigos de autorização e upgrade dos softwares vinculados a esses equipamentos. Esses equipamentos de rede são fundamentais para a segurança das informações uma vez que estabelecem uma barreira entre a estrutura do Ministério e a Internet.  |
| Contratação de equipamentos e serviços de hiperconvergência e solução de backup | Aquisição de solução de infraestrutura de tecnologia composta de SDS (Software defined storage), virtualizador, gerenciador de containers e solução de proteção de dados (backup/restore), bem como de suporte especializado, permitindo ao MCTI a gestão de continuidade de negócios, que reúne estratégias, procedimentos, ações preventivas e de recuperação que mitigam o impacto de eventuais desastres, falhas de segurança ou funcionamento e situações inesperadas, e que assegurem à organização, no mínimo, condições básicas de funcionamento. |
| Aprimoramento da intranet: MCTI Conectado                                       | Avanço no projeto do MCTI Conectado criando o espaço dedicado a informações relativas à tecnologia da informação com contatos, normativos, orientações e guias práticos para uso dos usuários internos no dia a dia.  |
| Apoio à Lei de Informática  | A modernização do sistema proporcionou melhorias no processo de incentivos fiscais para empresas, atração de investimentos, competitividade e desenvolvimento tecnológico. Em 2025 foi entregue o módulo de credenciamento de instituições SIGCATI, permitindo credenciamento de  |

| Cadeia de Valor  |  |
|--|--|
| Macroprocesso de Suporte: Gestão de Tecnologia da Informação     |  |
| Principais iniciativas   | Principais resultados (benefícios e impactos)  |
|  | instituições – SIGCATI, permitindo a automação das etapas iniciais deste credenciamento, evoluindo todo o processo de gestão das instituições de ensino e ciência e tecnologia, de forma a integrar ao sistema de gestão da Lei de Informática – SIGPLANI.   |
| Apoio à Lei do Bem   | Foram entregues em 2025 melhorias no sistema de apoio ao preenchimento do formulário de Benefícios da Lei do Bem – FORMPD, além de evoluções sistêmicas de apoio à análise e melhorias principalmente dos processos das etapas recursais. Complementarmente, os encontros presenciais foram acompanhados e dado suporte tecnológico para a realização das atividades no âmbito do MCTI.  |
| Apoio a Bens Sensíveis   | Em 2025, foi entregue o desenvolvimento do sistema SACBS, destinado a apoiar a análise das Licenças de Importação e Exportação de bens sensíveis que necessitam de avaliação e autorização pelo MCTI. O sistema integra-se ao SISCOMEX (Sistema Integrado de Comércio Exterior), realizando a importação dos dados das LPCOs (Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos). Com isso, o SACBS possibilita ao MCTI um controle detalhado das informações, contribuindo significativamente para a otimização, padronização e maior eficiência dos processos de análise dessas licenças. |
| Conclusão da licitação para contratação de serviços de impressão | Conclusão do processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de outsourcing de impressão na modalidade franquia mais excedente com fornecimento e disponibilidade dos equipamentos, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva com suporte on-site, substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, fornecimento de insumos originais ou certificados pelo fabricante (exceto papel) e disponibilização de sistema de gerenciamento de ativos e contabilização de páginas impressas.   |
| Contratação de nova fábrica de software                          | Realizada a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção (preventiva, adaptativa e corretiva) dos sistemas de informação do MCTI.   |

#### 4.3.4. Segurança da Informação

O Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados - CGSD assume papel importante no assessoramento à Secretaria-Executiva nas ações vinculadas à Segurança da Informação (SI). Nesse sentido, cabe destacar que o CGSD, com apoio da CGTI, realizou uma série de iniciativas vinculadas à SI, tais como: revisão da Política de Segurança da Informação – PSI (Portaria MCTI nº 9.609, de 14 de novembro de 2025) e aprovação de normas complementares à PSI (retenção e recuperação de dados, gestão de vulnerabilidades, controle de acesso, provedor de serviços e registro de log de auditoria).

A CGTI, por sua vez, teve atuação marcante na área de segurança da informação, com destaque para o apoio na execução do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI 1.0; estabelecimento de parceria com a RNP para implantação do Centro de Operação de Segurança (SOC - Security Operations Center), que consiste no monitoramento e fornecimento de informações referentes aos possíveis ataques de negação de serviços distribuídos (DDoS) e a consequente mitigação dos ataques cibernéticos; e a contratação de serviços e equipamentos de hiperconvergência (storage, virtualização e gerenciamento de containers) e de firewalls que visam aprimorar a infraestrutura de segurança da informação do Ministério.

## 4.4. GESTÃO DE CUSTOS, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE

### 4.4.1. Patrimônio e Infraestrutura

- **Conformidade legal:** a conformidade da Gestão Patrimonial do Órgão decorreu, sobretudo, da observância às diretrizes e aos procedimentos estabelecidos no Decreto nº 9.373/18 e suas alterações, na Instrução Normativa nº 205/88, na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 11/2018, além das demais normas correlatas.
- **Principais investimentos de Capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos:** os investimentos em bens de capital realizados no exercício de 2025 foram direcionados à promoção da eficiência operacional, à otimização dos espaços físicos e ao aprimoramento da infraestrutura e logística, observando critérios de planejamento, economicidade e alinhamento estratégico. Dentre as principais ações, destacam-se:

Em 2025, o MCTI, por intermédio da UG 240101, aplicou o montante de R\$ 173.310,45 (cento e setenta e três mil, trezentos e dez reais e quarenta e cinco centavos) na aquisição de materiais permanentes, incluindo equipamentos de áudio e vídeo, aparelhos e utensílios domésticos e mobiliário geral. As aquisições foram devidamente planejadas e registradas no Plano de Contratações Anual (PCA-2025), em estrita conformidade à Portaria SEXEC/MCTI nº 8.970/2025. Tais investimentos contribuíram de forma significativa para a manutenção do padrão de qualidade e para a elevação do nível de satisfação dos serviços de logística prestados pela Unidade.

Paralelamente, os gastos com materiais de consumo (custeio) totalizaram R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), assegurando o suporte necessário às atividades rotineiras e à continuidade dos serviços administrativos.

Ainda no exercício de 2025, a aquisição de equipamentos de copa e eletroeletrônicos foi pautada pelo princípio da eficiência, economicidade e sustentabilidade. A substituição de itens obsoletos visou à redução de custos com manutenção corretiva e ao atendimento de metas de sustentabilidade, como o consumo energético. Sob o prisma estratégico, tais investimentos contribuíram para o Objetivo Estratégico PTD 2025-2027, assegurando condições adequadas de trabalho, suporte tecnológico necessário para a continuidade das atividades administrativas e o bem-estar do corpo funcional.

- **Desfazimento de ativos:** no exercício de 2025, o MCTI, concluiu 6 (seis) processos de desfazimento de bens móveis permanentes, realizados nas modalidades de doação, transferência e cessão. Entre estes, destacam-se dois processos relativos a bens remanescentes de convênios.

O valor total dos ativos desincorporados alcançou R\$ 3.506.123,29 (três milhões, quinhentos e seis mil, cento e vinte e três reais e vinte e nove centavos), conforme registros constantes no Sistema de Controle Patrimonial – CITsmart e no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, assegurando transparência, rastreabilidade e adequada destinação dos bens públicos.

- **Locações de imóveis e equipamentos:** registra-se que o MCTI não possui imóveis locados de terceiros. No entanto, ressalta-se que o MCTI utiliza imóvel pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq por meio de Termo de Cessão de Uso Não Oneroso. O imóvel se localiza na SEP 507, Bloco B, Asa Norte, em Brasília/DF.
- **Mudanças e desmobilizações relevantes:** Não houve desmobilizações relevantes.

### 4.4.2. Licitações e Contratos

Esta seção abordará sobre as seguintes temáticas: Gestão e Plano de Contratações do PCA; procedimentos licitatórios, contratações diretas e as principais contratações relevantes efetivadas em 2025.

#### 4.4.2.1. Elaboração do Plano Anual de Contratações

##### • Gestão e Plano de Contratações

Em atendimento ao Decreto nº 10.947/2022, o MCTI elabora, anualmente, o Plano de Contratações Anual (PCA), objetivando consolidar as demandas de aquisição de bens e serviços para contratação no ano subsequente.

No âmbito do MCTI, os procedimentos de contratação guardam alinhamento com o objetivo estratégico institucional nº 9, a seguir reproduzido. Vejamos:

Objetivo Estratégico 9: Assegurar um alto nível de qualidade, inovação e segurança nas soluções de Tecnologia da Informação (TI) e na gestão de logística, infraestrutura e patrimônio, alinhando-as às prioridades institucionais para impulsionar a eficiência operacional, à modernização dos processos, à competitividade e à sustentabilidade da instituição, garantindo o uso eficiente dos recursos, a segurança dos ativos e a adoção das melhores práticas de gestão realizada para atender às diversas necessidades dos diferentes setores da instituição”.

A partir disso, as contratações planejadas para o exercício 2025, buscaram manter um estreito alinhamento aos instrumentos de gestão - Objetivos estratégicos, Lei Orçamentária Anual, Plano de Logística Sustentável, e à norma que norteia as regras de licitações e contratos - à Lei 14.133/2021 e demais normas vigentes no ordenamento jurídico sobre o assunto.

Convém destacar que, a cada ano, observa-se uma evolução na maturidade institucional no que tange às atividades de planejamento das contratações no MCTI, com aperfeiçoamento dos processos de trabalho e o aprimoramento do processo de comunicação com os agentes de contratação. Contudo, é imperioso afirmar que ainda existem desafios a serem perseguidos para garantir a eficiência no planejamento das necessidades do Órgão.

O fluxo do processo de contratação pública envolve as seguintes premissas:

- i) Identificação da necessidade registrada no PCA;
- ii) formalização via Documento de Formalização de Demanda (DFD);
- iii) Elaboração do DFD disponível no Sistema de Compras.gov (PGC),
- iv) Indicação da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC);
- v) Portaria da EPC, quando necessário;
- vi) Elaboração dos artefatos da Contratação (ETP, TR, Gestão de Riscos, etc.);

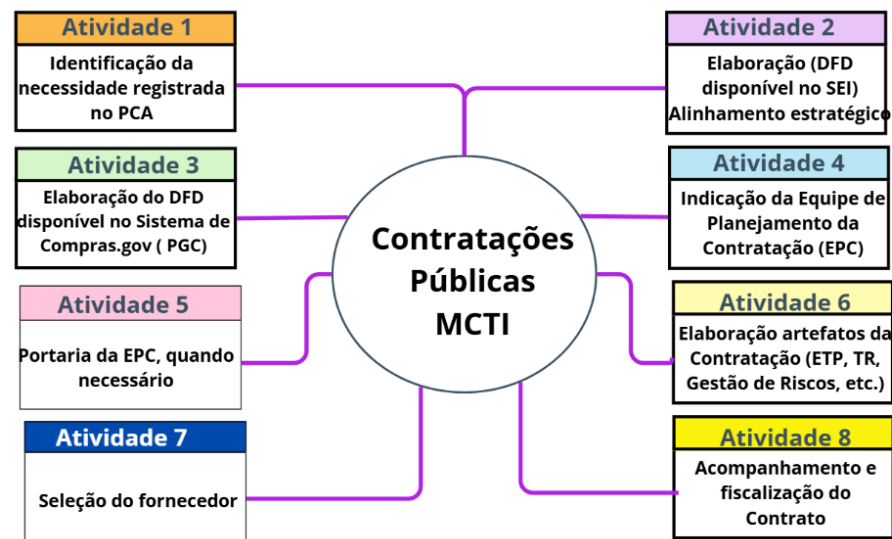
vii) seleção do fornecedor; e

viii) execução e acompanhamento do contrato, com o PGC sendo a ferramenta central para gerenciar todo esse ciclo, conforme evidenciado na figura 10.

O processo de contratação pública segue um

A estrutura básica pré-definida do processo de contratação pública se traduz nas etapas relacionadas no fluxo representado na figura 10.

Figura 10: Fluxo básico do processo de contratações via sistema PGC



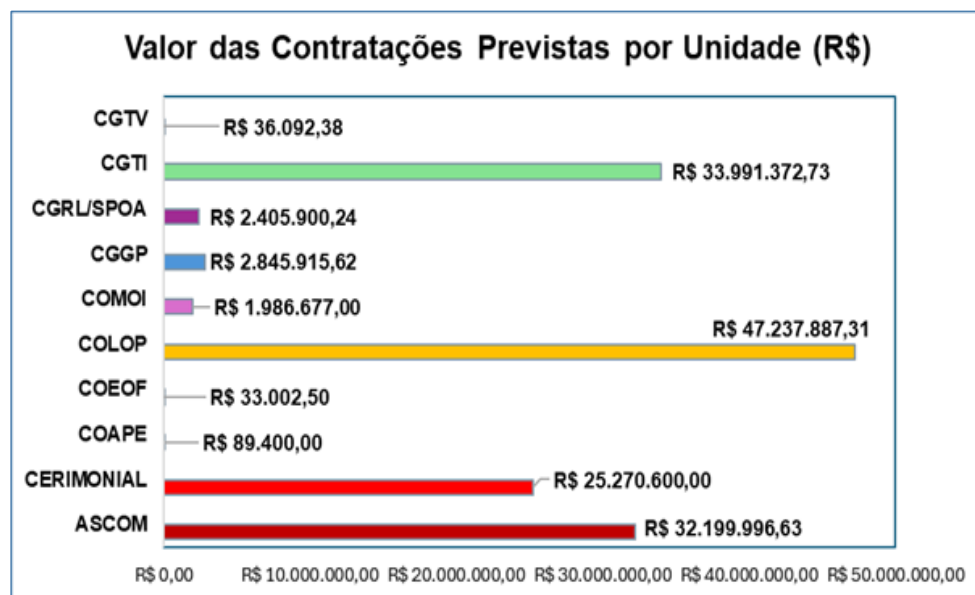
Fonte: MCTI. Data: 13.01.2026.

Nas seções subsequentes serão apresentados os resultados obtidos na gestão das contratações no âmbito do Plano de Contratação Anual – PCA/2025, sob a gestão desta Unidade Prestadora de Contas – UPC.

##### • Contratações previstas por unidade requisitante

O gráfico, a seguir, apresenta uma breve síntese da estimativa orçamentária destinadas às Contratações previstas, por unidade requisitante, a partir de dados extraídos do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

Gráfico 37: Valor das Contratações Previstas no PCA 2025, por unidade (R\$)



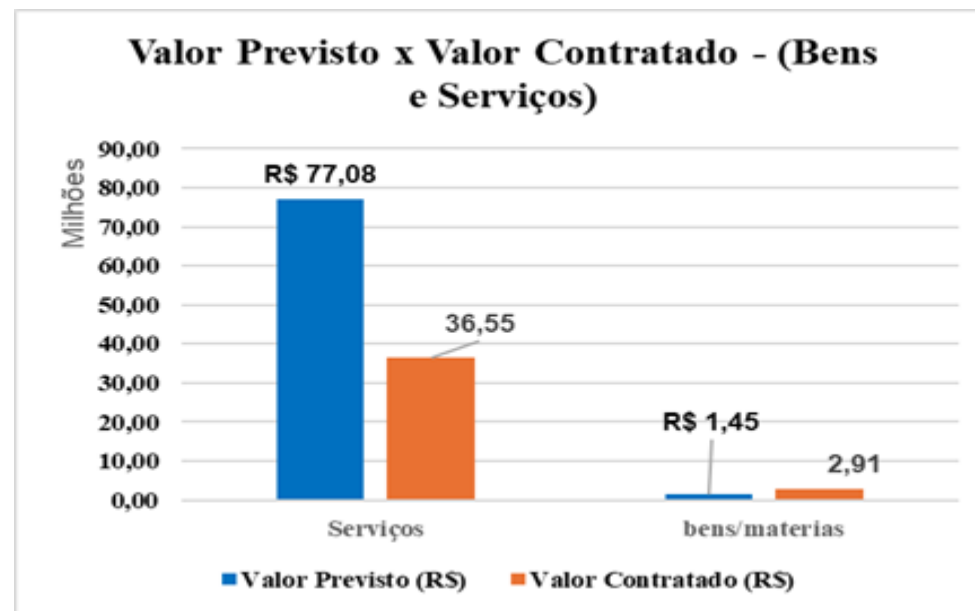
Fonte: Sistema PGC- compras.gov.br. Data: 13/01/2026

O Gráfico 37 apresenta o valor orçamentário previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2025, destinado a atender às necessidades das unidades requisitantes ao longo do exercício de 2025. Tal montante foi destinado ao atendimento de 131 demandas para aquisição ou contratação de bens e serviços, formuladas por 10 unidades requisitantes do órgão cadastradas no PGC.

- **Contratação de Bens e Serviços**

O Gráfico 38 apresenta os valores, em milhões de reais, das despesas administrativas previstas no Plano de Contratações Anual – PCA/2025, destinadas a suprir as necessidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na contratação de bens e serviços. A análise dos dados evidencia expressiva redução dos gastos em serviços quando comparados aos valores inicialmente previstos, com aqueles efetivamente contratados. Observa-se que a despesa estimada com serviços foi fixada em R\$77.075.898,11; entretanto, em decorrência dos esforços empreendidos pela Administração, o valor final contratado totalizou R\$ 36.545.585,24, o que resultou em uma economia de cerca de R\$ 40 milhões de reais, equivalente a 52,58%.

Gráfico 38: Valor Previsto x Valor Contratado de Bens e serviços

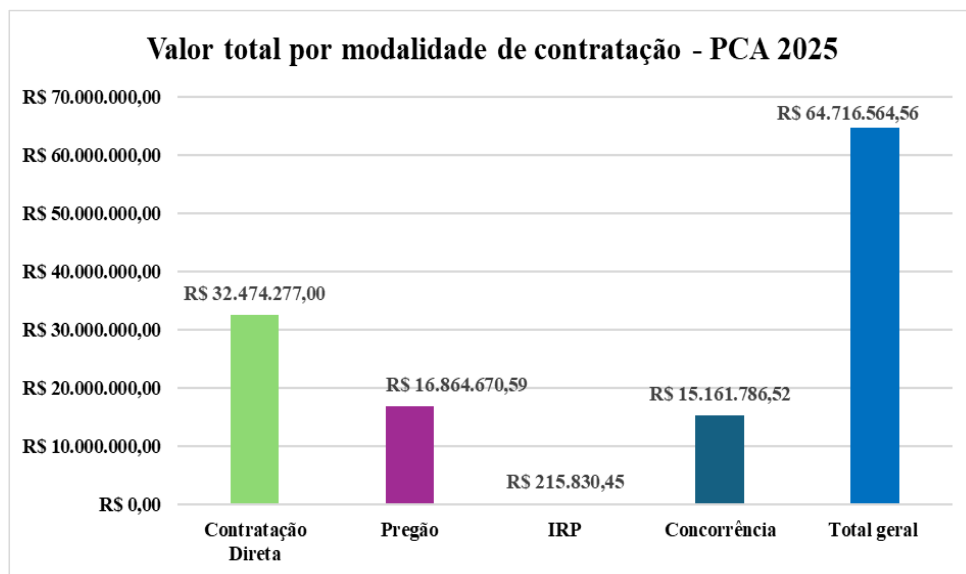


Fonte: Sistema PGC- compras.gov.br. Data: 13/01/2026

No que se refere às despesas com bens e materiais, a estimativa inicial totalizou aproximadamente R\$ 1.452.004,98. Todavia, em razão do ingresso de novos servidores, decorrente das nomeações oriundas do Concurso Público Nacional Unificado – CPNU-1, as unidades administrativas do Ministério procederam à suplementação de suas demandas, com vistas à renovação e recomposição dos estoques de bens permanentes e materiais de consumo. Tal cenário resultou em um acréscimo de 100% em relação à previsão original, elevando o montante efetivamente contratado para R\$ 2.905.593,10, o que corresponde a um aumento de R\$ 1.453.588,12, em comparação com a estimativa inicial.

#### 4.4.2.2. Procedimentos licitatórios

Gráfico 39: Modalidade de contratações – PCA 2025



Fonte: Sistema PGC- compras.gov.br. Data: 13/01/2026.

#### Pregões e Intenção de Registro de Preços

Em 2025, o MCTI conduziu 11 procedimentos licitatórios, sendo 10 (dez) pregões e 1 (uma) Concorrência. No âmbito do Sistema de Registro de Preços, esta Pasta gerenciou 07 (sete) Atas de Registro de Preços e iniciou a participação em 01 (uma) Ata de Registro de Preços conduzida pela Central de Compras do MGI, destinada à contratação de serviços relativos à promoção da saúde mental. Ressalte-se que a adesão à Ata do MGI, ainda está em andamento e, embora iniciada em 2025, terá seus resultados consolidados no exercício de 2026. Todas as licitações observaram as diretrizes e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

A maioria das licitações resultou na contratação de prestadores de serviços ou fornecedores de bens. Entretanto, alguns certames não foram bem-sucedidos, sendo declarados fracassados, revogados ou deserto, devido a diversas circunstâncias, entre elas, desinteresse de fornecedores.

Abaixo estão as informações gerais sobre os procedimentos licitatórios conduzidos pelo MCTI em 2025:

#### Concorrência

A concorrência pública nº 1/2024, realizada pelo MCTI no exercício de 2025, teve por objeto a contratação de serviços de Comunicação, com valor estimado em R\$ 156.976.592,76. O certame resultou em expressiva economia de 90,34% em relação ao valor inicialmente estimado, culminando na celebração de contrato no montante de R\$ 15.161.785,52 (quinze milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), firmado com a empresa Santafé Ideias Inteligentes em Marketing e Comunicação Ltda.

Contratação de serviços de engenharia

O Pregão nº 90005/2025, destinado à contratação de serviços de engenharia, apresentou valor estimado de R\$ 14.543.586,23 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos). O certame resultou na contratação pelo montante de R\$ 9.546.796,22, o que corresponde a uma economicidade de R\$ 4.996.790,01, equivalente a 34,36% em relação ao valor inicialmente estimado. Sagrou-se vencedora a empresa Engemil – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.768.702/0001-70, conforme Processo Administrativo nº 01245.016343/2024-61.

#### 4.4.2.3. Procedimentos de contratação direta

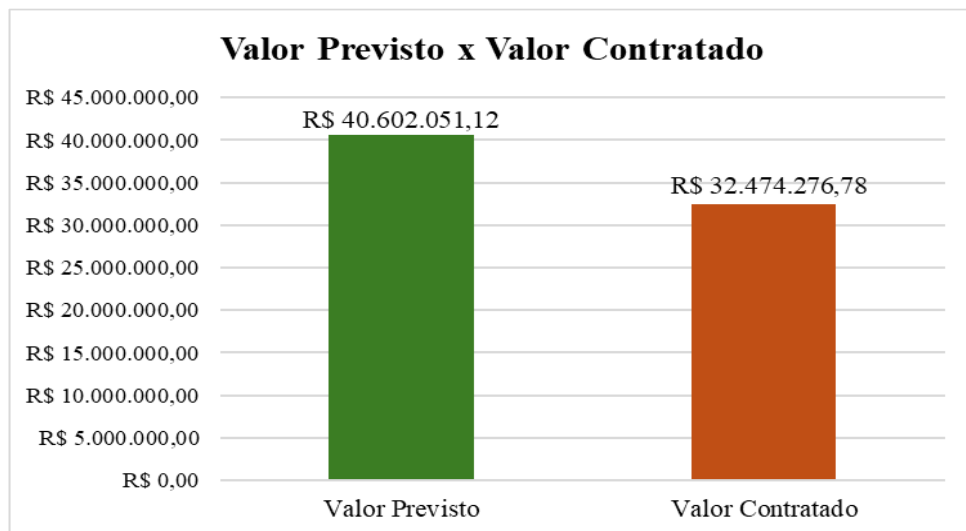
Esta seção discorrerá sobre os aspectos mais relevantes das contratações diretas promovidas pelo MCTI, conforme disposto a seguir:

Valores previstos e efetivados – Contratação direta – PCA/2025

No contexto das contratações diretas do MCTI, que abrangem as situações de inexigibilidade, dispensa de licitação e adesão à ata de registro de preços, destaca-se a predominância desses processos para diferentes tipos de aquisições. Essas modalidades, realizadas em conformidade com a legislação vigente, oferecem à administração pública a flexibilidade necessária para contratações específicas e diferenciadas, justificando a não realização do processo licitatório formal.

Os Gráficos 40 e 41 demonstram as informações consolidadas sobre essas contratações diretas, oferecendo uma visão panorâmica das aquisições realizadas pelo MCTI, por meio dessas modalidades.

Gráfico 40: Valor Previsto x Valor Contratado – Contratações diretas



Fonte: Sistema PGC - compras.gov.br. Data: 13/01/2026

O Gráfico 40 apresenta a relação entre o valor previsto na fase de planejamento e o valor executado no ato da contratação dos bens ou serviços. Percebe-se que o valor previsto na fase de planejamento de contratações para suprir as necessidades do MCTI, em relação as contratações diretas, apresentou o montante de R\$ 40.602.051,12. Na fase de execução denota-se que houve uma significativa redução de R\$ 8.217.774,34, no valor final das contratações, o que representa uma redução de aproximadamente 20% em relação ao valor inicialmente planejado, via Sistema de Planejamento de Gerenciamento de Compras (PGC).

O Gráfico 41, revela que o somatório dos procedimentos licitatórios por dispensa ou inexigibilidade, resultou no valor de R\$ 1.249.106,86, referentes às contratações realizadas no âmbito das contratações diretas. Esse montante representou 3,85% do total de despesas, se considerarmos o valor total de R\$ 32.474.276,78.

Conforme evidenciado no gráfico 41 em análise, observa-se que o montante de R\$ 31.225.169,92 (Trinta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) foi destinado ao atendimento das licitações realizadas por meio de Ata de Registro de Preços, correspondendo a 96,15% do total de recursos alocados às contratações diretas. Do percentual destinado a Ata de Registro de Preços, cabe destacar a contratação de serviços de pessoa jurídica destinada à organização de

eventos para atender às necessidades do MCTI. O valor dessa contratação correspondeu a R\$ 25.265.385,00. Sagrou-se como vencedora a empresa Solution Logística e Eventos Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.941.636/0001-17, conforme Processo Administrativo nº 01245.009698/2025-85.

Gráfico 41: Valor contratado por modalidade- Contratações Diretas (Milhões de Reais)



Fonte: Sistema PGC - compras.gov.br. Data: 13/01/2026

Conforme evidenciado no gráfico em análise, observa-se que o montante de R\$ 31.225.169,92 (Trinta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) foi destinado ao atendimento das licitações realizadas por meio de Ata de Registro de Preços, correspondendo a 96,15% do total de recursos alocados às contratações diretas. Do percentual destinado a Ata de Registro de Preços, cabe destacar a contratação de serviços de pessoa jurídica destinada à organização de eventos para atender às necessidades do MCTI. O valor dessa contratação correspondeu a R\$ 25.265.385,00. Sagrou-se como vencedora a empresa Solution Logística e Eventos Ltda, inscrita no CNPJ nº 12.941.636/0001-17, conforme Processo Administrativo nº 01245.009698/2025-85.

A tabela abaixo, demonstra os esforços da administração para atender os procedimentos de contratação direta:

Tabela 26: Total de recursos destinados às contratações diretas

| MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO   | CONTRATAÇÕES DIRETAS | JUSTIFICATIVA                              |
|-----------------------------|----------------------|--|
| Dispensa de Licitação       | R\$ 541.600,00       | Art. 75, II e seguintes da Lei 14.133/2021 |
| Ata de Registro de Preços   | R\$ 31.225.169,92    | Art.86, da Lei 14.133/2021                 |
| Inexigibilidade             | R\$ 588.537,38       | Art. 74, I e II Lei 14.133/2021            |
| Inexigibilidade/Capacitação | R\$ 118.969,48       | Art. 74, III da Lei 14.133/2021            |
| <b>Total geral</b>          |                      | <b>R\$ 32.474.276,78</b>                   |

Fonte: Sistema PGC- compras.gov.br. Data: 13/01/2026

#### 4.4.2.4. Conformidade legal nas contratações efetuadas

Em 2025, o MCTI, instituiu a Portaria nº 8.970, de 18 de fevereiro de 2025, que orienta os procedimentos para a realização do Plano de Contratações Anual de modo a aperfeiçoar e conferir mais eficiência, efetividade, transparência, segregação de funções e segurança jurídica às atividades de compras e licitações.

Ademais, aliada aos princípios da Lei 14.133/2021, buscou-se ainda promover a atualização e aperfeiçoamento dos formulários, manuais e cartilhas institucionais voltadas às atividades de licitações, com o intuito de racionalizar, aprimorar e fortalecer o processo de comunicação com as áreas requisitantes.

O material orientativo encontra-se disponível no artigo [endereço eletrônico sobre licitação](#) e no sítio atual de [licitações e contratos do Portal do MCTI](#).

#### 4.4.2.5. Gestão administrativa dos contratos

A gestão administrativa dos contratos, no âmbito do MCTI, é desempenhada, no núcleo de execução, pela Divisão de Contratos e Instrução de Penalidades (DICIP) e pelo Serviço de Atos e Acompanhamento de Contratos (SEAAC), unidades da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, responsáveis pela orientação, formalização e acompanhamento dos instrumentos contratuais, conforme estabelecido nos arts. 79 e 80 do Regimento Interno do MCTI.

À DICIP compete orientar e controlar as atividades relacionadas à elaboração de contratos, termos aditivos, atas de registro de preços e instrumentos congêneres, bem como promover suas respectivas publicações. A unidade também conduz ações de apoio e orientação aos fiscais de contratos, além de supervisionar o registro, a atualização e o

controle de vigência dos instrumentos no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, garantindo a regularidade documental e a continuidade dos serviços contratados.

O SEAAC, por sua vez, é responsável pela elaboração e formalização dos instrumentos contratuais, compreendendo contratos, termos aditivos e atas de registro de preços, incluindo aqueles relacionados à repactuação, ao reajuste e ao reequilíbrio econômico-financeiro. Cabe ao Serviço manter os registros dos contratos firmados, instruir processos de alteração ou rescisão contratual, solicitar a indicação e designação de fiscais, bem como realizar consultas e registros de regularidade de fornecedores nos sistemas federais (SICAF e CADIN). Também lhe compete analisar pedidos de reajuste e repactuação, instruir procedimentos de apuração de conduta, auxiliar na gestão das garantias, adotar medidas preliminares à Tomada de Contas Especial, operacionalizar contas vinculadas em contratações com dedicação exclusiva de mão de obra e conduzir os procedimentos administrativos de encerramento contratual, em conjunto com a comissão de fiscalização.

Atualmente, a DICIP/SEAAC acompanha aproximadamente 83 contratos, termos ou instrumentos congêneres, totalizando R\$ 337.206.698,81 (trezentos e trinta e sete milhões, duzentos e seis mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), firmados para atendimento às diversas demandas da Administração Central do MCTI. Tais instrumentos foram celebrados por meio de diferentes modalidades de contratação, conforme distribuição apresentada a seguir:

Tabela 27: Valor total de contratos geridos por modalidade licitatória

| Modalidade      | Quant.    | Valor (R\$)           | Percentual (em termos de valor) |
|-----------------|-----------|-----------------------|---------------------------------|
| Adesão ARP      | 5         | 29.370.354,92         | 8,71%                           |
| Concorrência    | 1         | 15.161.785,52         | 4,50%                           |
| Dispensa        | 19        | 8.084.408,30          | 2,40%                           |
| Inexigibilidade | 14        | 9.310.103,62          | 2,76%                           |
| Pregão          | 33        | 71.171.955,43         | 21,11%                          |
| SRP             | 11        | 204.108.091,02        | 60,53%                          |
| <b>Total</b>    | <b>83</b> | <b>337.206.698,81</b> | <b>100%</b>                     |

Fonte: MCTI. Data: 06/01/2026

Cabe ressaltar que o volume apresentado se refere ao conjunto de instrumentos vigentes ou com efeitos administrativos ativos no ano-base do relatório, incluindo contratos firmados em exercícios anteriores que permaneceram em execução durante 2025, seja por vigência original, prorrogações, repactuações, aditivos ou continuidade contratual.

#### 4.4.2.6. Gestão das Sanções Administrativas

No exercício de 2025, foram instaurados 14 Processos Administrativos Sancionatórios, conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Sancionatório, conforme competências regimentais e normativas vigentes. Desse total, 5 processos foram concluídos dentro do exercício, resultando em aplicação de penalidades administrativas às empresas envolvidas, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Na data de edição deste relatório, constam no âmbito da Comissão Permanente de Processo Administrativo Sancionatório 7 (sete) processos, em fase de instrução.

Por fim, destaca-se que outros 2 (dois) processos foram encaminhados à Corregedoria do MCTI, diante de indícios que podem caracterizar violação à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e ao Decreto nº 11.129/2022.

#### 4.4.3. Prática de sustentabilidade ambiental e racionalização dos gastos

- **Plano de Logística Sustentável – PLS-MCTI – 2025/2027**

No que se refere às normas e procedimentos voltados à sustentabilidade, o MCTI instituiu o Plano de Logística Sustentável (PLS), no qual foram estabelecidos objetivos, indicadores, metas e diretrizes para acompanhamento e avaliação no período de 2025 a 2027.

O grupo instituído para coordenar a elaboração do PLS foi formalizado por meio da Portaria SEEXEC/MCTI nº 8.778, de 16 de dezembro de 2024, em atendimento ao disposto na Portaria SEGES nº 8.678, de 19 de julho de 2021, com a atribuição de aperfeiçoar e alinhar o antigo Plano de Desenvolvimento Logístico Sustentável (PDLS) do Ministério às novas diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do MCTI constitui um instrumento de governança das contratações, regulamentado pela Portaria SEEXEC/MCTI nº 9.144/2025, elaborado com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões e fomentar a adoção de boas práticas de sustentabilidade nos procedimentos licitatórios. Além disso, o PLS foi concebido para promover a redução do desperdício de recursos públicos e, conseqüentemente, assegurar a alocação adequada e eficiente do orçamento público.

Neste contexto, a nova lei de licitações inovou ao inserir o princípio da sustentabilidade no ordenamento jurídico, pois trata-se de um princípio a ser observado ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos e durante todas as etapas licitatórias.

A inserção dos critérios de sustentabilidade é uma das premissas a serem observadas nos procedimentos licitatórios. Trata-se de critérios aplicáveis desde a etapa de planejamento, seguida da seleção do fornecedor, da execução e fiscalização do contrato, até a destinação final dos rejeitos e resíduos.

Nesse contexto, o Ministério promoveu a revisão de seu arcabouço normativo e jurídico, em observância a esse princípio e às diretrizes estabelecidas pela alta administração. Para tanto, passou a incluir, no escopo de seus artefatos licitatórios, a exigência de alinhamento dos objetos das contratações ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI), à Lei Orçamentária Anual (LOA), ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e aos demais instrumentos de governança das contratações. Ressalta-se que alguns artefatos, como o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), já contemplavam mecanismos de sustentabilidade. Todos os procedimentos foram conduzidos em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis à matéria.

A adoção do enfoque da sustentabilidade impôs à Administração a implementação de medidas imediatas. Nesse sentido, foi editada a Portaria nº 8.970/2025, a qual incorporou ao seu escopo a obrigatoriedade de observância dos critérios de sustentabilidade, em consonância com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável do MCTI e demais instrumentos de gestão aplicáveis. Os primeiros resultados da adoção dos critérios de sustentabilidade no âmbito das contratações públicas no MCTI, sistematizados no PLS do MCTI estão previstos para apuração no segundo semestre de 2026.

#### 4.4.4. GESTÃO DE CUSTOS

- **Conformidade legal**

O Sistema de Custos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, formalizado por meio da Instrução Normativa nº 14/2025/SEI-MCTI, de 27 de novembro de 2025, foi instituído em conformidade com o art. 50, §3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000; e com a Portaria STN 157, de 9 de março de 2011.

Além disso, segue as normas e orientações definidas na NBC TSP -34 – Custos no Setor Público, de 18 de novembro de 2021, bem como no Manual de Informações do Sistema de Custos do Governo Federal, aprovado por meio da Portaria STN nº 454, de 07 de março de 2025.

- **Escopo de Atuação**

A mensuração de custos do MCTI abrange a administração direta, incluindo secretarias, unidades de pesquisa e os repasses realizados para Organizações Sociais - OS.

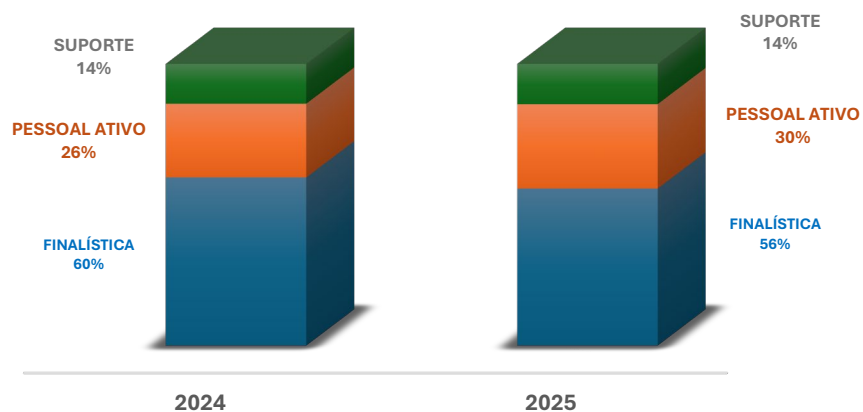
#### 4.4.4.1. Estimativa de Custos por Área de Atuação

A estimativa de custos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI em 2025 foi de R\$ 2,79 bilhões de reais, conforme distribuição a seguir:

Tabela 28: Custo por Área de Atuação (em milhões de reais)

| Custo por Área de Atuação | R\$ em Milhões |              |
|---------------------------|----------------|--------------|
|                           | 2024           | 2025         |
| Pessoal Ativo             | R\$ 721,30     | R\$ 837,78   |
| Atuação Finalística       | R\$ 1.642,98   | R\$ 1.558,18 |
| Atuação de Suporte        | R\$ 389,09     | R\$ 399,89   |
| Total                     | R\$ 2.753,36   | R\$ 2.795,85 |

Gráfico 42: Distribuição do Custo por Área de Atuação



#### Distribuição da Força de Trabalho – Pessoal Ativo

No modelo atual, o custo de Pessoal é tratado inicialmente como área de atuação, pois ainda não foi possível agregar de forma satisfatória a distribuição de custos de Pessoal Ativo nas áreas finalística ou de suporte.

No entanto, 58% da força de trabalho atua em áreas consideradas finalísticas.

Gráfico 43: Distribuição da Força de trabalho



#### Detalhamento do Custo da Área Finalística

Tabela 29: Custo por Cadeia Finalística

| Custo por Cadeia Finalística                                      | R\$ em Milhões      | %   |
|---|---------------------|-----|
| Atuação das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais           | R\$ 1.481,54        | 95% |
| Gestão das Políticas e de Programas de Pesquisa e Desenvolvimento | R\$ 55,33           | 4%  |
| Gestão do Desenvolvimento Tecnológico e Inovação                  | R\$ 19,44           | 1%  |
| Gestão das Políticas Digitais                                     | R\$ 1,87            | 0%  |
| <b>Total</b>  | <b>R\$ 1.558,18</b> |     |

O custo da área finalística está concentrado na Atuação das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais (95%), sendo 96% (R\$ 1.425,84 milhões) deste custo aplicado na Realização e Desenvolvimento de Pesquisas, conforme detalhamento de custos a seguir:

*Tabela 30: Detalhamento de Custos da Cadeia “Atuação das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais” por Macroprocesso*

| Detalhamento por Macroprocessos  | R\$ em Milhões      | %   |
|--|---------------------|-----|
| Realização e Desenvolvimento de Pesquisas  | R\$ 1.425,84        | 96% |
| Geração, Aplicação e Disseminação de Conhecimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação | R\$ 31,48           | 2%  |
| Apoio à Entidades sem Fins Lucrativos para Difusão da Ciência.                       | R\$ 19,90           | 1%  |
| Gestão do Programa Espacial Brasileiro   | R\$ 2,61            | 0%  |
| Demais Macroprocessos  | R\$ 1,71            | 0%  |
| <b>Total</b>   | <b>R\$ 1.481,54</b> |     |

#### Detalhamento do Custo de Suporte

*Tabela 31: Custo por Cadeia de Suporte*

| Custo por Cadeia de Suporte                                    | R\$ em Milhões    | %   |
|--|-------------------|-----|
| Gestão Administrativa e Logística                              | R\$ 278,74        | 70% |
| Segurança Institucional  | R\$ 51,09         | 13% |
| Gestão e Governança de Tecnologias da Informação e Comunicação | R\$ 45,17         | 11% |
| Demais cadeias   | R\$ 24,89         | 6%  |
| <b>Total</b>   | <b>R\$ 399,89</b> |     |

#### 4.4.4.2. Principais desafios e ações futuras

Em 2025, o Sistema de Custos do MCTI foi formalizado por meio da Instrução Normativa nº 14/2025/SEI-MCTI, de 27 de novembro de 2025, como mais uma iniciativa em busca do cumprimento da determinação do §3º, do art. 50, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que determina que a Administração Pública deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O cumprimento da determinação legal tem se mostrado desafiador, pois um sistema de custos deve propiciar a geração de informações de custos capazes de subsidiar os processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização.

No entanto, a geração das informações de custos no MCTI enfrenta desafios devido às eventuais mudanças institucionais, à complexidade da estrutura e à diversidade de atuação das unidades administrativas, à fragilidade de mecanismos para captação de dados padronizados, bem como à necessidade de ampliação da cultura de gestão baseada em custos.

Diante disso, além do aprimoramento constante da mensuração de custos, têm sido realizadas ações buscando avaliar o Modelo de Gerenciamento de Custos do MCTI, de forma a subsidiar a revisão do Modelo para readequação dos objetos de custos, bem como de outras diretrizes e metodologias, a fim de torná-lo mais aderente à visão estratégica do Ministério.

Cumprе salientar que a informação de custos deve ser relevante, fidedigna, compreensível, tempestiva, comparável e verificável. Nesse contexto, considerando que o MCTI possui estrutura robusta, complexa e marcada por diversas especificidades institucionais, a eventual revisão do Modelo de Gerenciamento de Custos deve ser conduzida com a devida cautela. A ausência de uma base regular, padronizada e consistente de dados poderá comprometer a confiabilidade das informações produzidas, bem como inviabilizar sua utilização efetiva como instrumento de apoio à governança, à tomada de decisão e ao aprimoramento da gestão pública.

#### 4.4.5. Transferências Voluntárias

As Transferências Voluntárias são, de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, “entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde”.

O ciclo desses instrumentos compreende a formalização, o acompanhamento e a prestação de contas recursos financeiros através da celebração de convênios e contratos de repasse. Essas Transferências são operacionalizadas na TransfereGov, que substituiu os antigos Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV e Plataforma +Brasil.

O MCTI é integrante do Sistema de Gestão de Parcerias da União -SIGPAR, instituído pelo Decreto nº 11.271/2022. De acordo com o art. 1º, o SIGPAR é o sistema que estruturará e organizará as atividades de planejamento, coordenação, orientação e gestão das parcerias para implementação de políticas públicas de forma descentralizada, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

## Fases das Transferências

As fases de implementação de Transferências Voluntárias são as seguintes:

**Proposição:** fase de identificação de necessidade, formulação de projeto, elaboração do plano de trabalho, justificativas, objetivos, metas e cronograma técnico-financeiro.

**Celebração / Formalização:** fase de análise da proposição pelo Concedente; se aprovada, ocorre a formalização do instrumento jurídico (por exemplo: convênio, contrato de repasse, termo de fomento ou termo de colaboração). Esta etapa envolve habilitações e comprovações e assinatura do instrumento.

**Execução:** Aplicação dos recursos, realização de serviços, aquisição de bens, execução de obras e ações planejadas. Inclui o acompanhamento contínuo da execução físico-financeira e o cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

**Monitoramento e Acompanhamento:** fase como uma etapa contínua entre execução e prestação de contas.

**Avaliação de Resultados e Prestação de Contas:** É a fase final do ciclo, em que o conveniente apresenta a documentação que comprova a execução dos recursos e dos resultados alcançados, incluindo relatórios físico-financeiros, notas fiscais, comprovantes de despesas e demais anexos exigidos pela legislação, para avaliação dos objetivos e prestação de contas. Caso aprovada, encerra-se o instrumento. Caso existam inconsistências, podem ser exigidas correções ou instaurada TCE - Tomada de contas especial.

## Modalidades de Transferências

Decreto nº 11.531/2023

**Convênio – Acordo, Ajuste, Termo de Cooperação, ou qualquer outro Instrumento jurídico** que formalize a Transferência Voluntária de recursos públicos e que tenha como partícipes órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado ou dos Municípios ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou entidades privadas sem fins lucrativos.

**Contrato de repasse – Instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público, atuando como mandatário do Estado ou do Município.**

Decreto nº 10.426/2020

**Termo de Execução Descentralizada – Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com outros órgãos da Administração Pública.**

Lei nº 13.019/2014

**Termo de fomento – Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.**

**Acordo de cooperação – Instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.**

Portaria SEEXEC/MCTI nº 22

**Contribuição – Instrumento por meio do qual são realizados repasses organismos nacionais em razão de sua significância para o segmento científico ou técnico, conforme disposto na Portaria SEEXEC/MCTI nº 22, de 03 de outubro de 2014.**

Emenda Constitucional 105/2019

**Transferências Especiais – Modalidade de execução de emendas individuais impositivas disposta nos seguintes regramentos: Constituição Federal, art. 166-A; Emenda Constitucional 105/2019.**

## Cooperações técnicas realizadas no âmbito das Transferências

**CPS CAIXA: O Contrato de Prestação de Serviços - CPS Caixa - no contexto de contratos públicos e de serviços (especialmente com órgãos públicos ou empresas contratadas para prestar serviços à Caixa ou por ela contratados em atividades específicas) para operacionalização de Contratos de Repasse (Obras voltadas para Desenvolvimento Científico e Tecnológico).**

**Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (CONFOCO): O Conselho Nacional de Fomento e Colaboração (CONFOCO) faz parte da Secretaria-Geral da Presidência da República e tem como finalidade divulgar boas práticas, propor e apoiar políticas e ações destinadas ao fortalecimento das relações de parceria das organizações da sociedade civil com a administração pública federal.**

**SIGPAR - ACORDO DE COOPERAÇÃO MCTI/MGI: Acordo de Cooperação Técnica Nº 120/2025 firmado para promover a internalização, na Esteira de Parcerias do Transferegov.br, dos projetos apoiados com recursos de Contribuições Voluntárias, geridos pela Secretaria Executiva, integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.**

#### 4.4.5.1. Transferências Firmadas em 2025

Tabela 32: Estoque geral

| Instrumento                              | Quantidade | Valor                   |
|--|------------|-------------------------|
| Termos de Fomento                        | 20         | R\$ 18 milhões          |
| Termos de Execução Descentralizada (TED) | 54         | R\$ 56 milhões          |
| Termos de Colaboração                    | 2          | R\$ 296 mil             |
| Convênios                                | 7          | R\$ 1,8 milhão          |
| <b>Total de instrumentos</b>             | <b>83</b>  | <b>R\$ 76,5 milhões</b> |

Tabela 33: Transferências Especiais (2025)

| Indicador                                 | Valor                  |
|---|------------------------|
| <b>Número de transferências especiais</b> | <b>386</b>             |
| <b>Valor total transferido</b>            | <b>R\$ 446 milhões</b> |

Nota: Os valores podem sofrer alterações em função do rearranjo de projetos financiados com esses recursos entre os órgãos, em cumprimento às ADPFs 850, 851, 854 e 1.014 e às ADIs 7688, 7695 e 7697 do Supremo Tribunal Federal.

#### 4.4.5.2. Pagamentos realizados no exercício de 2025

Tabela 34: Execução Orçamentária

| Item                                  | Valor                  | Detalhamento  |
|---------------------------------------|------------------------|---|
| <b>Recursos empenhados</b>            | R\$ 42 milhões         | RP2: R\$ 12 milhões; Emendas parlamentares: R\$ 30 milhões                |
| <b>Descentralizações</b>              | R\$ 67 milhões         | Discricionário: R\$ 53,4 milhões; Emendas parlamentares: R\$ 13,6 milhões |
| <b>Total da execução orçamentária</b> | <b>R\$ 109 milhões</b> |   |

Tabela 35: Execução Financeira

| Item  | Valor                  | Detalhamento  |
|---|------------------------|---|
| <b>Depósitos financeiros</b>                | R\$ 65 milhões         | RP2: R\$ 14 milhões; Emendas parlamentares: R\$ 51 milhões            |
| <b>Repasse a TEDs (inclusive dispensas)</b> | R\$ 82 milhões         | Discricionário: R\$ 71 milhões; Emendas parlamentares: R\$ 12 milhões |
| <b>Total da execução financeira</b>         | <b>R\$ 147 milhões</b> |   |

Tabela 36: Monitoramento de Projetos

| Indicador  | Quantidade | Valor          |
|--|------------|----------------|
| <b>Projetos em andamento fiscalizados</b>  | 31         | R\$ 98 milhões |
| <b>Termos aditivos, apostilamentos, prorrogações de ofício, rescisões e denúncias de projetos em andamento</b> | 164        | —              |

Tabela 37: Prestações de contas finalizadas em 2025

| Instrumento                                     | Quantidade | Valor                  |
|---|------------|------------------------|
| <b>Termos de Execução Descentralizada (TED)</b> | 78         | R\$ 121 milhões        |
| <b>Convênios</b>                                | 26         | R\$ 49,4 milhões       |
| <b>Termos de Fomento</b>                        | 13         | R\$ 18 milhões         |
| <b>Termos de Parceria</b>                       | 2          | R\$ 1,8 milhão         |
| <b>Total de prestações de contas</b>            | <b>119</b> | <b>R\$ 190 milhões</b> |

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial e Transferegov.

## 4.5. Notas sobre as demonstrações contábeis do MCTI e FNDCT (PARTE II)

As demonstrações contábeis do FNDCT – Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas – são elaboradas em consonância com as disposições da Lei nº 4.320/64, do Decreto-Lei nº 200/67, do Decreto nº 93.872/86 e da Lei nº 10.180/01. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis e as notas explicativas completas estão apresentadas na **Parte II deste relatório** disponível no site de [prestação de contas do MCTI](#).

Foto: ATTO -  
Observatório da  
Torre Alta  
Na Amazônia

# Anexos e Apêndices

## 5.1. PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO MCTI

Constituição Federal – CF, [Art. 5º](#), inciso IX, dos direitos e garantias fundamentais: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

CF, [Art. 218](#), da ordem social, Capítulo IV: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”.

[§ 1º](#) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

[§ 2º](#) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

[§ 3º](#) O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

[§ 4º](#) A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

[§ 5º](#) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

[§ 6º](#) O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

[§ 7º](#) O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

CF, [Art. 219](#), Parágrafo Único. “O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.”

CF, [Art. 219-A](#). “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei”.

CF, [Art. 219-B](#). “O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação”.

### Organização da Administração Federal:

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, [Art. 155](#), da Ciência e Tecnologia, Capítulo I, Título XIV: “As iniciativas e providências que contribuem para o estímulo e intensificação das atividades de ciência e tecnologia, serão objeto de coordenação com o propósito de acelerar o desenvolvimento nacional através da crescente participação do País no progresso científico e tecnológico”.

### Organização Básica da Presidência da República e dos Ministérios:

[Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#): Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016; 9.069, de 29 de junho de 1995; 11.457, de 16 de março de 2007; 9.984, de 17 de julho de 2000; 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 8.001, de 13 de março de 1990; 11.952, de 25 de junho de 2009; 10.559, de 13 de novembro de 2002; 11.440, de 29 de dezembro de 2006; 9.613, de 3 de março de 1998; 11.473, de 10 de maio de 2007; e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001; e 11.284, de 2 de março de 2006; e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

[Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#): Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 9.984, de 17 de julho de 2000; 9.433, de 8 de janeiro de 1997; 8.001, de 13 de março de 1990; 14.204, de 16 de setembro de 2021; 11.445, de 5 de janeiro de 2007; 13.334, de 13 de setembro de 2016; 12.897, de 18 de dezembro de 2013; 8.745, de 9 de dezembro de 1993; 9.069, de 29 de junho de 1995; e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nos 13.844, de 18 de junho de 2019; 13.901, de 11 de novembro de 2019; 14.261, de 16 de dezembro de 2021; e as Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990; e 14.074, de 14 de outubro de 2020.

### 5.1.1. Organização e Estrutura Regimental do MCTI

[Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023](#): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, alterado pelo [Decreto nº 12.134, de 12 de agosto de 2024](#), para contemplar os cargos destinados à inventariança da extinta empresa binacional Alcântara Cyclone Space.

#### Detalhamento da Estrutura Regimental:

[Portaria MCTI nº 6.961, de 19 de abril de 2023](#): Detalha a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II do Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, alterada pelas seguintes Portarias:

Permutas: [Portaria MCTI nº 7.011, de 15 de maio de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.070, de 25 de maio de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.230, de 12 de julho de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.272, de 26 de julho de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.942, de 27 de fevereiro de 2024](#), [Portaria MCTI nº 8.015, de 1º de abril de 2024](#), [Portaria MCTI nº 8.180, de 9 de maio de 2024](#) e [Portaria MCTI nº 9.010, de 28 de fevereiro de 2025](#).

Realocações: [Portaria MCTI nº 7.021, de 17 de maio de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.129, de 14 de junho de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.341, de 15 de agosto de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.417, de 11 de setembro de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.524, de 9 de outubro de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.692, de 23 de novembro de 2023](#), [Portaria MCTI nº 7.825, de 16 de janeiro de 2024](#), [Portaria MCTI nº 7.856, de 24 de janeiro de 2024](#), [Portaria MCTI nº 8.768, de 12 de dezembro de 2024](#), [Portaria MCTI nº 8.872, de 21 de janeiro de 2025](#), [Portaria MCTI nº 8.987, de 21 de fevereiro de 2025](#), [Portaria MCTI nº 9.067, de 2 de abril de 2025](#) e [Portaria MCTI nº 9.160, de 21 de maio de 2025](#).

Adicionalmente, foi publicada a [Portaria MCTI nº 8.445, de 19 de agosto de 2024](#), que altera a [Portaria MCTI nº 6.961, de 19 de abril de 2023](#), para incluir o detalhamento dos cargos destinados à inventariança da extinta empresa binacional Alcântara Cyclone Space - ACS.

### 5.1.2. Regimentos Internos das Unidades de Pesquisa do MCTI

O quadro 20 apresenta as portarias de regimento interno das Unidades de Pesquisa do MCTI.

Quadro 20: REGIMENTO INTERNO DAS UNIDADES DE PESQUISA

| Nome do Órgão  | Sigla   | Portaria   |
|--|---------|--|
| Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas                           | CBPF    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.047, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer                 | CTI     | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.049, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Centro de Tecnologia Mineral                                     | CETEM   | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.050, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste                   | CETENE  | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.052, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais | CEMADEN | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.053, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia       | IBICT   | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.054, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Nacional da Mata Atlântica                             | INMA    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.055, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia                      | INPA    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.048, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais                        | INPE    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.056, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal                       | INPP    | <a href="#">Portaria MCTI nº 6.988, de 8 de maio de 2023.</a>  |
| Instituto Nacional de Tecnologia                                 | INT     | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.058, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Instituto Nacional do Semiárido                                  | INSA    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.059, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Laboratório Nacional de Astrofísica                              | LNA     | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.060, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Laboratório Nacional de Computação Científica                    | LNCC    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.061, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Museu de Astronomia e Ciências Afins                             | MAST    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.062, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Museu Paraense Emílio Goeldi                                     | MPEG    | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.063, de 24 de maio de 2023.</a> |
| Observatório Nacional  | ON      | <a href="#">Portaria MCTI nº 7.064, de 24 de maio de 2023.</a> |

### 5.1.3. Principais atos administrativos e normativos orientadores da atuação do Ministério

Além das normas referenciadas acima, o MCTI conta com um leque de atos normativos de regulação, de gestão, de governança, de diretrizes e de instituição de políticas, programas e estratégias que direcionam a atuação do MCTI, conforme relação no Quadro 21.

Quadro 21: NORMAS DIRECIONADORAS

| Norma  | Ementa   |
|--|--|
| <a href="#">Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967</a> | Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.  |
| <a href="#">Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984</a>         | Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.   |
| <a href="#">Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991</a>         | Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências.  |
| <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001</a>       | Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.  |
| <a href="#">Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004</a>        | Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.   |
| <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a>       | Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.   |
| <a href="#">Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007</a>           | Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.  |
| <a href="#">Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009</a>       | Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.   |
| <a href="#">Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016</a>        | Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências.  |
| <a href="#">Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018</a>       | Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e dá outras providências.   |
| <a href="#">Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019</a>       | Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e dá outras providências.  |
| <a href="#">Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021</a>          | Dispõe sobre os princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública.   |
| <a href="#">Lei nº 14.902, de 17 de junho de 2024</a>          | Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover); altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980; e revoga dispositivos da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.  |
| <a href="#">Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006</a>        | Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.   |
| <a href="#">Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006</a>    | Dispõem sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.   |
| <a href="#">Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010</a>    | Regulamenta a <a href="#">Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994</a> , que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio.   |
| <a href="#">Decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012</a>       | Dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC.   |
| <a href="#">Decreto nº 9.172, de 17 de outubro de 2017</a>     | Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da <a href="#">Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009</a> , e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política, revogado pelo <a href="#">Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018</a> , que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. |
| <a href="#">Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017</a>    | Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.   |
| <a href="#">Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018</a>    | Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.   |
| <a href="#">Decreto nº 9.518, de 22 de novembro de 2019</a>    | Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.  |
| <a href="#">Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019</a>       | Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas.   |

| Norma  | Ementa  |
|--|---|
| <a href="#">Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020</a> | Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Revogado pelo Decreto nº 12.573, de 4 de agosto de 2025.   |
| <a href="#">Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020</a>    | Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.  |
| <a href="#">Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020</a>     | Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.   |
| <a href="#">Decreto nº 11.474, de 6 de abril de 2023</a>     | Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.   |
| <a href="#">Decreto nº 11.715, de 26 de setembro de 2023</a> | Institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.049, de 11 de junho de 2024</a>    | Institui o Programa Mais Ciência na Escola para Expansão de Tecnologias Digitais e Experimentação Científica na Educação Básica – Mais Ciência na Escola. Revoga o <a href="#">Decreto nº 10.151, de 2 de dezembro de 2019</a> , que instituiu o Programa Ciência na Escola.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024</a>    | Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital – Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.081, de 27 de junho de 2024</a>    | Institui a Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.140, de 15 de agosto de 2024</a>   | Altera o Decreto nº 11.474, de 6 de abril de 2023, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024</a> | Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.214, de 9 de outubro de 2024</a>   | Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, de que trata a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.287, de 3 de dezembro de 2024</a>  | Institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e a Agroecologia.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024</a> | Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital. Revoga o <a href="#">Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018</a> , que instituiu o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.363, de 17 de janeiro de 2025</a>  | Aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.435, de 15 de abril de 2025</a>    | Regulamenta o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover), instituído pela Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.470, de 27 de maio de 2025</a>     | Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação dos prazos para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no período de 1º de setembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, e altera o Decreto nº 11.531, de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.486, de 3 de junho de 2025</a>     | Institui a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral – ProCoral.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.496, de 9 de junho de 2025</a>     | Promulga o Protocolo Complementar sobre o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-6 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, firmado em Pequim, em 14 de abril de 2023.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.538, de 30 de junho de 2025</a>    | Institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.572, de 04 de agosto de 2025</a>   | Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.573, de 4 de agosto de 2025</a>    | Institui a Estratégia Nacional de Cibersegurança.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.615, de 5 de setembro de 2025</a>  | Institui a Janela Única de Investimentos do Brasil.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.629, de 18 de setembro de 2025</a> | Promulga o Acordo entre o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, as Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também denominado Acordo de Sede da COP30, firmado em Bonn, em 20 de junho de 2025. |
| <a href="#">Decreto nº 12.644, de 1º de outubro de 2025</a>  | Institui a Estratégia Nacional Oceano sem Plástico para o período de 2025 a 2030.   |
| <a href="#">Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025</a> | Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.  |
| <a href="#">Decreto nº 12.768, de 05 de dezembro de 2025</a> | Dispõe sobre o Comitê Técnico Consultivo Permanente do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa.  |

#### 5.1.4. Relação dos principais normativos sobre licitações e contratos

- Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos
- Decreto 10.947, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
- Decreto 11.246, de 27 de outubro de 2022 - Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME 8678, de 19 de julho de 2021 - Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES nº 58 de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- Portaria SEGES/MGI nº 5.376 de 14 de setembro de 2023, institui o modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS de que trata o art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.
- Portaria 8.778, de 16 de dezembro de 2024 - Institui, no âmbito da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Comissão Gestora do Plano Diretor de Logística Sustentável - CGPLS, em atendimento à Portaria SEGES nº 8.678, de 19 de julho de 2021, com a atribuição de revisar o antigo Plano de Gestão de Logística Sustentável do MCTI.
- Portaria 9411, de 12 de setembro de 2025 - Institui o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

- Portaria 8.970, de 18 de fevereiro de 2025 - Estabelece orientações, prazos e detalhamentos para a realização do Planejamento de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - CGRL/SPOA, como unidade de compras do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), no âmbito da Administração Central.

- 

#### 5.1.5. Principais normativos sobre gestão patrimonial e infraestrutura

- Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e suas alterações, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
- Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88, de 8 de abril de 1988, com o objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG;
- Lei nº 14.133, de 1 de abril, de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Instrução Normativa SGEN/MP nº 11, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre ferramenta informatizada de disponibilização de bens móveis inservíveis para fins de alienação, de cessão e de transferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional - Reuse.Gov;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Lei 14.479 de 21 de dezembro de 2022, que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletrônicos e dispõem sobre o Programa Computadores para Inclusão; e
- Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020, que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS.

## 5.2. Fundamento Legais do FNDCT

Quadro 22: Fundamentos Legais - FNDCT Geral

| OBJETIVO   | LEGISLAÇÃO  |
|--|---|
| Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.  | Decreto-Lei nº 719/1969.                                      |
| Aprova o Estatuto da Finep.  | Decreto nº 1.808/1996.  |
| Dispõe sobre o FNDCT.  | Lei nº 11.540/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.938/2009. |
| Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica.  | Lei nº 13.243/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018. |
| Altera a Lei Complementar nº 101/2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540/2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do FNDCT e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT. | Lei Complementar nº 177/2021                                  |

Quadro 23: Fundamentos Legais – FNDCT - FUNDOS SETORIAIS

| NOMENCLATURA                                    | ACRÔNIMO    | ORIGEM DOS RECURSOS   | OBJETIVO  | LEGISLAÇÃO   |
|---|-------------|---|---|--|
| <b>Fundo Setorial Espacial</b>                  | CT-Espacial | 25% das receitas de utilização de posições orbitais; 25% das receitas auferidas pela União relativas a lançamentos; 25% das receitas auferidas pela União relativas à comercialização dos dados e imagens obtidos por meio de rastreamento, telemedidas e controle de foguetes e satélites; e o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira - AEB decorrente da concessão de licenças e autorizações.  | Estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico ligados à aplicação de tecnologia espacial na geração de produtos e serviços nas áreas de comunicação, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação.   | Lei nº 9.994, de 24/7/2000, Decreto nº 3.915, de 12/9/2001.  |
| <b>Fundo Setorial de Energia</b>                | CT-Energ    | Entre 0,3% e 0,4% sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.   | Estimular a pesquisa e inovação em novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; ao desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional, aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D; à formação de recursos humanos e fomento à capacitação tecnológica nacional.  | Lei nº 9.991, de 24/7/2000, Lei nº 10.848, de 15/3/2004, Lei nº 12.212, de 20/1/2010, Lei nº 12.111, de 9/12/2009, Decreto nº 3.867, de 16/7/2001.   |
| <b>Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural</b> | CT-Petro    | 25% da parcela da União do valor dos royalties que exceder a 5% da produção de petróleo e gás natural.  | Estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre empresas e universidades, instituições de ensino superior ou centros de pesquisa do país, visando ao aumento da produção e da produtividade, à redução de custos e preços e à melhoria da qualidade dos produtos do setor. | Lei nº 9.478, de 6/8/1997, Lei nº 11.921, de 13/4/2009, Decreto nº 2.705, de 3/8/1998, Decreto nº 2.851, de 30/11/1998, Decreto nº 3.318, de 30/12/1999, Decreto nº 3.520, de 21/6/2000, Lei nº 12.351, de 22/12/2010, Lei nº 12.858, de 9/9/2013. |
| <b>Fundo Setorial da Amazônia</b>               | CT-Amazônia | Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas que produzem bens e serviços de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus; aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento dessas empresas como opção de investimento; recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D na Amazônia, atualizados e acrescidos de 12%; débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até dezembro de 2003, de aplicações relativas ao | Fomentar atividades de P&D na região Amazônia, conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus.   | Lei nº 8.387, de 30/12/1991, Lei nº 10.176, de 11/1/2001, Decreto nº 10.521, de 15/10/2020, Lei nº 11.077, de 30/12/2004.  |

| NOMENCLATURA                                      | ACRÔNIMO                | ORIGEM DOS RECURSOS  | OBJETIVO   | LEGISLAÇÃO   |
|---|-------------------------|--|--|--|
|   |                         | investimento compulsório anual em P&D tecnológico na Amazônia.   |  |  |
| <b>Fundo Setorial Mineral</b>                     | CT-Mineral              | 1% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração.  | Desenvolvimento e difusão de tecnologia, pesquisa científica, inovação, capacitação e formação de recursos humanos, para o setor mineral, principalmente para micro, pequenas e médias empresas e estímulo a pesquisa técnico-científica de suporte à exploração mineral.  | Lei nº 9.993, de 24/7/2000, Decreto nº 3.866, de 16/7/2001; Lei nº 8.001, de 13/03/1990, Lei nº 13.540, de 18/12/2017.   |
| <b>Fundo de Infraestrutura</b>                    | CT-Infra                | 20% dos recursos destinados a cada um dos 14 fundos.   | Modernizar e ampliar a infraestrutura e os serviços de apoio à pesquisa desenvolvida em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa brasileiras.  | Lei nº 10.197, de 14/2/2001, Decreto nº 3.807, de 26/4/2001, Lei nº 10.052, de 28/11/2000.   |
| <b>Fundo Setorial Aquaviário</b>                  | CT-Aquaviário           | 3% da parcela do produto da arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM).  | Apoiar projetos de P&D e inovação no setor aquaviário e de construção naval, em materiais, técnicas e processos de construção, reparação e manutenção e projetos; capacitação de recursos humanos; desenvolvimento de tecnologia industrial básica e implantação de infraestrutura para atividades de pesquisa.  | Lei nº 10.893, de 13/7/2004, Decreto nº 5.252, de 22/10/2004.  |
| <b>Fundo Verde Amarelo</b>                        | CT-Verde Amarelo ou FVA | 50% sobre a CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais; e mínimo de 43% da receita estimada da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os bens e produtos beneficiados com a Lei de Informática.   | Incentivar a implementação de projetos de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e empresas; estimular a ampliação dos gastos em P&D realizados por empresas; apoiar ações e programas que reforcem e consolidem uma cultura empreendedora e de investimento de risco no país.   | Lei nº 10.168, de 29/12/2000, Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.195, de 11/4/2002, Portaria nº 173, de 23/4/2004.   |
| <b>Fundo Setorial de Saúde</b>                    | CT-Saúde                | 17,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais instituídas pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000   | Estimular a capacitação tecnológica nas áreas de interesse do SUS, aumentar os investimentos privados em P&D, promover a atualização tecnológica da indústria brasileira de equipamentos médico-hospitalares, difundir novas tecnologias que ampliem o acesso da população aos bens e serviços na área de saúde.   | Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.143, de 25/2/2002.  |
| <b>Fundo Setorial de Tecnologia da Informação</b> | CT-Info                 | Mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação que recebem incentivos fiscais da Lei de Informática; aporte de até 2/3 do complemento de 2,7% dos 5% do faturamento das empresas como opção de investimento; recursos financeiros residuais, oriundos do não cumprimento dos percentuais mínimos fixados para investimentos em atividades de P&D, atualizados e acrescidos de 12%; débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, até dezembro de 2003, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em P&D tecnológico. | Fomentar projetos estratégicos de P&D em tecnologia da informação para as empresas brasileiras do setor de informática.  | Lei nº 8.248, de 23/10/1991, Lei nº 10.176, de 11/1/2001, Lei nº 11.077, de 30/12/2004, Lei Complementar nº 11.452, de 27/2/2007, Decreto nº 5.906, de 26/9/2006, Decreto nº 6.008, de 29/12/2006, Decreto nº 6.405, de 19/3/2008, Decreto nº 7.010, de 16/11/2009, Decreto nº 10.356, de 20/5/2020, Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 148, de 19/3/2007. |
| <b>Fundo Setorial de Agronegócio</b>              | CT-Agro                 | 17,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais.  | Estimular a capacitação científica e tecnológica nas áreas de agronomia, veterinária, biotecnologia, economia e sociologia agrícola, promover a atualização tecnológica da indústria agropecuária, com introdução de novas variedades a fim de reduzir doenças do rebanho e o aumento da competitividade do setor; estimular a ampliação de investimentos na área de biotecnologia agrícola tropical e de novas tecnologias. | Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.157, de 12/3/2002.  |
| <b>Fundo para o Setor Aeronáutico</b>             | CT-Aero                 | 7,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência  | Estimular investimentos em P&D no setor com vistas a garantir a competitividade nos mercados interno e externo, buscando   | Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.179, de 2/4/2002.   |

| NOMENCLATURA   | ACRÔNIMO         | ORIGEM DOS RECURSOS  | OBJETIVO   | LEGISLAÇÃO   |
|--|------------------|--|--|--|
|  |                  | técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais  | a capacitação científica e tecnológica na área de engenharia aeronáutica, eletrônica e mecânica; promover a difusão de novas tecnologias, a atualização tecnológica da indústria brasileira e maior atração de investimentos internacionais para o setor.  |  |
| <b>Fundo Setorial de Biotecnologia</b>                         | CT-Biotecnologia | 7,5% da CIDE advinda da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais.   | Promover a formação e capacitação de recursos humanos; fortalecer a infraestrutura nacional de pesquisas e serviços de suporte; expandir a base de conhecimento; estimular a formação de empresas de base biotecnológica e a transferência de tecnologias para empresas consolidadas; realizar estudos de prospecção e monitoramento do avanço do conhecimento no setor. | Lei nº 10.332, de 19/12/2001, Decreto nº 4.154, de 7/3/2002. |
| <b>Fundo Setorial de Recursos Hídricos</b>                     | CT-Hidro         | 4% da compensação financeira recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica (equivalente a 6% do valor da produção e geração de energia elétrica).   | Capacitar recursos humanos e apoiar o desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos para aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água.                                    | Lei nº 9.993, de 24/7/2000, Decreto nº 3.874, de 19/7/2001.  |
| <b>Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários</b> | CT-Transporte    | 10% das receitas obtidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infraestrutura de serviços de transporte terrestre da União. | Programas e projetos de P&D em engenharias civil e de transportes, materiais, logística, equipamentos e softwares, que propiciem a melhoria da qualidade, a redução do custo e o aumento da competitividade do transporte rodoviário de passageiros e de carga no País.  | Lei nº 9.992, de 24/7/2000, Decreto nº 4.324, de 6/8/2002.   |

### 5.3. FNDCT - Programas de investimentos, linhas de atuação e iniciativas aprovadas

Quadro 24: PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS, LINHAS DE ATUAÇÃO E INICIATIVAS APROVADAS 2023-2025

| Programa  | Linha de atuação   | Iniciativa   | Instrumento       |
|---|--|--|-------------------|
| <b>P1</b>   | 1. Recuperação, atualização e expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nacional   | Apoio a reparos emergenciais de equipamentos   | TED/Carta-convite |
|   |  | Recuperação e Atualização Laboratorial   | Chamada pública   |
|   |  | Expansão Laboratorial 2023   | Chamada pública   |
|   |  | Apoio à manutenção preventiva e corretiva de equipamentos nas IFES   | Chamada pública   |
|   | 2. Apoio à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica em áreas prioritárias e estratégicas  | Centros Temáticos 2023   | Chamada pública   |
|   |  | Centros Temáticos 2025   | Chamada pública   |
|   |  | Expansão Laboratorial 2025   | Chamada pública   |
|   |  | Expansão e Desenvolvimento de Infraestrutura de Pesquisa de Unidades de Pesquisa do MCTI                   | Chamada pública   |
|   | 3. Apoio à infraestrutura sustentável de computação para Inteligência Artificial em ICTs   |  |                   |
|   | 4. Redução de assimetrias no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação via expansão da infraestrutura científica e tecnológica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste | Expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste | Chamada pública   |
| 5. Apoio à constituição de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) | Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT – Chamada 2024  | TED/Chamada pública  |                   |
|   | Apoio a Programas de P&D do CNPEM  | TED/Encomenda  |                   |

| Programa   | Linha de atuação   | Iniciativa   | Instrumento                               |                 |
|--|--|--|---|-----------------|
|  | 6. Apoio a projetos emergenciais de pesquisa   | IMPATech   | TED/Encomenda                             |                 |
|  |  | Ampliação da capacidade de monitoramento do CEMADEN  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Apoio a reparos emergenciais de equipamentos para ICTs do Rio Grande do Sul  | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Projeto do Centro Nacional de Memória da Física no Pavilhão Mário de Almeida - Centro Brasileiro De Pesquisas Físicas (CBPF) | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Apoio Emergencial para Reestruturação do Instituto de Física da UnB  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Infraestrutura do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira"  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Infraestrutura do Navio Polar Almirante Maximiano  | Encomenda                                 |                 |
|  | 7. Apoio a projetos de cooperação internacional  | Infraestrutura Nacional de Tecnologia Governamental para Redes Descentralizadas  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Apoio ao Instituto Internacional de Física da UFRN/FAPERN  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Apoio ao projeto BINGO/China   | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Academia Brasileira de Ciências: capacitação de recursos humanos, intercâmbio científico e popularização da Ciência          | Encomenda                                 |                 |
|  | Enquadramento de projetos aprovados previamente  | Chamada Programa Pepe Mujica   | TED/Chamada pública                       |                 |
|  |  | Expansão das capacidades de pesquisa científica e tecnológica – IMPA   | TED/Encomenda                             |                 |
|  |  | Fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I - CNPEM   | TED/Encomenda                             |                 |
|  |  | Suplementação - Enfrentamento da Resistência Antimicrobiana  | TED/Chamada pública                       |                 |
|  |  | Suplementação - Cadeias Produtivas de Minerais Estratégicos  | TED/Chamada pública                       |                 |
|  | <b>P2</b>  | 1. Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais   | Suplementações de editais diversos        | Chamada pública |
|  |  |  | Cadeias Agroindustriais Sustentáveis 2023 | Chamada pública |
|  |  | 2. Complexo econômico e industrial da saúde  | Cadeias Agroindustriais Sustentáveis 2025 | Chamada pública |
|  |  |  | Mais Inovação Saúde - Empresas            | Chamada pública |
| Mais Inovação Saúde - ICTs   |  |  | Chamada pública                           |                 |
| Mais Inovação Saúde - Empresas 2025  |  |  | Chamada pública                           |                 |
| Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA)                               |  |  | Chamada pública                           |                 |
| 3. Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis nas cidades |  | Mobilidade Urbana  | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Aviação Sustentável  | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Resíduos, Saneamento e Moradia Popular   | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Aviação Sustentável (Suplementação)  | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Economia Circular e Cidades Sustentáveis   | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Subvenção Econômica Regional   | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Mobilidade Sustentável   | Chamada pública                           |                 |
| 4. Transformação digital da indústria  |  | Transformação Digital  | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Semicondutores   | Chamada pública                           |                 |
|  |  | Brasil Mais Produtivo  | Encomenda                                 |                 |
|  |  | CEITEC   | Encomenda                                 |                 |
|  |  | Tecnologias Digitais   | Chamada pública                           |                 |
| 5. Bioeconomia, Descarbonização e Transição e Segurança Energéticas          |  | Semicondutores - 2ª rodada   | Chamada pública                           |                 |
|  | Bioeconomia  | Chamada pública  |   |                 |
|  | Energias Renováveis  | Chamada pública  |   |                 |
|  | Transição Energética   | Chamada pública  |   |                 |
|  | Transformação Mineral  | Chamada pública  |   |                 |
| 6. Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais              | Eletrolisador Nacional   | Chamada pública  |   |                 |
|  | Soberania e defesa nacionais   | Chamada pública  |   |                 |
|  | Turbinas a Gás – TR 500 <sup>o</sup> - Banco de Ensaio de Câmara de Combustão (BECC) e do Banco de Ensaio de Turbina (BET) | Encomenda  |   |                 |
|  | Base Nacional de Defesa  | Chamada pública  |   |                 |

| Programa  | Linha de atuação  | Iniciativa   | Instrumento         |
|---|---|--|---------------------|
|   | 7. Apoio Sistêmico à Inovação empresarial, diretamente ou através de instituições parceiras   | Parques Tecnológicos   | Chamada pública     |
|   |   | Centelha III   | Carta-convite       |
|   |   | Centelha III (bolsas)  | TED/Carta-convite   |
|   |   | Fundos de Investimento   | Chamada pública     |
|   |   | EMBRAPII   | TED/Encomenda       |
|   |   | Projeto CBPF/Parque Tecnológico UFRJ   | Encomenda           |
|   |   | Ações Sistêmicas – Fundos de Investimento e Participação                                       | Chamada pública     |
|   |   | EMBRAPII Hidrogênio  | TED/Encomenda       |
|   |   | FIP Startup Conexões   | Chamada pública     |
|   |   | FIP Conexões de Inteligência Artificial  | Chamada pública     |
|   |   | EMBRAPII 2025  | TED/Chamada pública |
|   |   | TECNOVA 4ª Edição  | Carta-convite       |
|   |   | Programas e Atividades de PD&I do CNPEM alinhados à NIB  | TED/Encomenda       |
|   |   | Rede nacional de dados e indicadores de C&T  | Encomenda           |
|   | 8. Apoio à cooperação internacional para a inovação empresarial   | Eureka Globalstars   | Chamada pública     |
|   |   | Cooperação Brasil-Noruega - RCN  | Chamada pública     |
|   |   | Apoio ao projeto LBNF-DUNE   | Encomenda           |
|   |   | Projetos de Cooperação Internacional no âmbito do BRICS  | Chamada pública     |
|   |   | Suplementações de editais diversos   | Chamada pública     |
|   | Enquadramento de projetos aprovados previamente   |  | TED/Encomenda       |
| <b>P3</b>   | 1. Programa de promoção da conectividade digital em todo o território nacional via infovias estaduais e redes metropolitanas  | Conecta (RNP)  | TED/Encomenda       |
|   | 2. Programa massivo de capacitação digital em escolas e de populações com maior vulnerabilidade socioeconômica  | Mais Ciência na Escola   | TED/Chamada pública |
|   | Enquadramento de projetos aprovados previamente   | Suplementação do edital Desenvolvimento de aplicações em redes 5G Privadas                     | Chamada pública     |
| <b>P4</b>   | 1. Apoio à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na região amazônica voltada para recuperação, atualização, interiorização e criação de laboratórios, acervos científicos, históricos e culturais e coleções biológicas     | Apoio à infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na região amazônica                | Chamada pública     |
|   |   | INPA   | Encomenda           |
|   |   | Museu Emilio Goeldi  | Encomenda           |
|   |   | Museu das Amazônias  | Encomenda           |
|   |   | Nova edição da chamada pública de apoio na região da Amazônia Legal                            | Chamada pública     |
|   | 2. Apoio a projetos de inovação de empresas nas áreas de bioeconomia, cidades sustentáveis, descarbonização de processos produtivos, transformação digital, economia digital, restauração florestal, transporte e monitoramento ambiental | Apoio a Projetos de Inovação de Empresas - PRÓ-AMAZÔNIA  | Chamada pública     |
|   | 3. Fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em rede, incluindo projetos de inovação social, visando apoiar ou criar centros avançados em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica    | Centros avançados em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica | TED/Chamada pública |
|   | 4. Apoio a projetos de cooperação internacional, visando o desenvolvimento sustentável da região amazônica  | Infovias transfronteiriças em Educação e Pesquisa/RNP  | TED/Encomenda       |
|   |   | Projeto de cooperação internacional de pesquisa entre Brasil e países Pan-Amazônicos           | TED/Chamada pública |
|   | <b>P5</b>   | 1. Repatriação de Pesquisadores  |                     |
| 2. Fixação de Pesquisadores   |   | Fixação de Jovens Doutores no Brasil (PROFIX-CB)   | TED/Chamada pública |
|   |   | Suplementação Conhecimento Brasil - Programa PCI   | TED/Chamada pública |
| 3. Atração de Pesquisadores   |   | Programa de Atração e Fixação de Pesquisadores para Inovação e Desenvolvimento Científico      | TED/Chamada pública |
| 4. Apoio a projetos em rede com pesquisadores brasileiros no exterior |   | Chamada para apoio a projetos em rede com pesquisadores brasileiros no exterior                | TED/Chamada pública |
|   | 5. Subvenção Econômica a Empresas   | Conhecimento Brasil  | Chamada pública     |
| <b>P6</b>   | 1. Apoio à estruturação de redes temáticas/cooperativas de pesquisa para diagnóstico, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas nacionais  | Pesquisa de Inovação - PINTEC  | Encomenda           |
|   |   | Pesquisa de Inovação - PINTEC (bolsas)   | TED/Encomenda       |
|   |   | Prospecção de Cadeias Produtivas e Necessidade de Qualificação Profissional (Casa Civil)       | TED/Encomenda       |
|   |   | Monitoramento do Esporte Brasileiro: Informações e Indicadores (ME)                            | TED/Encomenda       |

| Programa  | Linha de atuação  | Iniciativa  | Instrumento     |
|-----------|---|---|-----------------|
|           |   | Rede de Pesquisa para Promoção da Segurança Jurídica em Políticas Públicas (AGU)  | TED/Encomenda   |
|           |   | Rede de Pesquisa “Combustível do Futuro (SAF)” (Min. Portos)  | TED/Encomenda   |
|           |   | Solução de Inteligência Artificial (IA) para o Programa Bolsa Família (MDS)   | Encomenda       |
|           |   | Laboratório Integrado de Geointeligência e Modelagem de Redes de Ilícitos da Amazônia - LIGEM.Redes (MD)  | Encomenda       |
|           |   | Rede de Biorrefino da Amazônia (MDIC)   | Encomenda       |
|           |   | Pesquisa em apoio aos municípios para promoverem enfrentamento às mudanças climáticas (Min. Cidades)  | Encomenda       |
|           |   | Pesquisa para desenvolvimento da Incubadora e Aceleradora de Mídias Negras, Periféricas e Independentes (SECOM)   | TED/Encomenda   |
|           |   | Solução tecnológica baseada em drones com sensores avançados e IA para agropecuária brasileira (MAPA)   | Encomenda       |
|           |   | Projeto Biodiversa Brasil (MMA)   | Encomenda       |
|           |   | Pesquisa de Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas (BHSQ)  | Encomenda       |
|           |   | Rede de Pesquisa e Extensão em Participação Social  | TED/Encomenda   |
|           |   | Diplomacia da Inovação  | TED/Encomenda   |
|           |   | Raízes & Redes: Inovação Territorial em Pernambuco  | TED/Encomenda   |
|           |   | Inventário de GEE na Aquicultura Brasileira   | TED/Encomenda   |
|           |   | Rede e Infraestrutura de Pesquisa para subsidiar o Sistema Nacional de Planejamento, com foco em Desenvolvimento Regional e Territorial                         | Encomenda       |
|           |   | Biomonitoramento Humano de Substâncias Químicas em Territórios Indígenas do Brasil  | Encomenda       |
|           |   | Aplicações Inteligentes para a Previdência Social (Projeto IAPREV)  | Encomenda       |
|           |   | Pesquisa para desenvolvimento de Infraestrutura de dados e rede científica para Promoção da Integridade da Informação   | Encomenda       |
|           |   | Plataforma de Monitoramento e Gestão de Conhecimentos do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica   | Encomenda       |
|           | 2. Atualização e expansão de infraestrutura crítica de pesquisa para o apoio e desenvolvimento de políticas públicas                        | Evolução do parque instrumental do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem - LBCD (ME)  | Encomenda       |
|           |   | Soluções Tecnológicas para Agricultura Familiar: Máquinas Agrícolas e Bioinsumos (MDA)  | Encomenda       |
|           |   | Implementação de Protótipos de Microbiorrefinarias para Cacau, Cupuaçu e Açaí (MDIC)  | Encomenda       |
|           |   | Projeto TV 3.0 - Fase 4 (MiniCom)   | TED/Encomenda   |
|           |   | Viabilidade técnica do aumento da mistura de etanol e gasolina para o programa Combustível do Futuro  | TED/Encomenda   |
|           | 3. Promoção da defesa e popularização da ciência via chamadas públicas a serem lançadas em parceria com as unidades da federação            |   |                 |
| <b>P7</b> | 1. Apoio à preservação, divulgação, restauração e acessibilidade de acervos científicos   | Acervos - Científico e Tecnológico  | Chamada pública |
|           |   | Acervos - Científico e Tecnológico 2025   | Chamada pública |
|           | 2. Apoio à preservação, divulgação, restauração e acessibilidade de acervos históricos e culturais  | Acervos - Científico e Tecnológico  | Chamada pública |
|           |   | Acervos - Científico e Tecnológico 2025   | Chamada pública |
| <b>P8</b> | 1. Orion - Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica do CNPEM  | Projeto Orion - Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica (LNMCB) NB4  | TED/Encomenda   |
|           | 2. Reator Nuclear Multipropósito Brasileiro – RMB   | Reator Nuclear Multipropósito Brasileiro - RMB (CNEN)   | Encomenda       |
|           | 3. Missão CBERS 6 - Projeto de Satélite de Observação Terrestre   | Atualização e Otimização da Plataforma Multimissão (PMM) destinada ao uso em satélites em missões espaciais do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) | Encomenda       |
|           | 4. Sirius – Fase II - instalação de 10 novas linhas de luz  | Projeto Sirius (CNPEM)  | TED/Encomenda   |
|           | Enquadramento de projetos aprovados previamente   | Fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I – CNPEM – Projeto LNB4/Órion   | TED/Encomenda   |
|           |   | Projeto Sirius (CNPEM)  | TED/Encomenda   |
| <b>P9</b> | 1. Sistemas de guiamento, de controle e de navegação com aplicação em mísseis, foguetes e veículos não tripulados terrestres/aéreos/ navais | Sistema de Navegação Inercial para Dinâmicas Rápidas (SNIDR)  | Encomenda       |
|           |   | Enxame de veículos autônomos aéreos e terrestres: guiamento, controle e navegação   | Encomenda       |
|           |   | Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – Fase 2 (SisGAAZ-2)  | Encomenda       |

| Programa   | Linha de atuação   | Iniciativa  | Instrumento  |
|--|--|---|--|
|  | 2. Sistemas de sensoriamento remoto e de consciência situacional com aplicações para a Defesa, sensores diversos   | Camuflagem multiespectral para aplicação em Sistemas e Materiais de Emprego Militar   | Encomenda  |
|  |  | P&D do Radar Contrabateria Multifunção – Etapa 2  | Encomenda  |
|  |  | Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Críticas para o Domínio Aéreo futuro (CET-ADS)   | Encomenda  |
|  | 3. Aplicações em Inteligência Artificial (IA), Defesa e Segurança Cibernética, Tecnologias quânticas e robótica  | Tecnologias Quânticas aplicadas aos equipamentos laser para defesa de ponto   | Encomenda  |
|  |  | Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Quânticas para Segurança e Defesa Nacional  | Encomenda  |
|  | 4. Tecnologias associadas as áreas nuclear e de energia para a Defesa  | Projeto de desenvolvimento tecnológico do processo produtivo de elementos combustíveis nucleares  | Encomenda  |
|  |  | Projeto ATOMIC - Análise de Transientes e Acidentes Operacionais Nucleares com Modelagem Integrada Computacional  | Encomenda  |
|  | 5. Tecnologias relacionadas a foguetes e veículos lançadores de satélites: hipersônica, sistemas propulsivos, componentes químicos e energéticos especiais, materiais compostos, componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos voltados para aplicação espacial | Desenvolvimento e inovação em rotas de síntese para insumos estratégicos na produção de propelentes altamente energéticos   | Encomenda  |
|  |  | VLM-1 AT: Desenvolvimento de Tecnologias Críticas e fabricação de componentes e subsistemas visando a Autonomia Tecnológica (AT) Nacional no Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) | Encomenda  |
|  | <b>P10</b>   | 1. Desenvolvimento de soluções tecnológicas para aumento da produtividade na agricultura familiar e acesso a água no semiárido  | Máquinas e equipamentos para agricultura familiar e acesso a água no semiárido |
| Acesso à água no semiárido   |  |   | Encomenda  |
| Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Genética Agrícola – READAPTA e SEMENTES AGROECOLÓGICAS                     |  |   | Encomenda  |
| Soluções Tecnológicas para Agricultura Familiar: Máquinas e Bioinsumos   |  |   | Encomenda  |
| Desafios Tecnológicos: Agricultura Familiar  |  |   | Chamada pública  |
| 2. Desenvolvimento de soluções tecnológicas para cadeias socioprodutivas da Bioeconomia e sistemas agroalimentares |  | Programa Cadeias Socioprodutivas da Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares - Empresas   | Chamada pública  |
|  |  | Programa Cadeias Socioprodutivas da Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares - ICTs   | Chamada pública  |
| 3. Estruturação e tecnificação de empreendimentos rurais   |  | Programa de Estruturação e Tecnificação de Empreendimentos Rurais MCTI– ICT e Entidades da Sociedade Civil  | Chamada pública  |
| 4. Apoio a projetos de cooperação internacional em segurança alimentar e nutricional                               |  | Projeto de Autoridade Depositária Internacional (IDA) da Embrapa  | Encomenda  |
| Enquadramento de projetos aprovados previamente  |  | Suplementações de editais diversos  | Chamada pública  |
| <b>P11</b>   | 1. Infraestrutura e desenvolvimento de IA  | Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT - Pesquisa em Inteligência Artificial  | TED/Chamada pública  |
|  |  | Estudos Técnicos e Processo de Aquisição do Supercomputador de porte global (HPC) para IA   | Encomenda  |
|  | 2. Difusão, Formação e Capacitação em IA   |   |  |
|  | 3. IA para melhoria dos serviços públicos  | Infraestrutura Nacional de Dados, Núcleo e Soluções de IA para o Serviço Público  | Encomenda  |
|  | 4. IA para inovação empresarial  | Inteligência Digital para Ecossistemas Integrados Ambientais e Territoriais do Brasil   | TED/Encomenda  |
| 5. Apoio ao Processo Regulatório e de Governança da IA   | Chamada RHAIE IA CNPq  | TED/Chamada pública   |  |
| <b>P12</b>   | 1. Monitoramento e Previsão  | Lançamento do satélite Amazônia 1B/SABIA-Mar  | Encomenda  |
|  | 2. Identificação de Vulnerabilidades   | Sistema Inteligente de Previsão de Extremos Climáticos - SIPEC  | Encomenda  |
|  | 3. Planejamento Integrado  | Sistemas de Informações Científicas e Tecnológicas de Apoio à Tomada de Decisão na Agenda Climática   | TED/Encomenda  |
|  | 4. Gestão de Desastres   |   |  |
|  | 5. Resiliência Climática   |   |  |
|  | 6. Cooperação Internacional  |   |  |

## 5.4. Dados das UP utilizados nos infográficos (item 3.5.1)

Tabela 38: Força de Trabalho Expandida

| Categorias da Força de Trabalho  | CBPF       | CEMADEN    | CTI        | CETEM      | CETENE     | IBICT      | INMA      | INPA**     | INPE        | INSA       | INT        | INPP      | LNA        | LNCC       | MAST***    | MPEG       | ON         | Total        | %           |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|-------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|-------------|
| Estatutário                      | 128        | 122        | 126        | 96         | 42         | 83         | 29        | 422        | 689         | 34         | 152        | 3         | 66         | 72         | 60         | 198        | 100        | 2422         | 49,8%       |
| Requisitado                      | 0          | 1          | 0          | 0          | 0          | 6          | 0         | 0          | 1           | 0          | 3          | 0         | 1          | 1          | 2          | 4          | 0          | 19           | 0,4%        |
| Cedido                           | 0          | 1          | 2          | 4          | 2          | 8          | 8         | 1          | 12          | 3          | 11         | 7         | 1          | 0          | 2          | 10         | 0          | 72           | 1,5%        |
| Empregados Públicos (Anistiados) | 0          | 0          | 0          | 2          | 0          | 0          | 0         | 0          | 8           | 0          | 1          | 0         | 0          | 0          | 1          | 3          | 2          | 17           | 0,3%        |
| Sem vínculo                      | 0          | 0          | 2          | 0          | 55         | 1          | 0         | 14         | 0           | 3          | 0          | 0         | 3          | 1          | 1          | 0          | 0          | 80           | 1,6%        |
| Outros*                          | 0          | 0          | 2          | 0          | 1          | 0          | 1         | 22         | 7           | 0          | 0          | 0         | 33         | 4          | 0          | 1          | 0          | 71           | 1,5%        |
| Bolsistas (PCI e outras)         | 18         | 19         | 53         | 77         | 89         | 660        | 18        | 39         | 401         | 65         | 20         | 20        | 9          | 133        | 41         | 209        | 144        | 2.015        | 41,5%       |
| Estagiários                      | 0          | 0          | 2          | 6          | 2          | 0          | 0         | 50         | 44          | 3          | 9          | 2         | 0          | 2          | 4          | 30         | 9          | 163          | 3,4%        |
| <b>Total</b>                     | <b>146</b> | <b>143</b> | <b>187</b> | <b>185</b> | <b>191</b> | <b>758</b> | <b>56</b> | <b>548</b> | <b>1162</b> | <b>108</b> | <b>196</b> | <b>32</b> | <b>113</b> | <b>213</b> | <b>111</b> | <b>455</b> | <b>255</b> | <b>4.859</b> | <b>100%</b> |

Legenda: Categorias da Força de Trabalho conforme apresentado na Tabela 4.1-2 do RG 2023, acrescido das categorias "BOLSISTAS E ESTAGIÁRIOS", os quais não são considerados em "sem vínculo" para evitar dupla contagem. Em SEM VÍNCULO, considera-se os cargos comissionados sem vínculo.

Notas Explicativas: (\*) "OUTROS" se enquadram em uma das situações funcionais a seguir: i) excedentes; ii) cargos de natureza especial; iii) exercício descentralizado; ou iv) exercício provisório. (\*\*) Em bolsistas do INPA são considerados apenas bolsistas PCI. (\*\*\*) Em bolsistas do MAST, considerar apenas PCI.

Tabela 39: Cientistas nas UPs (estatutários)

| Cientistas nas UP (Estatutários)                | CBPF      | CEMADEN   | CTI      | CETEM     | CETENE   | IBICT     | INMA      | INPA       | INPE       | INSA     | INT      | INPP     | LNA       | LNCC      | MAST      | MPEG      | ON        | Total      | %             |
|---|-----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|------------|------------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|---------------|
| Pesquisador das Carreiras de CT&I               | 70        | 25        | 6        | 23        | 8        | 10        | 19        | 163        | 151        | 2        | 4        | 0        | 10        | 27        | 15        | 53        | 32        | 618        | 99,8%         |
| Pesquisadores de Outras Carreiras Públicas (NS) | 0         | 0         | 0        | 1         | 0        | 0         | 0         | 0          | 0          | 0        | 0        | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1          | 0,2%          |
| <b>Total</b>                                    | <b>70</b> | <b>25</b> | <b>6</b> | <b>24</b> | <b>8</b> | <b>10</b> | <b>19</b> | <b>163</b> | <b>151</b> | <b>2</b> | <b>4</b> | <b>0</b> | <b>10</b> | <b>27</b> | <b>15</b> | <b>53</b> | <b>32</b> | <b>619</b> | <b>100,0%</b> |

Legenda: servidores públicos que exercem atividades de pesquisa na unidade (nível superior - NS), com destaque para as carreiras de C&T.

Tabela 40: Gestores nas UPs (estatutários)

| Gestores nas UP (Estatutários)              | CBPF     | CEMADEN   | CTI       | CETEM    | CETENE    | IBICT     | INMA     | INPA      | INPE      | INSA      | INT       | INPP     | LNA       | LNCC     | MAST     | MPEG      | ON       | Total      | %             |
|---|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|------------|---------------|
| Analista em CT&I                            | 8        | 25        | 11        | 9        | 10        | 21        | 7        | 20        | 75        | 15        | 23        | 3        | 11        | 9        | 6        | 21        | 6        | 280        | 98,2%         |
| Analistas de Outras Carreiras Públicas (NS) | 0        | 1         | 0         | 0        | 0         | 4         | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 5          | 1,8%          |
| <b>Total</b>                                | <b>8</b> | <b>26</b> | <b>11</b> | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>25</b> | <b>7</b> | <b>20</b> | <b>75</b> | <b>15</b> | <b>23</b> | <b>3</b> | <b>11</b> | <b>9</b> | <b>6</b> | <b>21</b> | <b>6</b> | <b>285</b> | <b>100,0%</b> |

Legenda: servidores públicos que atuam no desenvolvimento de tecnologias, com destaque para as carreiras de Desenvolvimento Tecnológico.

Tabela 41: Tecnologistas nas UPs (estatutários)

| Tabela 32: Tecnologistas nas UP (Estatutários)  | CBPF      | CEMADEN   | CTI       | CETEM     | CETENE    | IBICT     | INMA     | INPA      | INPE       | INSA     | INT       | INPP     | LNA       | LNCC      | MAST      | MPEG      | ON        | Total      | %           |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|------------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-------------|
| Tecnologista                                    | 20        | 72        | 81        | 20        | 10        | 42        | 3        | 34        | 267        | 5        | 81        | 0        | 17        | 31        | 19        | 23        | 24        | 749        | 99,9%       |
| Tecnologistas de Outras Carreiras Públicas (NS) | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 0        | 0         | 0          | 0        | 0         | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1          | 0,1%        |
| <b>Total</b>                                    | <b>20</b> | <b>72</b> | <b>81</b> | <b>20</b> | <b>10</b> | <b>43</b> | <b>3</b> | <b>34</b> | <b>267</b> | <b>5</b> | <b>81</b> | <b>0</b> | <b>17</b> | <b>31</b> | <b>19</b> | <b>23</b> | <b>24</b> | <b>750</b> | <b>100%</b> |

Legenda: servidores públicos que atuam no desenvolvimento de tecnologias, com destaque para as carreiras de Desenvolvimento Tecnológico.

Tabela 42: Orçamento Total do Exercício

| Orçamento Total do Exercício     | CBPF   | CEMADEN | CTI   | CETEM  | CETENE | IBICT  | INMA  | INPA   | INPE    | INSA  | INT    | INPP  | LNA    | LNCC   | MAST  | MPEG   | ON     | Total   |
|----------------------------------|--------|---------|-------|--------|--------|--------|-------|--------|---------|-------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|--------|---------|
| <b>Orçamento Total (R\$ mil)</b> | 23.282 | 25.544  | 9.764 | 13.014 | 7.439  | 15.925 | 4.196 | 38.506 | 106.937 | 7.400 | 15.848 | 1.698 | 17.773 | 24.203 | 8.086 | 19.157 | 12.958 | 351.730 |

Legenda: Valores informados pelas UP em levantamento feito para o RG 2025.

Tabela 43: Orientações de Dissertações e Teses Defendidas

| Orientações de Dissertações e Teses Defendidas | CBPF | CEMADEN | CTI  | CETEM | CETENE | IBICT | INMA | INPA | INPE | INSA | INT  | INPP | LNA  | LNCC | MAST | MPEG | ON | Total | %    |
|--|------|---------|------|-------|--------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|-------|------|
| <b>NTD</b>                                     | 12   | 4       | 1    | 3     | n.d.   | 20    | 9    | 53   | 60   | n.d. | n.d. | n.d. | 5    | 8    | 19   | 19   | 5  | 218   | 45%  |
| <b>NDM</b>                                     | 14   | 3       | 9    | 3     | n.d.   | 26    | n.d. | 78   | 41   | n.d. | n.d. | n.d. | 4    | 9    | 24   | 24   | 15 | 250   | 52%  |
| <b>NEM</b>                                     | n.d. | n.d.    | n.d. | n.d.  | n.d.   | 0     | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 12   | 4    | 0  | 16    | 3%   |
| <b>Total</b>                                   | 26   | 7       | 10   | 6     | n.d.   | 46    | 9    | 131  | 101  | n.d. | n.d. | n.d. | 9    | 17   | 55   | 47   | 20 | 484   | 100% |

Legenda: Números das teses e dissertações de pós-graduação computados no índice IODT descrito no TCG. Os números também incluem a orientação das dissertações e teses por pesquisadores em outras instituições que não a UP que possuem parceria nos programas de pós-graduação. Os números são **NTD** = N° de Teses de Doutorado defendidas + **NDM** = N° de Dissertações de Mestrado defendidas + **NME** = N° de Monografias de Especialização defendidas.

**N.D.:** não disponível – pode ocorrer quando os indicadores não refletem a vocação e atividades características da unidade e, portanto, não são pactuados no TCG da respectiva unidade para sua mensuração.

Tabela 44: Total de artigos indexadas

| Total de publicações                                    | CBPF | CEMADEN | CTI | CETEM | CETENE | IBICT * | INMA | INPA | INPE | INSA | INT | INPP | LNA | LNCC | MAST | MPEG | ON  | Total |
|---|------|---------|-----|-------|--------|---------|------|------|------|------|-----|------|-----|------|------|------|-----|-------|
| <b>Artigos indexados na base SCOPUS e WEB OF SCINCE</b> | 456  | 92      | 62  | 45    | 31     | 64      | 80   | 307  | 508  | 68   | 60  | 16   | 105 | 97   | 16   | 176  | 206 | 2.389 |

Legenda: Corresponde ao indicador descrito no TCG NPUB = N° de artigos científicos indexados publicados nas bases Scopus, Web of Science (WOS/ SCI) ou em periódicos classificados pela plataforma QualisCapes como b2 ou superior. (\*) IBICT informa que o item " Total de publicações" está sujeito a alterações, pois o levantamento das produções dos bolsistas seniores ainda estava em curso no momento de elaboração deste RGI.

Tabela 45: Projetos de P&D executados nas UP

| Projetos de P&D executados nas UP | CBPF | CEMADEN | CTI  | CETEM | CETENE | IBICT | INMA | INPA * | INPE ** | INSA | INT  | INPP | LNA  | LNCC | MAST | MPEG | ON | Total | %    |
|-----------------------------------|------|---------|------|-------|--------|-------|------|--------|---------|------|------|------|------|------|------|------|----|-------|------|
| <b>NPROE</b>                      | n.d. | n.d.    | 12   | 61    | 17     | n.d.  | 0    | n.d.   | n.d.    | n.d. | 5    | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 0    | 5  | 100   | 17%  |
| <b>PIS</b>                        | 25   | n.d.    | 9    | n.d.  | 4      | n.d.  | 26   | n.d.   | n.d.    | n.d. | 21   | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 31   | 0  | 116   | 20%  |
| <b>NPROG</b>                      | n.d. | n.d.    | 54   | 4     | 0      | 10    | 0    | n.d.   | n.d.    | 8    | 13   | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 39   | 3  | 131   | 23%  |
| <b>NPP&amp;D [INPA]*</b>          | n.d. | n.d.    | n.d. | n.d.  | n.d.   | n.d.  | 0    | 96     | n.d.    | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 0  | 96    | 17%  |
| <b>PDT_PDS_PB_PA [INPE]**</b>     | n.d. | n.d.    | n.d. | n.d.  | n.d.   | n.d.  | 0    | n.d.   | 136     | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 0  | 136   | 23%  |
| <b>Total</b>                      | 25   | n.d.    | 75   | 65    | 15     | 10    | 26   | 96     | 136     | 8    | 39   | n.d. | n.d. | n.d. | n.d. | 70   | 8  | 579   | 100% |

Legenda: Números correspondentes aos indicadores descritos no TCG: **NPROE** = Número de Programas e Projetos de P&D contratados cujo cliente seja empresa + **PIS** = Número de programas, projetos, serviços ou iniciativas sistêmicas realizados ou ofertados no ano que contribuam para inclusão social + **NPROG** = Número de projetos de P&D contratados (cliente governo e suas esferas). **N.D.:** não disponível – pode ocorrer quando os indicadores não refletem a vocação e atividades características da unidade e, portanto, não são pactuados no TCG da respectiva unidade para sua mensuração.

Notas Explicativas: (\*) As variáveis NPROG, NPROE e PIS não são mensuradas no INPA, o número apresentado [NPP&D] corresponde ao número de projetos de P&D com financiamento externo, executados no INPA em 2025 e registrados na Coordenação Geral de Pesquisas, Capacitação e Extensão - CGPE. (\*\*) As categorias NPROG, NPROE e PIS não estão disponíveis no INPE; o número apresentado [PDT\_PDS\_PB\_PA] se refere à soma dos projetos incluídos no Portfólio Institucional de Iniciativas ao final de 2025, nas categorias: projetos de desenvolvimento tecnológico (PDT), de desenvolvimento de software (PDS), de pesquisa científica básica (PB) e de pesquisa tecnológica aplicada (PA). (\*\*\*) O IBICT informa que os indicadores NSTEC, NPROE e PIS não se aplicam ao Ibiact, conforme TCG/2025, e por isso não dispomos da informação (n.d.).

Tabela 46: Mais resultados das UPs

| Item | Mais Resultados das UP                       | CBPF | CEMADEN | CTI     | CETEM  | CETENE  | IBICT * | INMA    | INPA    | INPE **   | INSA   | INT    | INPP    | LNA    | LNCC    | MAST      | MPEG    | ON        | Total     |
|------|--|------|---------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|-----------|--------|--------|---------|--------|---------|-----------|---------|-----------|-----------|
| 1    | Totas de Parcerias Institucionais realizadas | 115  | 34      | 86      | 21     | 122     | 67      | 4       | 93      | 45        | 20     | 72     | n.d.    | 36     | 56      | 18        | 7       | 37        | 833       |
| 2    | Patentes                                     | 2    | n.d.    | 10      | 3      | 2       | 2       | n.d.    | n.d.    | 6         | 1      | 9      | n.d.    | 1      | 5       | n.d.      | 2       | 3         | 46        |
| 3    | Laboratórios Multiusuários (LM)              | 34   | 1       | 10      | 2      | 4       | 8       | 3       | 5       | 41        | 1      | 3      | n.d.    | 12     | 6       | 2         | 13      | 3         | 148       |
| 4    | Processos e Técnicas Desenvolvidos           | 27   | 9       | 103     | 280    | 45      | 18      | n.d.    | 28      | 245       | 6      | 6      | n.d.    | n.d.   | n.d.    | n.d.      | 2       | 0         | 769       |
| 5    | Serviços Técnicos e Tecnológicos Prestados   | n.d. | n.d.    | 27      | 139    | 1.791   | n.d.    | n.d.    | 29      | 27        | 231    | 753    | n.d.    | 1      | n.d.    | n.d.      | n.d.    | 134       | 3132      |
| 6    | Visitas às UP                                | n.d. | 350     | 697     | 430    | 552     | 11.320  | 120.000 | 140.554 | 7.038     | 533    | n.d.   | n.d.    | 3.328  | 1.290   | 56.944    | 206.260 | 447       | 549.743   |
| 7    | Acessos Virtuais                             | n.d. | 286.564 | 198.000 | 29.640 | 809.593 | 285.627 | 42.306  | 254.700 | 1.168.103 | 96.105 | 17.000 | 403.874 | 61.398 | 127.813 | 2.522.475 | 256.371 | 1.198.245 | 7.757.814 |

**Notas explicativas:**

**(item 1)** Números correspondentes à soma dos seguintes indicadores descritos no TCG: PPCI (Número de programas e projetos em CT&I vigentes em parceria formal com instituições estrangeiras no ano) + PPCN (Número de programas e projetos em CT&I vigentes em parceria formal com instituições nacionais no ano).

**(item 2)** Números correspondentes ao seguinte indicador descrito no TCG: NPPI = (nº de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (nº de patentes concedidas no país e no exterior), no ano.

**(item 3)** Número de laboratórios abertos (instalações físicas) mantidos pelas Unidades e abertos a usuários externos (pesquisadores, ICT etc.).

**(item 4)** Números correspondentes ao indicador descrito no TCG: NPTD = Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos.

**(item 5)** Números correspondentes ao indicador descrito no TCG: NSTEC = Número de serviços técnicos e tecnológicos prestados no período de vigência do TCG, tais como certificações, medições, análises, ensaios, calibrações, consultorias e similares. Ou seja, Número de produtos e serviços disponibilizados ao setor produtivo e demais parceiros, utilizando a capacidade instalada como mecanismo de transbordamento das competências institucionais disponíveis.

**(item 6)** Número de pessoas que visitaram as instalações físicas das UP presencialmente.

**(item 7)** Somatório de todos os acessos realizados sejam em páginas de eventos web ou à própria página da Unidade.

**Dados não disponíveis (n.d.)**, que geralmente decorrem da não adoção dos respectivos indicadores no TCG do exercício das respectivas unidades.

(\*) Para preenchimento do item "Laboratórios Multiusuários (LM)", o IBICT contabilizou os laboratórios virtuais.

(\*\*) Número de visitantes presenciais à sede do INPE em São José dos Campos, SP.

## 5.5. Dados das OS utilizados nos infográficos (item 3.5)

Tabela 47: Força de Trabalho das OSs – direta e indireta

| Força de Trabalho - direta e indireta   | CGEE | CNPEM | EMBRAPII | IDSIM | IMPA | RNP   | INPO | Total  |
|---|------|-------|----------|-------|------|-------|------|--------|
| <b>(1) Total de Profissionais ativos diretamente na OS</b>                        | 96   | 1220  | 131      | 522   | 213  | 1.242 | 31   | 3.455  |
| <b>(2) Total de Pesquisadores e Tecnologistas envolvidos nas atividades da OS</b> | 0    | 131   | 13.342   | 364   | 48   | 426   | 15   | 14.326 |

Legenda: (1) Quadro técnico atual da força de trabalho das OS incluindo funcionários administrativos, pesquisadores e tecnologistas, sejam celetistas, servidores cedidos, prestadores de serviços terceirizados, autônomos, bolsistas de pós-graduação ou iniciação científica estagiários. (2) Estimativa da quantidade de Pesquisadores e Tecnologistas externos envolvidos nas atividades promovidas ou apoiadas pela OS (transbordamentos).

Tabela 48: Orçamento Total

| <i>Orçamento Total</i>                                 | CGEE       | CNPEM         | EMBRAPII    | IDSMS      | IMPA           | RNP         | INPO      | Total         |
|--|------------|---------------|-------------|------------|----------------|-------------|-----------|---------------|
| <b>(1) Orçamento Total da OS no exercício (R\$)</b>    | 54.187.826 | 1.157.224.686 | 661.676.264 | 37.739.068 | 252.351.127,11 | 407.088.255 | 9.981.122 | 2.580.248.349 |
| <b>(2) Contribuição (%) do MCTI ao Orçamento da OS</b> | 71%        | 95%           | 39%         | 52%        | 62,42%         | 60%         | 95%       | 62%           |

Legenda: (1) Somatório dos contratos de gestão e outras fontes.

Tabela 49: Infraestrutura de P&D – mantida e apoiada pelas OSs

| <i>Infraestrutura em P&amp;D - mantida e apoiada</i>      | CGEE | CNPEM | EMBRAPII | IDSMS | IMPA | RNP | INPO | Total |
|---|------|-------|----------|-------|------|-----|------|-------|
| <b>(1) Laboratórios Multiusuários</b>                     | n.d. | 32    | n.d.     | 14    | 10   | 5   | 1    | 62    |
| <b>(2) Projetos de Infraestrutura de P&amp;D apoiados</b> | n.d. | 3     | n.d.     | 1     | 2    | 6   | 2    | 14    |

Legenda: (1) Número de laboratórios abertos (instalações físicas) mantidos pelas OS e abertos à usuários externos (pesquisadores, IICT etc). (2) Quantidade de projetos de infraestrutura realizados pela OS ou que tiveram seu apoio em 2025, concluídos ou em implementação. (\*) N.D.: não disponível – pode ocorrer quando os indicadores não refletem a vocação e atividades características da unidade e, portanto, não são pactuados no TCG da respectiva unidade para sua mensuração.

Tabela 50: Projetos de P&D – realizados ou apoiados pelas OSs

| <i>Projetos de P&amp;D - realizados e apoiados</i> | CGEE | CNPEM | EMBRAPII | IDSMS | IMPA | RNP | INPO | Total | %    |
|--|------|-------|----------|-------|------|-----|------|-------|------|
| <b>Projetos realizados pelas OS</b>                | n.d. | 44    | n.d.     | 180   | 14   | 54  | 4    | 296   | 26%  |
| <b>Projetos apoiados pelas OS</b>                  | n.d. | 0     | 813      | n.d.  | n.d. | 2   | 11   | 826   | 74%  |
| <b>Total de Projetos em P&amp;D</b>                | n.d. | 44    | 813      | 180   | 14   | 56  | 15   | 1.122 | 100% |

Legenda: Projetos de P&D realizados pela própria OS ou apoiados / intermediados pela OS. (\*) N.D.: não disponível – pode ocorrer quando os indicadores não refletem a vocação e atividades características da unidade e, portanto, não são pactuados no TCG da respectiva unidade para sua mensuração.

Tabela 51: Mais resultados das OSs

| <i>Mais Resultados das OS</i>  | CGEE    | CNPEM* | EMBRAPII | IDSMS  | IMPA       | RNP       | INPO | Total      |
|--|---------|--------|----------|--------|------------|-----------|------|------------|
| <b>(1) Publicações associadas às atividades internas e externas (NPUB)</b> | 9       | 600    | n.d.     | 98     | 84         | 28        | 10   | 829        |
| <b>(2) Processos e Técnicas Desenvolvidos (NPTD)</b>                       | 5       | 24     | n.d.     | n.d.   | 17         | 9         | n.d. | 55         |
| <b>(3) Patentes associadas às atividades da OS</b>                         | n.d.    | 39     | 332      | n.d.   | 4          | 3         | n.d. | 378        |
| <b>(4) Pessoas alcançadas diretamente pelos serviços oferecidos</b>        | 200.416 | 3.984  | n.d.     | 10.000 | 23.685.822 | 4.000.000 | 1429 | 27.901.651 |

Legenda: **(1) NPUB** = Nº de artigos científicos indexados publicados nas bases Scopus, Web of Science (WOS/ SCI) ou em periódicos classificados pela plataforma QualisCapes como b2 ou superior. **(2) NPTD** = Nº total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medidos pelo nº de relatórios finais produzidos. **(3) NPPI** = (nº de pedidos de privilégio de patente, protótipos, softwares, modelos de utilidade e direitos autorais, protocolados no país e no exterior) + (nº de patentes concedidas no país e no exterior), no ano. (\*) **CNPEM**: Contabilizadas 11 patentes concedidas em 2025, 15 depósitos iniciais (dados indicadores: pedidos de patente, registro de software, modelos de utilidades - somente primeiro registro) e 13 depósitos secundários (depósitos em outros países e certificados de adição). **(4)** Público atendido por diversos tipos de serviços oferecidos pelas OS derivados das atividades discriminadas a seguir:

**Notas Explicativas do item (4):** **CGEE**: Considerando a soma dos resultados do Indicador 7 de Comunicação Institucional previsto em contrato de gestão. **CNPEM**: contabilizou pesquisadores com acesso às instalações abertas; pesquisadores externos capacitados; participantes de eventos científicos; e, alunos formados na 1ª turma do Bacharelado em C&T. **IDSMS**: contabilizou os beneficiários das comunidades ribeirinhas da Amazônia; técnicos e representantes de comunidades tradicionais da Amazônia; alunos do CVT; participantes do 21º SIMCON; comemoração da 22ª Semana Nacional da Ciência e Tecnologia (SNCT). **IMPA**: contabilizou os alunos de graduação no IMPA-TECH; alunos no programa de pós-graduação; alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares participantes da OBMEP; Pesquisadores Nacionais e Internacionais envolvidos nas atividades de pesquisa; e estudantes de escolas públicas e particulares, público geral participantes do Festival Nacional de Matemática. **RNP**: Beneficiários de toda a plataforma de comunicação e colaboração digital da RNP.

(\*) **N.D.:** não disponível – pode ocorrer quando os indicadores não refletem a vocação e atividades características da unidade e, portanto, não são pactuados no TCG da respectiva unidade para sua mensuração.

## 5.6. Rol de Responsáveis

| Tabela: Rol de responsáveis  |                                    |                     |   |                  |                   |                    | Afastamentos Legais  |
|--|------------------------------------|---------------------|---|------------------|-------------------|--------------------|--|
| FUNÇÃO GERENCIAL   | NOME                               | TELEFONE            | DOC DE NOMEAÇÃO                           | DATA DE NOMEAÇÃO | DOC DE EXONERAÇÃO | DATA DE EXONERAÇÃO | FÉRIAS EM 2025   |
| <b>Ministra de Estado</b>  | Luciana Barbosa de Oliveira Santos | (61) 2033-7508      | Decreto                                   | 01/01/2023       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>01/09/2025 a 07/09/2025<br>2025:<br>17/10/2025 a 19/10/2025   |
| <b>Ministro de Estado - Substituto</b>                               | Luís Manuel Rebelo Fernandes       | (61) 2033-7603      | Decreto<br>20/01/2023                     | 08/02/2023       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>02/01/2025 a 12/01/2025<br>05/03/2025 a 07/03/2025<br>31/12/2025 a 15/01/2026   |
| <b>Secretário-Executivo</b>  | Luís Manuel Rebelo Fernandes       | (61) 2033-7603      | Decreto<br>20/01/2023                     | 08/02/2023       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>02/01/2025 a 12/01/2025<br>05/03/2025 a 07/03/2025<br>31/12/2025 a 15/01/2026   |
| <b>Secretário-Executivo Adjunto</b>                                  | Sergio Cruz                        | (61)2033-7484/8033  | Portaria nº 725<br>DOU<br>01/07/2024      | 01/07/2024       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>21/01/2025 a 29/01/2025<br>2025:<br>30/01/2025 a 31/01/2025<br>17/09/2025 a 26/09/2025<br>30/12/2024 a 17/01/2025   |
| <b>Secretário-Executivo Adjunto - Substituto</b>                     | Lélio Trida Sene                   | (61) 2033-7700/7409 | Portaria nº 843<br>DOU<br>08/11/2024      | 08/11/2024       | Em exercício      | Em exercício       | 2025:<br>06/01/2025 a 17/01/2025<br>21/07/2025 a 01/08/2025<br>27/10/2025 a 01/11/2025   |
| <b>Secretário de Políticas e Programas Estratégicos</b>              | Andréa Brito Latge                 | (61)2033-8015/8528  | Portaria nº 893<br>DOU de<br>14/08/2024   | 14/08/2024       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>20/01/2025 a 21/01/2025<br>24/01/2025 a 14/02/2025<br>17/04/2025 a 17/04/2025<br>2025:<br>24/07/2025 a 01/08/2025<br>25/08/2025 a 01/09/2025<br>17/12/2025 a 29/12/2025 |
| <b>Secretário de Políticas e Programas Estratégicos - Substituto</b> | Oswaldo Luiz Leal de Moraes        | (61) 2033-8670      | Portaria nº 1.116<br>DOU de<br>18/08/2023 | 18/08/2023       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>20/02/2025 a 26/02/2025<br>11/08/2025 a 21/08/2025<br>22/08/2025 a 23/08/2025<br>2025:<br>08/12/2025 a 23/12/2025   |
| <b>Secretário de Políticas e Programas Estratégicos - Substituto</b> | Claudia Czarneski                  | (61) 2033-7401      | Portaria nº 601<br>DOU de<br>01/08/2024   | 01/08/2024       | Em exercício      | Em exercício       | 2024:<br>30/12/2024 a 17/01/2025<br>2025:  |

| Tabela: Rol de responsáveis  |  |           |                     |                                    |                   |                    | Afastamentos Legais  |  |
|--|--|-----------|---------------------|------------------------------------|-------------------|--------------------|--|--|
| FUNÇÃO GERENCIAL   | NOME                                   | TELEFONE  | DOC DE NOMEAÇÃO     | DATA DE NOMEAÇÃO                   | DOC DE EXONERAÇÃO | DATA DE EXONERAÇÃO | FÉRIAS EM 2025   |  |
|  |  |           |                     |                                    |                   |                    | 20/01/2025 a 20/01/2025<br>04/08/2025 a 11/08/2025<br>29/09/2025 a 05/10/2025<br>29/12/2025 a 11/01/2026 |  |
| <b>Secretário de Políticas e Programas Estratégicos - Substituto</b>                 | Leandro Pedron                         | Bortolozo | (61)2033-8754       | Portaria nº 819 DOU de 31/10/2024  | 31/10/2024        | Em exercício       | Em exercício   | 2024:<br>30/12/2024 a 12/01/2025<br>05/08/2025 a 09/03/2025<br>16/06/2025 a 19/06/2025<br>2025:<br>28/07/2025 a 13/08/2025<br>13/10/2025 a 17/10/2025<br>29/12/2025 a 05/01/2026 |
| <b>Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social</b>              | Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda |           | (61) 2033-8269      | Portaria nº 2126 DOU de 28/03/23   | 10/04/2023        | Em exercício       | Em exercício   | 2024:<br>24/03/2025 a 31/03/2025<br>23/06/2025 a 23/06/2025<br>2025:<br>24/06/2025 a 24/06/2025<br>06/11/2025 a 06/11/2025   |
| <b>Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social - Substituto</b> | Valdelice da Silva Souza               |           | (61) 2033-8239      | Portaria nº 1488 DOU de 23/11/2023 | 23/11/2023        | Em exercício       | Em exercício   | 2024:<br>24/03/2025 a 05/04/2025<br>2025:<br>16/06/2025 a 16/06/2025<br>03/11/2025 a 07/11/2025  |
| <b>Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação</b>                          | Daniel Gomes de Almeida Filho          |           | (61) 2033-7417      | Portaria nº 892 DOU de 14/08/2024  | 14/08/2024        | Em exercício       | Em exercício   | 2025:<br>18/08/2025 a 24/08/2025   |
| <b>Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - Substituto</b>             | Osório Coelho Guimarães Neto           |           | (61) 2033-8046      | Portaria nº 1011 DOU de 27/07/2023 | 27/07/2023        | Em exercício       | Em exercício   | 2025:<br>22/01/2025 a 31/01/2025<br>08/07/2025 a 15/07/2025<br>29/12/2025 a 09/01/2026   |
| <b>Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital</b>                 | Henrique de Oliveira Miguel            |           | (61) 2033-7903/7800 | Portaria nº 2574 DOU de 21/06/2023 | 21/06/2023        | Em exercício       | Em exercício   | 2024:<br>10/03/2025 a 10/03/2025 07/04/2025 a 18/04/2025<br>2025:<br>08/09/2025 a 17/09/2025<br>29/12/2025 a 29/12/2025  |
| <b>Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital - Substituto</b>    | Hamilton José Mendes da Silva          |           | (61) 2033-7914      | Portaria nº 1128 DOU de 18/08/2023 | 22/08/2023        | Em exercício       | Em exercício   | 2025:<br>17/02/2025 a 28/02/2025<br>20/10/2025 a 25/10/2025<br>15/12/2025 a 26/12/2025   |

## 5.7. Lista de siglas e abreviações

AAPPE - Associação dos Amigos e Pais de Pessoas Especiais  
ABC - Academia Brasileira de Ciências  
ABCMC - Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência  
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência  
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ACTC – Atividades Científicas e Técnicas Correlatas  
ADM - Armas de destruição em massa  
AEB - Agência Espacial Brasileira  
AECI - Assessoria Especial de Controle Interno  
AFRMM - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante  
ANSN - Autoridade Nacional de Segurança Nuclear  
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APLs - Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais  
ASCOM - Assessoria Especial de Comunicação Social  
ASPAD - Assessoria de Participação Social e Diversidade  
ASPAR - Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos  
ASSIN - Assessoria Internacional  
AT - Autonomia Tecnológica  
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento  
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
BSF - Plano Brasil Sem Fome  
BTR - Relatório Bienal de Transparência  
CA - Comissão de Avaliação  
CAIXA – Caixa Econômica Federal  
CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação  
CABBIO - Centro Latino-Americano de Biotecnologia  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal  
CAPTA - Centro de Acesso, Pesquisa e Inovação em Tecnologia Assistiva  
CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres  
CBIT - Iniciativa para Construção de Capacidades para Transparência  
CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas  
CBRAMED - Curso de Aspectos Médicos em Assistência e Proteção contra Armas Químicas  
CCHS - Comitê de Ciências Humanas e Sociais  
CCFOTO - Comitê Consultivo de Fotônica  
CCANOMAT - Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Materiais Avançado  
CCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia  
CD-FNDCT - Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CDPEB - Grupos Técnicos no âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro  
CDTN - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear

CEA - Comissão Especial de Astronomia  
CEAC - Centro de Estudos Avançados de Cosmologia  
CEAG - Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública  
CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada  
CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais  
CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres  
CER – Centro Especializado em Reabilitação  
CET-ADS - Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Críticas para o Domínio Aéreo futuro  
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral  
CETENE - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste  
CEUA - Comitê de Ética no Uso de Animais  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  
CG - Contrato de Gestão  
CGD - Comitê de Governança Digital  
CGI - Comitê Gestor da Inovação  
CGDI - Coordenação-Geral de Indicadores de Ciência e Tecnologia  
CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos  
CG-INDA - Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos  
CGGI - Coordenação-Geral de Gestão Institucional  
CGGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas  
CGSA - Coordenação-Geral de Segurança Alimentar  
CGPE - Coordenação Geral de Pesquisas, Capacitação e Extensão  
CGPLS - Comissão Gestora do Plano Diretor de Logística Sustentável  
CGR - Comitê de Gestão de Riscos  
CGSD - Comitê Integrado de Governança Digital, Segurança da Informação e Governança de Dados  
CGTI: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.  
CGTV - Coordenação-Geral de Transferências Voluntárias  
CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos  
CGU- Controladoria Geral da União  
CIAEP - Credenciamento Institucional para Atividades com Animais para Ensino ou Pesquisa  
CIAD - Comissão Interministerial para Aplicação dos Dispositivos  
CIBES - Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis  
CIBS - Curso de Identificação de Bens Sensíveis  
CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico  
CIG-MCTI - Comitê Interno de Governança do MCTI  
CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
CITA - Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva  
CITL - Conhecimentos Indígenas, Tradicionais e Locais  
CITInova - Planejamento Urbano Integrado e de Investimento em Tecnologias Inovadoras  
SIADS - Sistema de Controle Patrimonial do MCTI  
CIUCA - Cadastro de Instituições de Uso Científico de Animais  
CLAF- Centro Latino-Americano de Física

CMCH - Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia  
CMO - Comissão Mista de Orçamento  
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CNDI - Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial  
CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher  
CNCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia  
CNCTI - Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CNPCT - Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais  
CNPEN - Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais  
CNPPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNSA - Administração Espacial Nacional da China  
CNPPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
CO2 - Dióxido de Carbono  
COGEP - Coordenação de Gestão de Riscos e Processos  
COI - Comissão Oceanográfica Intergovernamental  
COICT - Coordenação de Indicadores de Ciência e Tecnologia  
COIJUVE - Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude  
COLOP - Coordenação de Logística e patrimônio  
CONAPA - Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas  
CONFAP - Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa  
CONIN - Conselho Nacional de Informática e Automação  
CONJUR - Consultoria Jurídica  
CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude  
Concea - Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal  
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa  
CONSECTI - Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação  
CONFOCO - Conselho Nacional de Fomento e Colaboração  
Cont – Capacidade em Controle  
COP 30 - 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima  
COPUOS - Comitê sobre o Uso Pacífico do Espaço Exterior  
CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos  
CORREG – Corregedoria  
COSBAN - Cooperação Brasil e China  
Covid-19 - Infecção Respiratória Aguda Causada Pelo Coronavírus SARS-CoV-2  
CP - Comitê de Plenipotenciários  
CPA - Centros de Pesquisa Aplicada em IA  
CPAB - Convenção para Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas  
CPESR - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração  
CPAQ - Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas  
CPNU - Concurso Público Nacional Unificado  
CPS - Contrato de Prestação de Serviços  
CSI - Comitê de Segurança da Informação  
CTA - Comissão Técnica de Avaliação  
CTC – Conselho Técnico-Científico

CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação  
CT-Aero - Fundo para o Setor Aeronáutico  
CT-Agro - Fundo Setorial de Agronegócio  
CT-Amazônia - Fundo Setorial da Amazônia  
CT-Aquaviário - Fundo Setorial Aquaviário  
CT-Biotecnologia - Fundo Setorial de Biotecnologia  
CT-Energ - Fundo Setorial de Energia  
CT-Espacial - Fundo Setorial Espacial  
CT-Hidro - Fundo Setorial de Recursos Hídricos  
CTI - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer  
CT-Info - Fundo Setorial de Tecnologia da Informação  
CT-Infra - Fundo de Infraestrutura  
CT-Mineral - Fundo Setorial Mineral  
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança  
CT-Petro - Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural  
CT-Saúde - Fundo Setorial de Saúde  
CT-Transporte - Fundo Setorial de Transportes Terrestres e Hidroviários  
CT-Verde Amarelo ou FVA - Fundo Verde Amarelo  
CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
CVT - Centro Vocacional Tecnológico  
DBCA - Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou Pesquisa Científica  
DECLS - Departamento de Clima e Sustentabilidade  
DEPTE - Departamento de Programas Temáticos  
DDoS – Distributed Denial of Service  
DFD - Documento de Formalização de Demanda  
DGIT - Departamento de Governança Indicadores de Ciência e Tecnologia  
DICIP - Divisão de Contratos e Instrução de Penalidades  
DICOB - Divisão de Concessão de Benefícios Previdenciários  
DMD - Distrofia Muscular Duchenne  
DPOF - Decreto de Programação Orçamentária e Financeira  
DN - Decisão Normativa  
DNDI - Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas  
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
DRU - Desvinculação de Receitas da União  
DTIG - Departamento de Tecnologia da Informação e Governança de Dados  
EAD – Ensino à Distância  
EC - Emenda Constitucional  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EFGD - Estratégia Nacional de Governo Digital  
ELPPN - Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios  
EMBRAPII - Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial  
ENEC - Estratégia Nacional de Economia Circular  
ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
ENGD - Estratégia Nacional de Governo Digital  
ENI - Estratégia Nacional de Inovação  
EPO - Escritório Europeu de Patentes  
e-SIC - Sistema eletrônico de Informação ao Cidadão  
Estr – Capacidade em Estratégia  
ETP - Estudo Técnico Preliminar  
EXPOTEC - Exposição Científica, Tecnológica e Cultural  
FEA/USP- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Aduaneira  
EPC - Equipe de Planejamento da Contratação  
FAP - Fundação de Apoio à Pesquisa  
FCHSSALLA - Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes  
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos  
FIP - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia  
FMM - Fundo da Marinha Mercante  
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
Fortec - Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia  
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais  
GAN - Grupo de Alto Nível  
GAM - Grupo de Apoio à Mobilização  
GAAVA - Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global  
G20 - Grupo dos 20  
GBIF - Plataforma Global de Informação em Biodiversidade  
GCF - Fundo Verde para o Clima  
GEE - Gases de Efeito Estufa  
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso  
GEF - Fundo Global para o Meio Ambiente  
GERD – Gross Expenditure on R&D  
GIB - Iniciativa do G20 sobre Bioeconomia  
GM - Gabinete do Ministro  
GND - Grupo de Natureza de Despesa  
GPAI - Parceria Global em Inteligência Artificial  
GSI/PR - Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do  
GSISP- Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
GT - Grupo Técnico Interministerial  
GT-PPI - Grupo de Trabalho de Projetos Prioritários de Informática  
HPC – High Performance Computing  
IA - Inteligência Artificial  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IBFóton - Iniciativas Brasileiras de Fotônica  
IBQuântica - Iniciativa Brasileira para Tecnologias Quântica  
IBN - Iniciativas Brasileiras de Nanotecnologia  
IBT - Incubadora de Base Tecnológica  
ICESP - Instituto do Câncer da Faculdade de Medicina  
ICGEB - Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICT - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação  
ICTP - Centro Internacional de Física Teórica  
IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá  
IFAL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas  
IFB - Instituto Federal de Brasília  
IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia  
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará  
IFGO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
IES - Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social  
IESGO - Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*)  
IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão  
IGest - Índice de Gestão Pública  
IGI - Índice Global de Inovação  
IMPA - Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada  
IMUNOTEC - Rede de PD&I em Vacinas e Tecnologias para Diagnóstico  
INA - Instituto Nacional de Águas  
INCT - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia  
IND-CT&I - Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação  
INMA - Instituto Nacional da Mata Atlântica  
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
INPO - Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas  
INPP - Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal  
INSA - Instituto Nacional do Semiárido  
INT - Instituto Nacional de Tecnologia  
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas  
IPHE - Parceria Internacional para Hidrogênio e Pilhas a Combustível na Economia  
IPLC - Povos Indígenas e Comunidades Locais  
JINR - Instituto Central de Investigações  
JPO - Escritório de Patentes japonês  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
LBCD - Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem  
LDCs - Países Menos Desenvolvidos  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Lid – Capacidade em Liderança  
LIGEM - Laboratório Integrado de Geointeligência e Modelagem de Redes de Ilícitos da Amazônia  
LEAA - Laboratório de Eletroquímica Ambiental e Aplicada  
LNA - Laboratório Nacional de Astrofísica  
LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica  
LNMCB - Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MAG - Modelo de Avaliação Global  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins  
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
MC - Ministério das Comunicações  
MCom - Ministério das Comunicações  
MCTI- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
MD - Ministério da Defesa  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional  
MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
ME - Ministério da Economia  
MEC - Ministério da Educação  
MEI - Microempreendedor Individual  
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos  
MLCTI - Marco Legal de CT&I  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura  
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi  
MPI - Ministério dos Povos Indígenas  
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento  
MPOR - Ministério de Portos e Aeroportos  
MPU - Ministério Público da União  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
MS - Ministério da Saúde  
MSTI – Main Science and Technology Indicators  
MTCR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis  
MTur - Ministério do Turismo  
NASA - Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço  
NB3 - Rede para articulação, operação e gestão de laboratórios de pesquisa de nível de biossegurança  
NB4 - Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica  
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
NBR - Normas Brasileiras  
NDC - Contribuição Nacionalmente Determinada  
NEA - Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica  
NGP - Núcleo de Gestão de Pessoas  
NIB - Nova Indústria Brasil  
NLO - Núcleo de Logística e Suporte de Operações  
NTAAI - Núcleo de Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Inovação  
NIH - Institutos Nacionais de Saúde  
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica  
NPPI - Número de Pedidos de Privilégio de Patente, Protótipos, Softwares, Modelos de Utilidade e Direitos Autorais, Protocolados no País e no Exterior  
NPROE - Número de Programas e Projetos de P&D Contratados cujo cliente seja empresa  
NPROG - Número de Projetos de P&D Contratados  
NPTD - Número Total de Processos, Protótipos, Softwares e Técnicas Desenvolvidos  
NPUB - Número de Artigos Científicos Indexados Publicados nas bases Scopus, Web of Science  
NSG - Grupo de Supridores Nucleares  
NSTEC - Número de Serviços Técnicos e Tecnológicos Prestados  
OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas  
ODBio - Oportunidades e Desafios da Bioeconomia  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OE – Objetivo Específico  
OE - Objetivos Estratégicos  
OGM - Organismos Geneticamente Modificados  
OGU - Ouvidoria - Geral da União  
OGP – Open Government Partnership  
OITA - Oficina de Inovação em Tecnologia Assistiva  
ON - Observatório Nacional  
ONano - Olimpíada Nacional de Nanotecnologia  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPAQ - Organização para a Proibição de Armas Químicas  
OS - Organizações Sociais  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
OTD - Observatório de Tecnologias Digitais  
OUVID - OuvidoriaP&D - Pesquisa & Desenvolvimento  
PA - Projeto de Desenvolvimento de Pesquisa Tecnológica Aplicada  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PACTI - Plano de Ações em CT&I  
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays  
PAI - Plano Anual de Investimento  
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital  
PB - Projeto de Desenvolvimento de Pesquisa Científica Básica  
PBIA - Plano Brasileiro de Inteligência Artificial  
PCA - Plano de Contratações Anual  
PCI - Programa de Capacitação Institucional  
PCPBio - Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia  
PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes  
PDA - Plano de Dados Abertos  
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PDT - Projeto de Desenvolvimento Tecnológico  
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas  
PDIL - Parcerias para o Desenvolvimento e Inovação  
PDPs - Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo  
PDS - Projeto de Desenvolvimento de Software  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PDU - Plano Diretor das Unidades  
PDLS - Plano de Desenvolvimento Logístico Sustentável  
PEI - Planejamento Estratégico Institucional  
PEM - Programas Estruturantes e Mobilizadores  
PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação  
PGC - Planos de Contratações Anuais  
PGD - Programa de Gestão e Desempenho  
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
PGT - Plano Geral de Trabalho  
PIB - Produto Interno Bruto  
PINTEC – Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica  
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável  
PNI - Política Nacional da Inovação

PNIPE - Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa  
PNA - Plano Nacional de Astronomia  
PNT - Posição, Navegação e Tempo  
PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima  
PQ - Painel de Chamadas de Bolsas de Produtividade  
PPA - Plano Plurianual  
PPBio - Programa de Pesquisa em Biodiversidade  
PPCI - Programas e Projetos em CT&I Vigentes em Parceria Formal com Instituições Estrangeiras  
PPI – Programas Prioritários de Informática  
PPCN - Programas e Projetos em CT&I Vigentes em Parceria Formal com Instituições Nacionais  
PPI - Programas e Projetos de Interesse Nacional nas Áreas de Tecnologias da Informação e Comunicação  
PPPP/FAPESP - Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
PREVIR-MCTI - Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica de Vírus Emergentes e Reemergentes em reservatórios silvestres  
PRODES - Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite  
PRODOC - Projeto de Cooperação Técnica Internacional  
PROINFRA - Infraestrutura de Pesquisa em Áreas Prioritárias  
PRONABENS - Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis  
PSI - Política de Segurança da Informação  
PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar  
PSPEAD - Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação  
PTD: Plano de Transformação Digital.  
QVT - Qualidade de Vida no Trabalho  
RDA - Relatório Demonstrativo Anual  
RHAÉ – Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas - Pesquisados nas Empresas  
RECAP - Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras  
REINDESC - Registro de Eventos de Inundação e Deslizamentos do Cemaden  
REMONAR - Rede de Monitoramento de Vírus Emergentes e Reemergentes em Águas Residuais  
RENAMA - Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais  
RENAFAE - Rede Nacional de Física de Altas Energias  
REPES - Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação  
RG - Relatório de Gestão  
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento  
RMB - Reator Multipropósito Brasileiro  
RNF - Rede Nacional de Fusão  
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa  
ROHS - Restriction of Certain Hazardous Substances  
RP - Resultado Primário  
SaaS – Software as a Service

SALAS - Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SCAR - Comitê Científico de Pesquisa Antártica  
SCOR - Comitê Científico de Pesquisa Oceânica  
SCTA - Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para Amazônia  
SEAAC - Serviço de Elaboração e Acompanhamento de Atos Convocatórios e Contratos  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SeCIRM - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
SECOM - Secretaria de Comunicação Social  
SEDAP/PR - Secretaria de Administração da Presidência da República  
SEDES - Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social  
SEGES/ME - Secretaria de Gestão do Ministério da Economia  
SEPPE - Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos  
SEPN - Setor de Edifícios Públicos Norte  
SETAD - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital  
SETEC - Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação  
SEXEC - Secretaria Executiva  
SFB - Serviço Florestal Brasileiro  
SGBS - Sistema de Gestão de Bens Sensíveis  
SGD - Secretaria de Governo Digital  
SGDC - Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas  
SG-PR - Secretária-geral da Presidência da República  
SI - Segurança da Informação  
SIN - Sistema Interligado Nacional  
Siads - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor  
SIASG - Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais  
SiBBR - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira  
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão  
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores  
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal  
SIGCTI - Sistema Integrado de Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação  
SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas  
SIGPLANI – Sistema de Gestão da Lei de Informática  
Sigpar - Sistema de Gestão de Parcerias da União  
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SINAPAD - do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho  
SIRENE - Sistema de Registro Nacional de Emissões  
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal  
SISG – Sistema de Serviços Gerais  
SisGAAz - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul  
SisH2 - Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio

Sisfóton - Sistema Nacional de Laboratórios de Fotônica  
SisNANO - Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias  
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal  
SOC - Security Operations Center  
SOF - Secretaria de Orçamento Federal  
SLU - Serviço de Limpeza Urbana  
SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Softex - Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro  
SPEO - Subsecretaria de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais  
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
TA - Tecnologias Assistivas  
TS – Tecnologias Sociais  
TCE: Tomada de Contas Especial.  
TCG - Termo de Compromisso de Gestão  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TECNOVA - Programa Nacional de Apoio à Inovação Tecnológica  
TED - Termo de Execução Descentralizada  
TI - Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TR - Termo de Referência  
TRI - Termo de Referência Interministerial  
TRL - Technology Readiness Level ou Nível de Maturidade Tecnológica  
UE27 - 27 países da União Europeia  
UFCA - Universidade Federal do Cariri  
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria  
UG - Unidade Gestora  
UNB - Universidade de Brasília  
UN DESA - United Nations Department of Economic and Social Affairs  
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
5 CN – Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima  
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo  
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí  
UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima  
UO - Unidade Orçamentária  
UP - Unidade de Pesquisa

UPC - Unidade Prestadora de Contas  
URGN – Unidade Regional do Nordeste  
URGS - Unidade Regional do Sudeste  
USP - Universidade de São Paulo  
USPTO - Escritório Norte-Americano de Patentes  
VALE – Companhia Vale do Rio Doce  
VIRÔMICA-MCTI - Rede Nacional de PD&I em Vigilância Genômica de Vírus Emergentes e Reemergentes  
VLM-1 - Veículo Lançador de Microssatélites

## 5.8. Lista de quadros, figuras, tabelas e gráficos

### QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1: Principais atores do SNCTI (Descrição das Siglas: Anexo 5.7) .....   | 10  |
| Quadro 2: Modelo de Negócios do MCTI.....  | 14  |
| Quadro 3: Modelo de Negócios do FNDCT .....  | 14  |
| Quadro 4: Cadeia de Valor Integrada da Rede MCTI.....  | 15  |
| Quadro 5: Atributos do Programa PPA 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.....               | 17  |
| Quadro 6: Atributos do Programa PPA 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI..... | 17  |
| Quadro 7: Atributos do Programa PPA 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização .....                      | 17  |
| Quadro 8: Modelo de Governança do MCTI .....   | 25  |
| Quadro 9: Modelo de Governança do FNDCT.....   | 26  |
| Quadro 10: Programas de Investimentos Aprovados pelo CD-FNDCT .....  | 29  |
| Quadro 11: Resultados Quantitativos do FNDCT em 2025 .....   | 82  |
| Quadro 12: Programa 2304 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social .....                              | 88  |
| Quadro 13: Programa 2308 – Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) .....                | 89  |
| Quadro 14: Programa 2324 – Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização ....                                       | 89  |
| Quadro 15: Indicadores de monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional do MCTI.....                             | 90  |
| Quadro 16: Gratificação de Desempenho, Estágio, Promoção e Progressão Funcional ....                                       | 97  |
| Quadro 17: Variação Orçamentária na Administração Direta do MCTI em 2025 .....   | 98  |
| Quadro 18: Principais despesas do orçamento MCTI 2025 .....  | 99  |
| Quadro 19: Principais iniciativas e resultados da área de TIC.....   | 109 |
| Quadro 20: REGIMENTO INTERNO DAS UNIDADES DE PESQUISA .....  | 123 |
| Quadro 21: NORMAS DIRECIONADORAS .....   | 124 |
| Quadro 22: Fundamentos Legais - FNDCT Geral .....  | 127 |
| Quadro 23: Fundamentos Legais – FNDCT - FUNDOS SETORIAIS .....   | 127 |
| Quadro 24: PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS, LINHAS DE ATUAÇÃO E INICIATIVAS APROVADAS 2023-2025 .....                           | 129 |

### FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1: <a href="#">Rede MCTI</a> .....  | 11  |
| Figura 2: <a href="#">Distribuição das Empresas participantes na Lei do Bem</a> .....  | 11  |
| Figura 3 : <a href="#">Evolução da Rede IPÊ/RNP (2025)</a> .....   | 11  |
| Figura 4: Estrutura Organizacional do MCTI Art. 2º, Anexo I do <a href="#">Decreto nº 11.493/2023</a> ..   | 13  |
| Figura 5: Componentes do dispêndio nacional em C&T (C&T = P&D + ACTC) * ..   | 18  |
| Figura 6: Índice Global de Inovação (IGI, 2025): 3 primeiras economias de inovação, por região .....   | 20  |
| Figura 7: Mapa da Amazônia Legal.....  | 48  |
| Figura 8: Recursos aportados ao Programa Pró-Amazônia .....  | 49  |
| Figura 9: Mapa do Marco 2020 EUDR (União Europeia) com áreas de supressão da vegetação nativa até 31 de dezembro de 2020 (em vermelho), complementares ao PRODES 2020 (em cinza) ..... | 51  |
| Figura 10: Fluxo básico do processo de contratações via sistema PGC.....   | 111 |

### TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Cronograma de Reuniões do CD-FNDCT em 2025 .....   | 30 |
| Tabela 2: Orçamento Plurianual dos Programas de Investimentos .....  | 30 |
| Tabela 3: Orçamento discricionário da Unidade Gestora SEPPE .....  | 40 |
| Tabela 4: Projetos apoiados pela SEPPE em 2025 .....   | 41 |
| Tabela 5: Resumo das atividades realizadas pela Secretaria do CONCEA .....   | 47 |
| Tabela 6: Total de alertas emitidos pelo CEMADEN e ocorrências de desastres por região, Brasil, 2025 .....               | 52 |
| Tabela 7: Resumo da LOA 2025 (Ação 6702) .....   | 56 |
| Tabela 8: Resumo das Emendas Parlamentares: .....  | 56 |
| Tabela 9: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados na Ação Orçamentária 20 UP .....                   | 57 |
| Tabela 10: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados na Ação Orçamentária 6702 .....                   | 57 |
| Tabela 11: Projetos de Tecnologia Social e Economia Solidária apoiados com recursos de Emendas Parlamentares.....        | 57 |
| Tabela 12: Projetos de Tecnologia Assistiva apoiados na Ação Orçamentária 20UP.....                                      | 58 |
| Tabela 13: Projeto de Tecnologia Assistiva apoiado com recursos de Emendas Parlamentares na Ação Orçamentária 20UP ..... | 59 |
| Tabela 14: Projetos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional apoiados na Ação Orçamentária 20UP .....            | 59 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 15: Contratos de Gestão entre o MCTI e as OS.....   | 76  |
| Tabela 16: Retorno dos Fundos Investidos pelo FNDCT em 2025.....   | 86  |
| Tabela 17: Distribuição por situação Funcional.....  | 93  |
| Tabela 18: Despesas com pessoal.....   | 95  |
| Tabela 19: Demonstrativo de cargos e remuneração.....  | 96  |
| Tabela 20: Execução Orçamentária 2025 - Adm. Direta/ MCTI.....   | 98  |
| Tabela 21: Execução Orçamentária 2025 – Adm. Direta/ MCTI.....   | 102 |
| Tabela 22: Restos a pagar – Adm. Direta/ MCTI.....   | 102 |
| Tabela 23: Orçamento Utilizado do FNDCT 2025 por Programa de Investimentos.....  | 105 |
| Tabela 24: Maiores Aplicações por Iniciativa.....  | 106 |
| Tabela 25: Execução Orçamentária e Financeira por Ação.....  | 107 |
| Tabela 26: Total de recursos destinados às contratações diretas.....   | 115 |
| Tabela 27: Valor total de contratos geridos por modalidade licitatória.....  | 115 |
| Tabela 28: Custo por Área de Atuação (em milhões de reais).....  | 117 |
| Tabela 29: Custo por Cadeia Finalística.....   | 117 |
| Tabela 30: Detalhamento de Custos da Cadeia “Atuação das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais” por Macroprocesso..... | 118 |
| Tabela 31: Custo por Cadeia de Suporte.....  | 118 |
| Tabela 32: Estoque geral.....  | 120 |
| Tabela 33: Transferências Especiais (2025).....  | 120 |
| Tabela 34: Execução Orçamentária.....  | 120 |
| Tabela 35: Execução Financeira.....  | 120 |
| Tabela 36: Monitoramento de Projetos.....  | 120 |
| Tabela 37: Prestações de contas finalizadas em 2025.....   | 120 |
| Tabela 38: Força de Trabalho Expandida.....  | 134 |
| Tabela 39: Cientistas nas UPs (estatutários).....  | 134 |
| Tabela 40: Gestores nas UPs (estatutários).....  | 134 |
| Tabela 41: Tecnologistas nas UPs (estatutários).....   | 134 |
| Tabela 42: Orçamento Total do Exercício.....   | 135 |
| Tabela 43: Orientações de Dissertações e Teses Defendidas.....   | 135 |
| Tabela 44: Total de artigos indexadas.....   | 135 |
| Tabela 45: Projetos de P&D executados nas UP.....  | 135 |
| Tabela 46: Mais resultados das UPs.....  | 136 |
| Tabela 47: Força de Trabalho das OSs – direta e indireta.....  | 136 |
| Tabela 48: Orçamento Total.....  | 137 |
| Tabela 49: Infraestrutura de P&D – mantida e apoiada pelas OSs.....  | 137 |
| Tabela 50: Projetos de P&D – realizados ou apoiados pelas OSs.....   | 137 |
| Tabela 51: Mais resultados das OSs.....  | 137 |

## GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 1: Dispêndios Nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de países e blocos selecionados (2020-2023)..... | 19  |
| Gráfico 2: Brasil: Posição no ranking do Índice Global de Inovação (2015-2025) (quanto menor o valor, mais bem posicionado).....                               | 21  |
| Gráfico 3: Distribuição percentual dos dispêndios nacionais em P&D, segundo setor de financiamento, países selecionados, em 2023.....                          | 21  |
| Gráfico 4: Brasil: Dispêndio do governo federal em C&T, por atividade, 2000-2023 (em valores de 2023).....   | 22  |
| Gráfico 5: Número de artigos brasileiros indexados pela Scopus e Percentual em relação ao mundo, 1996-2024.....  | 22  |
| Gráfico 6: Alunos titulados no mestrado e doutorado e total de bolsas concedidas no Brasil e no Exterior, 2000-2024.....                                       | 23  |
| Gráfico 7: Total de Pedidos e Concessões de Patentes, 2000-2024.....   | 23  |
| Gráfico 8: TCU – Acórdãos por ano.....   | 32  |
| Gráfico 9: CGU – Relatórios por ano.....   | 33  |
| Gráfico 10: Quantitativo das manifestações por tipo recebidas e tratadas pela Ouvidoria no ano de 2025.....  | 37  |
| Gráfico 11: Temas mais demandados das manifestações e pedidos de acesso à informação registrados.....  | 37  |
| Gráfico 12: Pesquisa de Satisfação.....  | 38  |
| Gráfico 13: Percentuais de alertas emitidos em 2025 pelo CEMADEN/MCTI, por nível de risco.....   | 52  |
| Gráfico 14: Total de ocorrências de desastres em 2025 registradas na base de dados REINDESC, do CEMADEN/MCTI, por região federativa.....                       | 52  |
| Gráfico 15: Evolução do quadro de pessoal.....   | 93  |
| Gráfico 16: Distribuição dos cargos ocupados por servidores efetivos.....  | 93  |
| Gráfico 17: Distribuição por faixa etária.....   | 94  |
| Gráfico 18: Distribuição da força de trabalho por unidade.....   | 94  |
| Gráfico 19: Distribuição por gênero.....   | 94  |
| Gráfico 20: Distribuição dos servidores na carreira.....   | 94  |
| Gráfico 21: Benefícios concedidos em 2025.....   | 95  |
| Gráfico 22: Comparativo dos gastos – Despesas com pessoal.....   | 96  |
| Gráfico 23: Evolução da Execução do Orçamento – Adm. Direta.....   | 99  |
| Gráfico 24: Valores Executados em 2025.....  | 100 |
| Gráfico 25: Valores pagos em 2025.....   | 100 |
| Gráfico 26: Gastos com Custeio.....  | 101 |
| Gráfico 27: Gasto com pessoal em 2025.....   | 101 |

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 28: Gastos com Investimentos.....   | 101 |
| Gráfico 29: Ações com maior execução do orçamento 2025.....                       | 102 |
| Gráfico 30: Restos a pagar – Adm. Direta/ MCTI.....                               | 103 |
| Gráfico 31: Arrecadação por Setor Realizada x Projetada 2025.....                 | 103 |
| Gráfico 32: Orçamento Utilizado do FNDCT 2025 por Grupo de Ações (UG 240901)..... | 104 |
| Gráfico 33: Execução Orçamentária do PAI 2025.....                                | 105 |
| Gráfico 34: Pagamentos Realizados por Tipo de Instituição Favorecida.....         | 105 |
| Gráfico 35: Pagamentos por Região e por Instrumento de Seleção.....               | 106 |

|   |     |
|---|-----|
| Gráfico 36: Execução dos Restos a Pagar.....  | 106 |
| Gráfico 37: Valor das Contratações Previstas no PCA 2025, por unidade (R\$).....          | 112 |
| Gráfico 38: Valor Previsto x Valor Contratado de Bens e serviços.....                     | 112 |
| Gráfico 39: Modalidade de contratações – PCA 2025.....                                    | 113 |
| Gráfico 40: Valor Previsto x Valor Contratado – Contratações diretas.....                 | 114 |
| Gráfico 41: Valor contratado por modalidade- Contratações Diretas (Milhões de Reais). 114 |     |
| Gráfico 42: Distribuição do Custo por Área de Atuação.....                                | 117 |
| Gráfico 43: Distribuição da Força de trabalho.....  | 117 |

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
**BRASIL**

DO LADO DO POVO BRASILEIRO